

POLÍTICA
&
TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

60

Dossiê

Embates e Crises
Democráticas no Brasil em
Tempos de Política
Digitalizada

Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral do PPGS/UFPB
Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais, nº 60 – Janeiro/Junho de 2024
ISSN 1517-5901 (online)

CONSELHO EDITORIAL

César Barreira (Brasil), Christian Azais (França, Cynthia Lins Hamlin (Brasil), Edgard Afonso Malagodi (Brasil), Emília Araújo (Portugal), Howard Caygill (Reino Unido), Frédéric Vandenberghe (Brasil), Jacob Carlos Lima (Brasil), Joanildo A. Burity (Brasil), José Arlindo Soares (Brasil), Julie Antoinette Cavignac (Brasil), Lee Jonathan Pegler (Holanda), Marie-France Garcia-Parpet (França), Paulo Henrique Martins (Brasil), Regina Novais (Brasil), Rubens Pinto Lyra (Brasil), Sandra J. Stoll (Brasil), Theophilos Rifiotis (Brasil), Vera da Silva Telles (Brasil), Zhou Zhiwel (China).

EDITORIA

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil
Rogério de Souza Medeiros, UFPB, Brasil

COMITÊ EDITORIAL

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil
Rogério de Souza Medeiros, UFPB, Brasil
Miqueli Michetti, (Coordenadora do PPGS), UFPB, Brasil
Mauricio Rombaldi (Vice-Coodenador do PPGS) UFPB, Brasil

EDITORA-ASSISTENTE

Iolivalda Lima Estrêla (Doutoranda do PPGS), UFPB, Brasil

REVISORA

Ana Carolina Costa Porto (Bolsista Fapesq-PB)

DESIGN GRÁFICO

Projeto gráfico da capa: Artur Barbosa Lima Maia (Doutorando do PPGS), UFPB, Brasil e Iolivalda Lima Estrêla (Doutoranda do PPGS), UFPB, Brasil
Fotografia: Artur Barbosa Lima Maia (Doutorando do PPGS), UFPB, Brasil
Diagramação: Iolivalda Lima Estrêla (Doutoranda do PPGS), UFPB, Brasil

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPB: Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária CEP 58051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (83) 3216-7204 –E-mail: politicaetrabalho@gmail.com

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-graduação em
Sociologia da Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)**

**Número 60
Janeiro/Junho 2024
ISSN 1517-5901 (online)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor: Terezinha Domiciano

Vice-Reitora: Mônica Nóbrega

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Evandro Leite de Souza

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

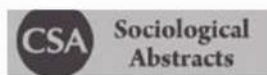
Vice-Diretor: Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Miqueli Michetti

Vice-coordenador: Maurício Rombaldi

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPB
Indexação



Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho está licenciada com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte PPGS/UFPB.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central – Campus I – Universidade Federal da Paraíba

R449	Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol. 1. n.60 (jan. /jun. 2024). João Pessoa, 2024. 313 p. 1517-5901 (online)-1. Ciências Sociais. 2. Política. 3.Trabalho.
UFPB/BC	CDU:32

SUMÁRIO

9 EDITORIAL

DOSSIÊ

EMBATES E CRISES DEMOCRÁTICAS NO BRASIL EM TEMPOS DE POLÍTICA DIGITALIZADA

- 13 APRESENTAÇÃO: EMBATES E CRISES DEMOCRÁTICAS NO BRASIL EM TEMPOS DE POLÍTICA DIGITALIZADA | *Emerson Cervi e Tathiana Chicarino*
- 16 A CONTROVÉRSIA WEINTRAUB: Atores, traços digitais e posicionamentos políticos no Twitter | *Helga de Almeida, Marcus Abílio Pereira, Cláudio Luís de Camargo Penteado, Bruno Anunciação Rocha*
- 42 ANÁLISE DAS EMOÇÕES NO DEBATE SOBRE VACINAÇÃO INFANTIL CONTRA COVID-19 NO TWITTER | *Maria Alice Silveira Ferreira, Isadora Lira, Julia Marks Santana*
- 63 DESINFORMAÇÃO E NARRATIVAS: Uma análise das desinformações verificadas pela página “Fato ou Boato” durante as Eleições de 2022 | *Caio Henrique Pinheiro de Paula, Rosemary Segurado*
- 82 DISCURSO DE ÓDIO HOMOFÓBICO NO FACEBOOK: uma análise dos comentários das publicações de notícias nos ciberjornais de Campo Grande | *Lucas Souza da Silva, Hélder Prior*
- 105 ENGAJAMENTO E POPULISMO: A presença digital de Lula e Bolsonaro nas eleições 2022 no Twitter | *Tathiana Senne Chicarino, Desirèe Luíse Lopes Conceição, Mércia Alves*
- 125 METODOLOGIAS APLICADAS ÀS REDES SOCIAIS ON-LINE: a importância de considerar a unidade de análise para a pesquisa | *Emerson Cervi, Luiza Jardim*
- 149 STORYTELLING POLÍTICO NO TWITTER: uma análise das narrativas de Lula e Bolsonaro nas eleições de 2022 | *Patrícia Dias dos Santos, Juliana Mastrascusa Espíndola, Mario Sergio Araujo Dias*

ARTIGOS

- 169 A PRODUÇÃO SOBRE AS JUVENTUDES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL: uma análise a partir da plataforma SciELO | *Alexandre Barbosa Pereira*

- 186 AS DISPUTAS EM TORNO DOS CONTRATOS INTERMITENTES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2012-2017) | *Henrique Rodrigues Moreira, Cristiano Fonseca Monteiro*
- 211 DESIGUALDADES NA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL DA BOLÍVIA: um estudo de 2000 a 2021 | *Ana Cristina de Oliveira Mélo, Alexandre Cesar Cunha Leite*
- 230 O AUXÍLIO EMERGENCIAL E A FINANCEIRIZAÇÃO DA POBREZA NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022) | *Guilherme Figueredo Benzaquen*
- 250 O TRABALHO POR PLATAFORMA NA CONSTRUÇÃO CIVIL | *Manuela Antonia Gomes da Rocha, Manuela de Carvalho Rodrigues*
- 267 PERIFERIZAÇÃO DO MUNDO: reflexões sobre as transformações do capitalismo à luz do processo de expansão da condição periférica | *Victor Pimentel Ferreira, João Camargo de Albuquerque Mello, Rennan de Medeiros Pimentel*

ENSAIO

- 288 NOTA SOBRE A IDEIA DE LUGAR DE FALA | *Renato Ortiz*

RESENHAS

- 297 A CRISE DO CUIDADO: uma comparação entre Brasil, França e Japão | *Caroline Ledesma Al-Alam, Sheila Stolz*
- 304 CONSTRUÇÃO, DIÁLOGO E PRÁTICA: o canteiro de obras da interseccionalidade como teoria social crítica | *Lucas Trindade, Ingrid Daniely Vale dos Santos, Mariane Joyce Ferreira Saraiva*

CONTENTS

9 EDITORIAL

DOSSIER

CONFLICTS AND DEMOCRATIC CRISES IN BRAZIL IN THE ERA OF DIGITALIZED POLITICS

- 13 PRESENTATION CONFLICTS AND DEMOCRATIC CRISES IN BRAZIL IN THE ERA OF DIGITALIZED POLITICS | *Emerson Cervi e Tathiana Chicarino*
- 16 THE WEINTRAUB CONTROVERSY: Actors, Digital Traits, and Political Positions on Twitter | *Helga de Almeida, Marcus Abílio Pereira, Cláudio Luís de Camargo Penteado, Bruno Anuniação Rocha.*
- 42 ANALYSIS OF EMOTIONS IN THE DEBATE ON CHILDHOOD VACCINATION AGAINST COVID-19 ON TWITTER | *Maria Alice Silveira Ferreira, Isadora Lira, Julia Marks Santana*
- 63 DISINFORMATION AND NARRATIVES: An Analysis of Disinformation Verified by the "Fato ou Boato" Page During the 2022 Elections | *Caio Henrique Pinheiro de Paula, Rosemary Segurado*
- 82 HOMOPHOBIC HATE SPEECH ON FACEBOOK: an analysis of comments on news publications in cybernewspapers from Campo Grande | *Lucas Souza da Silva, Hélder Prior*
- 105 ENGAGEMENT AND POPULISM: Lula and Bolsonaro's digital presence in the 2022 electoral race on Twitter | *Tathiana Senne Chicarino, Desirèe Luíse Lopes Conceição, Mércia Alves*
- 125 METHODOLOGIES APPLIED TO ONLINE SOCIAL NETWORKS: the importance of considering the unit of analysis for research | *Emerson Cervi, Luíza Jardim*
- 149 POLITICAL STORYTELLING ON TWITTER: An Analysis of the Narratives of Lula and Bolsonaro in the 2022 Elections | *Patrícia Dias dos Santos, Juliana Mastrascusa Espíndola, Mario Sergio Araujo Dias*

ARTICLES

- 169 BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ON YOUTH: An Analysis on SciELO Platform | *Alexandre Barbosa Pereira*
- 186 DISPUTES AROUND ZERO-HOUR CONTRACTS IN THE CHAMBER OF DEPUTIES (2012-2017) | *Henrique Rodrigues Moreira, Cristiano Fonseca Monteiro*

- 211 INEQUALITIES IN WOMEN'S PARTICIPATION IN THE INFORMAL LABOR MARKET OF BOLIVIA: a study from 2000 to 2021 | *Ana Cristina de Oliveira Mélo, Alexandre Cesar Cunha Leite*
- 230 EMERGENCY AID AND THE FINANCIALIZATION OF POVERTY IN BOLSONARO'S GOVERNMENT (2019-2022) | *Guilherme Figueredo Benzaquen*
- 250 PLATFORM WORK IN CONSTRUCTION SERVICES | *Manuela Antonia Gomes da Rocha, Manuela de Carvalho Rodrigues*
- 267 PERIPHERALIZATION OF THE WORLD: reflections on the transformations of capitalism in the light of the process of expansion of the peripheral condition | *Victor Pimentel Ferreira, João Camargo de Albuquerque Mello, Rennan de Medeiros Pimentel*

ESSAY

- 288 NOTES ON THE IDEA OF PLACE OF SPEECH | *Renato Ortiz*

REVIEW

- 297 THE CARE CRISIS: a comparison between Brazil, France and Japan | *Caroline Ledesma Al-Alam, Sheila Stolz*
- 304 CONSTRUCTION, DIALOGUE AND PRACTICE: the construction site of intersectionality as a critical social theory | *Lucas Trindade, Ingrid Daniely Vale dos Santos, Mariane Joyce Ferreira Saraiva*

EDITORIAL

Rogério de Souza Medeiros*

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos**

A Revista Política & Trabalho chega ao seu número 60 apresentando o dossiê “Embates e crises democráticas no Brasil em tempos de política digitalizada”, organizado por Tathiana Chicarino e Emerson Cervi. O dossiê reúne um conjunto de análises sobre o impacto das redes sociais on-line na atual dinâmica política do Brasil, com uma ênfase maior no antigo Twitter (atualmente o X), a plataforma mais utilizada pela elite política brasileira. Os artigos enfocam as maneiras como líderes, militantes e instituições públicas se envolvem em embates discursivos e como emoções, intenções e projetos são amplificados pelas tecnologias digitais no campo político. O dossiê busca explicitar o olhar sobre os conflitos políticos do campo digital e as pautas de polarização e crises democráticas que marcaram o Brasil nos últimos anos.

A primeira parte do dossiê se concentra em acontecimentos recentes, como a polêmica sobre as urnas eletrônicas e os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e a forma como a mobilização e radicalização dos grupos políticos ocorreram pelas redes sociais. A segunda parte abrange as eleições presidenciais de 2022 e aborda a presença dos candidatos principais, Lula e Bolsonaro, e as narrativas, as táticas de desinformação e as estratégias populistas adotadas no X. O conjunto de questões levantadas e problematizadas pelo dossiê coloca em evidência a centralidade das plataformas digitais como arenas de embate político e o seu potencial de transformação sobre as sociabilidades democráticas. Além das análises reunidas no dossiê, essa edição traz ainda seis artigos de fluxo contínuo, um ensaio especial escrito por um autor convidado e duas resenhas.

Abrindo a seção de textos de fluxo contínuo, o artigo “A produção sobre as juventudes no campo das ciências humanas no Brasil: uma análise a partir da plataforma SciELO”, de autoria de Alexandre Barbosa Pereira, apresenta o mapeamento da produção científica brasileira sobre a temática da juventude no período de 2001 a 2019, revelando que as abordagens se agrupam em duas grandes concepções sobre a juventude: ora como ator político portador de um potencial de

* Editor da Revista Política & Trabalho e professor da Universidade Federal da Paraíba.

** Editor da Revista Política & Trabalho e professor da Universidade Federal da Paraíba .

mudança sociocultural e inovação política, ora como um problema social a ser solucionado. O artigo finaliza destacando a necessidade de uma concepção alargada de juventude, mais plural e multifacetada, que seja capaz de evitar análises reducionistas e prevenir a produção e reprodução de estereótipos.

Na sequência, o artigo de Henrique Rodrigues Moreira e Cristiano Fonseca Monteiro, intitulado “As disputas em torno dos contratos intermitentes na Câmara dos Deputados (2012-2017)”, aborda a Reforma Trabalhista promulgada em 2017, com atenção especial para o processo de tramitação na Câmara dos Deputados que resultou na institucionalização dos contratos de trabalho intermitente. O estudo explora os diversos elementos que compunham o contexto político em que se processou a tramitação da matéria e identifica a emergência de uma janela de oportunidade política que permitiu a aprovação da inclusão dos contratos de trabalho intermitente como parte do texto final da reforma.

No artigo seguinte, intitulado “Desigualdades na Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho Informal da Bolívia: Um Estudo de 2000 a 2021”, os autores Ana Cristina de Oliveira Mélo e Alexandre César Cunha Leite se debruçam sobre as estatísticas oficiais referentes ao mercado de trabalho do país andino ao longo de duas décadas, para revelar uma grande concentração da mão de obra feminina em trabalhos informais, além da reprodução da desigualdade de gênero no mercado de trabalho em consonância com o que ocorre no resto do mundo.

Na sequência, o artigo de Guilherme Figueredo Benzaquen, intitulado “O Auxílio Emergencial e a financeirização da pobreza no governo Bolsonaro”, apresenta uma provocante análise acerca da política de transferência de renda de caráter emergencial que foi adotada durante o governo Bolsonaro (2019-2022). O autor caracteriza essa medida enquanto uma forma de “gestão da pobreza” pelo Estado brasileiro, que é representativa de um processo mais abrangente de “financeirização da pobreza” e constitutivo do padrão atual de dominação/expropriação capitalista.

Em “O Trabalho por Plataforma na Construção Civil”, Manuela Gomes da Rocha e Manuela de Carvalho Rodrigues apresentam uma análise acerca do crescimento da presença de empresas-plataformas que fazem a intermediação de serviços no setor da construção civil, revelando sua lógica de funcionamento e sua dinâmica de atuação à luz dos debates recentes sobre terceirização, precarização e uberização do trabalho. A análise revela como essas plataformas contribuem para a manutenção do quadro atual de predomínio do trabalho precarizado, ao mesmo

tempo que acrescentam camadas adicionais de expropriação do trabalho, configurando uma “comercialização do desemprego”.

Fechando a seção, temos o artigo de Victor Pimentel Ferreira, João Camargo de Albuquerque Mello e Rennan Pimentel intitulado “Periferização do mundo: reflexões sobre as transformações do capitalismo à luz do processo de expansão da condição periférica”. Partindo de uma análise acerca da ascensão e declínio do Estado de Bem-Estar Social nas últimas décadas, os autores defendem o uso da noção de “periferização do mundo” como chave analítica apropriada para a leitura das principais transformações ocorridas no mundo capitalista nas últimas décadas. O argumento é construído com base em um diálogo com a obra de diversos teóricos contemporâneos e conclui apontando a necessidade da formação de uma agenda de pesquisa abrangente acerca de uma recente amplificação da condição periférica e suas consequências para as mais diversas dimensões da vida social.

Na seção seguinte, temos a satisfação de apresentar um ensaio produzido por um autor convidado, o sociólogo Renato Ortiz. No artigo, Ortiz nos apresenta uma perspectiva crítica acerca da relação entre a ideia de “lugar de fala” e as Ciências Sociais. Uma vez que a ideia de lugar de fala tem sido frequentemente mobilizada por diferentes atores sociopolíticos brasileiros no debate público contemporâneo, a reflexão apresentada pelo autor traz uma contribuição importante a esse debate, que é tanto acadêmico quanto político, ao lançar luz sobre aspectos que nem sempre são claramente tematizados pelos atores em disputa. Com isso, o autor lança pistas valiosas para compreendermos os limites e as potencialidades dessa ideia, enquanto categoria identitária, cognitiva e política.

Por fim, essa edição traz ainda duas resenhas. Na primeira, intitulada “A Crise do Cuidado: Uma Comparação entre Brasil, França e Japão”, as autoras Sheila Stolz e Caroline Ledesma Al-Alam comentam o livro “O cuidado: teorias e práticas”, de Helena Hirata (2022). Já em “Construção, Diálogo e Prática: o canteiro de obras da interseccionalidade como teoria social crítica”, Lucas Trindade, Ingrid Daniely Vale dos Santos e Mariane Joyce Ferreira Saraiva examinam a obra “Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica”, de Patricia Hill Collins (2022).

Boa leitura!

Os editores.

Dossiê

Embates e Crises Democráticas

no Brasil em Tempos de Política

Digitalizada

APRESENTAÇÃO:
**EMBATES E CRISES DEMOCRÁTICAS NO BRASIL EM TEMPOS DE POLÍTICA
DIGITALIZADA**

PRESENTATION
***CONFLICTS AND DEMOCRATIC CRISES IN BRAZIL IN THE ERA OF
DIGITALIZED POLITICS***

Emerson Cervi (UFPR)

Tathiana Chicarino (FESPSP; PUC-SP)

O presente Dossiê intitulado “Embates e crises democráticas no Brasil em tempos de política digitalizada” traz à luz uma sistemática discussão sobre política nas redes sociais online, a partir de análises empíricas realizadas no ambiente digital mais usado pela elite política brasileira, o Twitter (atualmente X).

Desde sempre a política, enquanto uma forma de ação humana ligada ao poder, diria Maquiavel (1976), esteve sujeita a transformações mais ou menos intensas a depender da perspectiva adotada pelo observador/estudioso da política.

E como há em toda tecnologia uma ambivalência intrínseca, Lévy (2011, p. 21) vai dizer que ela transporta para o mundo material nossas emoções, intenções e projetos: “não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso [...] como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal”. E são essas emoções, intenções e projetos o objeto de nosso Dossiê.

Reiterando o dito acima, as tecnologias digitais amparadas na internet não são a priori positivas ou negativas – dependem dos contextos e de seus usos – e tampouco neutras – já que é condicionante ou restritiva, abrindo ou fechando possibilidades. No caso brasileiro, o antigo Twitter (atualmente X) foi escolhido como o ambiente digital preferencial para as manifestações públicas da elite política, não apenas por parte das lideranças, em suas contas pessoais, como também de forma institucional, pelas agências de Estado e órgãos políticos. Isso fez com que jornalistas e militantes políticos usassem o espaço para embates discursivos em apoio ou crítica a líderes ou a instituições. O dossiê proposto aqui tem o objetivo de tratar de

diferentes embates entre lideranças políticas, militantes e instituições públicas no ambiente digital nos últimos dois anos. Do ponto de vista prático, o dossiê reúne trabalhos de pesquisadores de diferentes instituições e regiões do país com o objetivo comum de observar conflitos políticos em ambientes digitais.

Assim, desde as manifestações glocais do início dos anos 2010, temos observado o uso das redes sociais digitais na mobilização e organização de protestos (Gerbaudo, 2020) e também na delimitação dos léxicos mobilizados por ativistas e movimentos de viés progressista e/ou situados no campo da esquerda (Andrés, 2023), mas também por grupos de direita (Alonso, 2023), que anos depois se radicalizarão na extrema direita, sendo fundamentais na vitória de Bolsonaro em 2018 (Cesarino, 2018).

Estamos, portanto, diante de uma transformação na sociabilidade política, sendo assim, entendemos que discussões metodológicas são de extrema relevância para o campo das Ciências Sociais. Como o artigo “Metodologia aplicada às Redes Sociais On-line: a importância de considerar a unidade de análise para a pesquisa” que se debruça sobre diferentes níveis de análise que vão desde os padrões discursivos de contas on-line, passando pela interação entre contas, e culminando em uma dimensão temporal da presença e intensidade do tema em casos concretos, quais sejam, a reunião do ex-presidente Jair Bolsonaro em julho de 2022 com embaixadores sobre as urnas eletrônicas e os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Considerando o período de mandato presidencial de Bolsonaro, trazemos mais dois artigos. Um que analisa o comportamento e o posicionamento ideológico de perfis acerca da demissão do então ministro da Educação no texto “A Controvérsia Weintraub: atores, traços digitais e posicionamentos políticos no Twitter”. E o outro, intitulado “Análise das emoções no debate sobre vacinação infantil contra covid-19 no Twitter”, busca identificar emoções contidas em publicações digitais, e seu uso enquanto ferramenta de mobilização social, no período que compreende a autorização da vacinação infantil contra covid-19 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Indo para o pleito de 2022, apresentamos mais três artigos que buscam compreender os novos caracteres das campanhas eleitorais em contexto hipermediático (Ituassu *et al.*, 2019) e espetacularizado (Debord, 2016). Um deles busca compreender a presença digital dos candidatos Lula (PT) e Bolsonaro (PL) na perspectiva da Teoria do Discurso laclauiana (2015) em “Engajamento e populismo: A presença digital de Lula e Bolsonaro nas eleições 2022 no Twitter”. O artigo “Storytelling político no Twitter: uma análise das narrativas de Lula e

Bolsonaro nas eleições de 2022” objetiva compreender como estruturas narrativas são utilizadas para engajar e influenciar o eleitorado no ambiente digital. Na sequência, o artigo “Desinformação e Narrativas: Uma análise das desinformações verificadas pela página ‘Fato ou Boato’ durante as Eleições de 2022”, ao analisar uma iniciativa de combate à desinformação realizada pelo TSE, evidenciou sua dinâmica temporal e a relação com o clima político.

E, por fim, um artigo que trata de outra rede social, especificamente acerca do “Discurso de ódio homofóbico no *Facebook*: uma análise dos comentários das publicações de notícias nos Ciberjornais de Campo Grande”, buscou investigar como se dá a repercussão e manutenção do preconceito e da discriminação.

Referências

- ALONSO, Angela. **Treze**. A política de rua de Lula a Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ANDRÉS, Roberto. **A razão dos centavos**. Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, São Paulo, v. 1. n. 1, fev. 2020.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- GERBAUDO, Paolo. **Redes e Ruas**: mídias sociais e ativismo contemporâneo. São Paulo: Editora Funilaria, 2020.
- ITUASSU, Arthur *et al.* De Donald Trump a Jair Bolsonaro: democracia e comunicação política digital nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e 2018, no Brasil. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 8., 2019, Brasília. **Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**. Brasília: UnB, 2019.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

**A CONTROVÉRSIA WEINTRAUB:
Atores, traços digitais e posicionamentos políticos no Twitter**

***THE WEINTRAUB CONTROVERSY:
Actors, Digital Traits, and Political Positions on Twitter***

Helga de Almeida*

Marcus Abílio Pereira**

Cláudio Luís de Camargo Penteadó***

Bruno Anunciação Rocha****

Resumo

Com o objetivo de compreender o comportamento e o posicionamento ideológico dos usuários que participam de conflitos políticos no Twitter, investigamos as interações discursivas na plataforma nos dias 18 e 19 de junho de 2020 sobre a demissão do até então ministro da educação, do governo federal, Abraham Weintraub. Nossa estratégia foi a de analisar 100 perfis de usuários que participaram do que chamamos de “controvérsia Weintraub” no Twitter, tendo como referência o termo “weintraub”. Foram selecionados os 50 perfis de usuários que produziram os *tweets* mais retuitados e os 50 perfis de usuários que produziram *tweets* que tiveram mais comentários. Investigamos os traços digitais dos perfis, com o intuito de compreender se eles oferecem informações sobre o posicionamento dos usuários nessa controvérsia e também seu posicionamento ideológico. Os resultados mostram que: (i) influenciadores mais jovens são mais retuitados e políticos mais velhos são mais comentados; (ii) a maior parte dos *tweets* retuitados e comentados manifestava apoio a Weintraub; (iii) usuários alinhados ideologicamente à direita se posicionaram de maneira diversa entre si, o que indica uma divisão interna nesse campo; (iv) todos os usuário alinhados a Bolsonaro se posicionaram em apoio a Weintraub, o que indica uma coesão da direita bolsonarista na comunicação via Twitter, não obstante haver alguma divergência se se leva em consideração usuários de direita não bolsonaristas; (v) os usuários alinhados ideologicamente à esquerda que se posicionaram sobre o conflito foram todos contrários a Weintraub, o que indica uma coesão da esquerda em geral na comunicação via Twitter. Os resultados obtidos nesta pesquisa corroboram a utilidade e a relevância do método de análise de traços digitais, na medida em que ele permite compreender outras dimensões dos fenômenos sociais e políticos nas plataformas digitais que são inescrutáveis por métodos mais tradicionais, como a análise de redes.

Palavras-chave: Controvérsia. Twitter. Traços digitais. Weintraub.

* Professora Adjunta da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Professora do PPGCP-UFPI e do POCAM-Univasf. Doutora em Ciência Política pela UFMG. Pesquisadora do Observa - Observatório de Conflitos na Internet e do CEPPI - UFMG. Coordenadora do Politik – UNIVASF. Email: helgaalmeida@gmail.com

** Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Coordenador do Centro de Pesquisas em Política e Internet (CePPI). Email: magopebh@gmail.com

*** Professor Titular da UFABC. Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Pesquisador do Laboratório de Tecnologias Livre (LabLivre/UFABC), do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP/PUCSP), do INCT de Democracia Digital (INCT-DD) e do grupo de estudos do Observatório de Conflitos Online (Observa).

Email: claudio.penteadó@ufabc.edu.br

**** Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do CePPI/UFMG. Email: bruno.a.rocha@gmail.com

Abstract

In order to understand the behavior and the ideological positioning of users who participate in political conflicts on Twitter, we investigated the discursive interactions on the platform on June 18 and 19, 2020, on the resignation of the then Minister of Education of the federal government Abraham Weintraub. Our strategy was to analyze 100 profiles of users who participated in what we call the “Weintraub controversy” on Twitter, using the term “weintraub” as a reference. The 50 user profiles that produced the most retweeted tweets and the 50 user profiles that produced tweets that had the most comments were selected. We investigated the digital traces of the profiles in order to understand whether they offer information about the positioning of users in this controversy and also their ideological positioning. The results show that: (i) younger influencers are more retweeted and older politicians are more commented; (ii) most of the tweets retweeted and commented expressed support for Weintraub; (iii) users ideologically aligned to the right positioned themselves differently from each other, which indicates an internal division in this field; (iv) all users aligned with Bolsonaro expressed support for Weintraub, indicating cohesion among the Bolsonaro-supporting right wing in communication via Twitter, despite some divergence when considering non-Bolsonaro right-wing users; (v) ideologically left-aligned users who commented on the conflict were all opposed to Weintraub, indicating general cohesion among the left wing in communication via Twitter. The results obtained in this research corroborate the usefulness and relevance of the digital trace analysis method, as it allows to understand other dimensions of social and political phenomena on digital platforms that are inscrutable by more traditional methods, such as network analysis.

Keywords: Controversy. Twitter. Digital traces. Weintraub.

Introdução

Em uma sociedade cada vez mais digitalizada, as mídias sociais e os aplicativos de troca de mensagens digitais se tornaram, na última década, um dos *loci* fundamentais para a interação discursiva, possibilitando que novas temáticas sejam trazidas a público, sendo elaboradas, contestadas ou absorvidas pela opinião pública. As diferentes formas de interação entre os atores que se fazem presentes nessas mídias sociais complexificam as formas de entendimento da ação coletiva, das maneiras com que os usuários que ali se encontram se comportam e se relacionam em controvérsias sobre variadas temáticas, expressando a diversidade e heterogeneidade da sociedade. Nesse sentido, os desafios para pesquisadores, agentes públicos e desenvolvedores das plataformas são imensos na compreensão das interações, muitas vezes expressas em forma de disputas discursivas que expressam as controvérsias da vida social e política, como no caso em estudo.

No presente trabalho, abordaremos algumas dessas questões ao analisarmos uma controvérsia que ocorreu no Twitter durante os dias 18 e 19 de junho de 2020, sobre a demissão de Abraham Weintraub, ex-ministro da educação (2019-2020) do ex-presidente Jair Bolsonaro. A referida demissão ocorreu no dia 18 de junho e foi seguida pela indicação de Weintraub a um posto no Banco Mundial, no dia 19 de junho. Weintraub esteve ao lado de Bolsonaro comandando a pasta por mais de 14 meses e, no fim de sua gestão, acumulou desentendimentos com a comunidade judaica, com os representantes da China no Brasil, além de defender com ofensas a prisão dos ministros do Superior Tribunal Federal (STF) (Quinan; Araújo; Albuquerque, 2021).

Em um contexto político marcado por forte polarização ideológica e afetiva (Fuks; Marques, 2023), expressa principalmente nas plataformas digitais, o objetivo deste trabalho é estudar o comportamento e o posicionamento ideológico dos usuários que participaram do conflito político no Twitter, observados por meio do embate discursivo em torno da demissão de Abraham Weintraub, a partir da análise dos traços digitais deixados nesta rede social pelos usuários. Esses traços revelam, além da postura dos usuários sobre a controvérsia em si, algum posicionamento no espectro ideológico (“direita”, “esquerda” e “não se alinha”), bem como “apoio” ou “oposição” ao ex-presidente da República Jair Bolsonaro.

Para a classificação dos traços digitais, utilizamos a proposta metodológica de análise dos traços digitais de perfis em plataformas digitais de atores políticos no Canadá, desenvolvida por Crosset, Tannet e Campana (2018) nos estudos sobre articulações on-line. Essa metodologia, através de elementos simbólicos (imagens, *emojis* e textos) disponíveis nos perfis, possibilita identificar as características dos usuários dentro da plataforma. Com esse intuito, analisamos os traços digitais dos 100 perfis mais participativos, sendo 50 perfis de usuários que produziram os *tweets* mais retuitados e os 50 perfis de usuários que produziram *tweets* que tiveram mais comentários/respostas.

Buscamos, assim, responder à seguinte pergunta: em um contexto de forte polarização afetiva e ideológica – verificada pelas controvérsias discursivas em torno de temas políticos, como a demissão de Weintraub – quais são os elementos comuns expressos nos perfis, por meio de traços digitais, como imagens, símbolos e outras formas de identificação, pelos quais se estruturam as redes que disputam discursivamente o sentido da “controvérsia Weintraub”? O objetivo é analisar se há elementos comuns nos traços digitais entre os perfis que se posicionaram sobre o assunto e protagonizaram o debate, buscando sinais que permitam reconhecer a posição desses usuários na “controvérsia Weintraub”, no espectro ideológico (em um contexto de alta polarização política), bem como seu posicionamento em relação ao então presidente da República, Jair Bolsonaro. Dessa forma, os perfis digitais dos usuários da plataforma são compreendidos como um “cartão de visitas”, uma apresentação das credenciais que podem indicar os posicionamentos políticos dos usuários e sua atuação dentro das discussões on-line.

Acreditamos que essa análise colabora para uma melhor compreensão do que aqui chamamos de “controvérsia Weintraub” e suas conexões com o contexto político brasileiro, indo além da questão inicial de verificar apenas quem foi a favor ou contra a demissão do

controverso ministro da educação. Com essa estratégia analítica, inserimos uma segunda camada de elementos que pode nos oferecer uma visão mais complexa e nuançada da controvérsia em análise.

Além desta introdução, o artigo possui outras quatro seções. Na seção 2, tratamos das questões teóricas sobre o que é uma controvérsia em ambiente digital e descrevemos a tipologia de traços digitais, através da revisão da literatura sobre o tema. Em seguida, apresentamos nossas estratégias metodológicas e discutimos o fenômeno que estamos investigando a partir da análise dos traços. Na seção 4, desenvolvemos a discussão sobre os dados analisados e, por último, apresentamos nossas considerações finais.

Cartografia de controvérsias e traços digitais

Desde a última década, um grupo de pesquisadores tem buscado desenvolver estratégias metodológicas e métodos específicos para analisar fenômenos sociais e políticos que ocorrem na internet (Marres; Weltevrede, 2013; Marres, 2015; Rogers, 2016; Venturini *et al.*, 2017; Condie; Costa, 2018; D'Andréa, 2018). Neste campo de pesquisas, chamado de “programa de métodos digitais”, a internet (e suas plataformas) pode ser entendida tanto como **ferramenta quanto o ambiente de pesquisa a ser estudado** (Condie; Costa, 2018), cada vez mais central em uma sociedade mais digitalizada.

Para Richard Rogers (2016), um dos mentores do grupo, o fundamental é reconhecer que a internet é, além de objeto de estudo, uma fonte para os estudos e, sendo assim, “**o conhecimento pode ser construído com base em dados coletados e analisados por dispositivos**” (Rogers, 2016, p. 5). Isso significa que “a internet permite que pesquisadores a tratem como uma fonte de dados, um método, uma técnica” (Rogers, 2016, p. 13) para a compreensão das interações mediadas em seus canais de comunicação.

Para Rogers (2016), seguir o meio é uma forma particular de pesquisar as suas especificidades, levando em consideração os recursos e objetos digitais, em contraponto a objetos digitalizados. Essa distinção entre digital e digitalizado é fundamental para a proposta do autor, pois nos permite analisar recursos e objetos nativos digitais e seus modos de funcionamento, tornando possível analisarmos os dados coletados por meio do processo de cartografia de controvérsias (D'Andréa, 2018).

A cartografia de controvérsias é uma proposta de pesquisa que tem colaborado para a compreensão das discussões políticas em contextos digitais. Trata-se de um conjunto de

técnicas para explorar e visualizar temáticas, sendo um método de pesquisa para observar e descrever debates sociais (Venturini, 2010). O desenvolvimento desse método tem permitido que pesquisadores definam a existência ou não de uma controvérsia, assim como quem são os atores que participam de uma controvérsia on-line.

Para os objetivos deste trabalho, a controvérsia será entendida como o reconhecimento de uma discordância que abrange desde a necessidade de reconhecimento do outro até a percepção da inevitabilidade da vivência partilhada. “Qualquer coisa entre estes dois extremos [...] pode ser considerado como uma controvérsia” (Venturini, 2010, p. 6). Em suma, as controvérsias podem ser entendidas como uma situação de confronto, de uma contestação entre racionalidades distintas, na busca pela compreensão e sentido de um determinado problema no mundo social, expressas por meio de embates discursivos entre perfis em plataformas digitais.

Todo esse fenômeno ocorre em plataformas privadas operadas por algoritmos e, por isso, também existe a necessidade de entendermos o funcionamento técnico delas, as práticas de apropriação pelos usuários dos canais e as estratégias de comunicação e mobilização dos atores, como, por exemplo, o uso de *hashtags*, robôs de impulsionamento, uso de desinformação e outras táticas de comunicação.

Apesar do avanço das pesquisas e o desenvolvimento nas formas de coletas de dados nas plataformas digitais, as especificidades das redes, o anonimato e a descontextualização do discurso trazem um conjunto de questões metodológicas acerca da validade e da qualidade dos dados coletados (Crosset; Tanner; Campana, 2018). O conceito de traços digitais pode colaborar para lidar com essas dificuldades. Os traços se referem à detecção e gravação de uma ação on-line e a uma ferramenta usada para produzir e detectar esta ação (Marres; Weltevrede, 2013). Estes traços digitais são **inscrições produzidas por dispositivos digitais em sua mediação de ações coletivas** (Venturini *et al.*, 2017, p. 2).

Foram Crosset, Tanner e Campana (2018) que desenvolveram uma tipologia dos traços digitais para mapear ações de usuários da extrema direita canadense no Twitter. Na tipologia, há um conjunto específico de elementos simbólicos (imagens, *emojis*, textos, etc.), chamado neste artigo de “traço 1”, que considera a autoapresentação do indivíduo nas redes em seus perfis dentro de uma plataforma, isto é, pseudônimos, biografias, avatares, pela qual o usuário desenha sua identidade on-line e, simbolicamente, se constrói diante dos olhares dos demais usuários. O conjunto de traços 2 são encontrados nos *tweets*, postagens de até 280 caracteres que permitem analisar o conteúdo dos discursos on-line e, assim, identificar quais são as

afiliações políticas dos usuários. O conjunto de traços 3 é formado pelas conversas e interações on-line que permitem identificar a quais ideologias e grupos ideológicos os usuários pertencem e aqueles com os quais manifestam discordância. Finalmente, o conjunto de traços 4 emergirá a partir da análise das imagens e memes compartilhados. De acordo com Crosset, Tanner e Campana (2018), a mídia social é pictórica, formando imagens, símbolos e memes que ganham destaque em mídias sociais e podem dizer muito sobre o usuário.¹

O perfil digital se configura, assim, como um arranjo coletivo que conecta: arranjos técnicos (plataformas de mídia social), identidades políticas (ideologias e posicionamentos políticos) e arranjos econômicos (modelos de negócio das plataformas). Para as autoras, os perfis funcionam como uma representação digital construída por meio da expressão e do compartilhamento de conteúdo. Assim, neste estudo, investigamos em profundidade o “traço 1” dos perfis mais relevantes na, aqui denominada, “controvérsia Weintraub”.

Metodologia

Para este estudo, o Twitter foi selecionado² para analisar a “controvérsia Weintraub”. Por sua dinâmica comunicacional, o Twitter se configura como um espaço de sociabilidade, conversação, divulgação de informações e rede de discussão (Boyd; Golder; Lotan, 2010), onde os principais agentes produtores de notícias políticas também publicam seus conteúdos (Bruns; Burgess, 2012), podendo fomentar controvérsias on-line. No Twitter, as principais formas de interação entre os perfis são através do retuíte de uma mensagem (*tweet*), do compartilhamento dessa mensagem com os seguidores do perfil e da resposta (*reply*) a um conteúdo publicado³.

Utilizamos três técnicas de análise para alcançarmos os objetivos traçados: acompanhamento da conjuntura política em diferentes meios de comunicação para mapearmos quando, como e por que surgiram discussões políticas na rede; análise estatística do volume e repercussão das

¹ A diferença entre o conjunto de traços 2 e 4 consiste no fato de um *tweet* não conter sempre e necessariamente todos os elementos: texto, imagem, memes e *links* externos (Crosset; Tanner; Campana, 2018). Dessa forma, “memes, símbolos e imagens” e “*tweets*” podem ser tratados, para fins analíticos, como objetos distintos.

² Apesar de ter menos usuários que o Facebook, WhatsApp e Instagram no Brasil, no Twitter, por suas características sociotécnicas de interatividade menos restrita pelos algoritmos, é possível fazer a identificação do conflito e da disputa de narrativas entre os perfis. Com a compra da plataforma por Elon Musk, em 2022, a plataforma mudou o nome para X.

³ Os retuítes são principalmente utilizados para reforçar um ponto de vista compartilhado, uma concordância com a mensagem original (Boyd; Golder; Lotan, 2010; Del Valle; Bravo, 2018), enquanto os *replies* podem ser utilizados para expressar uma discordância ou uma contra-argumentação à postagem original, principalmente em situações de conflitos (Schantl *et al.*, 2013).

publicações sobre o tema (basicamente a quantidade de retuítes e respostas de determinados perfis); e análise de traços digitais dos principais contendores na disputa discursiva.

Por meio das ferramentas computacionais desenvolvidas pelo laboratório ao qual este trabalho está associado⁴, foram coletados *tweets* com o termo “weintraub” através da API do Twitter. A coleta teve início no dia 18 de junho de 2020 às 16:22 horas (mesmo dia da saída do ministro) e terminou no dia 19 de junho de 2020 às 17:07 (aproximadamente 24 horas de coleta, tempo-padrão utilizado pelo laboratório). O banco de dados gerado teve um total de 443.325 *tweets*, sendo que desse total, 347.703 (78%) foram retuítes e 19.311 (4%) de comentários/respostas (*reply*). Com a coleta e montagem do banco de dados, foi possível perceber um claro embate entre temáticas interligadas, tais como argumentos a favor e contra o ministro, a favor e contra sua saída do ministério, e a favor e contra o governo Bolsonaro, demonstrando a existência de uma controvérsia conforme definida por Venturini (2010).

Neste momento inicial, os dados coletados foram processados e nos permitiram identificar os principais atores nessa controvérsia. Para tanto, foi gerado um sumário, por meio de um *script* desenvolvido pelo projeto, identificando as 50 mensagens com mais retuítes e as 50 mensagens com maior número de comentários.

Na segunda etapa da pesquisa, analisamos os perfis dos 50 usuários mais retuitados e os 50 usuários mais comentados⁵ naquele conflito a partir dos indicadores desenvolvidos por Crosset, Tanner e Campana (2018). A descrição e análise desses perfis no debate nos ajudam a compreender a identidade daqueles perfis mais relevantes com base na posição adotada na disputa, seja ela “a favor”, “contra” ou “neutra” em relação à demissão de Weintraub e ao governo de Jair Bolsonaro, assim como a posição ideológica do perfil no espectro político (“esquerda”, “direita” e “centro”)⁶.

Dentro dos perfis que protagonizaram os debates do conflito Weintraub, definimos 15 variáveis independentes que compõem o conjunto do “traço 1” e contribuem para caracterizar a posição do usuário na “controvérsia Weintraub”. Separamos essas variáveis independentes em dois grandes grupos: aquelas relativas a conteúdo e aquelas relativas a imagens.

⁴ O nome do projeto foi retirado para mantermos o anonimato dos autores do artigo.

⁵ Com o objetivo de proporcionarmos uma leitura mais fluida do texto, adotaremos, no presente trabalho, a tradução em português “comentados ou comentários” para a palavra inglesa “*reply*”, mas é importante ressaltar que *reply* significa tanto comentários quanto respostas.

⁶ Analisamos e classificamos individualmente os perfis com base nos critérios explicados adiante. Em seguida, os resultados foram comparados e as divergências discutidas coletivamente com o intuito de criar uma percepção compartilhada sobre o posicionamento ideológico, o posicionamento em relação ao então presidente Jair Bolsonaro e o posicionamento em relação a Weintraub em cada um dos perfis.

Traço 1 - Análises de conteúdo**Objetiva**

- 1) Localização: opção na qual o usuário pode definir ou não sua localização (cidade, estado e país);
- 2) Perfil verificado⁷: serviço oferecido pela plataforma de autenticação do usuário, serve para reconhecer um usuário real e distingui-lo de perfis falsos e robôs;
- 3) Sexo: identificação por meio da foto de perfil do usuário em masculino, feminino e não identificado/ não se aplica (caso de empresas, avatares e outros);
- 4) Raça: classificação por meio da foto de perfil (se existente) do usuário em branca, negra/indígena e não identificado/ não se aplica (caso de empresas, avatares e outros);
- 5) Idade: classificação por meio de informação do usuário em jovem (abaixo de 40 anos) ou não jovem (acima de 40 anos);
- 6) Seguidos: número de perfis seguidos pelo usuário;
- 7) Seguidores: número de perfis que seguem o usuário.

Chamamos atenção para as variáveis a seguir. Através delas foi construído o “Índice de alinhamento observado através de análise de conteúdo dos perfis”, ou seja, a partir do agrupamento de informações textuais abaixo, buscou-se avaliar se haveria sinais de algum alinhamento político/ideológico do usuário.

Índice de alinhamento observado através de análise de conteúdo dos perfis

- 8) *Tweet* fixado: existência ou não de um *tweet* em destaque e fixo, que oferece alguma informação sobre o usuário;
- 9) @nome (ID usuário): nome (ID) do usuário que pode expressar alguma identificação sociopolítica. Ex.: Bolsoneas; Sargento FAHUR;
- 10) Nome: nome utilizado pelo usuário que pode ou não corresponder ao ID usuário. Ex.: Brasil Sem Medo;
- 11) Biografia: existência ou não de uma descrição biográfica do usuário.

⁷ No momento da coleta, a equipe técnica do Twitter, hoje nomeado como X, ainda premiava com um pequeno selo azul ao lado do usuário, e chamava de “perfil verificado”, contas que ela considerava autênticas, relevantes e que ofereciam conteúdos regulares e de qualidade sobre determinado assunto. No entanto, desde 1º de abril de 2023, o selo de verificado é dado para aquelas pessoas que pagam o X Premium.

Já as próximas variáveis analisadas nos permitiram construir o que chamamos de “Índice de alinhamento observado através de análise de imagens dos perfis”, ou seja, a partir do agrupamento de informações imagéticas abaixo, buscou-se avaliar se haveria sinais de algum alinhamento político/ideológico do usuário.

Análises da imagem

Índice de alinhamento observado através das análises de imagens

- 12) Uso de *emojis* no nome – existência ou não de algum símbolo/*emoji* que caracterize o usuário;
- 13) Foto de perfil: existência ou não de foto selecionada pelo usuário;
- 14) Figura de capa: existência ou não de figura de capa, que pode conter imagens, mensagens e símbolos.

Para dar sequência às nossas análises de conteúdo, no momento seguinte da nossa estratégia metodológica, unimos esses dois índices acima em apenas um, de forma tal que este novo índice incluisse tanto o “alinhamento observado através da análise de conteúdos dos perfis” quanto o “alinhamento observado através das análises de imagens”.

Perfil do usuário

- 15) Tipologia dos perfis: Buscamos criar uma tipologia dos perfis analisados. Com as informações do traço 1, pudemos classificar os perfis da seguinte maneira: **político** (usuário que ocupe ou tenha ocupado algum cargo eletivo ou que ocupe ou tenha ocupado algum cargo de nomeação política em algum momento de sua vida); **celebridade** (usuário oriundo dos meios massivos, como por exemplo apresentador de programa televisivo, ou um ator ou atriz); **influenciador** (usuário que é oriundo dos próprios meios digitais e que possui mais de 10.000 seguidores)⁸; **mídia tradicional** (portais de notícias de conglomerados de mídia massiva); **mídia digital** (alguma fonte de notícia criada originalmente na internet); **jornalista** (usuários que se autodeclaram jornalistas); **usuário comum** (que não se encaixa em nenhum anterior).

⁸ Influenciadores (re)produzem conteúdo para influenciar a opinião, atitude ou comportamento das audiências. Especificamente, podemos definir os influenciadores nesta amostra como lideranças de opinião (Dubois; Gaffney, 2014; Soares *et al.*, 2018). Para este estudo, foi adotado o critério arbitrário de número de seguidores (maior potencial de influência) para diferenciar o usuário comum de influenciador.

Criamos, ainda, uma tipologia das identidades produzida a partir da análise dos traços dos perfis e que geraram dois eixos de análise:

- A posição do perfil no espectro ideológico (direita/ esquerda/ não se alinha)⁹;
- A posição do perfil em relação ao presidente Bolsonaro (opositor ou apoiador).

A importância dessa tipologia se justifica pelo contexto extremamente polarizado em que se encontrava, e ainda se encontra, a sociedade brasileira. Podemos reconhecer a existência de polos políticos que se repartem entre “esquerda”, “direita” e um grupo de “não alinhados”, além de uma outra divisão entre “apoiadores” e “opositores” do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. É relevante mencionar essa segunda divisão política dado que, no cenário nacional, dentro da própria direita há essa divisão, ou seja, há atores políticos que são de direita, mas foram opositores de Bolsonaro, como, por exemplo, a ex-deputada federal Joice Hasselmann, do Partido Social Liberal (PSL), e o ex-governador de São Paulo, João Dória, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

A controvérsia que analisamos está fortemente influenciada por essas duas divisões políticas, já que o principal tema em discussão era a demissão de um ministro da educação do governo federal e sua indicação para um posto-chave no Banco Mundial. Desta forma, os argumentos mobilizados durante essa disputa discursiva tinham como pano de fundo uma divisão no espectro ideológico (“esquerda”, “não alinhado” e “direita”) e uma divisão entre “apoiadores” e “opositores” de Bolsonaro. A partir desta construção analítica, procuramos observar o conjunto focado no “traço 1”, localizando na biografia, nome de usuário, entre outras informações de apresentação do perfil, características que pudessem ser resumidas em quatro grupos de perfis diferentes dentre os 100 usuários que estamos analisando (50 perfis mais comentados e 50 perfis mais retuitados):

- 1) se alinha a Bolsonaro;
- 2) se alinha à direita;
- 3) se alinha à esquerda;
- 4) não se alinha.

⁹ Para distinguirmos direita e esquerda, utilizaremos a proposta clássica de Norberto Bobbio (1995) em seu livro “Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política”.

Um perfil que se alinha a Bolsonaro seria reconhecido a partir de traços que explicitem o apoio ao então presidente, tais como foto do mandatário, alguma frase na biografia de apoio, o nome, o ID ou um *emoji* que façam alguma referência positiva ao ocupante da cadeira presidencial.

Um perfil alinhado à direita pode ser reconhecido por traços que fazem referência a símbolos patriotas, como a bandeira brasileira e as cores verde e amarelo, além de menções a valores conservadores, como família, Deus, armas, e posicionamentos contra o aborto, entre outros. Já um perfil alinhado à direita, porém com uma orientação econômica liberal, pode ser identificado por traços que fazem referência ao empreendedorismo, ao liberalismo e a valores pró-mercado, como *emojis* de saco de dinheiro, notas de dinheiro, banco e saco de compras, simbolizando o consumo. Este último perfil englobaria tanto apoiadores de Bolsonaro quanto usuários que são de direita, mas opositores do presidente.

Um perfil de usuários reconhecido como de esquerda evidenciaria símbolos explícitos de militantes de esquerda, tais como bandeiras vermelhas e frases de oposição ao presidente.

Por último, um perfil que não apresenta nenhuma tendência à esquerda ou direita é o que não oferece nenhuma indicação de se vincular a qualquer um dos polos.

As tabelas 1 e 2 contêm, respectivamente, a lista dos perfis que serão analisados e perfis com maior participação na controvérsia estudada.

Tabela 1 - Lista dos usuários autores dos 50 tweets mais comentados e 50 tweets mais retuitados no conflito da saída do ex-ministro da educação Weintraub no Twitter, 2020

Mais retwittados		Mais comentados	
mateusno	6	QuebrandoOTabu	AbrahamWeint 26 carlosjordy
jpgadelhaof	7	Bolsoneas	jdoriajr 27 Joubberth19
AbrahamWeint	8	CassiDebiasi	AbrahamWeint 28 BolsonaroSP
mateusbandeiraa	9	RevistaTerca	AbrahamWeint 29 SF_Moro
GuilhermeBoulos	0	jdoriajr	exame 30 allantercalivre
lucasrohan	1	Luis_R_Oficial	AbrahamWeint 31 marciolabre
henriolliveira	2	LuizHenrique_RJ	LucianoHuck 32 SF_Moro
leandroruschel	3	EmmanuelMoraes	RodrigoMaia 33 MarinaSilva
g1	4	blogdojefferson	CarlaZambelli38 34 SenadorKajuru

Ivanavanab	5	jornalnacional	0	joicehasselmann	35	carteiroreaca
1 JornalBSM	6	taoquei1	1	DouglasGarcia	36	Cesarbeapbeap
2 _kaymeow	7	marivedder	2	dudamendoncab	37	GuilhermeBoulos
3 lacombeopressor	8	Jouberth19	3	DamaresAlves	38	gugachacra
4 dimacgarcia	9	RaquelStasiaki	4	veramagalhaes	39	ContaratoSenado
5 dimacgarcia	0	GuilhermeBoulos	5	allantercalivre	40	arthurmoledoval
6 carmelonetobr	1	veraholtzirreal	6	ArthurWeint	41	CrysthianeA
7 AbrahamWeint	2	leandroruschel	7	SF_Moro	42	folha
8 Robinnh1Wolver	3	conexaopolitica	8	mateusno	43	MarceloLins68
9 SargentoFAHUR	4	MarceloFreixo	9	g1	44	DedaAladim
0 luscazou	5	Clauwild1	0	SenadorKajuru	45	bollemdb
1 dobrevbrien	6	dimacgarcia	1	AbrahamWeint	46	ArthurWeint
2 Suellen9m	7	leandroruschel	2	miriamleita0	47	UOLNoticias
3 tlmota	8	IanMdo	3	henriolliveira	48	CarlaZambelli38
4 blogdojefferson	9	BolsonaroSP	4	AbrahamWeint	49	jairbolsonaro
5 sensacionalista	0	babi	5	tabataamaralsp	50	henriolliveira

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 2 - Usuários que tiveram mais de um tweet entre os mais retuitados e comentados, conflito Weintraub, 2020.

Listas	Usuário	Número de tweets
50 tweets mais retuitados	dimacgarcia	3
	leandroruschel	3
	blogdojefferson	2
	GuilhermeBoulos	2
	AbrahmWeint	2
50 tweets mais comentados	AbrahmWeint	6
	SF_Moro	3
	henriolliveira	2
	blogdojefferson	2
	ArthurWeint	2
	CarlaZambelli38	2
	SenadorKajuru	2

Fonte: Elaboração dos autores.

Análise dos dados

Este artigo trabalha com os dados daqueles usuários cujos *tweets* foram mais retuitados e dos usuários cujos *tweets* receberam mais comentários. Para uma análise mais detalhada, dividiremos o mapeamento dos perfis responsáveis por essas postagens. Primeiramente, procuraremos entender as identidades daqueles por trás dos *tweets* mais retuitados na “controvérsia Weintraub”. Em um segundo momento, investigaremos quem são os responsáveis pelos *posts* mais comentados. Importante salientar que alguns usuários foram responsáveis por mais de uma postagem no grupo das mais retuitadas e comentadas. Ainda assim, há uma grande heterogeneidade de autores de *posts* nessa controvérsia.

Abaixo apresentamos as duas subseções, com as análises separadas dos perfis e variáveis independentes dos 50 perfis que foram mais retuitados e os 50 mais comentados.

Análise de perfis com *tweets* mais retuitados

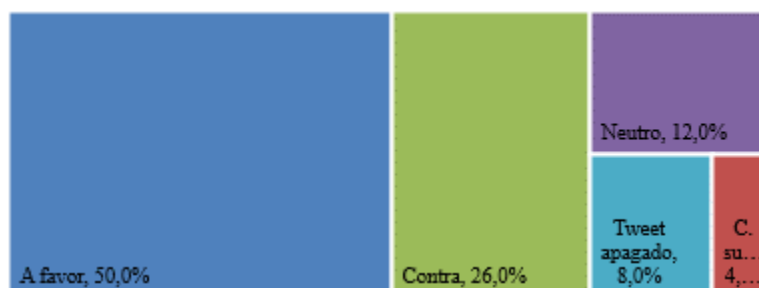
Iniciamos nossa análise dos retuítes fazendo uma leitura mais geral dos 50 perfis mais retuitados. A partir da Tabela 2 se nota, por exemplo, que 5 perfis foram responsáveis por 12 dos *tweets* mais retuitados. As contas responsáveis foram @dimacgarcia, @leandroruschel, @blogdojefferson, @GuilhermeBoulos e @AbramWeint. Ressalta-se que estas são figuras com origens biográficas diversas e que tiveram grande exposição no momento do estudo por causa de posts que foram republicados por dezenas de pessoas. Além disso, as duas primeiras contas citadas são de influenciadores e as três últimas são de políticos. É ainda interessante ver que o próprio ministro demissionário, Abraham Weintraub, foi responsável por três dos “*tweets* mais retuitados” e sete dos “*tweets* mais comentados”, o que faz sentido já que ele era o centro da controvérsia e por ser um usuário muito ativo no Twitter. Abaixo apresentamos o gráfico que demonstra a distribuição dentro do eixo de “apoio” ou “oposição” a Weintraub.

Podemos constatar que o polo mais forte no conflito Weintraub dentre os “*tweets* mais retuitados” são mensagens a favor do ex-ministro, 50%. Mensagens “contrárias” a ele foram 26%, “neutras” foram 12% e “*tweets* que foram apagados ou que não puderam ser lidos porque as contas foram suspensas” foram 12%.

Além disso, dos “*tweets* a favor”, seis deles, ou seja, 20%, atacam Rodrigo Maia, o então presidente da Câmara dos Deputados, acerca de sua declaração sobre a saída e a nomeação do ex-ministro para cargo no Banco Mundial, “No Banco Mundial? É...Porque não sabem que ele

trabalhou no Banco Votorantim, que quebrou em 2009 e ele [Weintraub] era um dos economistas do banco”¹⁰.

Gráfico 1 - Posição dos 50 tweets mais retweetados no conflito em relação a weintraub, 2020



Fonte: Elaboração dos autores.

Na sequência podemos observar os dados apresentados na Tabela 3, onde 62% dos usuários informam a localização. Desse total, os “perfis com maior número de retuítos” são da “região Sudeste” (32,33%), seguidos de “perfis que se declaram localizados no Brasil” e sem especificar região, estado ou município (22,6%). A maior parte são “perfis não verificados”, com 64% de ocorrências. Há um predomínio de perfis “masculinos” (60%), “brancos” (76%) e “jovens” (52%). Vale destacar que não há perfis de pessoas negras e indígenas. Os dados também revelam que a média de perfis seguidos pelo Top 50 é alta (3.129), entretanto essa média é elevada por causa dos perfis @RaquelStasiaki (segue mais de 91 mil) e @Suellen9m (mais de 18 mil), que destoam dos demais com menos perfis seguidos. Em relação à média de seguidores dos “perfis mais retuitados”, pode-se dizer que é alta (mais de 488 mil seguidores). No entanto, há ocorrência de perfis com menos de mil seguidores, como @mateusbandeiraa com 266. Essa média elevada está associada a perfis muito populares, com mais de um milhão de seguidores (por exemplo: @g1 com mais de 11 milhões e @BolsonaroSP com mais de 2 milhões).

Em relação aos “perfis mais retuitados que apoiaram Weintraub” podemos perceber que a maior parte dos usuários que informam sua localização regional está no “Sudeste” (37,5%), em seguida aparecem “Centro-Oeste” (12,9%), “Nordeste” (9,7%), “Sul” (6,5%) e “Norte” (3,2%). O restante dos perfis está localizado no “exterior” (12,9%) ou limita-se a informar que estão no “Brasil”, sem mais especificações, (22,6%). A maioria dos “apoiadores” é composta

¹⁰<https://istoe.com.br/maia-ironiza-indicacao-de-weintraub-para-o-banco-mundial-trabalhou-no-banco-votorantim-que-quebrou-em-2009/>

por “perfis não verificados” (80%), formados principalmente por “homens” (60%), “brancos” (88%) e “jovens” (56%). Já os perfis contrários são localizados principalmente na região “Sudeste” (57,1%), sendo que 61,5% são “verificados”. Há a predominância (88%) de perfis “masculinos” e “brancos” (58,3%). No entanto, em relação à “idade”, a maior incidência é formada por “não identificada/não se aplica” com 41,7%. Os perfis “neutros” se caracterizam por serem em sua maioria “verificados” (66,7%) e “homens” (60%), não sendo possível identificar ou não se aplicam às categorias “raça” e “idade”, ambas com 60% de ocorrências.

Na avaliação das médias de “perfis seguidos” é possível verificar que os “favoráveis” têm uma média muito superior aos “contrários” e “neutros”. Contudo, em relação aos “seguidores”, os perfis “neutros mais retuitados” na disputa possuem a maior média, puxados por perfis de “mídia” (como por exemplo @g1 e @jornalnacional), com milhões de seguidores.

Tabela 3 - Caracterização objetiva perfis usuários responsáveis pelos 50 tweets mais retuitados, conflito Weintraub, 2020.

Localização			
Não informa	38%	Informa	62%
Dos que informa			
Sudeste	32,3%	Posicionamento a favor:	
Centro-Oeste	12,9%	Sudeste	37,5%
Nordeste	9,7%	Brasil	25%
Sul	6,5%	Outros	37,5%
Norte	3,2%	Posicionamento contrário	
Brasil	22,6%	Sudeste	57,1%
Exterior	12,9%	Outros:	42,9%
Perfil verificado			
Não	64%	Sim	36%
	Não		Sim
Posicionamento a favor Weint.	80,0%		20,0%
Posicionamento contrário a Weint.	38,5%		61,5%
Posicionamento neutro.	66,7%		33,3%
Sexo			
feminino			22,0%
masculino			60,0%
não identificável/não se aplica			18,0%
	Feminino	Masculino	Não ident/NSA
Posicionamento a favor Weint.	28%	60%	12,0%
Posicionamento contrário a Weint.	0%	88%	12,0%
Posicionamento neutro.	20%	60%	20%
Raça			
branca			76%
negra/índigena			0%
não identificável/não se aplica			24%
	Branca	Negra/índigena	Não ident/NSA
Posicionamento a favor Weint.	88%	0%	22,0%

Posicionamento contrário a Weint.	58,3%	0%	41,7%
Posicionamento neutro.	40%		60%
Idade			
jovem			52%
não jovem			18%
não identificável/não se aplica			30%
	Jovem	Não Jovem	Não ident/NSA
Posicionamento a favor Weint.	56%	24%	30%
Posicionamento contrário a Weint.	33%	25%	41,7%
Posicionamento neutro.	40%		60%
Seguidos			
Média			3129,2
Média posicionamento a favor Weint.			5523,9
Média posicionamento contrário a Weint.			415,2
Média posicionamento neutro.			1703,5
Seguidores			
Média			488.994,7
Média posicionamento a favor Weint.			270.317,4
Média posicionamento contrário a Weint.			763.497,7
Média posicionamento neutro.			987.788,3

Fonte: Elaboração dos autores.

Podemos observar na Tabela 4, a partir das análises do conteúdo textual e imagético dos perfis daqueles que fizeram “*tweet* a favor do ex-ministro Weintraub”, que 88% deles mostraram estar alinhados à “direita”, 56% a “Bolsonaro” e 12% deram sinais textuais e imagéticos de serem “neutros”. Lembrando que “aqueles que se alinham a Bolsonaro” estão contidos nos que “se alinham à direita”, por isso há possibilidade de sobreposição das duas categorias. Dentre aqueles que fizeram “*tweet* contra Weintraub” constatamos uma distribuição interessante, 7,7% dessas mensagens vieram de perfis que apresentavam traços de serem de “direita”, 46,2% eram de “esquerda” e 46,2% “não se alinharam a ideologias” em seus perfis. Já entre os “*tweets* neutros”, ou seja, aqueles que apenas noticiaram o fato e não tomaram partido, estavam presentes massivamente pessoas de “direita” e pessoas que “não tinham perfis que se alinhavam claramente”.

Tabela 4 - Posicionamento do tweet X alinhamentos observados na análise de conteúdo e imagem dos perfis responsáveis pelos 50 tweets mais retuitados, conflito Weintraub, 2020.

	Tweet a favor	Tweet Contra	Tweet Neutro	Tweet apagado/conta suspensa
Se alinhar a Bolsonaro	56,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Se alinhar à direita	88,0%	7,7%	75,0%	50,0%
Se alinhar à esquerda	0,0%	46,2%	0,0%	0,0%
Não se alinou	12,0%	46,2%	25,0%	50,0%

Fonte: Elaboração dos autores.

Por fim, em relação aos 50 *tweets* mais retuitados, vê-se que, em relação aos tipos de perfis que tuitaram “a favor”, 56% foram feitos por “influenciadores”, o que demonstra a rede de apoio de perfis formada dentro da própria *web*. Além disso, na Tabela 5, 16% eram perfis de “políticos”, outros 16% eram *tweets* de “usuários comuns” e 8% de “mídia digital”. Em relação aos *tweets* “contrários”, 30,8% foram feitos por perfis de “políticos”, 23,1% de contas de “influenciadores” e outros 23,1% da “mídia digital”, 15,4% de “usuários comuns” e 7,7% de perfis de “celebridades”. Em relação aos “*tweets* neutros”, em grande medida, foram feitos por “usuários comuns” (66,7%) e pela “mídia tradicional” (33,3%).

Tabela 5 - Posição do 50 *tweets* mais retuitados X tipo de perfil entre os 50 *tweets* mais retuitados, Conflito Weintraub, 2020.

Tipo de Perfil	Tweet a favor	Tweet Contra	Tweet Neutro	Tweet apagado/conta suspensa
Celebridade	0,0%	7,7%	0,0%	0,0%
Influenciador	56,0%	23,1%	0,0%	50,0%
Jornalista	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%
Mídia	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%
Mídia digital	8,0%	23,1%	0,0%	0,0%
Político	16,0%	30,8%	0,0%	33,3%
Usuário Comum	16,0%	15,4%	66,7%	0,0%
Sem informação	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaboração dos autores.

A análise dos 50 perfis mais retuitados revela uma dinâmica interessante sobre a “controvérsia Weintraub” observada no Twitter. Perfis de influenciadores e políticos foram os principais protagonistas entre as mensagens mais retuitadas, com uma prevalência de mensagens “a favor” de Weintraub. A distribuição geográfica dos perfis que fizeram os *tweets* mais retuitados mostra uma concentração na região Sudeste, com predominância de perfis não verificados, masculinos, brancos e jovens. Como esperado, a maioria dos perfis favoráveis a Weintraub é alinhada à direita e também ao bolsonarismo, enquanto a oposição é majoritariamente de perfis de esquerda ou não alinhados ideologicamente. Os *tweets* neutros, em sua maioria, vieram de perfis de mídia tradicional e usuários comuns, ressaltando a diversidade das fontes de informação e a complexidade do debate público no Twitter.

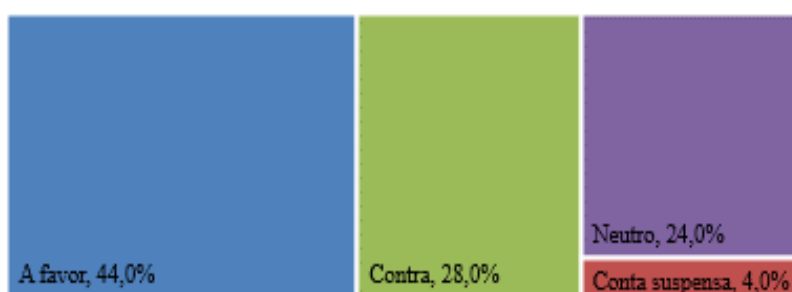
Análise dos perfis com *tweets* mais comentados

Retomamos aqui a Tabela 2 para uma primeira observação sobre aqueles perfis que tiveram suas mensagens mais comentadas no Twitter na ocasião da “controvérsia Weintraub”. Naquele momento, 6 contas foram responsáveis por 18 dos *tweets* mais comentados.

Chamamos atenção para o fato de que 4 dos autores são políticos (@AbrahmWeint, @SF_Moro, @CarlaZambelli38, @SenadorKajuru) e 2 são influenciadores (@allantercalivre e @henriolliveira)

Os dados do Gráfico 2 ilustram que a maior parte dos “*tweets* mais comentados” se posicionou “a favor” de Weintraub (44%), 28% foram “contrários” ao ex-ministro e 24% tuitaram mensagens “neutras” sobre esse conflito. É importante observar que, tanto no caso dos “*tweets* com mais retuítes” quanto no caso dos “*tweets* mais comentados”, a maior parte foi feita com conteúdo de “apoio” a Weintraub. Isso pode sinalizar uma militância mais ativa dos apoiadores do ministro e do ex-presidente Bolsonaro nessa controvérsia.¹¹

Gráfico 2 - Posição dos 50 tweets mais comentados no conflito em relação a Weintraub, 2020



Fonte: Elaboração dos autores.

Além disso, como podemos verificar na Tabela 6, a maior parte dos “perfis que mais tiveram respostas” informou sua localização (82%). Desse universo, 46,3% se localizam no “Sudeste”, seguido por 26% na região “Centro-Oeste”. A maioria dos perfis (82%) é “verificado”, “masculino” (66%), “branco” (86%) e “não jovem” (64%). Assim como nos dados relativos aos retuítes, os “perfis mais comentados” têm uma média alta de seguidos, inclusive superior aos *tweets* mais retuítes, e com grande diversidade entre eles. A média é puxada para cima por conta do perfil @folha, com mais de 177 mil seguidores. Contudo, a maioria dos perfis segue menos de mil perfis. Por outro lado, chama a atenção que os perfis “com maior número de respostas” no conflito tenham muitos seguidores, com uma média geral superior (de mais de um milhão e 600 mil seguidores). Há somente dois casos com valores menores que dez mil (@mateusno e @Cesarbeapbeap).

Os perfis “favoráveis a Weintraub” se caracterizam pela maior incidência nas regiões “Centro-Oeste” (50%) e “Sudeste” com 44%. A maioria (77%) tem perfil “verificado”. O

¹¹ Não ignoramos a possibilidade de parte dessas contas serem automatizadas (contas robô ou *ciborgue*). Contudo, tendo em vista os limites da pesquisa proposta, a verificação dessa possibilidade poderá ser objeto de trabalhos futuros.

padrão dos apoiadores mais comentados é composto por “homens” (77%), “brancos” (91%) e “não jovens” (64%). Os perfis “contrários” ao ex-ministro se localizam principalmente no “Sudeste” (80%) e todos (100%) são “verificados”. Os “perfis mais comentados contrários” ao ministro demissionário são caracterizados por serem “homens” (57%), predominantemente “brancos” (91%) e “não jovens” (71%).

A maior média de “perfis seguidos” é dos “apoiadores de Weintraub”, com mais de 11 mil perfis seguidos. Por outro lado, a média superior de “seguidores” é de perfis classificados como “neutros”, com média de quase 3 milhões de seguidores. Os perfis “contrários” vêm em seguida com mais de 1.700.000 “seguidores”.

Tabela 6. Caracterização objetiva perfis usuários responsáveis pelos 50 tweets mais comentados, conflito Weintraub, 2020.

Localização			
Não informa	18%	Informa	82%
Dos que informam			
Sudeste	46,3%		Posicionamento a favor:
Centro-Oeste	26,8%	Centro-Oeste	50%
Nordeste	0,0%	Sudeste	44%
Sul	2,4%	Norte	6%
Norte	9,8%		Posicionamento contrário
Brasil	7,3%	Sudeste	80%
Exterior	7,3%	Outros:	20%
Perfil verificado			
Não	18%	Sim	82%
	Não		Sim
Posicionamento a favor Weint.	22,7%		77,3%
Posicionamento contrário a Weint.	0,0%		100,0%
Posicionamento neutro.	16,7%		83,3%
Sexo			
feminino			24,0%
masculino			66,0%
não identificável/não se aplica			10,0%
	Feminino	Masculino	Não ident/NSA
Posicionamento a favor Weint.	18%	77%	4,5%
Posicionamento contrário a Weint.	43%	57%	0,0%
Posicionamento neutro.	17%	58%	25%
Raça			
branca			86%
negra/indígena			4%
não identificável/não se aplica			10%
	Branca	Negra/indígena	Não ident/NSA
Posicionamento a favor Weint.	91%	5%	5%
Posicionamento contrário a Weint.	93%	7%	0%
Posicionamento neutro.	75%	0%	25%
Idade			
jovem			26%
não jovem			64%
não identificável/não se aplica			10%
	Jovem	Não Jovem	Não ident/NSA

Posicionamento a favor Weint.	32%	64%	5%
Posicionamento contrário a Weint.	29%	71%	0,0%
Posicionamento neutro.	16,7%	58,3%	25%
Seguidos			
Média			5341,7
Média posicionamento a favor Weint.			11044,6
Média posicionamento contrário a Weint.			645,2
Média posicionamento neutro.			758,9
Seguidores			
Média			1.607.971,7
Média posicionamento a favor Weint.			936.827,9
Média posicionamento contrário a Weint.			1.729.485,7
Média posicionamento neutro.			2.903.164,5

Fonte: Elaboração dos autores.

A Tabela 7 mapeia os conteúdos dos *tweets* daqueles responsáveis pelas “50 postagens mais comentadas” e a ideologia demonstrada nos perfis dos usuários mais comentados, através do conteúdo textual e imagético das contas. Podemos verificar que a grande maioria dos usuários que mais fizeram *tweets* “a favor” de Weintraub eram de “direita” (95,5%). Os perfis “bolsonaristas” também estão fortemente presentes (72,7%) e, por fim, os “não alinhados” são pouco representativos (4,5%). Esse panorama demonstra que há uma presença ideológica da “direita” e de “alinhados a Bolsonaro” dentre os perfis que tuitaram “a favor” de Weintraub. Também chama atenção que a “direita contrária” a Weintraub esteja um pouco mais presente (28,6%) se comparada à Tabela 4. Além disso, 35,7% foram feitos pela “esquerda” e 35,7% “não se alinham”. Dos *tweets* “neutros”, 83,3% foram de perfis “não alinhados”. Assim, podemos conjecturar que há uma forte presença da “direita” entre os perfis que mais geraram debates.

Tabela 7 - Posicionamento do tweet X alinhamentos observados na análise de conteúdo e imagem dos perfis responsáveis pelos 50 tweets mais comentados, conflito Weintraub, 2020.

	Tweet a favor	Tweet Contra	Tweet Neutro	Tweet apagado/conta suspensa
Se alinhar a Bolsonaro	72,7%	0,0%	8,3%	0,0%
Se alinhar à direita	95,5%	28,6%	16,7%	50,0%
Se alinhar à esquerda	0,0%	35,7%	0,0%	0,0%
Não se alinhou	4,5%	35,7%	83,3%	50,0%

Fonte: Elaboração dos autores.

Por último, temos a Tabela 8 que analisa a relação entre as categorias de “perfis com *tweets* mais comentados” com o conteúdo dos *tweets*. Para começar, podemos afirmar que os perfis de “políticos” foram os mais comentados, seja com *tweets* “a favor”, “contra” ou “neutros”. Os *tweets* “neutros”, como era de se esperar, foram produzidos majoritariamente

pela “mídia tradicional”. “Influenciadores” (27,3%) e “políticos” (63,6%) concentraram grande parte dos “apoiadores de Weintraub” neste conflito, ou seja, juntos, eles respondem por mais de 90% dos *tweets* de apoio ao ex-ministro. Em relação aos *tweets* “contrários a Weintraub”, eles se concentram nos “jornalistas” com suas contas pessoais (21,4%) e nos “políticos” (64,3%), vindo na sequência “celebridades” e “influenciadores” com 7,1% (cada). Por fim, os *tweets* “neutros” foram produzidos majoritariamente por “políticos” (41,7%), “mídia” (25%) e “influenciadores” (16,6%).

Tabela 8 - Posição do 50 tweets mais comentados X tipo de perfil entre os 50 tweets mais comentados, conflito Weintraub, 2020.

Tipo de Perfil	Tweet a favor	Tweet Contra	Tweet Neutro	Tweet apagado/conta suspensa
Celebridade	0,0%	7,1%	0,0%	0,0%
Influenciador	27,3%	7,1%	16,6%	0,0%
Jornalista	0,0%	21,4%	0,0%	100,0%
Mídia	4,5%	0,0%	25,0%	0,0%
Mídia digital	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Político	63,6%	64,3%	41,7%	0,0%
Usuário Comum	4,5%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaboração dos autores.

É importante destacar que nos “*tweets* mais comentados” há tanto sinalizações de apoio quanto manifestações de críticas ao ministro, ao contrário do comportamento de retuítes, que geralmente indicam concordância com a mensagem original. Essa característica da interação através de respostas é um fator que contribui para explicar o grande número de ocorrências envolvendo perfis de políticos, que frequentemente recebem críticas e ironias dos usuários.

A análise dos traços digitais dos perfis que geraram os *tweets* mais comentados durante a “controvérsia Weintraub” revela também uma predominância de políticos e influenciadores, com uma maior presença de apoio a Weintraub. A maioria desses perfis eram verificados, masculinos, brancos e não jovens e falavam do Sudeste e do Centro-Oeste do Brasil. Novamente, como esperado, os perfis favoráveis a Weintraub mostraram uma forte orientação ideológica à direita e alinhamento ao bolsonarismo. Interessante perceber que a oposição era composta principalmente por perfis verificados do Sudeste. Além disso, a interação por meio de comentários refletiu tanto apoio quanto críticas, diferenciando-se do comportamento observado na análise das mensagens mais retuitadas. Isso expressa que, de fato, o retuite tende a expressar concordância com a mensagem original e o comentário nem sempre. Essa dinâmica destaca o papel de políticos profissionais na polarização do debate, atraindo tanto apoio quanto críticas e, assim, protagonizando conflitos.

Por fim, notamos que os perfis bolsonaristas que aparecem nas análises possuem um discurso muito alinhado. Se por um lado há algum posicionamento contrário a Weintraub vindo da direita mais ampla (7,7% e 28,6%, respectivamente mais retuitados e comentados), por outro, se o recorte é feito exclusivamente sobre os perfis bolsonaristas, percebemos uma unanimidade entre eles: todos apoiam Weintraub. Acreditamos que isso pode ser um indício de articulação da direita bolsonarista, uma estratégia de comunicação no Twitter a fim de defender o governo Bolsonaro.

Considerações Finais

A proposta inicial deste trabalho foi acompanhar uma controvérsia política da discussão pública on-line que se desenvolveu no Twitter em torno da demissão de Weintraub do ministério da educação, partindo da análise dos perfis dos usuários que produziram os 50 *tweets* mais tuitados e os usuários que produziram os 50 *tweets* mais comentados durante 24 horas entre os dias 18 e 19 de junho de 2020.

Grande parte das análises sobre conflitos no Twitter se limita aos métodos de análise de redes e de conteúdos dos *tweets*. Com intuito de expandir estratégias metodológicas, adotamos uma abordagem que reconhece os dispositivos digitais como elementos constitutivos dos fenômenos sociopolíticos no ambiente on-line, caracterizados por uma maior complexidade sociotécnica. Entendemos que esses dispositivos participam da própria controvérsia e da definição das questões (Marres, 2015, p. 677). A partir dessa abordagem, realizamos uma cartografia da “controvérsia Weintraub” com auxílio da tipologia dos traços digitais (Crosset; Tanner; Campana, 2018).

No trabalho, focamos na análise do “traço 1” para compreender a posição dos usuários do Twitter em relação à “controvérsia Weintraub” (“a favor”, “contra” ou “neutro”), bem como sua posição no espectro ideológico (“esquerda”, “direita” e “centro”). O “traço 1” foi definido por Crosset, Tanner e Campanha (2018) como o conjunto de características contidas na apresentação feita pelo próprio indivíduo em suas respectivas redes, incluindo biografia, pseudônimo e avatar, entre outros. Para organizar melhor a análise desses traços, dividimos as variáveis independentes em dois grupos principais: as relacionadas ao conteúdo e as relacionadas à imagem.

Dentro das “Análises de Conteúdo”, incluímos: 1) A primeira, denominada “Objetiva”, que capturou informações como localização, verificação do perfil, sexo, raça, idade, número de perfis

seguidos e número de seguidores; 2) A segunda, chamada “Índice de alinhamento observado através de análise de conteúdo dos perfis”, focada no *tweet* fixado, na ID do usuário (@), no nome e na biografia.

Dentro das “Análises de Imagem”, desenvolvemos o “Índice de alinhamento observado através das análises de imagens”, que se baseou na análise do uso de *emojis* no nome, na foto de perfil e na imagem de capa.

A combinação dessas metodologias adotadas no estudo possibilitou uma compreensão mais aprofundada das controvérsias, indo além das interações e conteúdos publicados nas redes. Essas controvérsias são articuladas dentro de uma infraestrutura sociotécnica (plataforma digital), mediadas por perfis de usuários que são constituídos por componentes socioculturais expressos pelos traços digitais, que incluem comportamentos, posicionamentos e apoio a candidatos, além de referências simbólicas como *emojis* e imagens que compõem o universo cultural do ambiente digital.

A pergunta que norteou nosso trabalho nos levou a investigar quais eram os elementos comuns expressos nos perfis por meio de traços digitais, como imagens, símbolos e outras formas de identificação pelos quais se estruturam redes que disputam discursivamente o sentido da “controvérsia Weintraub”. Por meio da análise dos traços digitais produzidos por 100 usuários (50 com os *tweets* mais retuitados e 50 com *tweets* mais comentados), constatamos que aqueles usuários que tuitaram “contra”, “a favor” ou de forma “neutra” na disputa política partilhavam algumas características comuns em seus perfis.

Inicialmente, pudemos afirmar que, majoritariamente, os usuários dos perfis analisados são homens, da região Sudeste e brancos. Identificamos uma diferença geracional significativa. No caso dos “*tweets* mais retuitados”, os homens são majoritariamente mais jovens, e nos “*tweets* mais comentados”, os homens são em sua maioria “não jovens”. Constatamos também que há diferenças relevantes em relação à “tipologia dos perfis” quando se observa aqueles perfis “mais retuitados” e “os mais comentados”. Nos “perfis com *tweets* mais retuitados”, os “influenciadores” foram os que mais tiveram seus conteúdos sobre Weintraub reproduzidos (56% com *tweets* “a favor”, 23,1% “contra” e 0% “neutro”). No caso dos “perfis com *tweets* mais respondidos”, os “políticos” foram os mais comentados (63,6% “a favor”, 64,3% “contra” e 41,7% “neutros”). Esses dados, conectados àqueles sobre idade/geração, demonstram que temos “influenciadores” mais “jovens” sendo mais retuitados e “políticos” mais “velhos” sendo mais comentados. Independentemente dessas diferenças, constatamos que tanto nos “*tweets*

mais retuitados” quanto nos “*tweets* mais comentados”, a maioria foi de conteúdo de apoio a Weintraub, evidenciando a força da direita bolsonarista nas redes.

As características etárias da amostra e a predominância de “influenciadores” como os mais retuitados e “políticos” como os mais comentados nos permite sugerir uma hipótese a ser testada em trabalhos futuros. A primeira sugestão é que o número de comentários nos *tweets* de “políticos” pode estar relacionado à sua condição de representantes eleitos, cujas ações e opiniões são alvo preferencial de cobranças e/ou manifestações de apoio ou rejeição. Para esse tipo de interação, o comentário em resposta ao *tweet* parece ser mais adequado, enquanto o retuíte, por ser uma reprodução que amplia o alcance do *tweet*, parece ser mais apropriado para a divulgação e corroboração do conteúdo (Boyd; Golder; Lotan, 2010; Del Valle; Bravo, 2018).

O passo seguinte da nossa análise foi compreender a relação entre o conteúdo dos *tweets* e as características dos perfis. Nesse aspecto, os achados foram reveladores. Tanto nos “perfis com mais *retweets*” quanto nos “perfis mais comentados”, ficou evidente uma divisão no campo da direita, entre uma direita bolsonarista e uma direita de oposição ao presidente. É interessante observar que há uma parcela da direita que se posicionou contra o ministro demitido, indicando uma fissura na coalizão de apoio dentro desse campo ideológico. Em relação aos perfis identificados como “esquerda”, todos os *tweets* analisados foram contrários a Weintraub.

Por último, mas não menos interessante, os “perfis não alinhados ideologicamente” (ou seja, que não apresentavam elementos que permitissem identificar se eram de esquerda ou direita) e que receberam mais *retweets* produziram conteúdo majoritariamente contrário a Weintraub (46,2%). Esse percentual contrasta com a posição dos “perfis neutros”. Ou seja, nos *tweets* mais comentados, uma significativa maioria (83,3%) produziu conteúdo neutro sobre a controvérsia.

Os perfis bolsonaristas analisados apresentam um discurso muito alinhado. Enquanto a direita mais ampla tem algum posicionamento contrário a Weintraub (7,7% dos retuítes e 28,6% dos comentários), os perfis bolsonaristas mostram unanimidade em seu apoio a Weintraub. Isso pode indicar uma articulação estratégica da direita bolsonarista para defender o governo Bolsonaro no Twitter.

Com este texto buscamos, por meio de um exercício metodológico, demonstrar a relevância da análise cuidadosa dos traços digitais que compõem os perfis dos usuários no Twitter. Consideramos que o foco nesses elementos pode contribuir significativamente para a compreensão das controvérsias que ocorrem nas redes. Com o objetivo de aprofundar este

esforço inicial e avançar na agenda de pesquisa, vislumbramos alguns passos futuros: (i) testar a hipótese sugerida nestas considerações finais; (ii) aprofundar a descrição e a análise dos próprios perfis, buscando conectar esta análise com possíveis identidades coletivas construídas, compartilhadas e reforçadas nos espaços digitais; (iii) investigar o papel das contas automatizadas na configuração das controvérsias no Twitter.

Referências

- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda** - razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOYD, Danah; GOLDBERGER, Scott; LOTAN, Gilad. Tweet, tweet, retweet: Conversational aspects of retweeting on twitter. *In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES*, 43., 2010, Kauai. **Proceedings of 43rd Hawaii International Conference on System Sciences**. Kauai: 2010. p. 1-10.
- BRUNS, Axel; BURGESS, Jean. Researching news discussion on Twitter: New methodologies. **Journalism studies**, v. 13, n. 5-6, p. 801-814, 2012.
- CONDIE, Jenna; COSTA, Cristina. Conclusion: (re-)exploring the practical and ethical contexts of digital research. *In: CONDIE, Jenna; COSTA, Cristina. Doing Research In and On the Digital: Research Methods Across Fields of Enquiry*. London: Routledge, 2018. p. 205-212.
- CROSSET, Valentine; TANNER, Samuel; CAMPANA, Aurélie. Researching far right groups on Twitter: Methodological challenges 2.0. **New media & society**, v. 21, n. 4, p. 939-961, 2019.
- D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: apontamentos teórico-metodológicos. **Galáxia**, São Paulo, n. 38, p. 28-39, 2018.
- DEL VALLE, Marc Esteve; BRAVO, Rosa Borge. Echo chambers in parliamentary Twitter networks: The Catalan case. **International journal of communication**, v. 12, p. 1-21, 2018.
- DUBOIS, Elizabeth; GAFFNEY, Devin. The multiple facets of influence: Identifying political influentials and opinion leaders on Twitter. **American behavioral scientist**, v. 58, n. 10, p. 1260-1277, 2014.
- FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2023.
- MARRES, Noortje. Why map issues? On controversy analysis as a digital method. **Science, Technology, & Human Values**, v. 40, n. 5, p. 655-686, 2015.
- MARRES, Noortje; WELTEVREDE, Esther. Scraping the social? Issues in live social research. **Journal of cultural economy**, v. 6, n. 3, p. 313-335, 2013.
- QUINAN, Rodrigo; ARAUJO, Mayara; ALBUQUERQUE, Afonso de. A Culpa é da China! : O discurso sino-conspiratório no governo Bolsonaro em tempos de COVID-19. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 151-174, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27698. Acesso em: 24 nov. 2023.
- ROGERS, Richard. O fim do virtual: os métodos digitais. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 10, n. 3, p. 1-34, 2016.
- SCHANL, J *et al.* The utility of social and topical factors in anticipating repliers in Twitter conversations. *In: ANNUAL ASSOCIATION FOR COMPUTING MACHINERY WEB SCIENCE CONFERENCE*, 5., 2013, New York. **Proceedings of the 5th Annual Association for Computing Machinery Web Science Conference**. New York: 2013. p. 376-385.
- SOARES, Felipe Bonow; RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Influencers in polarized political networks on

Twitter. In: **Proceedings of the 9th international conference on social media and society**. 2018. p. 168-177.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public understanding of science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

VENTURINI, Tommaso *et al.* An unexpected journey: A few lessons from sciences Po médialab's experience. **Big Data & Society**, v. 4, n. 2, p. 1-11, 2017.

Recebido em: 19/12/2023

Aceito em: 30/08/2024

**ANÁLISE DAS EMOÇÕES NO DEBATE SOBRE VACINAÇÃO INFANTIL
CONTRA COVID-19 NO TWITTER**

***ANALYSIS OF EMOTIONS IN THE DEBATE ON CHILDHOOD VACCINATION
AGAINST COVID-19 ON TWITTER***

Maria Alice Silveira Ferreira*

Isadora Lira**

Julia Marks Santana***

Resumo

Este estudo objetiva identificar as emoções mobilizadas nas publicações dentro da plataforma Twitter durante a Campanha de Vacinação Infantil contra a covid-19 no Brasil. Considerando o Twitter como uma rede social digital, na qual diferentes atores políticos expressam opinião e constroem narrativas, buscamos mapear as principais temáticas nos discursos em torno da vacinação infantil e as relações com as emoções, uma vez que o componente emocional é ferramenta importante para a mobilização social. Para este estudo, foi realizada uma coleta referente aos termos “vacina”, “vacinação” entre 14 de dezembro de 2021 e 22 de fevereiro de 2022, período que compreende a autorização da vacinação infantil contra covid-19 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e sua implementação. A partir da tipologia estabelecida por Jasper (1998) sobre emoções e de recentes trabalhos analisando o papel das emoções e mídias sociais (Ferreira, 2021; Penteado *et al.*, 2022), propomos um recorte dos 200 tuítes mais retuitados que abordem diretamente a vacinação infantil, totalizando 56 tuítes. Realizamos a análise a partir de cinco categorias: 1) se as postagens são a favor ou contra a vacinação infantil; 2) se o discurso é informativo, apelativo, argumentativo ou questionador; 3) se há presença de emoção no discurso e, em caso afirmativo; 4) de qual tipo; 5) se há utilização de recursos como *emojis*, vídeos, imagens; se há utilização de *hashtags*. Identificamos que a maioria dos tuítes mais retuitados (36 de 56) são favoráveis à vacinação, têm discurso apelativo (22) e a indignação é a emoção mais mobilizada.

Palavras-chave: Vacinação infantil. Emoções. Twitter.Covid-19

Abstract

This study aims to identify the emotions mobilized in Twitter posts during the Childhood Vaccination Campaign against Covid-19 in Brazil. Considering Twitter as a digital social network where different political actors express opinions and construct narratives, we sought to map the main themes in discourses around childhood vaccination and their relationships with emotions, as emotional components are crucial tools for social mobilization. The objectives were to: a) identify the emotions mobilized within the tweets. For this study, data collection focused on

* Professora da Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes. Pesquisadora de pós-doutorado no Centro de Pesquisas em Política e Internet, Universidade Federal de Minas Gerais (CEPPI-UFMG). E-mail: m.alicesilveira@gmail.com

** Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestra em Comunicação e Culturas Midiáticas (UFPB) e graduada em Comunicação - habilitação em Jornalismo (UFPB). E-mail: isadoratira@gmail.com

*** Bacharelada em Políticas Públicas e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Bacharel em Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: julia.marks1@yahoo.com.br

the terms "vaccine" and "vaccination" from December 14, 2021, to February 22, 2022, covering the authorization and implementation of childhood vaccination against Covid-19 by the National Health Surveillance Agency (ANVISA). Using the typology established by Jasper (1998) on emotions and recent works analyzing the role of emotions in social media (Ferreira, 2021; Penteado, Pereira, Ferreira, Chaves, 2021), we selected the top 200 most retweeted tweets directly addressing childhood vaccination, totaling 56 tweets. The analysis was conducted based on five categories: 1) whether the posts were in favor of or against childhood vaccination; 2) whether the discourse was informative, persuasive, argumentative, or questioning; 3) the presence of emotion in the discourse, and if so; 4) the type of emotion; 5) the use of resources such as emojis, videos, images, and hashtags. The study revealed that the predominant sentiment among the most retweeted tweets (36 out of 56) was favorable to vaccination, featuring a persuasive tone (22), with anger being the most prevalent emotion expressed.

Keywords: Childhood immunization. Emotions. Twitter. Covid-19

Introdução

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo estaria entrando em estado de pandemia causado pelo vírus SARS-CoV-2, conhecido como novo coronavírus. A covid-19, doença causada pelo vírus, se espalhou rapidamente e fez com que vários países fechassem suas fronteiras e implantassem *lockdowns* em diversas cidades do mundo. Por ser uma doença ainda desconhecida e sem vacina disponível, medidas de isolamento social e uso de equipamentos de proteção, como máscaras, foram amplamente difundidas como forma de conter a propagação da doença.

No Brasil, os anos de 2020 e de 2021 foram marcados por altos índices de contágios e mortes que só diminuíram à medida que a população brasileira foi sendo vacinada. Durante esses dois anos, o Brasil contabilizou mais de 600 mil mortes devido à covid¹, somando um dos maiores índices de mortalidade do mundo em relação à doença e mostrando a ineficaz política do governo brasileiro para combater a pandemia.

Sem dúvidas, o período da pandemia foi marcado por sentimentos de insegurança com relação ao futuro das pessoas e da humanidade. O medo da doença e o isolamento social trouxeram inúmeras incertezas e angústias. Por outro lado, sentimentos como confiança e esperança de que “tudo isso iria passar” também ecoavam nas conversas e diálogos entre as pessoas. Esse sentimento foi visível, principalmente, quando o anúncio da descoberta da vacina foi dado no final de 2020 (Penteado *et al.*, 2022).

A vacina trouxe esperança de que a pandemia iria acabar, mas também a suspeita de que ela não era eficaz e seria nociva à saúde. Esse embate discursivo foi ainda maior quando houve a aprovação da vacina para crianças menores de 5 anos, em janeiro de 2022. É dentro desse contexto de controvérsias e debates discursivos sobre a vacinação infantil contra a

¹ Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

covid que este trabalho foi construído. Aqui, procuraremos identificar as principais emoções mobilizadas dentro das publicações do Twitter² referentes à vacinação infantil contra a covid-19 no Brasil. Para isso, foram utilizadas técnicas de análise de sentimentos e de análise de conteúdo para identificar as emoções e as formas de discurso neles contidos. Dessa forma, procurou-se analisar se a) o conteúdo das postagens é favorável ou contrário à vacinação; b) qual forma de discurso foi utilizada nas publicações; c) se há presença de emoção e de qual tipo e, por fim, d) quais recursos de mídia foram utilizados (texto, vídeo, imagem, *hashtag* e/ou *emojis*).

O trabalho se encontra dividido em cinco partes além desta introdução. Na próxima seção será feita uma discussão sobre emoções e mídias sociais. Na seção 3, falaremos sobre o contexto político da vacinação infantil contra a covid no Brasil. Logo após, apresentaremos a metodologia utilizada para o trabalho e, na seção seguinte, traremos os resultados encontrados com a análise. Por fim, nas considerações finais, apontaremos os principais achados e os próximos caminhos da pesquisa. O trabalho se insere no âmbito de uma pesquisa desenvolvida dentro do Observatório de Conflitos On-line, que analisa diversos tipos de conflitos em ambientes digitais.

Emoções e redes sociais digitais

As emoções fazem parte do nosso dia a dia e estão presentes em muitos aspectos da nossa vida social. É por meio das emoções e sentimentos que conseguimos exprimir nossos desejos e anseios. Esses desejos, por sua vez, podem se transformar em ações que vão impactar a vida em sociedade. As ciências sociais, porém, negligenciaram durante um tempo o papel desse objeto nesse campo de estudos. Isso porque as emoções eram entendidas como algo da natureza e antagônicas ao uso da razão e, por isso, deveriam estar fora da esfera pública (Ferreira, 2021; Jasper; Goodwin; Polletta, 2001; Marcus, 2002; Papacharissi, 2015; Barbalet, 1998). No entanto, desde a década de 1970, as emoções têm ganhado mais destaque nesse campo de estudos, sendo colocada como uma importante ferramenta analítica para entender as configurações de poder e as formas de relação entre indivíduos e coletividade. Elas passam a ser entendidas como elementos

² Apesar da mudança de nome da rede social Twitter para X, preferimos manter neste trabalho a nomenclatura anterior. Isso porque os dados analisados são oriundos de quando a rede social era denominada Twitter e mostram as especificidades da plataforma naquele período.

significativos na constituição das relações sociais, instituições e processos (Barbalet, 1998; Greco; Stenner, 2008).

Dessa forma, entende-se que emoções, afetos e sentimentos podem ser tratados como algo público e socialmente construído (Oliveira, 2016)³. A retomada das emoções como categoria das ciências sociais busca romper com o antagonismo entre razão e emoção, visto que, muitas vezes, a emoção pode ser dotada de racionalidade (Marcus, 2002; Jasper, 2009). Sendo assim, o entendimento, na perspectiva sociológica, é de que as emoções humanas vão fazer sentido a partir das relações sociais, podendo ser, muitas vezes, compartilhadas, mobilizadas e transformadas (Vidrio, 2016; Jasper, 2014).

Para Jasper (2009), as emoções podem ser vistas como primárias ou secundárias. As primárias estariam ligadas ao estado corporal do indivíduo, como raiva e surpresa, ao passo que as emoções secundárias estariam ligadas a um contexto cultural, como a indignação e compaixão, por exemplo. Essas emoções não estão isoladas, dado que uma emoção primária pode gerar uma emoção secundária. Assim, as emoções muitas vezes estão ligadas a aspectos cognitivos e valores morais. Isso permite um maior aprendizado e adaptação, e olhar para o contexto é fundamental para se entender uma emoção. Em seu trabalho sobre emoções e protestos políticos, Jasper (1998) elenca uma lista de emoções que seriam importantes para se formar ações coletivas de protesto (quadro 01). Para ele, os protestos são importantes espaços para se entender as emoções, pois nesses locais é possível experimentar imagens e palavras que evocam sentimentos. Raiva e indignação, por exemplo, são emoções que estimulam a participação e são capazes de direcionar a culpa para algo ou alguém, além de criar simpatia entre os participantes. Jasper divide as emoções em: 1) laços afetivos primários – emoções mais duradouras que são resultado de compromissos que temos com outras pessoas; 2) emoções reativas ou reflexivas – são aquelas emoções que surgem e desaparecem rapidamente, sem um processo cognitivo e, por fim, 3) humores – que são emoções modulares e contagiantes, que podem ser levados de uma situação para outra.

³ Neste trabalho, utilizaremos os termos emoções, sentimentos e afetos como intercambiáveis. Sabe-se que em alguns campos de estudo essa definição pode ser problemática. No entanto, nosso entendimento faz parte do que chamamos de “dimensão emotiva”. Assim, emoções, afetos e sentimentos são entendidos aqui como algo público e socialmente construído. Outros trabalhos sobre emoções e política também seguem entendimento semelhante sobre esses termos (Marcus, 2002, 2000; Oliveira, 2016).

Quadro 1 - Tabela de emoções

Afetos primários	Descrição
Ódio, hostilidade, repugnância	Sentimento poderoso na criação de indignação e a fixação da culpa. Pode alterar metas de resultados práticos para punir os adversários
Amor	Pode ser relacionado a pessoas já no movimento; o amor também molda o mapa afetivo do mundo
Solidariedade, lealdade	Sentimentos positivos em relação aos outros podem levar à ação em nome desse grupo ou categoria
Suspeita, paranoia	Muitas vezes, levam à indignação e à articulação da culpa
Confiança, respeito	Sentimentos positivos básicos que influenciam outras respostas emocionais e cognitivas, padrões de alianças e credibilidade de alianças e credibilidade
Reações Primárias	Descrição
Raiva	Pode ter muitas fontes e pode ser canalizada em várias direções, incluindo raiva e indignação. Pode interferir com estratégias eficazes
Luto, perda, tristeza	A perda, especialmente de um ente querido, pode trazer a passagem da vida e levantar questões sobre o significado da vida
Injúria, indignação	Constroem sobre outras emoções, em grande parte, fornecendo um alvo ou uma análise
Vergonha	Pode levar à raiva e a reações agressivas
Humores	Descrição
Compaixão, simpatia, piedade	Leva a imaginar o sofrimento dos outros e a desenvolver o desejo de ajudá-los
Cinismo, depressão	Desencorajam o protesto, diminuindo as esperanças de mudança
Desafio	Postura que incentiva a resistência
Entusiasmo, orgulho	Emoções positivas que os líderes do protesto tentam encorajar: entusiasmo pelo movimento e pela causa, orgulho na identidade coletiva associada, como no poder negro
Inveja, ressentimento	Exagerado pelos primeiros teóricos da multidão, estas são emoções que poucos admitem e que geralmente levam a outras ações que não o protesto; no entanto, eles também podem aparecer entre os manifestantes
Medo, temor	Podem surgir de uma sensação de ameaça às rotinas diárias ou crenças morais. Eles podem paralisar, mas também se desenvolver em indignação
Alegria, esperança	A pessoa pode ser atraída pelas alegrias do empoderamento, um senso de “fluxo” em protesto e política, ou a antecipação de um melhor estado de coisas no futuro
Renúncia	Como o cinismo, pode diminuir a possibilidade percebida de mudança

Fonte: Jasper (1998).

Jasper, Goodwin e Poletta (2001) reforçam a ideia de como as emoções podem se tornar centrais no entendimento da vida política. Para os autores, emoções como medo, raiva, indignação, alegria são fundamentais para se entender a ação coletiva, por exemplo. Gould (2015) também reforça a ideia de que emoções, coletivas ou individuais, são importantes para a ação política. As emoções também podem ser transformadas e há uma energia emocional que permite esse direcionamento. A raiva, por exemplo, pode ser transformada em indignação que, por sua vez, pode se transformar em esperança (Castells, 2013; Jasper, 2014; Flam; King, 2005).

As redes sociais digitais têm ocupado um importante espaço de discussão do debate público, se destacando por ser um local onde indivíduos com perfis distintos debatem sobre uma infinidade de temas. Assuntos políticos são frequentemente abordados nesses espaços, com discussões acaloradas e, muitas vezes, polarizadas. As redes sociais digitais surgem do avanço da internet e das novas tecnologias como parte da nossa vida cotidiana. Diante dessas novas dinâmicas on-line, transformou-se o modo como os usuários se expressam, em que redes organizadas de uma maneira mais heurística do que deliberativa se formam através de estruturas sentimentais, nas quais os discursos expressos tendem a converter os usuários em um público afetivo, conectando as pessoas pelo afeto (Arias Maldonado, 2016; Papacharissi, 2015).

Através dessa estrutura de comunicação, pode-se perceber como o debate político se coloca na esfera pública de maneira mais sentimentalizada, rompendo com as noções que relacionam a política com a racionalidade (Oliveira; Coelho, 2019; Arias Maldonado, 2016). Torna-se ainda mais evidente como a política, por sua vez, não pode ser dissociada das emoções, pois elas contribuem para que os indivíduos se percebam em sociedade, engajem-se nos debates e construam uma solidariedade social e identitária essenciais para a formação da ação coletiva (Alonso, 2009; Chadwick, 2019).

Papacharissi (2015) afirma que as redes de estruturas digitais são caracterizadas pelo afeto. De acordo com a autora, os meios de comunicação, de uma forma geral, são capazes de transmitir e sustentar afetos e emoções, no entanto, as mídias sociais e as tecnologias facilitam a circulação em rede de fluxos produzidos e distribuídos, permitindo que as histórias sejam remodeladas e amplificadas. “Isso faz evocar a reação e sentimentos das pessoas que geram e reproduzem um espectro de relacionamentos com outros que são reproduzidos como um afeto” (Papacharissi, 2015, p. 36, tradução nossa).

A emoção, que está presente em vários aspectos da vida social, se torna um elemento central nas mídias sociais (Panger, 2017). Para Papacharissi (2015), o afeto pode nos ajudar a

compreender as lógicas em rede que impulsionam as distribuições de poder e formações políticas emergentes que se concretizam por meio do contágio e da viralidade. Assim, as expressões afetivas são capazes de dispersar viralmente e chamar outros públicos de apoio. Diversas emoções podem ser identificadas e mobilizadas dentro das mídias sociais. Crockett (2017) aponta que estudos sobre viralidade mostram que conteúdos mais fáceis de serem compartilhados são conteúdos que provocam emoções morais, como indignação, por exemplo. Os designs da plataforma também são capazes de estimular a indignação. De acordo com ela, as redes digitais podem otimizar estímulos e respostas numa arquitetura projetada para estimular esse tipo de emoção.

Gerbaudo (2016) também destaca o papel do entusiasmo como uma emoção importante dentro das mídias sociais para mobilização. Para o autor, existe uma espécie de contágio emocional, que são estágios afetivos compartilhados, nas mídias sociais. Esses estágios são inflamados pelas vanguardas digitais, ou seja, os administradores de conteúdos, que buscam uma resposta emocional dos usuários. Dessa forma, as expressões pessoais e afetivas vão se acumular e dispersar viralmente em redes digitalmente habilitadas. Humores como otimismo e entusiasmo são capazes de contagiar pessoas. Essas interações, por sua vez, são capazes de se retroalimentar no on-line e no off-line levando as pessoas à ação política, por exemplo.

O Twitter, rede digital que permite a comunicação de forma concisa e rápida, possui *affordances* e especificidades que possibilitam formar comunidades e criar um *feed* de notícias personalizadas. Para Yarchi, Baden e Kligler-Vilenchick (2020), os algoritmos do Twitter parecem privilegiar conteúdos emocionais. No estudo sobre emoções e pandemia, realizado no Twitter, Lwin *et al.* (2020) mostra como quatro emoções – medo, raiva, tristeza e alegria – foram trabalhadas nos textos publicados nessa plataforma durante o início da pandemia. Os autores mostram que emoções como medo foram transformadas em raiva ao longo do período analisado. Tristeza e alegria também apareceram na análise. A tristeza aparece muitas vezes relacionada à perda de algum amigo, enquanto a alegria estava relacionada à gratidão e desejos de boa saúde.

O contexto da vacinação infantil

Durante a pandemia, o governo brasileiro adotou políticas controversas no que diz respeito ao combate à covid. A política do *lockdown* foi bastante polêmica. Enquanto

governadores e prefeitos fecharam⁴ comércios com o objetivo de diminuir a circulação das pessoas, o então presidente da República, Jair Bolsonaro, criticou esse tipo de ação, argumentando que seria prejudicial à economia do país⁵.

Além de criticar o *lockdown*, o governo de Bolsonaro também atrasou a compra de vacinas, o que fez com que o processo de vacinação da população se desse de forma lenta. Ademais, o presidente não encorajou a população a se vacinar e apoiava outras formas de tratamento contra a doença, como foi o caso do chamado “tratamento precoce”, sem comprovação científica da sua eficácia (Monari *et al.*, 2021).

A vacinação contra covid-19 só teve início, de fato, no dia 17 de janeiro de 2021, quando os brasileiros puderam acompanhar, por meio de diversos veículos de informação, entre eles destaca-se o Youtube, a votação na Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a liberação para o uso emergencial das vacinas AstraZeneca e CoronaVac. Tal assunto foi, então, um dos principais comentados dentro da esfera pública naquele momento, quando o debate envolveu também uma disputa de narrativas nas plataformas de redes sociais de internet, como o Twitter. Ali, diferentes atores expressavam suas opiniões movidos por sentimentos e conduzidos por um debate polarizado, politizado partidariamente e rodeado de desinformações (Stevens *et al.*, 2020; Penteado *et al.*, 2022). No entanto, o trabalho de Penteado *et al.* (2022) mostra que os discursos no Twitter em torno do dia de aprovação da vacina, em geral, foram majoritariamente positivos.

Três dias após a aprovação da vacina, a Anvisa também aprovou para uso emergencial a vacina Coronavac, fabricada pelo Instituto Butantan, para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos. A vacinação para crianças menores de 5 anos, porém, só ocorreu em dezembro de 2021, quando a Pfizer, outra fabricante de vacinas, solicitou à Anvisa autorização para vacinar crianças de 5 a 11 anos. A solicitação ocorreu no dia 12 de novembro daquele ano e foi aprovada pouco mais de um mês depois do pedido, no dia 16 de dezembro. Como foi dito anteriormente, o governo Bolsonaro não incentivou a população a se vacinar. Cabe destacar que a Secretaria de Comunicação do governo Bolsonaro utilizou seu perfil no Twitter para desestimular a população a se vacinar. Em uma das postagens, a Secom reproduziu uma fala do presidente e

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/ao-menos-18-estados-mantem-fechados-shoppings-comercio-de-rua-e-academias.shtml> Acesso em: 18 dez. 2023.

⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2021-02/bolsonaro-critica-lockdown-e-diz-que-brasileiros-precisam-trabalhar>. Acesso em: 09 out. 2022.

publicou que: “ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina”, o que vai de encontro com o objetivo de encerrar uma pandemia⁶.

A vacinação infantil, por sua vez, intensificou o debate sobre a necessidade e obrigatoriedade da vacina em crianças menores de 5 anos. Nas mídias sociais, enquanto alguns comemoravam a decisão e a oportunidade de vacinar os filhos, mostrando sentimentos de entusiasmo e confiança com relação à vacina, outros levantavam discursos com suspeita e indignação, questionando a segurança da vacina para crianças e se era realmente necessário vacinar. De acordo com levantamento publicado pelo Instituto Butantan em janeiro de 2022, a covid-19 foi uma das 10 principais causas de morte de crianças entre 5 e 11 anos durante os anos de 2020 e 2021 no Brasil, ficando atrás apenas de acidentes de trânsito⁷. Dados do Observatório da Saúde da Infância (Observa Infância) apontam que, em 2020 e 2021, a covid-19 matou, por dia, duas crianças de até 5 anos de idade⁸. Apesar dos dados, ainda em dezembro de 2021, o então ministro da saúde, Marcelo Queiroga, minimizou os efeitos da doença em crianças, alegando que os óbitos estavam dentro de “patamar aceitável”⁹.

O início da vacinação em crianças menores de 5 anos só se iniciou em janeiro de 2022, quase um ano após o início da vacinação no Brasil, em meio a polêmicas e controvérsias, principalmente nas redes sociais digitais. É importante destacar aqui, no que diz respeito à vacinação infantil de forma geral, que os índices vacinais atuais revelam a menor cobertura vacinal infantil dos últimos 30 anos, de acordo com dados do Ministério da Saúde¹⁰. A vacinação contra a tríplice viral, poliomielite, sarampo, dentre outras, atingiu seu menor patamar nos últimos 30 anos. A última campanha de vacinação contra a poliomielite, realizada nos meses de agosto e setembro de 2022, vacinou pouco mais de 60% das crianças

⁶Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,governo-diz-que-ninguem-e-obrigado-a-tomar-vacina-mas-lei-autoriza-aplicacao-compulsoria,70003421839>. Acesso em: 09 out. 2022.

⁷ Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/covid-19-ja-matou-mais-de-1.400-criancas-de-zero-a-11-anos-no-brasil-e-deixou-outras-milhares-com-sequelas> Acesso em: 10 set. 2022.

⁸ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-mata-dois-menores-de-5-anos-por-dia-no-brasil> Acesso em: 10 set. 2022.

⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/vacinacao-obitos-de-criancas-estao-dentro-de-um-patamar-que-nao-implica-em-decisoes-emergenciais-diz-queiroga-1-25329864> Acesso em: 5 out. 2022.

¹⁰ A cobertura vacinal da BCG, contra rotavírus, paralisia infantil e tríplice viral já está abaixo dos 95%, índice mínimo recomendado. Ver mais em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/vacinacao-infantil-despenca-no-pais-e-epidemias-graves-ameacam-voltar> Acesso em: 18 dez. 2023.

com idade entre 1 e 5 anos. A meta de vacinação do governo é de 95% de vacinação para crianças nessa faixa etária¹¹. Recentemente, o vírus da doença, que estava erradicada no Brasil desde 1989, foi encontrado em um menino de 3 anos¹².

A vacinação infantil contra covid-19 se mistura a um contexto de pandemia com baixas taxas de vacinação de uma forma geral. O discurso do governo Bolsonaro reforçava a ideia de desconfiança da vacina, principalmente nas crianças, e fortalecia a resistência de parte da população para se vacinar. Por outro lado, opositores do governo Bolsonaro e cientistas comemoravam os avanços da ciência e a chegada da vacina.

Metodologia

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados por meio de API no Twitter pela equipe do projeto Observatório de Conflitos da Internet. A coleta foi realizada por meio dos termos-chave “vacina” e “vacinação”, entre 14 de dezembro de 2021 e 22 de fevereiro de 2022, período que compreende a autorização da vacinação infantil contra covid-19 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e sua implementação. Foram coletados 7.947.209 tuítes sobre o assunto. Uma visão mais geral dos dados parece apontar para um debate mais polarizado em torno da vacinação infantil no Twitter. Os dados analisados mostram que termos mais frequentes durante a coleta foram “vacinação” (893.997), “vacina” (247.926), “contra” (180.909), “tomar” (157.692), “dose” (135.356) e “crianças” (132.080). O que indica que havia um debate em torno da vacinação infantil de pessoas contrárias à vacinação e também a favor. Já a *hashtag* mais utilizada durante a coleta foi #covid19 (21.697) no contexto de vacinação contra a doença. Feita a coleta, selecionamos os 200 tuítes mais retuitados durante o período para a análise. A partir daí, foi feita uma análise qualitativa seguindo os seguintes passos: 1) Se a postagem se refere diretamente à vacinação infantil, foco deste trabalho; 2) Análise de sentimentos com relação ao posicionamento do conteúdo do tuíte. Ou seja, se aquele tuíte é a favor, contra ou neutro com relação à vacinação infantil; 3) Análise da forma de discurso utilizado no tuíte. Nesse sentido, estabelecemos quatro formas de discursos. a) **informativo** – quando se refere a conteúdo noticioso, com a apresentação de dados, instrui a respeito de algum

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/10/08/vacinacao-contrapoliomielite-tem-baixa-procura-e-estados-prorrogam-campanha.ghtml>. Acesso em: 09 out. 2022.

¹² Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bem-viver/2022/10/06/interna_bem_viver,1403980/para-encontra-virus-da-poliomielite-nas-fezes-de-menino-de-3-anos.shtml. Acesso em: 09 out. 2022.

procedimento; b) **apelativo** – quando utiliza recursos anedóticos, pessoais, humorísticos, sem apresentação de dados; c) **argumentativo** – quando há utilização de dados ou referências com o objetivo de comprovar uma ideia ou colocação e d) **questionador** – quando põe em xeque alguma informação, seja notícia ou declaração; 4) Outra análise se concentrou em interpretar e identificar se há presença de emoção no discurso e, em caso afirmativo, de qual tipo; 5) Por fim, buscamos identificar se há, nos tuítes analisados, utilização de recursos como *emojis*, vídeos, imagens e *hashtags*.

Dessa forma, propõe-se utilizar tanto técnicas de análise de sentimentos quanto de análise de conteúdo. Para identificar as emoções analisadas, utilizaremos a tipologia estabelecida por Jasper (1998) sobre emoções importantes para o protesto político. Sabe-se, no entanto, que não estamos falando de um contexto de protestos especificamente. No entanto, acreditamos que a tipologia elaborada por Jasper (1998) nos é útil porque apresenta emoções “mobilizadoras”, que são importantes para estimular a participação política e, conseqüentemente, podem ser úteis para o debate dentro do Twitter.

O caminho analítico escolhido pelas autoras já foi utilizado em outros trabalhos. Ferreira (2021) utiliza das técnicas de análise retórica e de conteúdo para identificar emoções contidas no Facebook durante os protestos contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Penteadó *et al.* (2022) também utilizaram metodologia semelhante para identificar as emoções contidas nos tuítes referentes à aprovação da vacina no Brasil.

Resultados

Dos 7.947.209 tuítes coletados a partir dos termos-chave, selecionamos os 200 mais retuitados, que representam aquelas publicações com maior repercussão no meio comunicacional digital. Assim como apresentado na metodologia, o primeiro passo analítico foi identificar quais dessas publicações na amostra estavam se referindo diretamente à questão da vacinação infantil. Dos tuítes analisados, 56 postagens diziam respeito à vacinação infantil.

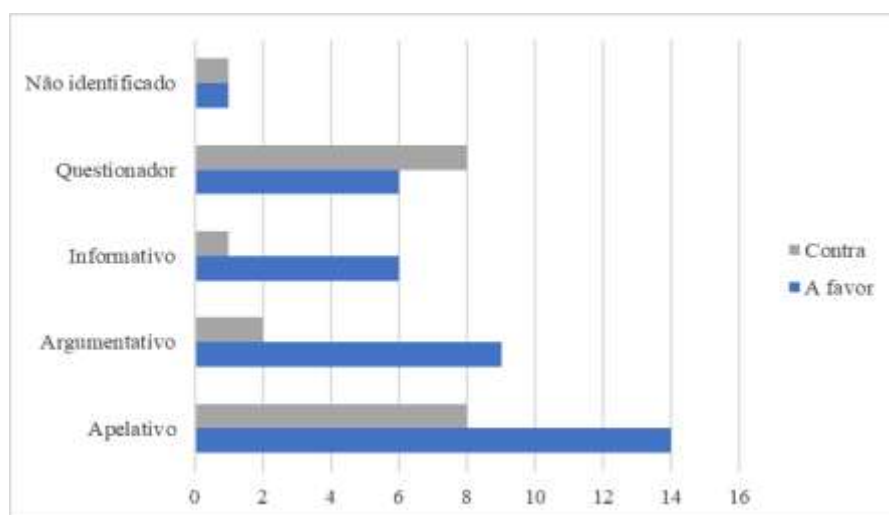
A partir desse escopo, procuramos realizar uma análise de sentimentos para identificar o posicionamento desses tuítes com relação à vacina: se eram contra, a favor ou neutro. A análise mostra que 36 postagens se colocaram favoráveis à vacinação, enquanto 19 foram classificadas como contrárias e 1 foi identificada como neutra. Feita essas análises iniciais, voltando os estudos para a amostra das 56 publicações acerca da vacinação infantil, a seguinte catalogação ocupou-se de verificar quais foram os tipos de discurso encontrados na amostra.

Dentre esses, 22 foram classificados como apelativos, 11 como argumentativos, 7 como informativos, 14 como questionadores e 2 não identificados.

Quando observados em intersecção com o caráter favorável ou não à vacinação (gráfico 1), observa-se que os tuítes favoráveis à vacinação classificados como apelativos (14), em sua maioria, indicavam um cunho pessoal na tentativa de comover os usuários para que vacinassem as crianças, em seguida 9 casos foram compreendidos como sendo argumentativos, levando dados ou pontos no sentido de estimular a vacinação, 6 desses traziam informações sobre a campanha vacinal e seus benefícios, assim sendo, classificados como informativos, e outros 6 casos apresentavam um caráter questionador, ou seja, questionavam o conteúdo de alguma outra postagem (com RT) ou notícias que duvidavam da eficácia das vacinas (gráfico 1) e apenas 1 foi não identificado.

No que diz respeito aos tuítes que continham um discurso contrário à vacinação, identificou-se que 8 desses eram apelativos, muitos trazendo supostas reações que a vacinação traria, outros 2 eram argumentativos, trazendo pontos que justificariam a vacinação infantil não ser levada adiante, apenas 1 continha conteúdo informativo, referente à não obrigatoriedade da vacinação no retorno às aulas no Ceará, outros 8 eram questionadores e 1 não foi identificado.

Gráfico 1 - Tipos de discursos em postagens sobre a vacinação infantil



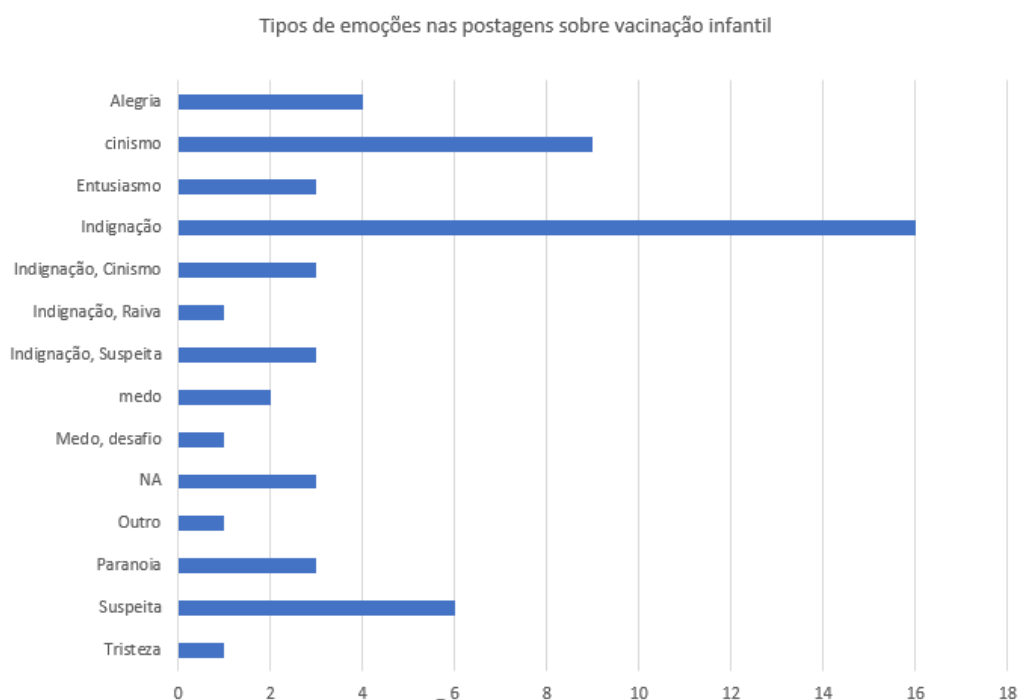
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se que nas postagens favoráveis à vacinação há maior presença de discursos do tipo apelativo, questionador, argumentativo e informativo, em ordem decrescente. As postagens de cunho apelativo, em sua maioria, trazem imagens de crianças se vacinando e histórias pessoais de perda de familiares para covid-19. Nas postagens contrárias à vacinação, por sua

vez, a frequência dos discursos dos tipos questionador e apelativo está empatada e só há a presença de uma postagem de teor informativo. O padrão indica que as postagens contrárias à vacinação não trouxeram informações verificáveis ou confiáveis sobre o assunto. Em comparação com as postagens favoráveis à vacinação, as contrárias apresentaram uma proporção menor da frequência do discurso argumentativo.

Ao analisarmos os tipos de emoções contidas nos tuítes, identificamos 11 emoções, sendo a maioria de humores e as reações primárias com maior frequência. Em ordem decrescente: indignação (16), cinismo (9), suspeita (6), alegria (4), paranoia (3), entusiasmo (3), indignação e cinismo (3), indignação e suspeita (3), medo (2), medo e desafio (1), indignação e raiva (1), tristeza (1), outro (1). Três postagens não puderam ser identificadas (gráfico 2).

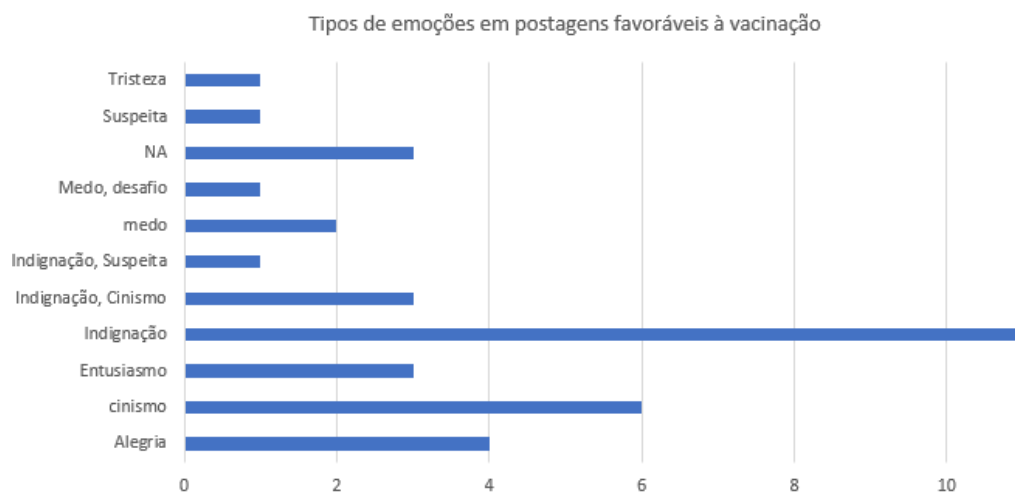
Gráfico 2 - Tipos de emoções nas postagens sobre vacinação infantil



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ao observar as postagens favoráveis à vacinação, é perceptível uma frequência maior da indignação (11) em relação às demais emoções, sendo as demais identificadas, em ordem decrescente: cinismo (6), entusiasmo (3), alegria (4), indignação e cinismo (3), medo (2), tristeza (1), suspeita (1), indignação e raiva (1) e 3 não foram identificadas. Algumas emoções foram identificadas em conjunto com outra (gráfico 3).

Gráfico 3 - Contagem de tipos de emoções em postagens favoráveis à vacinação



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na Figura 1 temos o tuíte com maior repercussão do período analisado, considerando opiniões que tratam diretamente da vacinação infantil e englobando as postagens favoráveis e contrárias. Identificamos que se trata de um discurso questionador, por colocar em xeque o discurso antivacina por questões de saúde. A emoção identificada é a indignação, por fornecer uma análise sobre o assunto, além do uso de palavras que denotam intensidade “soca”, “todos os dias” e “loucura”.

Figura 1 - Tuíte favorável à vacinação



Fonte: Captura de tela.

A figura 2 mostra um exemplo de postagem favorável à vacinação, que teve 2303 retuítes e é um dos 10 tuítes com maior repercussão do período analisado. A postagem é do atual presidente da República, Lula, enquanto candidato à presidência, que mostra sua indignação com as falas do então ministro da saúde relacionadas à não urgência da vacinação infantil. Identifica-se que o discurso é argumentativo porque apresenta uma referência para justificar sua colocação.

Figura 2 - Tuíte favorável à vacinação



Fonte: Captura de tela.

A figura 3 é a segunda com maior repercussão da série histórica. Nela, não foi possível identificar o tipo de discurso, mas identifica-se como emoção a alegria, tanto por evocar um senso de “fluxo” em protesto político como por antecipar melhorias para o futuro. A alegria foi uma emoção identificada apenas nas postagens favoráveis à vacinação, assim como entusiasmo, medo e desafio.

Figura 3 - Tuíte favorável à vacinação

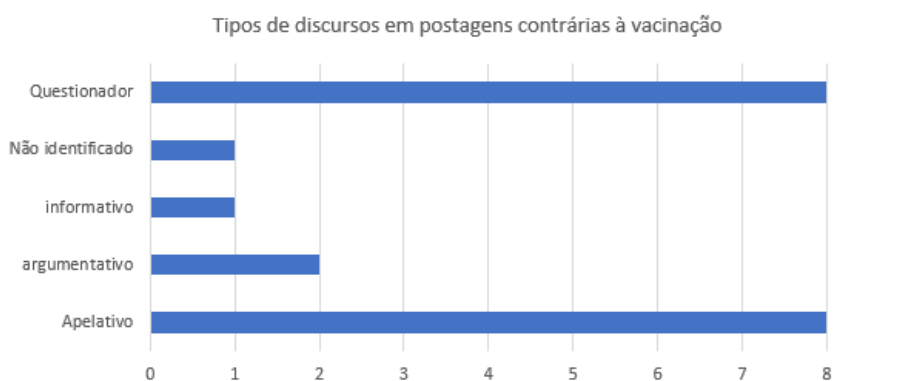


Fonte: Captura de tela.

Cabe ainda sublinhar que as capturas de tela e a coleta dos dados foram realizadas em datas diferentes e, por isso, os números referentes ao compartilhamento podem estar discrepantes.

Em relação aos tipos de emoções identificadas nas postagens contrárias à vacinação, observamos que se repete a tendência da indignação como emoção mais presente nas postagens. Contudo, a suspeita é a segunda emoção mais presente e aparece em conjunto com a indignação em uma das postagens. A frequência das emoções de forma decrescente se deu da seguinte forma: indignação (5), suspeita (5), paranoia (3), cinismo (3), indignação e suspeita (2), indignação e raiva (1), outro (1).

Gráfico 4 - Frequência dos tipos de discursos em postagens contrárias à vacinação



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A figura 4 traz o tuíte contrário à vacinação com maior repercussão. Observa-se que se trata de um discurso questionador, por suscitar a suspeita de autoridades: a Pfizer, uma das empresas produtoras de vacina contra covid-19, além de questionar os pais que, após assistirem à televisão, tenham decidido por vacinar suas crianças. Identificamos a suspeita como a emoção mais forte nessa postagem.

Figura 4 - Tuíte contrário à vacinação com maior repercussão

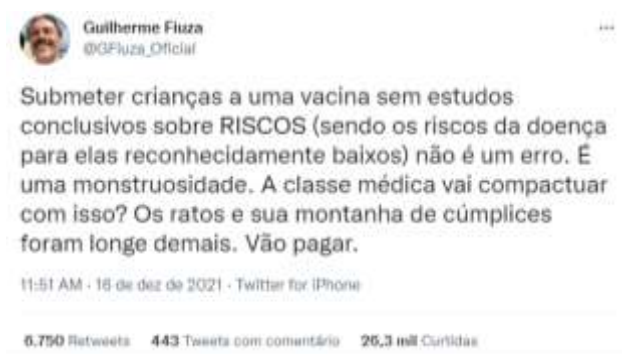


Fonte: Captura de tela.

Já na figura 5 é possível identificar que o discurso é do tipo apelativo por utilizar de recursos anedóticos e, de certa forma, não apresentar dados que sustentam a argumentação. O

tuíte publicado pelo jornalista Guilherme Fiúza, que é apoiador declarado do ex-presidente Jair Bolsonaro, mostra a utilização de palavras em maiúsculo para enfatizar o risco da vacina para crianças. É possível identificar dois tipos de emoções nesse tuíte. Primeiro, a indignação na última sentença; segundo a presença da suspeita ao questionar a cumplicidade da classe médica na permissão da vacinação infantil.

Figura 5 - Tuíte contrário à vacinação



Fonte: Captura de tela.

Na figura 6 temos um exemplo de discurso questionador por trazer à suspeição a responsabilidade da Anvisa na autorização da vacinação infantil. Na postagem, o usuário comenta sobre uma matéria linkada sugerindo que a vacinação causaria algum tipo de sofrimento às crianças e atribuindo a responsabilidade à Anvisa. Por suscitar tal questionamento e apresentar um alvo (a Anvisa), identifica-se que a emoção mobilizada é a indignação.

Figura 6 - Tuíte contrário à vacinação infantil



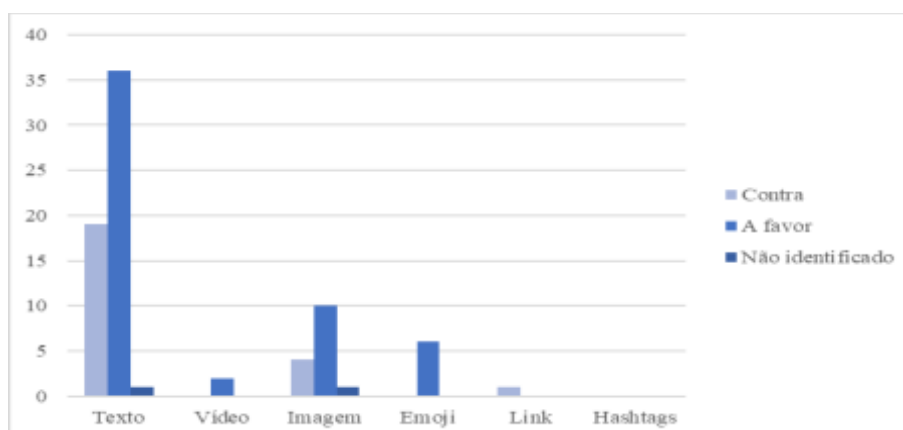
Fonte: Captura de tela.

Ao analisarmos todas as emoções mobilizadas no recorte proposto, é possível observar que a indignação aparece com maior frequência. Assim como Jasper (1998) apontava que a indignação é uma emoção importante para o protesto por sua capacidade de mobilizar, essa mesma emoção parece ter a mesma capacidade mobilizatória dentro das discussões feitas nas redes sociodigitais. Os trabalhos realizados por Ferreira (2021) e Penteado *et al.* (2022) também mostram a importância dessas emoções nesses espaços. Contudo, observa-se maior variedade de diferentes tipos de humor (alegria, cinismo, desafio, entusiasmo, medo) no grupo geral de postagens favoráveis e contrárias à vacinação. Humores, como foi visto, são transportáveis e modulares e, dentro das redes sociais, eles contagiam os usuários, muitas vezes amplificando e viralizando o discurso.

A suspeita e a paranoia, que podem levar à indignação e à articulação da culpa, são os afetos primários mobilizados no recorte estudado. Os afetos primários são “emoções mais duradouras” e estão em diálogo com a indignação. Quando articulados em postagens contrárias à vacinação, estão associados à responsabilização de quaisquer efeitos colaterais às crianças; já no caso das postagens favoráveis à vacinação, estão associadas à falta de celeridade na vacinação, que culminou no aumento da mortalidade infantil.

Por fim, a última investigação ocupou-se de identificar quais foram os recursos utilizados nas publicações analisadas. Como constata-se no quadro abaixo (tabela 1), em todos os tuítes que possuíam um texto escrito, posteriormente, os recursos mais utilizados foram as imagens, encontradas em 15 casos (10 a favor, 4 contra e 1 não identificado) e os *emojis* em 6 casos, todos eles nas postagens a favor. Também foram identificados 2 vídeos nas publicações a favor e 1 *link* em publicações contra. Não foram encontradas *hashtags*, o que mostra uma tendência do não uso desse recurso nessa rede social. Além disso, em uma visão cruzada com o posicionamento, observa-se que, em linhas gerais, os recursos se mostram de maneira proporcional à quantidade de tuítes favoráveis ou não à vacinação.

Gráfico 5 - Recursos utilizados nas publicações analisadas



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos identificar as principais emoções mobilizadas nas publicações do Twitter durante o período de autorização e implementação da vacina para crianças contra covid-19 no Brasil. Os dados analisados mostram que a maior parte das publicações com maior repercussão referentes à vacinação infantil eram favoráveis à vacina. Isso aponta que, apesar da desconfiança e questionamentos que estiveram presentes no debate público desde a aprovação da vacina em 2021, existia a confiança e também uma certa “esperança” de que a vacina era a melhor forma de acabar com a pandemia. O trabalho de Penteadó *et al.* (2021), por exemplo, mostra como a maior parte dos usuários se mostraram felizes com a aprovação da vacina.

Nas postagens favoráveis à vacinação, a indignação foi a emoção mais identificada. Muitas vezes o conteúdo publicado trazia alguma indignação com as pessoas que não queriam vacinar seus filhos, ou com um certo descaso das autoridades brasileiras com relação à vacina. Já nos tuítes contrários à vacinação, a indignação aparecia como uma das principais emoções, juntamente com a suspeita. Nesse caso, a suspeita muitas vezes era posta porque algumas pessoas contrárias à vacina argumentavam que não havia evidências suficientes para garantir que a vacina era segura. A indignação também foi identificada nos textos analisados com esse argumento. As pessoas estavam indignadas porque a vacina não seria menos “segura” ainda para as crianças.

Ao olhar para os recursos das postagens analisadas, foi possível identificar um baixo uso de *emojis* e vídeos. Mais interessante ainda é notar que não foi identificado, nas postagens sobre vacinação infantil, o uso de *hashtags*. Isso aponta para uma mudança no Twitter, onde tal recurso era bastante usado pelos usuários, sendo a indexação de assuntos fundamental para a dinâmica da plataforma.

Apesar de um escopo analítico pequeno, o trabalho reforça a ideia, já apresentada em outros textos, de que as emoções estão presentes nos conteúdos de redes sociais digitais e têm sido são fundamentais para se entender as dinâmicas dentro desses ambientes (Ferreira, 2021; Penteadó *et al.*, 2022). As *affordances* e desenhos dessas redes sociais permitem o compartilhamento de sentimentos entre os usuários, amplificado e contagiando emoções e desejos. Como observado nesse estudo, tais características das redes sociais, propiciam a capilarização e viralização de conteúdos com discurso apelativo, sendo a indignação a emoção mais mobilizada. Elas são capazes de compartilhar os sentimentos entre os usuários, amplificando e contagiando emoções e desejos.

Referências

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. São Paulo: **Lua Nova**, 2009.
- ARIAS MALDONADO, Manuel. La digitalización de la conversación pública: redes sociales, afectividad política y democracia. **Revista de Estudios Políticos**, Madri, n. 173, p. 27-54, 2016.
- BARBALET, J.M. Emotion in social life and social theory. In: **Emotion, social theory and social structure: a macrosociological approach**. United Kingdom: University Press Cambridge, 1998. p. 8-29.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CHADWICK, Andrew. The Hybrid media system. **Politics and power**. Public Administration, Cambridge, v. 92, n. 4, p. 1106-1114, 2014.
- CROCKETT, M.J. Moral outrage in the digital age. **Nature Human Behaviour**, p.769-771, 2017.
- FLAM, Helena; KING, Debra. Introduction. In: FLAM, Helena; KING, Debra (ed.). **Emotions and Social Movements**. New York : Routledge, 2005. p. 254-265.
- FERREIRA, M. A. S. Emoções, protestos e mídias sociais: a dinâmica da luta política em ações digitalmente mediadas. 2021. 255p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- GERBAUDO, Paolo. Rousing the Facebook Crowd: Digital Enthusiasm and Emotional Contagion in the 2011 Protests in Egypt and Spain. **International Journal of Communication**, California, v. 10, p. 254-273, 2016.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James; POLLETTA, Francesca. Introduction : Why emotions matter. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James; POLLETTA, Francesca (ed.). **Passionate Politics**. Chicago : The University of Chicago Press, 2001. p. 1-24.
- GRECO, Monica; STENNER, Paul. **Emotions: a Social Science Reader**. New York: Routledge Student Readers, 2008.
- GOULD, Deborah. The emotion work of movements. In: GOODWIN, Jeff ; JASPER, James (ed.). **The Social Movements Reader: Cases and Concepts**. New York: John Wiley & Sons, 2015. p.1-18
- JASPER, James. The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions In and Around Social Movements. **Sociological Forum**, v. 13, p. 397-424, 1998.
- JASPER, James M. The emotions of protest. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. **The social movements reader: cases and concept**. 2 ed. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2009. p. 175-184.
- JASPER, James M. Constructing indignation: anger dynamics in protest movements. **Emotion Review**, v. 6, n. 3, p. 208-213, 2014.
- LWIN, May Oo *et al.* Global Sentiments Surrounding the COVID-19 Pandemic on Twitter: Analysis of Twitter Trends. **JMIR Public Health Surveill**, v. 6, n. 2, p. e19447, 2020.
- DE OLIVEIRA, Geilson Fernandes; COELHO, Maria das Graças Pinto. Crise política e conflitos discursivos em redes sociodigitais: emoções, cultura e identidade no Brasil contemporâneo. **E-Compós**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2019.
- MARCUS, George. Emotions in Politics. **Annual Review Political Science**, Estados Unidos, v. 3, p. 221-250, 2000.
- MARCUS, George. **The Sentimental Citizen** – Emotion in Democratic Politics. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.
- MONARI, Ana Carolina Pontalti *et al.* Legitimando um populismo anticiência: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre a vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-21, maio 2021.

OLIVEIRA, Wesley Matheus. **O uso público das emoções**: o papel do choro em contexto deliberativo. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PANGER, Galen Thomas. **Emotion in Social Media**. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia da Gestão e Sistema da Informação) – University of California, Berkeley, 2017.

PAPACHARISSI, Zizi. **Affective publics. Sentiment, Technology and Politics**. Oxford : Oxford University Press, 2015a.

PAPACHARISSI, Zizi. Affective publics and structures of storytelling: sentiment, events and mediality. **Information, Communication & Society**, v. 19, n. 3, p. 307-324, 2015b.

PENTEADO, Claudio *et al.* #Vacinar ou não, eis a questão! As emoções na disputa discursiva sobre a aprovação das vacinas contra a Covid-19 no Twitter. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. 49, p. 104-133, 2022.

STEVENS, T. M.; AARTS, N.; DEWULF, A. Using Emotions to Frame Issues and Identities in Conflict: Farmer Movements on Social Media. **Negotiation and Conflict Management Research**, 2020.

VIDRIO, Silvia Gutierrez. El papel de las emociones en la conformación y consolidación de las redes y movimientos sociales. In: ARIZA, Marina (org.). **Emociones, afectos y sociología: diálogos desde la investigación social y la interdisciplina**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2016. p. 399-440.

YARCHI, Moran; BADEN, Christian; KLIGLER-VILENCHIK, Neta. Political polarization on the digital sphere: A cross-platform, over-time analysis of interactional, positional, and affective polarization on social media. **Political Communication**, v. 38, n. 1-2, p. 98-139, 14 jul. 2020.

Recebido em: 20/12/2023

Aceito em: 05/09/2024

**DESINFORMAÇÃO E NARRATIVAS:
Uma análise das desinformações verificadas pela página “Fato ou Boato” durante as
Eleições de 2022**

***DISINFORMATION AND NARRATIVES:
An Analysis of Disinformation Verified by the "Fato ou Boato" Page During the 2022
Elections***

Caio Henrique Pinheiro de Paula*

Rosemary Segurado**

Resumo

O objetivo deste artigo é abordar a narrativa desinformativa utilizada pelo ex-presidente Bolsonaro e seus apoiadores contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o sistema eleitoral brasileiro durante as eleições de 2022. A análise é conduzida com base nas notícias desmentidas pela página “Fato ou Boato”, iniciativa do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação do TSE. Foram coletados dados entre 17 de agosto a 7 de novembro de 2022, que compreende o início do período eleitoral e a semana posterior ao segundo turno, totalizando 144 checagens que foram categorizadas da seguinte forma: fraude, parcialidade, perseguição, neutro, submissão e conluio. A análise baseou-se em duas hipóteses: a primeira concentrou-se na dinâmica temporal da desinformação e sua relação com o clima político. Era esperado que a propagação de desinformação se intensificasse nos dias que antecederam as eleições à medida que as tensões políticas crescessem, criando um ambiente propício para a disseminação de informações enganosas. A segunda hipótese refere-se à natureza da desinformação predominante. A expectativa era de que a narrativa de fraude no sistema eleitoral fosse a mais prevalente, dada a retórica em torno da integridade das eleições. Dessa forma é possível indicar uma tentativa de influenciar a percepção pública sobre a imparcialidade do processo eleitoral e da justiça eleitoral. Os bloqueios de rodovia e acampamentos, que questionavam o resultado das eleições, e os atentados do dia 08 de janeiro, apontam para um relativo sucesso nessa empreitada antidemocrática.

Palavras-chave: Desinformação. Tribunal Superior Eleitoral. Bolsonarismo. Fraude.

Abstract

The aim of this article is to address the disinformation narrative employed by former President Bolsonaro and his supporters against the Superior Electoral Court (TSE) and the Brazilian electoral system during the 2022 elections. The analysis is conducted based on news debunked by the "Fato ou Boato" page, an initiative of the Permanent

* Possui graduação em Relações Internacionais pela UFPB e mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB e membro dos Grupos de Pesquisa Observatório dos Conflitos na Internet e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT - Participa). E-mail: caiohpp@gmail.com

** Cientista política, professora e vice coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUCSP, pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP), autora do livro Desinformação e democracia: A guerra contra as fake news na internet, Editora Hedra, 2021. E-mail: roseseg@uol.com.br

Program for Combating Disinformation at the TSE. Data was collected from August 17 to November 7, 2022, encompassing the beginning of the electoral period to the week after the second round, totaling 144 fact-checks categorized as follows: fraud, bias, persecution, neutral, submission, and collusion. The analysis rested on two hypotheses: the first focused on the temporal dynamics of disinformation and its relationship with the political climate. It was expected that the spread of disinformation would intensify in the days leading up to the elections as political tensions escalated, creating a conducive environment for the dissemination of misleading information. The second hypothesis related to the nature of the predominant disinformation. The anticipation was that the narrative of fraud in the electoral system would be the most prevalent, given the rhetoric surrounding the integrity of the elections. This suggests an attempt to influence public perception of the impartiality of the electoral process and the electoral justice system. The roadblocks, encampments questioning the election results, and the attacks on January 8 indicate a relative success in this anti-democratic endeavor.

Keywords: Disinformation. Superior Electoral Court. Bolsonarism. Fraud.

Introdução

A disseminação de desinformação no cenário eleitoral brasileiro não é uma ocorrência recente. Ao longo da história das eleições, a propagação de mentiras, destruição de reputações, construção de narrativas e factoides tem sido uma constante. Contudo, o cenário contemporâneo destaca-se pela amplificação exponencial dessas práticas, impulsionada pela ascensão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O ambiente virtual, notadamente as plataformas de redes sociais, emergiu como um terreno fértil para a disseminação descontrolada de informações, rivalizando até mesmo com a televisão como meio predominante nas campanhas eleitorais.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral, responsável por organizar, regular e julgar as disputas eleitorais, assume um papel crucial na busca por preservar a integridade do processo eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como órgão máximo dessa instância, juntamente com outras autoridades eleitorais e técnicas, tem se empenhado em salvaguardar a credibilidade do pleito, reconhecendo sua importância como “elemento definidor de avaliação do regime político” (Ricci; Zulini, 2013, p. 91).

Entretanto, o então presidente Bolsonaro e seus seguidores patrocinaram ataques, utilizando de estratégias de desinformação, que visavam a desacreditar o Tribunal Superior Eleitoral e a questionar a integridade do sistema eleitoral brasileiro (Ribeiro; Menezes, 2022). O pleito eleitoral de 2018 no Brasil, que resultou na eleição de Bolsonaro, destacou a capacidade da desinformação em influenciar as decisões dos eleitores brasileiros, evidenciando, ao mesmo tempo, a falta de preparo das instituições democráticas para lidar eficientemente com esse fenômeno. Desde então, o TSE tem enfrentado o desafio de combater a desinformação e assegurar a integridade das eleições, ao mesmo tempo em que enfrenta ataques e

questionamentos em relação à sua imparcialidade (Azevedo Jr., 2021; Silva, 2022; Marona, 2023).

A persistência de questionamentos sobre a segurança do sistema eletrônico de votação no contexto eleitoral brasileiro é um fenômeno que remonta à sua implementação. A adoção desse sistema representou uma significativa redução nas fraudes eleitorais, sem que tenha sido comprovada qualquer irregularidade desde sua introdução. Esse histórico de êxito é marcado por sucessivas alternâncias de poder, consolidando a confiança na integridade do processo eleitoral (Ferrão *et al.*, 2019).

Apesar desse histórico de sucesso, persiste uma desconfiança alimentada, em parte, pelo desconhecimento da complexidade dos equipamentos e dispositivos eletrônicos. Como observado por Lohe (2009), a falta de familiaridade com esses sistemas cria um terreno propício para a disseminação de dúvidas e questionamentos. As urnas eletrônicas foram concebidas com base em princípios fundamentais de autenticidade, integridade, confidencialidade e confiabilidade dos votos, elementos essenciais para o adequado funcionamento do sistema. Esses componentes são rotineiramente aprimorados com o intuito não apenas de assegurar a segurança, mas também de ampliar a confiança da população no processo eleitoral (Lohe, 2009; Ferrão *et al.*, 2019).

Este ambiente dinâmico de evolução constante, no entanto, não está isento de questionamentos e narrativas desinformativas. O ex-presidente Bolsonaro e seus apoiadores exploraram essa incerteza, promovendo a disseminação de informações enganosas para questionar a confiabilidade do sistema eletrônico de votação e, por conseguinte, minar a confiança nas instituições eleitorais. Esse fenômeno ganhou destaque durante as eleições de 2022, culminando em uma série de alegações, boatos e notícias fraudulentas que se propagaram nas redes sociais e ameaçaram solapar a confiança no processo democrático (Marona, 2023).

É importante destacar que o questionamento à confiabilidade nas urnas eletrônicas não é recente. Verificamos que desde 2009 foram apresentados projetos no Congresso Nacional para a volta do voto impresso, mas foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Também não é novidade os questionamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro ao sistema eletrônico de votação, sendo que em 2015, quando ocupava uma cadeira como deputado federal, apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para que houvesse a impressão do registro do voto¹.

¹ Câmara aprova pela primeira vez emenda de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/camara-aprova-pela-primeira-vez-emenda-de-jair-bolsonaro.html> Acesso em: 15 dez. 2023

Nesse sentido, é fundamental compreender que não se trata do questionamento a um sistema de votação, impresso ou eletrônico, mas de gerar um clima de desconfiança nas instituições democráticas e nos seus procedimentos. Um dos pilares da extrema direita em âmbito global tem sido lançar dúvidas e suspeitas sobre processos eleitorais, a exemplo disso, tivemos em 2020 o questionamento realizado por Donald Trump que apontava fraude no sistema de votação nos EUA. Vale lembrar que o sistema americano adota o voto impresso e, mesmo com todas as suspeitas, nenhuma investigação concluiu que houve fraude, mas a narrativa criada pelo ex-presidente americano foi suficiente para manter seus apoiadores mobilizados para questionarem o sistema eleitoral (Loureiro, 2021).

Przeworski (2021) nos ofereceu reflexão atual e relevante sobre processos eleitorais que contribui para compreender os inúmeros desafios em torno da dinâmica democrática e, principalmente, da desdemocracia. O autor enfatiza a importância das eleições para as sociedades democráticas, destacando que apesar da propalada crise democrática e da insatisfação crescente dos cidadãos em âmbito global com os resultados insuficientes da atuação dessas instituições, ainda assim “devemos valorizar o procedimento eleitoral” (Przeworski, 2021, p. 16).

Em um ambiente de insatisfação decorrente da incapacidade das sociedades democráticas em atender as reivindicações legítimas dos cidadãos, verifica-se o aumento de protestos e movimentos contestatórios pregando a volta à ditadura e outras formas de regime de exceção. A precariedade das condições básicas de sobrevivência, os déficits de atendimento dos direitos sociais, as dificuldades de acesso à saúde, educação, empregos de qualidade, entre outros aspectos, vêm abrindo espaço para narrativas desinformativas e teorias conspiratórias. Essas acabam ganhando adeptos, ampliando a desconfiança na democracia, não no sentido de aprofundá-la, mas sim com o propósito de corroer e implodir o sistema. Assim, criam-se condições para que populistas de extrema direita sejam considerados “salvadores da pátria”, e lideranças autocráticas passem a ser admiradas e seguidas por parcelas expressivas da população em diversos países.

Desse modo, verificamos que os ataques aos procedimentos e instituições democráticas têm sido parte da estratégia desinformativa adotada por lideranças de extrema direita. Os ex-presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump protagonizaram cenas inesquecíveis de ataque às instituições democráticas. O segundo, como inspiração do primeiro, fomentou a invasão ao

Capitólio², local onde se reúnem os dois órgãos legislativos dos Estados Unidos e também onde é celebrada a posse do presidente eleito (Loureiro, 2021).

No dia 06 de janeiro de 2021, data da cerimônia de confirmação, pelo Senado, do resultado que elegeu Joe Biden nas eleições ocorridas em novembro de 2020, aconteceu uma insurreição popular incitada pelo próprio presidente que fora derrotado (Loureiro, 2021). Com a alegação de fraude nas eleições, narrativa amplamente divulgada por Trump e seus apoiadores, os invasores atuaram com truculência e o saldo é de dois invasores e três policiais mortos, além de mais de 100 feridos³. Além dos lamentáveis atos de violência com vítimas fatais, uma das vítimas é a própria democracia que saiu enfraquecida daquele espetáculo antidemocrático.

Exatos três anos depois desse espetáculo foi a vez do mesmo tipo de estratégia discursiva, fundamentada com base na teoria da conspiração, promover atentados às instituições democráticas brasileiras. Os dados apresentados a seguir contribuem para compreender como esse tipo de narrativa atuou durante as eleições de 2022(e ainda antes) e fez com que centenas de pessoas, imediatamente após a divulgação da derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro, ocupassem as portas dos quartéis e passassem a conspirar para que um golpe de Estado ocorresse e impedisse o presidente Luís Inácio Lula da Silva, eleito democraticamente em outubro de 2022, de tomar posse.

A posse não foi evitada, mas os ataques e depredação dos prédios do Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, Senado e Câmara dos Deputados, ocorridos em 8 de janeiro de 2023, nos dão mostra da fragilidade da democracia no país e da importância das iniciativas de combate à desinformação para desarmar os discursos de ódio e teorias conspiratórias que estão ganhando força também em nosso continente.

Partindo desse contexto, esse artigo propõe uma análise das narrativas desinformativas que circularam durante as eleições de 2022, com enfoque no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no sistema eleitoral brasileiro. Será analisada, primeiramente, a atuação do TSE no combate à desinformação e, de forma particular, a iniciativa da página “Fato ou Boato”. Em seguida, a investigação se fundamenta em uma coleta de dados abrangendo desde o início do período

² Localizado em Washington, D.C., é o lugar em que o Congresso dos Estados Unidos se reúne. O Congresso é formado por dois órgãos legislativos: o Senado e a Câmara de Representantes.

³ Invasão do Congresso nos EUA | “Banho de sangue é inevitável às vezes”: por dentro do ato que levou a invasão histórica e estado de emergência em Washington. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55572422> Acesso em: 19 set. 2023.

eleitoral até a semana subsequente ao segundo turno. Esses dados, provenientes da página “Fato ou Boato”, compreendem 144 checagens, que foram tabuladas e categorizadas em fraude, parcialidade, perseguição, neutro, submissão e conluio, a partir da narrativa contida na desinformação.

Duas hipóteses fundamentais orientam a análise. A primeira aborda a dinâmica temporal da desinformação, visando a compreender sua relação com o clima político. Espera-se que a propagação de desinformação tenda a intensificar-se nos dias que antecedem as eleições, à medida que as tensões políticas se acentuam, criando um ambiente propício para a disseminação de informações enganosas. A segunda hipótese examina a natureza da desinformação predominante, com a expectativa de que a narrativa de fraude no sistema eleitoral seja a mais proeminente, considerando a retórica, levantada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, em torno da integridade das eleições. Este estudo pretende, assim, contribuir significativamente para a compreensão do uso da desinformação como ferramenta de desestabilização das instituições democráticas no cenário virtual contemporâneo.

O combate à desinformação e a atuação do TSE

Pesquisadores destacam a relevância do fenômeno da desinformação, particularmente devido ao aumento significativo do seu uso nas redes sociais, influenciando e moldando o debate público em diversos meios de comunicação. Diante desse contexto, o TSE tem procurado desenvolver planos estratégicos e programas para enfrentar a desinformação política nos processos eleitorais brasileiros. Uma investigação conduzida por Silva (2022) analisou 340 propostas de combate à desinformação presentes em 289 artigos obtidos em uma importante base de dados científico, o *Web of Science*, abrangendo o período de 1945 a 2019. O autor notou um aumento expressivo na produção acadêmica sobre desinformação a partir de 2016, correlacionando esse crescimento com a eleição presidencial nos EUA e o referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia.

Ao analisar os dados obtidos por meio de análise de conteúdo, Silva (2022) categorizou os resultados e constatou que a verificação de fatos (*fact checking*) foi a solução mais mencionada nos artigos (26), seguida pela alfabetização da informação (23) e pela alfabetização midiática (22). O autor apresenta uma tabela com os resultados, destacando que apenas 23 soluções foram repetidas, enquanto outras 198 soluções foram únicas. Esse resultado indica a

ausência de um consenso acadêmico sobre a abordagem mais eficaz para enfrentar o fenômeno da desinformação, evidenciando que o debate sobre o tema ainda está em curso.

Em 2018, as eleições gerais no Brasil foram permeadas pela disseminação de informações falsas e boatos por meio das redes sociais. Diante da falta de diretrizes claras sobre como lidar com essa problemática, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2021a) buscou estabelecer parcerias com plataformas, provedores e agências de checagem. Contudo, conforme observado por Azevedo Jr. (2021), os resultados alcançados ficaram aquém das expectativas. O autor argumenta que o plano de ação adotado pelo TSE durante esse pleito foi ineficaz, destacando que “as fake news exerceram um papel decisivo no desfecho das eleições de 2018, mesmo diante da implementação dessa rede de verificação de veracidade” (Azevedo Jr., 2021, p. 96).

Conforme destacado pelo TSE (2021b), a desinformação influencia negativamente a credibilidade das instituições, incluindo os órgãos eleitorais e o processo decisório do cidadão durante o exercício do direito ao voto. Observa-se a ocorrência de ataques à credibilidade dos órgãos eleitorais, ao sistema eletrônico de votação, ao processo eleitoral e aos diversos agentes envolvidos, justificando a necessidade de intervenção por parte do TSE, também, como autodefesa.

Com o objetivo de organizar o pleito seguinte, o TSE lançou o primeiro Programa de Enfrentamento à Desinformação com foco nas eleições de 2020. O programa tinha seis eixos estruturais, desde a organização interna e aperfeiçoamento dos recursos tecnológicos, até identificação e checagem de notícias falsas. As ações do tribunal foram centradas, segundo o programa, em estratégias não regulatórias e multissetoriais, considerando três pilares: “(i) combater a desinformação com informação; (ii) combater a desinformação com capacitação; e (iii) combater a desinformação com foco em controle de comportamento e, excepcionalmente, com controle de conteúdo” (TSE, 2022, p.12).

É importante considerar que as eleições de 2020 eram municipais e, portanto, têm uma dinâmica diferente das eleições nacionais, mais pulverizada e sem apelos nacionais, salvo grandes metrópoles. Seria, portanto, o cenário ideal para um laboratório visando as eleições de 2022, não fosse a emergência sanitária da pandemia do vírus SARS-CoV 2, que tirou o foco do TSE do enfrentamento à desinformação (Cafeo, 2021).

Após a experiência de 2020, foi estabelecido pelo TSE, por meio da Portaria nº 510, datada de 4 de agosto de 2021, durante a presidência do Ministro José Roberto Barroso, o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação. A decisão de tornar o programa

permanente foi baseada na conclusão expressa nas justificativas da referida portaria, que reconheceu o desafio contínuo enfrentado pela Justiça Eleitoral no trato com a desinformação, destacando que esse desafio não é esporádico ou eventual. O programa foi concebido com o propósito de conduzir ações de curto, médio e longo prazos. Dessa forma, o TSE (2021b) passa a considerar a desinformação como um “desafio global, multifacetado e potencialmente perene”.

Em primeiro lugar, verificou-se que as campanhas de desinformação contra o processo eleitoral não se circunscrevem a períodos de campanha. Embora ganhem maior destaque nos anos de realização de pleitos, narrativas desinformativas que buscam afetar a confiança da população nas eleições são produzidas e disseminadas também em anos não eleitorais. Assim, torna-se necessária uma atuação contínua para responder às metanarrativas de fraude eleitoral, de modo a mitigar os efeitos negativos que possam produzir sobre a confiança social na lisura das eleições e nas instituições eleitorais (TSE, 2022, p. 13).

Página “Fato ou Boato”

Uma das abordagens mais empregadas no combate à desinformação é de natureza educacional e de denúncia, representada pela checagem de informação (*fact-checking*). O *fact-checking* pode ser conceituado como o procedimento de examinar dados a fim de avaliar a autenticidade e exatidão de informações veiculadas em declarações de políticos e notícias e, na atualidade, foi ampliando sua abrangência para englobar também publicações disponíveis nas plataformas das redes digitais (Baptista *et al.*, 2020).

As agências especializadas nesse tipo de checagem estão frequentemente vinculadas ao jornalismo tradicional, muitas delas sendo parte de grandes grupos de comunicação. No Brasil, diversas agências desse tipo estão em operação, sendo que nove delas estabeleceram parcerias colaborativas com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante o processo eleitoral de 2022. Essas agências incluem Fato ou Fake, AFP, Lupa, Aos Fatos, Boatos.org, Comprova, E-Farsas, Estadão, Verifica e Uol Confere (TSE, 2022).

A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, elaborou um manual destinado à educação e treinamento em jornalismo, com foco na desinformação. Nesse documento, a organização destaca que a checagem de fatos é uma prática tradicional do jornalismo, podendo ter dois significados. O primeiro refere-se à verificação prévia da informação antes da publicação, em que “verificadores de fatos eram empregados pelas redações para revisar e investigar as alegações factuais feitas pelos repórteres em seus

artigos” (UNESCO, 2019, p. 88). O objetivo principal dessa ação é garantir um controle de qualidade e aumentar a credibilidade dos conteúdos jornalísticos.

Entretanto, com a democratização do acesso às novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a redução do rigor jornalístico nas informações circulando no ciberespaço e o crescimento da desinformação, surge uma modalidade diferente de checagem. Essa prática ocorre após a publicação das notícias, concentrando-se na “verificação de inverdades após terem se propagado na esfera pública” (Lelo; Pachi Filho, 2021, p. 533). A UNESCO (2019) também observou um aumento nas iniciativas de checagem *ex post*, especialmente após os eventos políticos de 2016, marcados pelo intenso uso de ferramentas desinformativas.

De acordo com o manual da UNESCO (2019), a checagem de fatos *ex post* visa a responsabilizar as autoridades, sejam elas políticas ou não, por suas declarações, incentivando um maior compromisso com a veracidade das informações. Além disso, a prática de “desmascaramento”, característica da checagem de fatos, ocorre por meio da busca por fontes primárias e credíveis para confirmar ou negar a situação em análise. Além disso, a contenção de fraudes virais no ambiente virtual depende de um contraponto com credibilidade, que desmascare por meio de metodologias públicas e validadas (UNESCO, 2019).

A contribuição das agências de checagem reside também na capacidade de oferecer uma solução que respeita o direito à liberdade de expressão, fundamental nos Estados Democráticos de Direito e, de certa forma, apresenta um mecanismo para mitigar possíveis abusos desse direito sem recorrer à censura prévia. No entanto, é crucial lembrar que, conforme destacado por Rodrigues, Bonone e Mielli (2020), o direito de expressão não é absoluto nem superior a outros direitos. Os autores salientam que, mesmo sem consenso sobre seus limites, “a liberdade de expressão não pode ser vista como salvaguarda para abrigar manifestações de ódio, preconceito e discriminação, nem como respaldo para crimes de injúria, calúnia e difamação” (Rodrigues; Bonone; Mielli, 2020, p. 40).

A criação da página “Fato ou Boato” foi uma das dez iniciativas destacadas no relatório de ações e resultados do TSE do programa de combate à desinformação referente ao processo eleitoral de 2020 (TSE, 2021). Essa plataforma desempenha um papel importante na concentração e divulgação das checagens feitas pelas agências, oferecendo ao público uma fonte confiável para esclarecimento de notícias duvidosas e contribuindo para a promoção e confiança no sistema eleitoral brasileiro.

No entanto, existe uma limitação intrínseca ao conteúdo da checagem de fatos. Em 2018, pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) publicaram um estudo comparativo entre notícias falsas e reais, concluindo que as notícias falsas se espalham com 70% mais facilidade do que as notícias verdadeiras. Utilizando dados do Twitter, os autores observaram o número de cascatas de boatos, ou seja, o número de vezes que uma história foi tuitada independentemente por um usuário (excluindo retuítes). As notícias foram categorizadas como verdadeiras, falsas e mistas com base em análises de seis agências independentes de checagem de fatos (Vosoughi; Roy; Aral, 2018).

Por fim, os pesquisadores concluíram que notícias falsas e manipuladas têm um alcance significativamente maior do que as notícias verdadeiras, sendo a dinâmica de difusão de rumores falsos “significativamente mais ampla, rápida, profunda e extensa do que a verdade em todas as categorias de informações” (Vosoughi; Roy; Aral, 2018, p. 2). Quando o contexto da desinformação tem conotação política, os autores identificaram um grau de difusão ainda maior, aproximadamente três vezes superior ao de outras informações falsas. Esses dados suscitam dúvidas sobre a eficácia real das verificações de fatos dentro do ecossistema on-line, uma vez que alcançariam um público consideravelmente menor do que o impactado pela desinformação (Recuero *et al.*, 2020; Azevedo Jr., 2021).

Metodologia

Neste trabalho, foi utilizado como método a análise de conteúdo, que visa a identificar e compreender aspectos relevantes das mensagens estudadas, permitindo inferências sobre o contexto em que foram produzidas e recebidas. Segundo Sampaio e Lycarião (2021), a análise de conteúdo é uma abordagem metodológica de pesquisa científica fundamentada em procedimentos sistemáticos, validados intersubjetivamente e acessíveis ao público. Seu objetivo é produzir inferências confiáveis acerca dos conteúdos verbais, visuais ou escritos encontrados nas fontes analisadas. A análise busca “descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos” (Sampaio; Lycarião, 2021, p.17).

Sampaio e Lycarião (2021) adotam a concepção de análise de conteúdo de Bardin, mas criticam a excessiva simplificação do processo por ela realizada. Bardin (2016) propõe três etapas distintas: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados,

onde ocorre a inferência e interpretação. Em contraposição, os autores desenvolveram um manual próprio composto por 12 etapas, que foi aplicado nesta pesquisa.

As duas primeiras etapas – identificação do problema e formulação da questão de pesquisa e hipóteses – foram abordadas anteriormente, constituindo o trabalho analítico de conceituação. A seguir, passa-se à fase de desenho da análise, que inclui a seleção da unidade de análise. Neste estudo, a unidade amostral e a unidade de análise serão idênticas, sendo constituídas por porções de texto ou conteúdo e pelo elemento unitário de conteúdo que será codificado. A escolha de basear a análise nas checagens divulgadas pelo “Fato ou Boato” do TSE é justificada pela relevância dessa fonte como uma iniciativa oficial do órgão para combater a desinformação no contexto eleitoral brasileiro. Além disso, vale ressaltar que a iniciativa do TSE se destaca por unificar os dados provenientes de diversas agências de checagem, que contribui para a abrangência e confiabilidade da amostra analisada, proporcionando uma visão representativa das tentativas de desinformação durante o período eleitoral.

O período de coleta de dados compreende desde 17 de agosto até 7 de novembro de 2022, abrangendo o início do período eleitoral até a semana subsequente ao segundo turno. No total ocorreram 144 checagens durante o período, que foram tabuladas e, posteriormente, categorizadas, seguindo as etapas da análise de conteúdo categorial (Sampaio; Lycarião, 2021). Com base na bibliografia abordada, na análise das checagens selecionadas e nas narrativas mobilizadas pelos apoiadores e pelo ex-presidente Bolsonaro contra o sistema eleitoral, foram delineadas as categorias temáticas, conforme demonstrado no Quadro 1. A categorização respeita os critérios de exclusividade, exaustividade e homogeneidade.

Quadro 1 – Categorias de análise

TIPOS DE NARRATIVAS	DESCRIÇÃO
Conluio	Sugerem acordos ou colaboração não transparentes entre atores políticos para manipular o processo eleitoral.
Perseguição	Candidatos ou grupos políticos são retratados como alvos de suposta perseguição por parte do TSE em suas decisões.
Fraude	Concentram-se em questionar a confiabilidade e integridade do sistema eleitoral, como o uso das urnas eletrônicas, podem sugerir a existência de fraude ou manipulação dos resultados eleitorais, visando a criar dúvidas e desconfiança em relação ao processo eleitoral.
Parcialidade	Destacam a suspeita de que os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atuem de maneira tendenciosa ou não imparcial durante o processo eleitoral, sempre na intenção de favorecer um lado da disputa.
Neutro	Checagem de desinformação que não apresenta uma narrativa política.

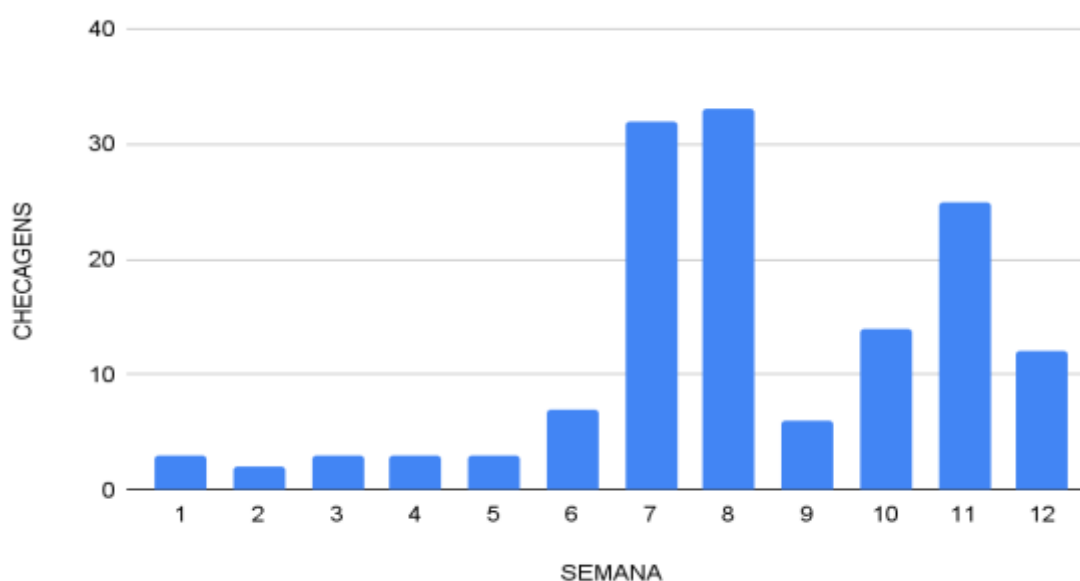
Fonte: Elaborado pelos autores.

Para efetuar a codificação, é essencial realizar testes de confiabilidade. Seguindo os protocolos para pesquisas individuais (Sampaio; Lycarião, 2021), procedeu-se à codificação de 10% do material, equivalente a 14 checagens, e os códigos foram revisados para eliminar ambiguidades entre as regras. Adicionalmente, as mesmas publicações foram submetidas a uma segunda codificação após um intervalo de uma semana, a fim de realizar o teste de confiabilidade que, pelo cálculo da ferramenta *ReCal2* identificou um Alfa de Krippendorff no valor de 0.936, acima do recomendado pelos autores de 0.9 (Sampaio; Lycarião, 2021).

Resultados

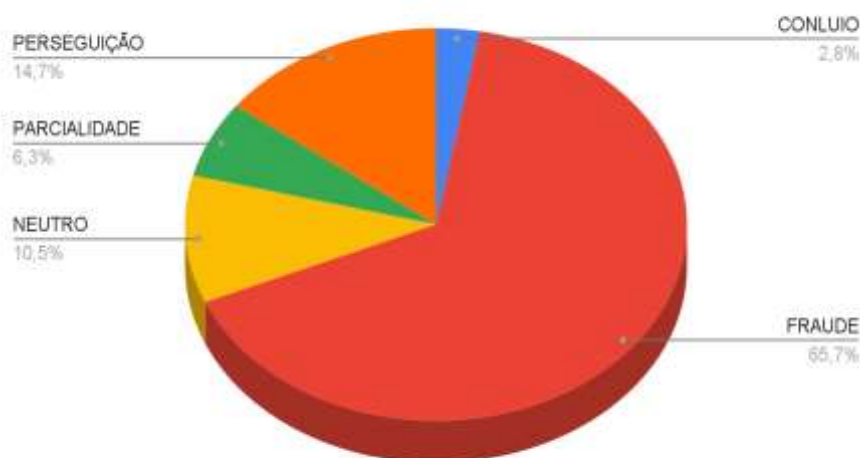
Na análise da dinâmica temporal dos dados coletados sobre a demanda de checagem durante o processo eleitoral de 2022, observa-se uma variação significativa ao longo do calendário eleitoral. Entre a 1ª e a 6ª semana, foi registrada uma média de 3,5 checagens por semana, demonstrando que, apesar de haver desinformações sobre o sistema eleitoral em circulação, houve menor ocorrência no período. Já no intervalo subsequente, compreendido entre a 7ª e a 12ª semana, que abrange as semanas entre os turnos da eleição, essa média aumentou para 20,3 checagens por semana. Esse padrão revela uma intensificação na circulação de desinformação no período entre os turnos eleitorais, demandando mais das agências de checagem à medida que o processo eleitoral avançava.

Gráfico 1 – Total de checagens coletadas por semana



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 2 – Tipos de narrativas identificadas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre as categorias identificadas, a narrativa de fraude destaca-se como a mais frequente, totalizando 94 ocorrências. Esse número evidencia a significativa propagação de informações questionando a confiabilidade e integridade do sistema eleitoral brasileiro.

Figura 1 - Checagem de desinformação com narrativa de fraude



Fonte: Página da internet Fato ou Boato⁴

⁴ Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/chechagens/post-resgata-noticias-falsas-das-eleicoes-2018-ja-desmentidas-pelo-tse-e-pelas-agencias-de-chechagem/#>. Acesso em: 17 dez. 2023.

A narrativa de perseguição aparece em 21 ocorrências. Apesar da diferença, isso sugere que a percepção da perseguição ao bolsonarismo pode ser uma estratégia empregada na disseminação de desinformação, visando a influenciar a opinião pública e a moldar a narrativa em torno do processo eleitoral.

Figura 2 - Checagem de desinformação com narrativa de perseguição



Fonte: Página da internet Fato ou Boato⁵

A narrativa de parcialidade, embora menos recorrente em comparação às anteriores, apresenta 9 ocorrências, sugerindo a presença de alegações relacionadas à atuação tendenciosa ou não imparcial dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante o processo eleitoral. As desinformações que contêm a narrativa de parcialidade trazem, em seu conteúdo, a sugestão de que os membros da justiça eleitoral advogam, em suas decisões, por suas preferências políticas pessoais.

No exemplo abaixo, o ministro Benedito Gonçalves, corregedor-geral do TSE, é apresentado como apoiador do então candidato do Partido dos Trabalhadores, utilizando uma blusa vermelha estampada com o rosto de Luiz Inácio Lula da Silva. A desinformação foi desmentida no dia 16 de setembro, logo após a decisão do Tribunal, com relatoria do ministro Benedito, de proibir a utilização de imagens das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil pelo então candidato à reeleição, Jair Bolsonaro.

⁵ Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/checagens/e-falso-que-tse-ordenou-que-todos-os-videos-dos-atos-de-7-de-setembro-sejam-excluidos-da-internet>. Acesso em: 17 dez. 2023.

Figura 3 - Checagem de desinformação com narrativa de parcialidade



Fonte: Página da internet Fato ou Boato⁶

A categoria conluio aparece em quatro ocorrências, sugerindo acordos ou colaborações não transparentes entre atores políticos para manipular o processo eleitoral. A checagem a seguir desmente um vídeo compartilhado nas redes sociais que, supostamente, mostrava um resultado antecipado do segundo turno das eleições de 2022 no site do jornal O Globo. O texto que acompanhava o vídeo alegava que o veículo de comunicação já teria definido o resultado da votação. No entanto, a checagem revelou que os dados apresentados na página eram hipotéticos e gerados para testar o sistema. O jornal O Globo esclareceu que não houve captação de informações da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma vez que o pleito ainda não tinha ocorrido.

Figura 4 - Checagem de desinformação com narrativa de conluio



Fonte: Página da internet Fato ou Boato⁷

⁶ Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/chechagens/foto-de-ministro-benedito-goncalves-do-tse-com-blusa-de-candidato-a-presidencia-e-montagem/#>. Acesso em: 17 dez. 2023.

⁷ Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/chechagens/segundo-turno-acontece-no-dia-30->

Por fim, 14 ocorrências foram classificadas como neutras, representando checagens de desinformação que não apresentavam uma narrativa política específica, destacando-se informações e esclarecimentos diversos para os eleitores.

Figura 5 - Publicação do site “Fato ou Boato” categorizada como neutra



Fonte: Página da internet Fato ou Boato ⁸

A correlação observada entre eventos políticos, notadamente os turnos eleitorais, e o aumento da disseminação de desinformação revela uma dinâmica interessante durante o processo eleitoral. No primeiro turno, realizado em 02 de outubro, foram feitas 13 checagens, com a predominância de narrativas associadas à fraude, totalizando 8 ocorrências, enquanto 5 foram categorizadas como neutras, sem uma narrativa política específica.

Ao analisar os dados do segundo turno, em 30 de outubro, embora o número total de checagens permanecesse inalterado em 13, a distribuição das categorias apresentou variações significativas. A narrativa de fraude manteve sua prevalência, com 6 checagens, porém, outras categorias ganharam destaque, como perseguição (3), parcialidade (2), conluio (1) e uma checagem foi categorizada como neutra. Essa mudança na distribuição das categorias sugere uma ampliação do escopo das narrativas desinformativas, abrangendo não apenas dúvidas sobre a integridade eleitoral, mas também incluindo elementos como perseguição e parcialidade. O aumento nas narrativas de perseguição e parcialidade reflete uma tentativa de influenciar a percepção pública sobre a imparcialidade do processo eleitoral e dos órgãos responsáveis.

de-outubro-resultado-publicado-por-jornal-era-uma-simulacao/#. Acesso em: 17 dez. 2023.

⁸ Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/checagens/horario-de-votacao-sera-das-7h-as-16h- apenas-no-mato-grosso-mato-grosso-do-sul-rondonia-roraima-e-parte-do-amazonas>. Acesso em: 17 dez. 2023.

Conclusão

A abordagem sobre a narrativa desinformativa utilizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores nas eleições de 2022 teve como base o questionamento ao sistema eleitoral brasileiro e, conseqüentemente, às instituições democráticas do país. Ao analisarmos as notícias desmentidas pela iniciativa “Fato ou Boato”, verificamos que as principais categorias estavam em torno da suposta fraude nas urnas eletrônicas.

Observamos que a narrativa de fraude no sistema eleitoral foi amplamente utilizada no período da análise, entre agosto e novembro de 2022, momento em que foi reforçada a retórica que questionava a integridade das eleições. Vale destacar que essa retórica sempre esteve presente na estratégia discursiva do ex-presidente Jair Bolsonaro, incluindo seu período como deputado federal, quando chegou a propor uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para a implementação do voto impresso.

Dessa forma, as desinformações checadas e divulgadas pela página do TSE indicaram uma dinâmica interessante durante o processo eleitoral. Foi possível observar uma correlação entre o aumento na disseminação de desinformação com os turnos eleitorais e decisões proferidas pelo tribunal eleitoral. É possível inferir, assim, que a produção de desinformação acompanha o desenrolar do processo eleitoral e, também, reage à atuação do TSE, direcionando os ataques. Uma análise interessante seria observar o desenrolar desse processo nas redes sociais, utilizando a análise de redes. Isso incluiria a decisão do tribunal, a produção da desinformação e o impacto na rede. O mesmo procedimento poderia ser aplicado à checagem, permitindo uma comparação posterior.

Do mesmo modo, também foi observada uma conexão significativa entre esses eventos políticos e o tipo de narrativa mobilizada. Nesse sentido, é possível indicar uma tentativa de influenciar a percepção pública sobre a imparcialidade do processo eleitoral e da justiça eleitoral. Os bloqueios de rodovia e acampamentos, que questionavam o resultado das eleições, e os atentados do dia 08 de janeiro, apontam para um relativo sucesso nessa empreitada antidemocrática.

Referências

- AZEVEDO JR., Aryovaldo de Castro Azevedo. Fake news e as eleições brasileiras de 2018: o uso da desinformação como estratégia de comunicação eleitoral. **Más poder local**, Murcia, n. 44, p. 81-108, 2021.
- BAPTISTA, Érica Anita *et al.* Fato ou boato nas mídias sociais: a batalha contra as fake news. *In*: LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara. (org.). **Eleições Municipais: novas ondas na política**. Rio de Janeiro: FGV, 2020. p. 215-236
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.
- CAFEIO, Caroline Garcia. **Tribunal Superior Eleitoral e o enfrentamento à desinformação nas eleições municipais de 2020**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Mestrado e Doutorado em Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/215521/cafeo_cg_me_bauru.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 10 jul. 2022.
- FERRÃO, Isadora *et al.* Urnas Eletrônicas no Brasil: linha do tempo, evolução e falhas e desafios de segurança. **Revista Brasileira de Computação Aplicada**, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 1-12, 22 maio 2019.
- LELO, Thales Vilela; PACHI FILHO, Fernando. Credibilidade em disputa no jornalismo digital: Estratégias discursivas das agências de fact-checking brasileiras vinculadas aos conglomerados de mídia. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, Madri, v. 27, n. 2, p. 531-541, 20 abr. 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.5209/esmp.71235> Acesso em: 11 dez. 2023
- LOHE, Moritz. Urna eletrônica: uma questão de confiança. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, n. 4, p. 18-20, dez. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4296> Acesso em: 01 ago. 2022.
- LOUREIRO, Felipe. A Eleição Contestada: A Disputa Presidencial De 2020 E A Crise Da Democracia Norte-Americana. *In*: CRUZ, Sebastião C. Velasco e; BOJIKIAN, Neusa Maria Pereira (org.). **De Trump a Biden: partidos, políticas, eleições e perspectivas**. Campinas: Editora Unesp, 2021. p. 153-171.
- MARONA, Marjorie. O TSE na linha de frente da democracia defensiva: a flor e a náusea. *In*: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai (org.). **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 57-68.
- PRZEWORSKI, Adam. **Por que as eleições importam?** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.
- RECUERO, Raquel *et al.* Desinformação, Mídia Social e Covid-19 no Brasil: Relatório, resultados e estratégias de combate. **Relatório de Pesquisa**. [Pelotas: UFPel], 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/midiars/files/2021/05/Desinformac%CC%A7a%CC%83o-covid-midiars-2021-1.pdf> Acesso em: 10 maio 2022.
- RIBEIRO, Amanda; MENEZES, Luiz Fernando. Como a desinformação sobre urnas abasteceu a artilharia de Bolsonaro contra o sistema eleitoral. **Aos Fatos**, Rio de Janeiro, p. 0-0, 06 jun. 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/desinformacao-urnas-abasteceu-artilharia-bolsonaro-contra-sistema-eleitoral/>. Acesso em: 01 jul. 2023.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições?: a validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 91-105, mar. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782013000100008> Acesso em: 10 jul. 2022.
- RODRIGUES, Theófilo Machado; BONONE, Luana; MIELLI, Renata. Desinformação e Crise da Democracia no Brasil: é possível regular fake news? **Confluências**, Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, Niterói, v. 22, n. 3, p. 30-52, 2020.
- SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de Conteúdo Categorial: Manual de Aplicação**. Brasília: Enap, 2021.
- SILVA, Ergon Cugler de Moraes. Desinformação sobre urnas eletrônicas persiste fora dos períodos eleitorais. **Nota Técnica**. São Paulo: USP, 2022. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/2023/05/18/nota-tecnica-16-desinformacao-sobre-urnas-eletronicas-persiste-fora-dos-periodos-eleitorais/>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições**

2020 [recurso eletrônico]: Relatório de ações e resultados. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Maio/programa-de-enfrentamento-a-desinformacao-com-foco-nas-eleicoes-2020-mobiliza-instituicoes> Acesso em: 05 jul. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Portaria nº 510, de 04 de agosto de 2021**. Institui o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral e disciplina a sua execução. Secretaria de Gestão da Informação. Brasília: 2021b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2021/portaria-no-510-de-04-de-agosto-de-2021> Acesso em: 05 jul. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral**: plano estratégico: eleições 2022. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/> <https://www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao/arquivos/programa-permanente-de-enfrentamento-a-desinformacao-novo.pdf> Acesso em: 05 jul. 2022.

UNESCO. **Jornalismo, fake news & desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. Brasília: Unesco, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em: 19 jul. 2023.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 9 mar. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1126/science.aap9559> Acesso em: 17 dez. 2023.

Recebido em: 03/03/2024

Aceito em: 05/09/2024

DISCURSO DE ÓDIO HOMOFÓBICO NO *FACEBOOK*: uma análise dos comentários das publicações de notícias nos ciberjornais de Campo Grande

***HOMOPHOBIC HATE SPEECH ON FACEBOOK:
an analysis of comments on news publications in cybernewspapers from Campo Grande***

Lucas Souza da Silva*

Hélder Prior**

Resumo

O artigo visa a problematizar o discurso de ódio contra a população LGBTQIA+ nos comentários das publicações de notícias no *Facebook* e a repercussão dessa prática na manutenção do preconceito e da discriminação. Procura-se sistematizar e identificar categorias e traços ideológicos na propagação e circulação dos comentários classificados como discurso de ódio contra a população LGBTQIA+ nas publicações de notícias no *Facebook* dos três principais veículos de comunicação de Mato Grosso do Sul: Correio do Estado, Campo Grande News e Midiamax. Esta pesquisa analisou 3026 comentários, dos quais 605 foram classificados como discurso de ódio, número que representa 20% em todas as publicações analisadas.

Palavras-chave: Discurso de ódio. Homofobia. Facebook. Análise de conteúdo.

Abstract

The article aims to problematize the hate speech against the LGBTQIA+ population in the comments on news publications on Facebook and the repercussions of this practice in perpetuating prejudice and discrimination. The study seeks to systematize and identify categories and ideological traits in the propagation and circulation of comments classified as hate speech against the LGBTQIA+ community in news publications on Facebook from the three main media outlets in Mato Grosso do Sul: Correio do Estado, Campo Grande News, and Midiamax. The research analyzed 3026 comments, out of which 605 were classified as hate speech, representing 20% of all the analyzed publications.

Keywords: Hate speech. Homophobia. Cyberjournalism. Facebook. Content analysis.

*Jornalista graduado e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS). Vencedor do Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo 2019, categoria Iniciação Científica. E-mail: lucas_13088@hotmail.com

** Doutor em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior (UBI), Portugal (2013), com menção “Doutor Europeu” pelos estudos de Doutorado desenvolvidos na Universidade Autônoma de Barcelona (2008-2012). Professor no Departamento de Comunicação da Universidade Autônoma de Lisboa (UAL). Investigador Integrado do Labcom/UBI. Foi Professor Visitante Estrangeiro no PPGCOM da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2019-2023). Realizou estágio de Pós-Doutorado (2014-2016) na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), com bolsa PNPd/CAPES. Entre 2016 e 2018, realizou estágio de Pós-Doutorando no Labcom/UBI e na Faculdade de Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É Investigador Colaborador Estrangeiro do Midiáticos (UFMT), NEMP (UnB), NUMARK (UERJ) e NEAMP (PUC-SP). E-mail: hprior@autonoma.pt

Introdução

A temática apresentada nesta pesquisa tem a intenção de causar reflexão acerca do discurso de ódio homofóbico e entender as razões que potencializam e motivam os manifestantes de comentários preconceituosos e discriminatórios, bem como os sentidos inerentes a esse discurso que discrimina e instiga à violência simbólica e até física. Impulsionado pelas redes sociais digitais, o discurso de ódio é um fenômeno social, jurídico, político e midiático que deixou de estar restrito a círculos fechados para passar a ser visível em rede, aumentando o seu alcance e seus efeitos. Efetivamente, o ciberespaço criou novas possibilidades para que os indivíduos externem os seus pensamentos, emoções e opiniões, participando e interagindo de várias formas em rede (Lévy, 1999; Castells, 1999). Todavia, a rede também tem servido para que os indivíduos partilhem e publiquem conteúdo violento e discursos ofensivos, que muitas vezes emanam ódio e preconceito em relação a determinados grupos sociais. Amplificados pelas redes sociais digitais, tais discursos podem propagar intolerância em relação a determinados grupos, com consequências jurídicas e sociais relevantes. Por conseguinte, o objetivo deste trabalho é abordar o fenômeno do discurso de ódio homofóbico nas redes sociais digitais, promovendo uma discussão sobre o conceito de “homofobia” e apresentando uma categorização de modalidades de discurso de ódio contra a população LGBTQIA+.

A manifestação do discurso de ódio por palavra dirigida oralmente, destinada ao público, causará impacto imediato, porém, se escrita e publicada, poderá promover um dano que permanecerá ao longo do tempo. Com efeito, é importante analisar o meio de comunicação digital no qual o discurso de ódio é propagado, no caso da nossa análise, o *Facebook*. Na internet, segundo dados mundiais da Organização Não Governamental SaferNet, entre 2006 e 2023, as denúncias de discurso de ódio homofóbico totalizaram 163.008 casos. O levantamento mostra ainda que, no mesmo período, 43.180 páginas distintas foram denunciadas por propagarem discurso discriminatório direcionado à população LGBTQIA+ e 30.423 desses canais foram removidos¹.

A maior parte do conteúdo denunciado por meio da plataforma da SaferNet estava no *Facebook*. Ao escolher o grupo LGBTQIA+ como o recorte empírico desta pesquisa, tem-se por objetivo responder às questões “como” e “por que” o fenômeno atual ocorre dentro

¹ <https://new.safernet.org.br/content/crimes-de-odio-tem-crescimento-de-ate-650-no-primeiro-semester-de-2022#>

de um determinado contexto histórico, social e político. Outro recorte a ser abordado por este trabalho é o estado de Mato Grosso do Sul como um dos protagonistas da homofobia no Brasil. Mato Grosso do Sul ocupa a terceira posição entre os estados brasileiros com o maior número de mortes violentas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais, de acordo com o dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil.² É nesse ente da federação que se inserem os três veículos ciberjornalísticos analisados por esta pesquisa: **Campo Grande News, Correio do Estado e Midiamax.**

O discurso de ódio nas redes sociais, especialmente no *Facebook*, tem se tornado um problema significativo devido à natureza expansiva e interconectada dessa plataforma. O *Facebook*, como uma das maiores redes sociais do mundo, é um espaço onde uma vasta quantidade de interações diárias ocorre, facilitando a disseminação rápida e ampla de conteúdos. A estrutura de grupos e páginas, combinada com algoritmos que promovem engajamento, frequentemente amplifica conteúdos polarizadores (KIM; KIM, 2019). O anonimato parcial que a rede oferece também contribui para que os utilizadores sintam menos responsabilidade pelas suas palavras, resultando em comportamentos mais agressivos e discriminatórios. Esses fatores convertem o *Facebook* em um objeto essencial de estudo para entender a dinâmica do discurso de ódio on-line. Por outro lado, as características dos media digitais, como a facilidade de compartilhamento de informações e a rapidez com que conteúdos podem se tornar virais, estimulam a agressividade on-line. O design das plataformas de redes sociais promove uma cultura de imediatismo e de respostas instantâneas, em que frequentemente as reações emocionais superam a reflexão ponderada. A ausência de interações face a face despersonaliza a comunicação, tornando mais fácil para os indivíduos expressarem sentimentos de hostilidade e preconceito. Em suma, essas características intrínsecas das mídias digitais, somadas ao algoritmo que privilegia o engajamento, contribuem para um ambiente propício ao discurso de ódio, destacando a necessidade de uma análise mais acurada sobre esses fenômenos.

² <https://correiodoestado.com.br/cidades/ms-e-o-terceiro-estado-com-maior-indice-de-mortes-violentas-de-pessoas/400027/>

O Discurso de ódio homofóbico

A expressão “discurso de ódio” é originária do inglês *hate speech* e, segundo Brugger (2007, p. 118), refere-se a “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. De acordo com o autor, o fenômeno é manifestado através da discriminação de caráter religioso, nacional, racial, sexual, étnico e de classe, reconhecida em discursos nazistas, racistas, xenófobos, homofóbicos, misóginos, e tem como elemento nuclear para a sua identificação a concepção de incitação à discriminação em relação, essencialmente, a grupos minoritários ou grupos em situação de desvantagem social e jurídica.

A manifestação do ódio pressupõe a sua exteriorização, isto é, a manifestação do pensamento discriminatório através do discurso. Trata-se, assim, da exteriorização de uma agressividade irracional em relação à maneira de ser, ao estilo de vida, às crenças e convicções de um indivíduo ou grupo de indivíduos (Sarmiento, 2006; Meyer-Plufg, 2009) e a sua manifestação pode ser explícita ou subliminar, razão pela qual nem sempre é fácil a sua identificação. Nas palavras de Meyer-Pflug (2009, p. 97), o discurso de ódio implica a manifestação de “ideias que incitem à discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias”. Chaves (1971) define as minorias como grupos de pessoas que, de algum modo e em algum sector das relações sociais, se encontram numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, considerado como a maioria, ambos, integrando uma sociedade mais ampla. Deste modo, as minorias são grupos que poderiam, em circunstâncias específicas, correr o risco de perder a identidade por serem alvo de processos de controle e homogeneização, já que se encontram em situação de desigualdade jurídica na proteção dos seus direitos.

Segundo Castro e Freitas (2013), vários grupos sofrem discriminação por não se encaixarem nos padrões estabelecidos pela sociedade. “Esse discurso tem por objetivo propagar a discriminação desrespeitosa para com todo aquele que possa ser considerado ‘diferente’, quer em razão da sua etnia, da sua orientação sexual, da sua condição econômica ou do seu gênero, para promover a sua exclusão social” (Castro; Freitas, 2013, p. 344). Trata-se da construção de um processo de estigmatização social (Goffman, 1975) como se o “outro” tivesse determinadas marcas de identidade que o tornam diferente e inferior em relação à maioria dos indivíduos. No caso brasileiro, podemos apontar como minorias os pobres, as mulheres, os negros, os nordestinos, os indígenas, as pessoas com deficiência e a população LGBTQIA+.

Ora, a expressão “homofobia” foi pela primeira vez utilizado por K.T. Smith que, em um artigo publicado em 1971, tentava analisar os traços da personalidade homofóbica. Posteriormente, G. Weinberg definirá o vocábulo como “o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo” (Borrillo, 2010, p. 21). Todavia, desde que as primeiras definições surgiram em referência ao medo expresso por heterossexuais de estarem em presença de homossexuais, o conceito passou por vários questionamentos e ressignificações. Além de ser empregado em referência a um conjunto de atitudes negativas em relação a homossexuais, tais como aversão, desprezo, ódio ou medo, “o termo, pouco a pouco, passou a ser usado também em alusão a situações de preconceito, discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+” (Borrillo, 2010, p. 8).

Por conseguinte, a homofobia também pode ser definida como “a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo” (Borrillo, 2010, p. 34). A manifestação e os tipos de homofobia variam de acordo com cada cultura e sociedade, mesmo que na maioria delas a discriminação seja claramente observada, há mecanismos jurídicos, direitos outorgados, aspectos morais e religiosos que influenciam no modo como cada sociedade lida com a estigmatização da homossexualidade. Tal como sublinha Borrillo (2010, p. 9), “a homofobia tem se revelado como um sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais”.

Embora o elemento principal da homofobia seja a rejeição irracional e, até mesmo, o ódio e a repulsa em relação ao grupo LGBTQIA+, a homofobia não pode ser reduzida a esse aspecto, uma vez que ela se articula em torno de emoções, condutas, normas e dispositivos ideológicos e institucionais, sendo instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças para justificar a exclusão e a dominação de uns sobre os outros (Prado; Tolentino; Martins, 2009). Outro agravante para a identificação da homofobia é que ela assume, sobretudo, a forma de uma violência simbólica (Bourdieu, 1998) que, muitas vezes, não é percebida por suas vítimas. “A prática da violência homofóbica é, então, de difícil diagnóstico nas sociedades atuais, o que neutraliza possibilidades de enfrentamentos” (Borrillo, 2010, p. 10). A homofobia pode ser observada a partir de dois aspectos: o de natureza afetiva e o de natureza cognitiva. O primeiro deles tem dimensão pessoal e se manifesta pela pura rejeição aos homossexuais. Ela está presente nos insultos em forma de discursos de ódio, nas piadas, nas representações caricaturais. A homofobia representa os gays e as lésbicas como criaturas grotescas, objetos de escárnio.

Expressões como “veado nojento” ou “sapatão sem vergonha” são agressões verbais que deixam marcas na consciência, traumas que se inscrevem na memória e no corpo (de fato, a timidez, o constrangimento e a vergonha são atitudes corporais resultantes da hostilidade do mundo exterior). E uma das consequências da injúria consiste em modelar a relação com os outros e com o mundo; portanto, em modelar a personalidade, a subjetividade e o próprio ser de um indivíduo (Borrillo, 2010, p. 25).

Por outro lado, a homofobia cognitiva tem dimensão cultural. É observável quotidianamente, é mais eufemística, porém é a responsável por perpetuar a diferença homo/hétero. Ela pode até preconizar a tolerância, mas não luta pelos direitos de igualdade. Se algumas formas mais sutis de homofobia exibem certa tolerância em relação a lésbicas e gays, essa atitude ocorre mediante a condição de atribuir-lhes uma posição marginal e silenciosa (Borrillo, 2010, p. 17). A homofobia cognitiva é de cunho social e propagada de geração em geração, assim a produção cultural reproduz a estereotipia da homossexualidade e os reduz a um clichê baseado em preconceito. As instituições revelam-se como espaços de produção, reprodução e atualização de discursos, valores e práticas por meio dos quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero (Warner, 1993).

Borrillo (2010, p. 26) propõe, ainda, outra dialética entre homofobia geral e homofobia específica, dada a “amplitude do termo”. Para o autor, a homofobia geral é a manifestação do sexismo, é a discriminação da pessoa em razão de seu sexo (macho/fêmea) e gênero (masculino/feminino). Essa forma se assemelha a uma vigilância de gênero, ou seja, serve para cuidar e discriminar aquele que apresentar características imputadas ao outro gênero. A homofobia geral se estrutura em dois aspectos: negação do feminino e rejeição da homossexualidade e objetiva denunciar os desvios do masculino em direção ao feminino e vice-versa. Aqueles que forem acusados por essa “vigilância” são classificados como desertores de gênero. “Assim, nessa ordem sexual, o sexo biológico (macho/fêmea) determina um desejo sexual unívoco (hétero), assim como um comportamento social específico (masculino/feminino)” (Borrillo, 2010, p. 16). Na homofobia geral, não é necessário ser homossexual para sofrer discriminação. Basta uma simples manifestação de uma característica imputada ao gênero oposto. Isto é, um homem heterossexual extremamente vaidoso e uma mulher que também sente atração pelo sexo oposto sem vaidade alguma serão julgados pela “vigilância de gênero” e, mesmo não pertencendo a nenhuma sigla LGBTQIA+, são passíveis de sofrer ofensas, piadas, insultos e até violência física por não estarem de acordo com o que se espera do gênero de cada um deles. A homofobia torna-se, assim, a guardiã das fronteiras tanto sexuais (hétero/homo), quanto de gênero (masculino/feminino).

Eis por que os homossexuais deixaram de ser as únicas vítimas da violência homofóbica, que acaba visando, igualmente, todos aqueles que não aderem à ordem clássica dos gêneros: travestis, transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais dotadas de forte personalidade, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade (Borrillo, 2010, p. 16).

A homofobia específica se refere absolutamente aos LGBTQIA+. É uma violência direcionada a quem assumidamente pertence a esse grupo. “O homossexual é apontado pela norma social como bizarro, estranho ou extravagante [...] O homossexual é sempre o outro, o diferente, aquele com quem é impensável qualquer identificação (Borrillo, 2010, p. 14). Em particular, as lésbicas sofrem discriminação dobrada, uma vez que acumulam a discriminação por serem mulheres e por sentirem atração por pessoas do mesmo sexo. “A lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual. Ela acumula as discriminações contra o gênero e contra a sexualidade”, afirma o autor (Borrillo, 2010, p. 27).

Modalidades de discurso de ódio homofóbico: notas metodológicas

No sentido de viabilizar as reflexões sobre o discurso de ódio homofóbico abordadas anteriormente, adotamos como *corpus* empírico comentários a publicações de notícias no *Facebook* dos três cibermeios com o maior número de curtidas e seguidores em Mato Grosso do Sul: Correio do Estado³ com 487 mil curtidas e 502 mil seguidores; Campo Grande News⁴ com 522 mil curtidas e 617 mil seguidores e, por último, o Midiamax⁵ com 420 mil curtidas e 503 mil seguidores (dados extraídos em julho de 2024).

³ O Correio do Estado é um dos jornais mais antigos do estado de Mato Grosso do Sul, fundado em fevereiro de 1954, com mais de 67 anos de circulação. Segundo Fernandes, Sampaio e Costa (2016), é o principal jornal do estado: “verifica-se que atualmente em Campo Grande e na região, o periódico tem grande importância social, na produção de conhecimento através da informação, e uma influência política e ideológica, pois trata-se do principal jornal diário de MS” (Fernandes; Sampaio; Costa, 2016, p. 10). O jornal lançou o portal na internet em 2014 quando o veículo completou 60 anos. No *Facebook*, o Correio do Estado existe desde 24 de junho de 2011. Até julho de 2024, o cibermeio possuía 487 mil curtidas. O jornal não possui nenhuma política de comentários em sua página no *Facebook*.

⁴ Na internet é o veículo jornalístico mais antigo, fundado em 4 de março de 1999 quando o acesso à rede mundial de computadores ainda era discado. O jornal existe no *Facebook* desde 15 de março de 2011 e possui 522 mil curtidores (dados de julho de 2024). O jornal também não possui nenhuma política de comentários em sua página no *Facebook*.

⁵ Em uma comparação com os outros veículos analisados, é o jornal mais novo, que está no ar desde 2002. As primeiras notícias do veículo na internet não passavam de um parágrafo e continham apenas as informações essenciais de um lead, que respondiam basicamente às questões: “quem”, “o quê”, “onde”, “quando”, “por quê” e “como”. O Midiamax migra para o *Facebook* em 12 de setembro de 2011 e tem atualmente 420 mil curtidores. Na página do *Facebook* do veículo, em detalhes sobre Jornal Midiamax há: “comentários ofensivos, desrespeitosos,

A nossa amostra é composta por três notícias de cada veículo sobre temáticas relacionadas à comunidade LGBTQIA+ publicadas entre 2016 e 2021, totalizando nove notícias, conforme a tabela seguinte:

Tabela 1 - Caracterização do *corpora*

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA DE PUBLICAÇÃO	CIBERJORNAL	REAÇÕES	COMENTÁRIOS
Xô preconceito! Parada levou 30 mil pessoas à praça em dia de cor, música e amor	30/09/2019	Campo Grande News	488	391
“Lugar de gay é na igreja sim”. Dizem fiéis campo-grandenses	22/09/2020	Campo Grande News	913	573
Aos 29 anos Samantha fala como é ser uma mulher transexual lésbica	01/09/2020	Campo Grande News	218	207
Dois acionam a polícia e se dizem discriminados por serem héteros	13/02/2018	Correio do Estado	280	224
Casamento gay cresce 5 vezes mais do que entre homem e mulher	24/11/2016	Correio do Estado	378	351
Alguns assistem filme com cenas de sexo gay em sala de aula e pais denunciam	04/10/2018	Correio do Estado	564	209
“A força do querer”: beijo de Ivan e Cláudio pode marcar cena final da novela	19/10/2017	Midiamax	574	271
Propaganda da natura com mulheres se beijando causa discussão	14/05/2019	Midiamax	226	309
Patrícia Abravanel é detonada ao debochar da sigla LGBTQIA+ e minimizar homofobia	01/06/2021	Midiamax	561	392

Fonte: Autores.

A hipótese central desta pesquisa sustenta que o discurso de ódio em relação à população LGBTQIA+ reproduz estereótipos de heterossexismo e gênero enraizados na cultura brasileira de modo explícito e implícito (H1). Por outro lado, ao não existir moderação nos comentários às matérias jornalísticas publicadas no *Facebook*, esses funcionam como caixas de ressonância do discurso de ódio homofóbico, conduzindo à instigação ao ódio contra a população LGBTQIA+ e revelando uma clara tensão entre liberdade de expressão e direitos de personalidade (H2). Recorrendo à metodologia da Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2009), aplicamos categorias ou modalidades de discurso

preconceituosos ou obscenos, de natureza fraudulenta, falsa enganadora ou que violem o direito de propriedade intelectual de terceiros serão excluídos sem aviso prévio”.

de ódio construídas em estudo prévio (Da Silva; Souza Da Silva, 2021) e elaboradas a partir da pré-análise do material empírico. As categorias foram sistematizadas em nove modalidades de discurso, que resumimos em seguida:

1) **Vitimização** – refere-se ao ato de se transformar em vítima. Segundo Van Dijk (2001), os discursos dessa natureza tendem a demonstrar uma dramaticidade em relação ao intragrupo de modo a tornar, por reflexo, membros do extragrupo inimigos ou ameaças. A estratégia consiste em construir argumentos que apontem o intragrupo como vítima e, conseqüentemente, o extragrupo como privilegiado.

2) **Patologização** – efeito de transformar um fenômeno em patologia ou doença. Antes dos estudos aprofundados sobre gênero, a ideia de que a homossexualidade era um tipo de transtorno mental foi originalmente disseminada em 1886, quando o sexólogo Richard von Krafft-Ebing sublinhou que a homossexualidade era provocada por uma “inversão congênita” adquirida no nascimento ou no decorrer da vida. Tal ideia foi seguida pela Associação Americana de Psiquiatria que classificou a homossexualidade como “desordem” em seu primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais. Com base nesses estudos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu a homossexualidade na Classificação Internacional de Doenças de 1977 (CID) como uma doença mental.

3) **Repulsa pelas pessoas LGBTQIA+** – Categorias que indicam manifestações de aversão, repugnância, medo, ódio e preconceito que algumas pessoas, ou grupos, nutrem contra os homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais. As outras categorias utilizam-se de outros fatores para difamar ou condenar as práticas homossexuais. Esta categoria discursiva indica puro ódio, nojo e abominação contra a população LGBTQIA+. Comentários como “nojo”, “que horror” e “credo” foram classificadas nesta categoria discursiva.

4) **Descrédito pela informação jornalística, veículo de comunicação ou redator** – Refere-se a comentários que têm como objetivo promover o descrédito pela informação apresentada, relativizando a importância de notícias sobre a comunidade LGBTQIA+. Nesta categoria, foram selecionados comentários como “lixo de matéria”, “jornal sem conteúdo”, “fim do jornalismo”, “jornalista comunista”, entre outras ofensas na tentativa de desvalorizar o caráter noticioso da informação.

5) **Injúria ou ofensa à dignidade humana** – Os comentários desta categoria objetivam ferir, exclusivamente, a dignidade da pessoa humana, as manifestações de ódio não são só dirigidas contra as atitudes e comportamentos do grupo LGBTQIA+ e sim contra a identidade

e o ser humano em sua integridade. Nesta categoria, foram classificados comentários como “seus lixos”, “aberrações”, bem como termos pejorativos de referência como “veados”, “bichinhas” e “boiola”.

6) **Moralismo e religiosidade** – Refere-se à avaliação das temáticas sob a ótica moral e religiosa, como se os indivíduos procurassem impor o certo e o errado a partir das suas crenças e da sua visão de mundo. Pelo retrospecto histórico da perseguição aos homossexuais, e pela condenação cristã a essa orientação sexual, a moral do povo brasileiro enxerga de maneira negativa os grupos LGBTQIA+, sendo a homossexualidade vista como algo a ser combatido para a manutenção do que costumam classificar como “bons costumes”. Classificamos, nesta categoria, comentários como “casal é homem e mulher”, “inversão de valores”, “família é pai e mãe”, entre outros que relevam aspectos morais e pauta de costumes.

7) **Abordagem biologizante** – Modalidade de discurso de ódio visível em comentários que fizeram referência a aspectos biológicos. A questão da impossibilidade reprodutiva entre homossexuais foi um dos argumentos mais utilizados pelos usuários na tentativa de condenar a homossexualidade. Outro fator bastante observado foram os comentários que atribuíram antinaturalidade às práticas homossexuais, como distúrbio dos princípios que regem as leis da natureza. Outro ponto a se destacar é que, quando a população transexual é mencionada em alguma matéria, esta categoria de discurso de ódio apresenta uma alta incidência, devido ao sexismo que define rigorosamente e, sem possibilidade de mudança, o sexo biológico que o indivíduo nasce.

8) **Apelo à suposta influência comportamental e de pensamento infanto-juvenil** – esta categoria apela ao argumento de que a criança é suscetível e propensa a desenvolver comportamentos homossexuais se ela for exposta a ambiente de aceitação LGBTQIA+. Em vista disso, os movimentos LGBTQIA+ e as práticas homossexuais em público são combatidos na justificativa de que as crianças não podem ver tamanha barbárie, caso contrário, poderão desenvolver os mesmo comportamentos desviantes.

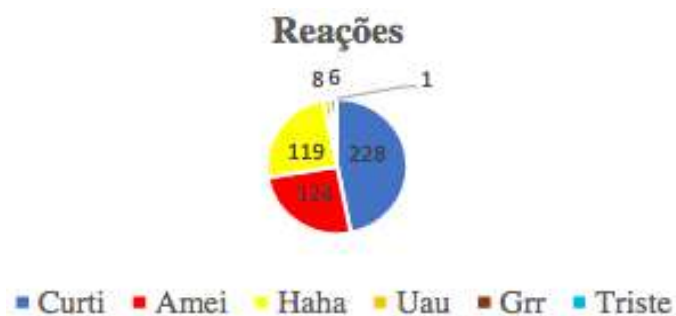
9) **Opinião intermediada por citação de autoridade** – Fundamentação do discurso com base numa citação de autoridade, isto é, na referência a uma fonte supostamente confiável com *expertise* no tema ou com capital social acumulado, como políticos, figuras públicas ou intelectuais. Ao utilizar um pensador ou especialista no assunto para justificar comentários, a intenção é encontrar força oratória para convencer e apresentar argumentos, “livrando-se” da opinião discriminatória. As citações de autoridade observadas no comentário são

maioritariamente de políticos que combatem as práticas homossexuais e os direitos da população LGBTQIA+, seja nas igrejas ou na Câmara dos Deputados.

No total, analisamos 3026 comentários, aplicando as respectivas categorias aos comentários classificados como discurso de ódio. Apresentamos, ainda, os dados a respeito da quantidade de reações observadas em cada publicação analisada. No seguinte empreendimento empírico, estão contidas as emoções dos leitores em relação à postagem veiculada pelo veículo jornalístico, as quais compreendem as reações “curtir”, “amei”, “haha”, “uau”, “grr”, “triste”, podendo também aparecer esporadicamente algumas reações ocasionais do *Facebook*. Além disso, também serão dispostos, respectivamente, a classificação das categorias de discursos de ódio observadas em cada publicação, bem como uma análise geral entre comentários tidos como discursos de ódio e demais comentários dentro da plataforma dos comentários nas páginas de *Facebook* analisadas por esta pesquisa. Sistematizamos, com efeito, os resultados obtidos:

Matéria 1 - “Xô preconceito! Parada levou 30 mil pessoas à praça em dia de cor, música e amor”.

Figura 1- Reações à notícia



Fonte: Autores.

Figura 2. Classificação do discurso de ódio em categorias



Fonte: Autores.

Figura 3 – Percentagem de discursos de ódio

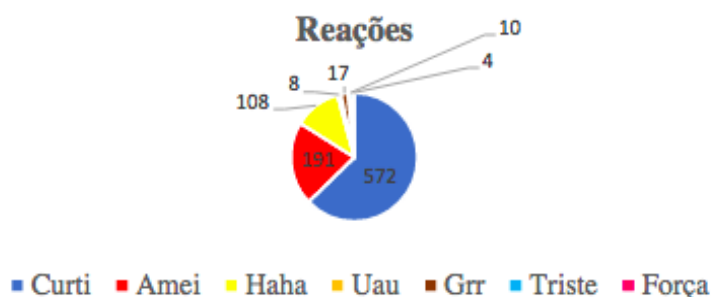


Fonte: Autores.

Os dados da análise revelam que 55 comentários a essa notícia foram classificados como discurso de ódio, 14% do total de manifestações. A categoria da **Vitimização** foi a mais notada. Tal fato se justifica pela visibilidade do movimento, uma vez que, ao ocupar o espaço urbano e reivindicar direitos, muitos leitores não compreendiam a necessidade do movimento e manifestaram comentários com o intuito de desvalorizar a luta e minimizar a homofobia. Entre as reações, a risada – representada pelo “haha” – foi a terceira reação mais notada, o que demonstra uma ridicularização, por parte dos leitores, dos movimentos sociais LGBTQIA+, como é a **Parada LGBT**.

Matéria 2 - “Lugar de gay é na igreja sim”, dizem fiéis campo-grandenses.

Figura 4. Reações à notícia



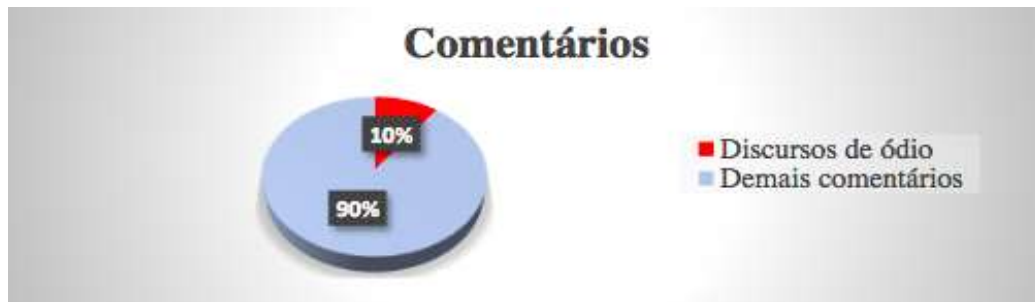
Fonte: Autores.

Figura 5 – Classificação do discurso de ódio em categorias



Fonte: Autores.

Figura 6 – Percentagem de discursos de ódio

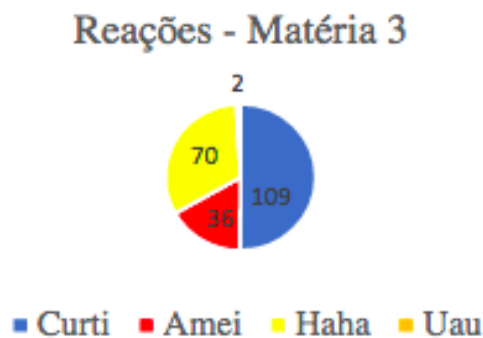


Fonte: Autores.

Os dados da segunda notícia analisada revelam que 58 comentários foram classificados como discurso de ódio, o equivalente a 10% do total de manifestações. Dentre esses comentários, a categoria da **Religiosidade** foi a mais presente. Tal fenômeno se justifica pela matéria logo no título trazer essa discussão com “Lugar de gay é na igreja sim”. Diante disso, a população conservadora reagiu e manifestou seu posicionamento contrário, com trechos bíblicos e outros documentos oficiais da igreja católica que condenam a homossexualidade. Tal como na notícia anterior, a reação “haha” foi a mais presente, o que também demonstra essa necessidade de ridicularizar a presença do homossexual em locais de dominação heterossexual.

Matéria 3 – “Aos 29 anos, Samantha fala como é ser uma mulher transexual lésbica”

Figura 7 – Reações à notícia



Fonte: Autores.

Figura 8 - Classificação do discurso de ódio em categoriais



Fonte: Autores.

Figura 9 – Percentagem de discursos de ódio

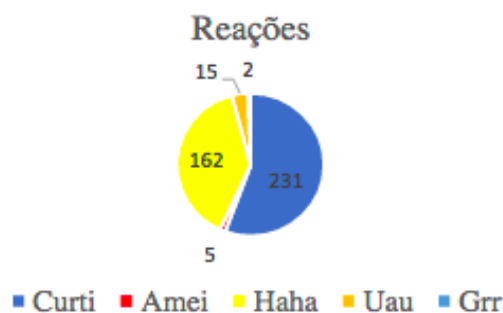


Fonte: Autores.

Os dados da terceira matéria analisada mostram que 33 comentários foram classificados como discurso de ódio, o equivalente a 16% do total de manifestações. Dentre esses comentários, a categoria da **Abordagem biologicizante** foi a mais presente. Tal constatação se justifica principalmente pela matéria pautar a transexualidade. Nesses comentários, fizeram-se presentes opiniões baseadas em fatores genéticos e biológicos para justificar o preconceito; como o sexismo, que liga radicalmente o sexo biológico à identidade de gênero. Como já observado, a reação “haha” foi a terceira mais presente, o que também demonstra uma tentativa de ridicularizar, invisibilizar os transexuais e silenciar o discurso que os representa.

Matéria 4 – “Dois acionam a polícia e se dizem discriminados por serem hétero”

Figura 10 – Reações à notícia



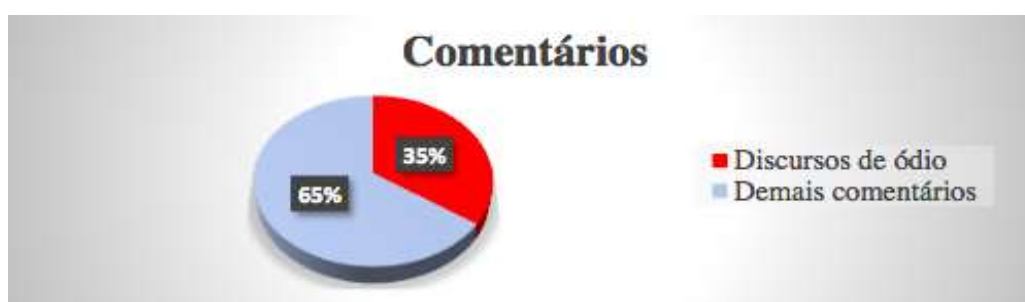
Fonte: Autores.

Figura 11 – Classificação do discurso de ódio em categorias



Fonte: Autores.

Figura 12 – Percentagem de discurso de ódio

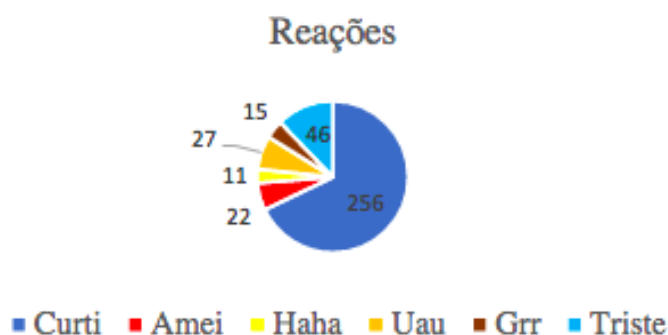


Fonte: Autores.

Os dados da quarta matéria analisada classificam 36 comentários como discurso de ódio, 35% do total de manifestações. Na notícia acerca de duas pessoas que se dizem vítimas de discriminação por serem homossexuais, a categoria da **Vitimização** foi a mais notada. Isso se justifica principalmente pela matéria provocar uma discussão acerca de uma eventual “heterofobia”. Ainda assim, deu margem para comentários que subvertiam as posições de opressão. A reação “haha” foi a segunda mais presente, o que demonstra um certo choque dos leitores em relação ao tema da notícia, devido à atipicidade do acontecimento e ao ineditismo em ser veiculado como material jornalístico.

Matéria 5 - Casamento gay cresce 5 vezes mais do que entre homem e mulher

Figura 13 – Reações à notícia



Fonte: Autores.

Figura 14 – Classificação do discurso de ódio em categorias



Fonte: Autores.

Figura 15 – Percentagem de discurso de ódio

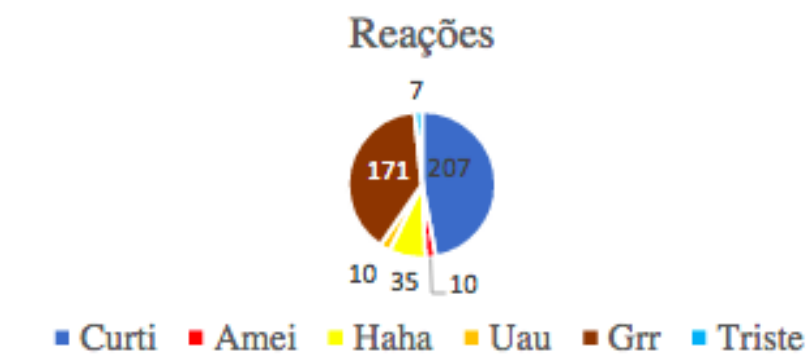


Fonte: Autores.

Os dados da quinta matéria analisada indicam a presença de 56 comentários classificados como discurso de ódio, o equivalente a 16% do total de comentários. As categorias de **Religiosidade** e de **Abordagem biologicizante** tiveram destaque por causa do tema abordado pela reportagem, pois o casamento gay suscita comentários preconceituosos amparados na moral cristã e na visão de que só podem ter filhos e contrair matrimônio os casais heterossexuais. As reações “uau” e “grr” se destacaram nessa matéria, respectivamente, devido à surpresa dos dados apresentados no texto jornalístico e ao sentimento de repulsa que esses evocam na população quando o assunto é casamento entre pessoas LGBTQIA+.

Matéria 6 – “Alunos assistem filme com cenas de sexo gay em sala de aula e pais denunciam”

Figura 16 – Reações à notícia



Fonte: Autores.

Figura 17 – classificação do discurso de ódio em categorias



Fonte: Autores.

Figura 18 – Percentagem de discurso de ódio

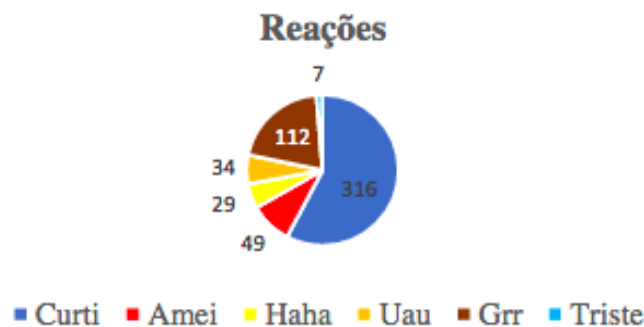


Fonte: Autores.

Nessa notícia, 96 comentários foram classificados como discurso de ódio, o equivalente a 22% do total de manifestações. As categorias de **Repulsa às pessoas LGBTQIA+** e de **Injúria ou ofensa à dignidade humana** se destacaram, pois o assunto abordado gerou um sentimento de aversão, ódio e revolta dos pais em relação a tornar visível aos adolescentes de uma escola pública as dificuldades que pessoas LGBTQIA+ encontram diante da discriminação social. Em consonância a esse sentimento de repulsa, a reação “grr” foi a segunda mais observada nessa matéria, o que demonstra que a educação sexual nas escolas e a visibilização dos LGBTQIA+ em relação aos jovens ainda é um tabu bastante presente na população brasileira.

Matéria 7 - “A força do querer”: beijo de Ivan e Cláudio pode marcar cena final de novela

Figura 19 – Reações à notícia



Fonte: Autores.

Figura 20 – Classificação do discurso de ódio em categorias



Fonte: Autores.

Figura 21 – Percentagem de discurso de ódio

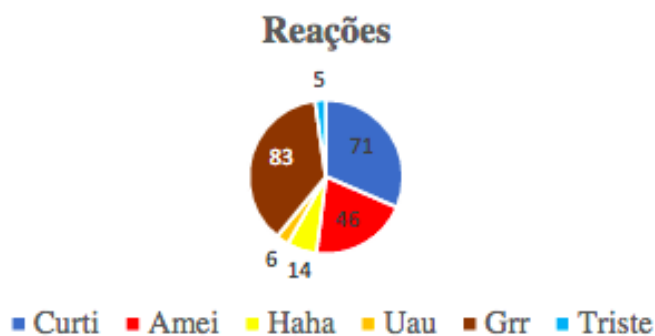


Fonte: Autores.

Os dados da sétima notícia analisada revelam a presença de 73 comentários classificados como discurso de ódio, o equivalente a 27% do total de manifestações. Dentre estes comentários, a categoria **Repulsa às pessoas LGBTQIA+** teve o maior destaque. Tal constatação também se deve ao conteúdo abordado pela matéria jornalística, pois o beijo LGBTQIA+ ainda provoca sentimentos de nojo e revolta nos setores mais conservadores da sociedade que sempre tiveram o beijo hétero como o único possível de ser transmitido em uma novela. Indo ao encontro desse sentimento, a reação “grr”, que representa a raiva, foi a segunda mais presente entre todas as emoções observadas.

Matéria 8 - “Propaganda da natura com mulheres se beijando causa discussão”

Figura 22 – Reações à notícia



Fonte: Autores.

Figura 23 – Classificação do discurso de ódio em categorias



Fonte: Autores.

Figura 24 – Percentagem de discurso de ódio

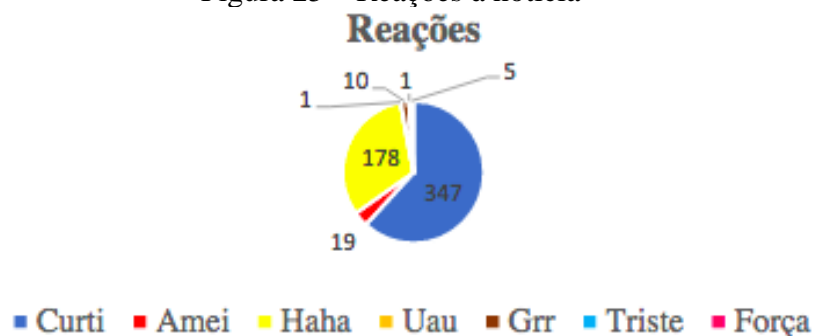


Fonte: Autores.

Os dados da penúltima matéria analisada indicam 68 comentários classificados como discurso de ódio, 22% do total de manifestações. Dentre esses comentários, a categoria **Repulsa às pessoas LGBTQIA+** teve o maior destaque. Ao abordar o beijo LGBTQIA+ em produções publicitárias audiovisuais, há uma significativa reação negativa que se pode justificar pelo receio do discurso da normatividade dar espaço ao discurso desviante, isto é, do medo ao ver que a representação unicamente heterossexual, disseminada em décadas de propagandas, possa dar espaço para a representação homoafetiva. Em compatibilidade a esse sentimento, é possível compreender que a reação “gr” foi a segunda mais presente dentre todas as reações analisadas.

Matéria 9 - “Patrícia Abravanel é detonada ao debochar da sigla LGBTQIA+ e minimizar homofobia”

Figura 25 – Reações à notícia



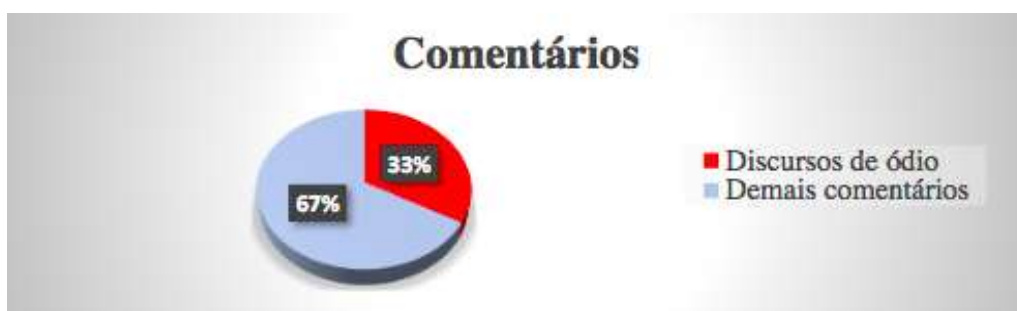
Fonte: Autores.

Figura 26 – Classificação do discurso de ódio em categorias



Fonte: Autores.

Figura 27 – Percentagem de discurso de ódio



Fonte: Autores.

Os dados da última matéria analisada revelam a presença de 130 comentários classificados como discurso de ódio homofóbico, o equivalente a 33% do total de manifestações. Dentre estes, a categoria da **Vitimização** teve o maior destaque. Como principais argumentos apresentados nos comentários, os indivíduos referem que a população LGBTQIA+ é intolerante, já que não aceita comentários que minimizem os efeitos da homofobia. A segunda reação mais presente foi a “haha”, justificada pelo paradoxo da intolerância desenvolvido pelo filósofo Karl Popper (1998), pois a população LGBTQIA+ preza por esse direito, porém não tolerou o discurso homofóbico da comunicadora Patrícia Abravanel, uma prática que foi motivo de ridicularização por parte dos leitores do ciberjornal.

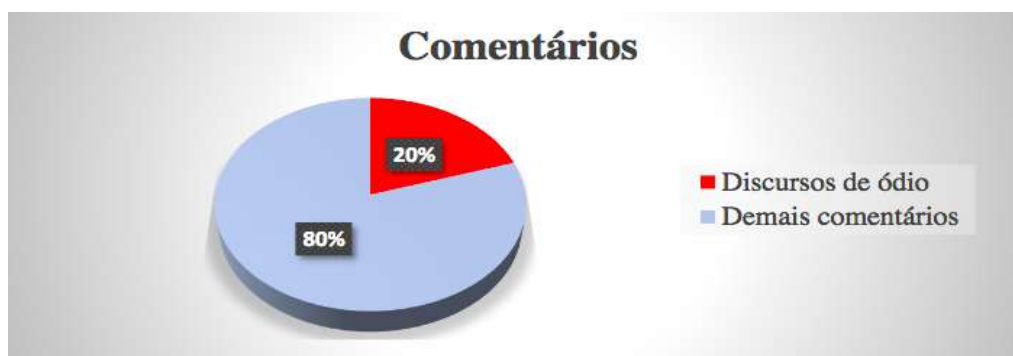
Considerações finais

Este trabalho procurou realizar uma construção metodológica a partir de uma análise de conteúdo dos comentários classificados como discurso de ódio nas publicações de notícias no *Facebook*, aplicando categorias ou modalidades de discurso. Neste sentido, diante da amplitude desta análise, observou-se o quanto a questão se expande para áreas diversas, o que demonstra que a homofobia não está restrita a apenas um âmbito, mas ela perpassa diversos espectros

sociais, culturais e políticos que se evidenciam através do discurso. Como resultados desta pesquisa, confirmam-se as hipóteses inicialmente apresentadas, ou seja, que o discurso em relação à população LBBTQIA+ é construído mediante estereótipos e enquadramentos incrustados na sociedade brasileira (H1), particularmente relacionados com a religião e a política. Nesse rumo, o fato de não haver qualquer tipo de moderação dos veículos jornalísticos em relação aos comentários ofensivos transforma a plataforma de interação das páginas dos jornais no *Facebook* em uma verdadeira caixa de ressonância do discurso de ódio (H2), o que contribui para a manutenção de estereótipos, para a visibilização e fomento do ódio homofóbico em suas publicações.

Por outro lado, diante da análise de dados possibilitada pela AC, pode-se inferir que o assunto da matéria jornalística é crucial para o tipo de discurso de ódio manifestado nos comentários das publicações de notícias no *Facebook*, ou seja, a categoria preponderante nos comentários está articulada ao assunto escolhido pela matéria publicada. Diante de números, constatou-se que, entre 3026 comentários analisados, 605 foram classificados como discursos discriminatórios por razões relacionadas com a sexualidade, o que equivale a 20% dos comentários totais das matérias selecionadas por esta pesquisa.

Figura 28 – Percentagem de discurso de ódio no total da amostra



Fonte: Autores.

A nossa pesquisa registrou 4176 reações às nove matérias analisadas, sendo 2337 “curtir”, 726 “haha”, 502 “amei”, 416 “grr”, 111 “uau”, 77 “triste” e 9 “força”. Os dados demonstram que a segunda e a quarta reações mais frequentes nas publicações relacionadas à população LGBTQIA+ são a risada “haha” e a representação da raiva “grr”. Essa constatação reforça a ideia de que existe uma tentativa de deslegitimar e de ridicularizar as lutas e os direitos já conquistados e outros que ainda são reivindicados pela população LGBTQIA+. Além disso, também é indubitável a reação de nojo, repulsa e raiva de setores conservadores da sociedade

diante de qualquer visibilidade desse grupo minoritário, seja nas pautas jornalísticas, nas escolas, nas novelas, nos anúncios publicitários, nas ruas, nas igrejas e em outros âmbitos.

As categorias presentes nestes 605 comentários foram as da Vitimização (169), Repulsa pela existência ou repúdio pelas atitudes das pessoas LGBTQIA+ (144), Imposição da moralidade e da religiosidade pessoal (99), Abordagem biologizante (57), Injúria ou ofensa à dignidade da pessoa humana (50), Descrédito pela informação jornalística, veículo de comunicação ou redator da notícia (42), Opinião intermediada por citação de autoridade (22), Patologização (11) e Apelo à suposta influência comportamental e de pensamento infantojuvenil (11).

Figura 29 – Categorização final



Fonte: Autores.

Estes dados revelados pela Análise de Conteúdo demonstram que a problemática do discurso de ódio homofóbico nos comentários das publicações de notícias no *Facebook* ainda é um problema premente, já que essa rede social se constitui como uma arena extremamente hostil à população LGBTQIA+, pois reforça estereótipos, visibiliza a homofobia e amplia suas consequências a esse grupo minoritário.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Paris: Le Seuil, 1998.
- BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso de ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Revista de Direito Público**, Brasília, v. 15, n. 117, p. 117-136, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Matheus Felipe de; FREITAS, Riva Sobrado de. Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Sequência**, Florianópolis, n. 66, p. 327-355, 2013.

- CHAVES, Luís. Gonzaga. Mendes. Minorias e seus estudos no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 2., n. 1, p. 149-168, 1971.
- FERNANDES, Mário Luiz; SAMPAIO Amanda. Brito.; COSTA, Carolina. Silva. **A história da imprensa de Mato Grosso do Sul e a construção do perfil do jornal Correio do Estado**. In: ENCONTRO CENTRO OESTE HISTÓRIA DA MÍDIA, Campo Grande, 2016.
- DA SILVA, Marcos Paulo; SILVA, Lucas Souza. Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook. **Intercom, Rev. Bras. Ciên. Com.**, São Paulo, v. 44, n. 2, p.137-155, 2021.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC. 1975.
- KIM, Yonghwan; KIM, Youngju. Incivility on Facebook and political polarization: The mediating role of seeking further comments and negative emotion. **Computers and Human Behavior**, v. 99, p. 209-227, out. 2019.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**, Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1998.
- SAFERNET. HOTLINE. Disponível em: <<https://indicadores.safernet.org.br/index.html>>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- SARMENTO, Daniel. A liberdade de expressão e o problema do “Hate Speech”. In: SARMENTO, Daniel. **Livres e iguais**: estudos de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 207-262.
- WARNER, Michael. (ed.). **Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.
- PRADO, M. A. M.; TOLENTINO, L. L. R.; MARTINS, D. A. **O litúgio sobre o impensável**: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. **Bagoas, Revista de Estudos Gays**, Natal, v. 3, n. 4, p. 209-232, 2009.
- VAN DIJK. Teun. **Critical Discourse Analysis**. In: D. Tannen; D. Schiffrin, H. Hamilton (Org.). *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 352-371.

Recebido em: 04/03/2024

Aceito em: 30/08/2024

**ENGAJAMENTO E POPULISMO:
A presença digital de Lula e Bolsonaro nas eleições 2022 no Twitter**

***ENGAGEMENT AND POPULISM:
Lula and Bolsonaro's digital presence in the 2022 electoral race on Twitter***

Tathiana Senne Chicarino*

Desirèe Luíse Lopes Conceição**

Mércia Alves ***

Resumo

O presente artigo busca analisar a presença digital dos presidentiáveis no 2º turno de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL). A partir disso se orienta à compreensão do populismo enquanto uma estratégia político-discursiva nas redes desses candidatos, especificamente no Twitter. Para tanto, nossa análise terá como subsídio empírico as 20 mensagens mais retuitadas semanalmente referente a ambos. No plano teórico, abordaremos o nexos investigativo entre populismo e comunicação eleitoral/digital, buscando contribuir para a discussão sobre campanhas on-line, ativismo e influência. Entre nossos achados, destacamos: um engajamento centralizado em Bolsonaro, enquanto a rede de Lula é menos egocentrada; ambos mobilizaram uma estratégia discursiva voltada à construção de um povo, mas enquanto Lula se ancora em uma lógica adversarial, Bolsonaro se posiciona no sentido amigo/inimigo.

Palavras-chave: Populismo. Redes digitais. Campanha eleitoral. Eleições 2022.

Abstract

This paper aims to analyze the digital presence of the presidential candidates in the 2nd round of 2022 election, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) and Jair Bolsonaro (PL). From this we emphasize the understanding of populism as a political and speech strategy in these candidates' networks, specifically on Twitter. To this purpose, our analysis has as empirical material the 20 most retweeted messages per week referring to each of the two candidates. On a theoretical level we will deal with an investigation between populism and electoral/digital communication, chasing to contribute to research on digital campaigns, activism and digital influence. Among the results we highlight: high engagement focused on Bolsonaro, while Lula's network is less self-centered; both use speech as a strategy to unite voters around the idea "of people", but while Lula is based on an adversarial logic, Bolsonaro puts himself in a position of constructing friend/enemy speech.

* Doutora e Mestra em Ciências Sociais pela PUC-SP. Coordenadora da graduação em Sociologia e Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Professora de graduação e de pós-graduação de mesma instituição, onde também atua como coordenadora acadêmica dos programas de MBA. Pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudo em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP e do Observa (Observatório de Conflitos na Internet). tschicarino@gmail.com.

** Jornalista e mestre em ciência política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora da pós-graduação da PUC-SP e da Fundação Escola de Sociologia e Política (Fesp-SP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte Mídia e Política (Neamp) da PUC-SP. deluise19@gmail.com.

*** Doutora e Mestra em Ciência Política pela UFSCar. Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e professora de Ciência Política. Atua junto ao NEAMP (Núcleo de Estudo em Arte, Mídia e Política) da PUC-SP e ao CEL (Comunicação Eleitoral) da UFPR. merciaallves@gmail.com.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a presença do populismo na comunicação digital durante as eleições à Presidência em 2022 no Brasil, dos candidatos que foram para o 2º turno, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), e do engajamento de ambos no Twitter. Partimos do pressuposto teórico/epistemológico de que os citados possuem características populistas (Barros; Lago, 2022). Sendo assim, seguiremos um nexu investigativo entre populismo e comunicação eleitoral/digital que considera: a) que o populismo encontra na comunicação digital elementos conectivos importantes como o ativismo e a influência; b) que o ativamente das fronteiras políticas nós/eles apresenta condições e características específicas nas redes sociais.

O cenário da disputa pela Presidência da República em 2022 foi o mais concorrido da democracia recente. A despeito dos demais nomes que disputavam ao cargo e da série de pré-candidatos que receberam atenção dos meios de comunicação e partidos políticos, o então presidente Bolsonaro (PL) e o presidente eleito, Lula da Silva (PT)¹, protagonizavam a disputa antes do início oficial do período de campanha, antecipando assim uma escolha plebiscitária típica dos segundos turnos. Considerando essa conjuntura, o Twitter nos oferece amplas possibilidades de investigação acerca das dinâmicas comunicacionais de candidatos competitivos, tendo em vista que é uma rede social “[...] com importante valor agregado tanto para os *gatekeepers* quanto para as fontes primárias da informação em um contexto político” (Mangerotti; Ribeiro; González-Aldea, 2021, p. 9).

Para atender aos objetivos colocados, o *corpus* empírico do artigo conta com as 100 mensagens mais retuitadas durante o 2º turno das eleições de 2022 referente aos candidatos durante a campanha eleitoral. Essas mensagens foram coletadas por meio da API de acesso público do Twitter separadamente e de forma simultânea, utilizando os seguintes termos de busca: lula2022; lulaPresidente; @lulaoficial; #VamosJuntosPeloBrasil; bolsonaro2022; bolsonaroPresidente; @jairbolsonaro; #PeloBemDoBrasil².

Será analisado o engajamento das mensagens em um comparativo temporal e entre os candidatos. Também o teor qualitativo a partir do referencial da Teoria do Discurso de base

¹ O candidato do PT venceu no 2º turno, quando alcançou 50,90% (60.345.999) dos votos, contra 49,10% (58.206.354) de seu adversário.

² O material foi organizado pelo Observatório de Conflitos da Internet (Observa). Para saber mais sobre o projeto ver: <https://observa.pesquisa.ufabc.edu.br/list/vacinometro-covid-19/>. Acesso em: 5 mai. 2022. Registramos aqui nosso agradecimento especial à pesquisadora Patrícia Santos.

laclauniana (2015), buscando identificar as principais estratégias discursivas e suas cadeias de equivalência.

Em relação à estrutura, o artigo tratará, na próxima seção, dos conceitos que fundamentam a pesquisa, o nexos investigativo entre populismo e comunicação eleitoral/digital. Na segunda seção, trataremos dos tuítes e retuítes, evidenciando o engajamento na rede no segundo turno das eleições de 2022. Por fim, apontamos para o populismo construído de forma distinta a partir da articulação de demandas heterogêneas.

Populismo e comunicação eleitoral/digital

Dado que a presente pesquisa se ampara na base epistemológica da Teoria do Discurso laclauniana (2015), especialmente no conceito de populismo, cabe, ainda que de forma breve, apresentar essa discussão. O populismo aqui tratado refere-se a uma estratégia política discursiva que em si não é ideológica. Não é uma categoria sociológica amparada em níveis de modernização e democratização e mesmo em uma caracterização sociodemográfica do que é “povo”. Enquanto estratégia política discursiva, o populismo se situa na construção do “político” entendido por Mouffe (2015, p. 8) como:

A dimensão de antagonismo [...] constitutiva das sociedades humanas, enquanto [a] “política” [seria] o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político.

Considerando “o caráter inerradicável do conflito” (Mouffe, 2015, p. 9) nas coletividades humanas, o populismo é uma construção discursiva³ que se constitui a partir de uma relação articulatória e contingencial de identidades sobre: 1) qual será o outro, em uma fronteira político-discursiva que sempre comporta algum nível de exclusão; 2) como demandas múltiplas e heterogêneas se articulam em uma cadeia de equivalências pela fixação temporária em um ponto nodal, um elemento unificador em uma estrutura de sentido que acaba dando significado, negociado e disputado politicamente, a um significante tendencialmente vazio (presente nas diferentes demandas).

Os pontos sinalizados guiarão a compreensão do populismo em uma comunicação eleitoral/digital, especificamente o embate entre Lula e Bolsonaro no Twitter no 2º turno de

³ Considerando “discursos enquanto totalidades estruturadas, que articulam tanto elementos linguísticos como não linguísticos” (Laclau, 2015, p. 47).

2022. Cabe enfatizar que não há um populismo, mas populismos em diferentes graus, pois também são diferentes as suas dimensões transgressivas. Além disso, o cerne principal da dimensão transgressiva do populismo está na sua “capacidade de produzir dissenso” (Barros; Lago, 2022, p. 92). No “político”, sua manifestação performativa acaba por apresentar dois outros traços além da fronteira nós/eles, quais sejam: ser irreverente (no sentido de não prestar reverência) e culturalmente “popular”; e ser uma força capaz de transformar instituições.

Há, portanto, uma contraposição entre institucionalismo e populismo em um *continuum* através do qual a política moderna se desdobra, que vai de um tipo ideal de populismo (pura mobilização) a um tipo ideal de institucionalismo (tecnocracia). E considerando a potência transformadora do populismo o vemos em certos momentos, quando:

[...] o sistema institucional vigente entra em obsolescência e mostra sua incapacidade de absorver as novas demandas sociais pelas vias tradicionais; em decorrência disso, tais demandas tendem a se aglutinar fora do sistema, num ponto de ruptura com o sistema. É o corte populista (Laclau, 2015, p. 21).

Essas transgressões institucionais também variam de grau e é além do estabelecimento “da linha entre o que se entende por ‘elite’ e ‘povo’ [algo] definidor da lógica populista [que se entende ser] uma das tarefas centrais do líder populista” (Barros; Lago, 2022, p. 102). Para os autores não há nada que determine o surgimento de populismos, mas o que há de comum é uma resposta às vulnerabilidades de condições de vida ou vulnerabilidades “ontológicas”, quando ligada à dissolução das referências de certeza. Assim, “Bolsonaro e Lula podem ser populistas, mas, enquanto o populismo bolsonarista representa um risco para a democracia liberal, o lulismo se aproxima de um populismo inclusivo, que a fortalece” (Barros; Lago, 2022, p. 22). E reforçam:

A verdade é que nem Lula nem Bolsonaro criaram o antagonismo na história do país⁴ [...] embora seja inegável que, como importantes lideranças populares, tanto Lula quanto Bolsonaro alimentam o conflito, há uma enorme diferença entre os dois. Ao contrário de Bolsonaro, Lula não insufla o antagonismo de maneira maniqueísta, de uma luta milenar entre o bem e o mal. Longe disso, ele promove um tipo de enfrentamento que está na base da ideia de democracia (Barros; Lago, 2022, p. 112).

Se o líder populista é um nó (ainda que muito relevante) em uma dada teia discursiva, ele não é único (Barros; Lago, 2022), sobretudo se consideradas as especificidades em contexto de massificação das redes tecnossociais. Citando Gerbaudo (2017), os autores dizem que “para o

⁴ O que nos afasta de uma leitura conjuntural de que vivemos um ambiente de polarização não visto anteriormente.

bem ou para o mal, [as redes] ampliariam a capacidade de os ‘de baixo’ serem ouvidos, estimulando o descrédito das figuras de autoridade, tornando-se o refúgio da ‘voz do povo’” (Barros; Lago, 2022, p. 97).

Nesse sentido, Nobre (2022), vai estabelecer uma nova tipologia às dadas por Manin⁵ (1995) qual seja a “democracia do digital”, que se daria na interação entre o hiperlíder e sua superbase, tornando “supérflua a mediação, eliminando especialmente a forma organizacional do partido político tradicional, com suas hierarquias e oligarquias” (Nobre, 2022, p. 120), dado que as interações se dariam intensa e constantemente nas TICs. Algo que pode ser muito autoritário enquanto máquina de referendo contínuo de teor manipulativo (Nobre, 2022) – em um ambiente de capitalismo de plataforma, com opacidade algorítmica e constituição de câmaras de eco –, mas que também pode ampliar a participação dos *outsiders*, sejam eles emancipatórios ou autoritários (Barros, Lago, 2022) em uma lógica de “[...] democratização que a tecnologia digital é chamada a cumprir” (Gerbaudo, 2019, p. 14).

Portanto, o(s) populismo(s) apresenta(m) potencialidades e distorções em ambiente digital e podemos pensá-lo enquanto aparato midiático com construção discursiva voltada à mobilização e engajamento e como tática política de construção de hegemonia (Cesarino, 2020). Isso porque certos influenciadores político-digitais, sejam eles lideranças populistas ou ativistas, conseguem “mudar a rota discursiva em termos de disputa hegemônica sobre o que prevalecerá como agenda pública e cosmovisão” (Chicarino; Loureiro; Segurado, 2023, p. 96) e organizar os sentidos discursivos (Chicarino; Ronderos, 2019).

Tuítes e retuítes nas eleições 2022

A produção de conteúdo para internet, em um contexto de campanha hipermídia ou hipermediatizada (Tesseroli, 2022), é uma ferramenta fundamental de comunicação e interação de lideranças políticas com cidadãos e eleitores, formadores de opinião e influenciadores, ativistas e comentaristas, além dos próprios partidos políticos e instituições presentes nessas redes, consolidando um novo paradigma comunicacional-eleitoral (Chicarino; Segurado, 2019; Santana; Penteado, 2023), que conta com a interatividade como uma de suas questões-chave

⁵ Manin (1995) trabalha com os tipos ideais de democracia parlamentarista, de partido e de público. Para Nobre (2022, p. 123) a “exacerbação das lideranças está relacionada também ao abalo dos pilares da ‘democracia de público’, de sua esfera pública uniforme, homogênea e de acesso controlado por oligopólios de comunicação”.

(Aggio, 2011) – ainda que a interação promovida nesses espaços, em contextos de constante disputa, possam contribuir para a formação de cenários antagônicos (Gerbaudo, 2018).

Aggio (2011) também argumenta sobre uma segunda questão-chave em relação à participação do eleitorado em campanhas on-line: o ativismo (novas formas de ativismo ou até maneiras já conhecidas, porém otimizadas). “De uma forma geral nos estudos em campanhas online, a qualidade de ativismo é atribuída a práticas coletivas ou individuais de mobilização dos cidadãos eleitores em prol de uma candidatura” (Aggio, 2011, p. 184). Acrescenta ainda que: “[...] é razoável admitir que o engajamento em prol de uma campanha se configure como uma forma de ativismo, ainda que não haja efeito direto sobre as decisões e rumos estabelecidos pelos candidatos e partidos” (Aggio, 2011, p. 185).

Considerando a interatividade e o ativismo, tanto na campanha on-line de Bolsonaro quanto na de Lula, o fato é que as campanhas eleitorais se transformaram nesse contexto digital (e por conta dele), ao que Cruz (2022, p. 19) diz que:

[...] significa pensar a busca pelo voto a partir da construção de uma infraestrutura descentralizada de múltiplos componentes, de militantes a empresários, de rádios locais a grupos de WhatsApp. Os disparos em massa só frutificaram a partir de um constructo com gente disposta a passar o conteúdo adiante, num exemplo de inovação sociotécnica.

Além de as campanhas terem adquirido a forma em rede, podemos ressaltar outro caráter que a este se agrega, o estabelecimento de campanhas permanentes.

Previamente à massificação do uso da internet em geral e das redes sociais em específico a campanha permanente dizia sobre uma confluência entre campanha e governo, ou seja, por manter uma ‘conversa’ contínua com o eleitorado para além do período eleitoral (Ferrari *et al.*, 2017, p. 54). Mais especificamente consistia no “[...] desenvolvimento de estratégias eleitorais durante períodos de mandato, a fim de manter e/ou ampliar a imagem positiva do representante político e, assim, viabilizar futuros sucessos eleitorais” (Joathan; Rebouças, 2020, p. 378). Contudo argumentamos, neste artigo, que as campanhas permanentes deixam de ser monopolizadas pelas assessorias de comunicação no decorrer dos mandatos e, por conta da interatividade e do ativismo acima mencionados e pela necessidade de se ter engajamento e visibilidade contínuos, passam a ser protagonizadas também por militantes, influenciadores etc.

Isso nos faz crer que estamos diante de uma nova fase do marketing político, em que o eleitor/seguuidor se torna um personagem ativo e consome um candidato/perfil feito sob medida às suas idiossincráticas expectativas e necessidades (Chicarino; Segurado, 2019).

Assim, tendo em vista que no ambiente on-line há construções discursivas voltadas à mobilização, dialogando com a questão populista, apresentamos a seguir a sistematização dos dados de engajamento dos eleitores sobre os tuítes que mais repercutiram durante a campanha eleitoral no Twitter, em torno dos dois principais candidatos à presidência nas eleições 2022, realizando um comparativo e evidenciando a mobilização on-line junto as suas candidaturas⁶, para na seção seguinte avaliar qualitativamente o populismo presente no período eleitoral.

Importa ressaltar que o texto e/ou mídia das mensagens (tuítes) no Twitter com mais RTs analisadas para esta pesquisa são favoráveis ao candidato referenciado. Ou seja, 100% das mensagens mais retuitadas **coletadas a partir das palavras-chave** referentes a Lula são de algum tipo de suporte a ele. O mesmo ocorre nos dados de Bolsonaro: as postagens **coletadas a partir das palavras-chave** sobre ele são favoráveis à sua candidatura. O que identificamos foi: dentro do *corpus* referente a Bolsonaro conter *posts* detratando Lula ou vice e versa, que será mais bem discutido na próxima seção. Aqui nos centraremos nas bases de dados coletadas separadamente de cada candidato em um comparativo quantitativo entre eles.

A partir do retuíte como métrica de engajamento na rede social Twitter – considerando que aquele que retuíta pretende distribuir aquela mensagem, chegando a mais pessoas –, identificamos que a concentração de RTs junto aos tuítes que partiram do perfil oficial de Lula (@lulaoficial) foi consideravelmente menor do que em Bolsonaro: das 100 mensagens mais retuitadas relacionadas a Lula, levantamos um total de 55 (divididas por semana no quadro 1) advindos do seu perfil oficial. Podendo, assim, identificar que as postagens com mais RTs foram realizadas pelo perfil oficial de Lula em 55% dos casos.

Quadro 1 - Semanas e total de tuítes @lulaoficial

SEMANAS	TOTAL DE TUÍTES	FROM @lulaoficial
1ª semana	20	10
2ª semana	20	11
3ª semana	20	14
4ª semana	20	11
5ª semana	20	9
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>55</i>

Fonte: Elaboração própria.

As outras 45 mensagens mais retuitadas foram postadas a partir de outros perfis, ocorrendo uma diversificação maior do que em Bolsonaro em relação ao perfil de origem da mensagem.

⁶ A consolidação dos dados dos números de retuítes das mensagens (tuítes) mais retuitadas foi realizada por meio de coleta em 27 de maio de 2023.

Simone Tebet (@simonetebetbr) (4), Kallil Oliveira (@kalliloliveira_) (2), Fernanda Paes Leme (@FePaesLeme) (2), Marina Silva (@MarinaSilva) (2), Geraldo Alckmin (@geraldoalckmin) (2), Eduardo Paes (@eduardopaes) (2) e Rodrigo Hilbert (@RodrigoHilbert) (2) foram os perfis que mais apareceram dentre as mensagens mais retuitadas depois do perfil oficial de Lula (os números entre parênteses mostram a quantidade de vezes que esses perfis estiveram no top 20 semanal como origem dos RTs ao longo das semanas).

André Janones (@AndreJanonesAdv) apareceu na lista apenas uma vez, na 10ª semana, porém com a mensagem mais retuitada daquela semana, com 6.957 RTs, à frente até mesmo do perfil oficial de Lula.

Já em Bolsonaro, das 100 mensagens mais retuitadas, um total de 84 ocorreram a partir de seu perfil oficial no Twitter (@jairbolsonaro) (divididas por semana no quadro 2), quantidade bem maior que em Lula. Podemos afirmar, assim, que em 84% dos casos de postagens com mais RTs, a publicação foi realizada pelo perfil oficial do ex-presidente – contra 55% de Lula, visto acima.

Quadro 2 - Semanas e total de tuítes @jairbolsonaro

SEMANAS	TOTAL DE TUÍTES	FROM @jairbolsonaro
1ª semana	20	20
2ª semana	20	11
3ª semana	20	17
4ª semana	20	18
5ª semana	20	18
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>84</i>

Fonte: Elaboração própria.

As outras 16 mensagens mais retuitadas foram a partir de outros perfis, alguns de apoiadores tradicionais de Bolsonaro como general Braga Netto (@BragaNetto_gen), general Mourão (@GeneralMourao) e Bia Kicis (@Biakicis). Porém em termos de quantidades de retuítes nessas mensagens desses apoiadores, eles não são os que têm os números mais elevados.

Bolsonaro ainda é o que mais engajou a população, pelo menos os 5 primeiros lugares de mensagens mais retuitadas em cada uma das cinco semanas estavam ocupadas por seu perfil oficial, exceto um tuíte do general Mourão agradecendo sua eleição, na 3ª semana, que ficou com o 3º lugar das mensagens mais retuitadas.

Cabe mencionar que não temos como qualificar o conteúdo desses retuítes um a um: são de apoiadores, neutros ou de críticos ao ex-presidente, pois não conseguimos observar o conteúdo dos retuítes em si. O que foi possível identificar é que as mensagens originais (tuítes)

mais retuitadas eram favoráveis aos candidatos em 100% do *corpus*. E como levantamos a quantidade de vezes que cada mensagem foi retuitada, podemos apenas afirmar o quanto o tuíte mobilizou em termos de compartilhamento. O mesmo ocorre com a quantidade de retuítes do então candidato Lula.

Já no caso do petista, esse “pódio” das 5 mensagens com mais RTs conta com perfis dispersos, em um número significativo pelo perfil oficial de Lula, porém dividindo com outros perfis como de: Zeca Pagodinho (@zecapagodinho), Paolla Oliveira (@paolla), Giovanna Ewbank (@gioewbank), Simone Tebet (@simonetebetbr), Kalil Oliveira (@kalliloliveira_), Janones (@AndreJanonesAdv), Marina Silva (@MarinaSilva), Alckmin (@geraldoalckmin) e Paes (@eduardopaes).

Assim, ao nos determos nos perfis presentes na amostra referente ao candidato Lula, podemos observar que há duas características principais: a presença de políticos tradicionais e a de celebridades, ambos exercendo papel de *influencers*. O único que não se encaixa nessas características é o de Kallil Oliveira (@kalliloliveira_), que se apresenta em seu perfil⁷ no Twitter como “influenciador nas mídias sociais” e que trata em seu perfil sobre “Notícias/Política/Opinião/Criador de conteúdo”.

Se por um lado as celebridades, não apenas no ambiente digital, podem comportar o papel de influenciar o posicionamento político do eleitorado, também entendemos por influenciadores político-digitais aqueles atores que tratam sobremaneira de política – nos termos de Mouffe (2015, p. 8) sobre os fatos da atuação política – e não aqueles que se situam nos campos da moda, divulgação de marcas e/ou entretenimento de forma mais estrita. De toda maneira, para exercer tal influência é preciso deter algum tipo de capital social nas redes sociais como visibilidade, reputação, popularidade e autoridade (Recuero, 2009).

Pode-se partir da função do influenciador na propagação de uma ideia ou campanha, ou mesmo atentar-se aos instrumentos de influência: “[...] via conhecimento técnico, ativismo informacional, status, exposição na mídia ou articulação dentro das redes sociais, mostrando que a influência atua de diversas formas qualitativas e com diferentes fontes” (Ishida, 2018, p. 257).

Por ora, é suficiente compreendermos que os perfis citados influenciaram naquela ocasião o debate público. A afirmação é possível a partir da repercussão que seus *posts* (tuítes) obtiveram por meio dos retuítes, entrando no top 20 RTs semanal referente à candidatura de Lula, já que se pode considerar as interações – neste caso o retuíte – junto a um conteúdo como métrica para

⁷ Disponível em https://twitter.com/kalliloliveira_. Acesso em: 7 set. 2023.

entender a influência ou não de um perfil (Ishida, 2018), e os retuítes atuaram como meio de propagação do conteúdo dentro da rede. “As mensagens produzidas pelos usuários sobre o conteúdo do influenciador são bons indícios da relevância e valor qualitativo, sendo prova de capital social e de que a audiência presta atenção ao que o influenciador produz” (Ishida, 2018, p. 261).

Com isso, podemos chamar atenção também para o quanto as celebridades contribuíram como ativistas durante a campanha no ambiente do Twitter a partir de seus perfis na rede, principalmente em relação ao Lula, já que não foram identificadas celebridades no *corpus* dos dados de Bolsonaro.

Ainda, sobre o “pódio” das 5 mensagens mais retuitadas semanalmente em Lula, chama atenção a última semana do 2º turno (5ª semana), quando o primeiro lugar com o maior número de RTs foi ocupado com uma mensagem do perfil oficial de Simone Tebet (13.438) e Geraldo Alckmin vem em seguida, em segundo (12.974); Lula fica apenas em terceiro na colocação com 10.044 retuítes. Os três já estão falando da vitória de Lula ocorrida no fim do domingo, dia do pleito eleitoral (30/10/2022).

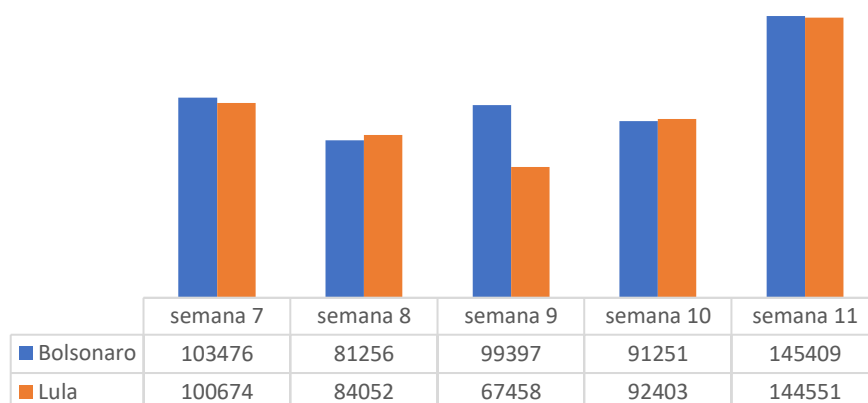
Nessa etapa de análise, concluímos que a campanha de Bolsonaro mobilizou mais via perfil oficial do candidato no Twitter, na comparação com Lula, já que o maior número de interações (RTs) na amostra se deu com o perfil oficial do então presidente. Cesarino (2020), também no escopo da Teoria de Discurso laclauiana, ao analisar o bolsonarismo nas eleições 2018, trabalha com o conceito de topologia fractal, em que há uma estrutura segmentar de microdirecionamento com unidade virtual no topo. Se na versão analógica do populismo o carisma e a capacidade oratória eram fundamentais, “na versão digital o líder distribui o próprio mecanismo populista para seus seguidores, que passam a reproduzi-lo” (Cesarino, 2020, p. 107), pelas características dessas próprias mídias.

Em Lula, o que sobressaiu foi o ativismo do eleitorado, com destaque para celebridades e políticos consolidados, já que houve uma quantidade marcante de postagens de outros perfis (que não o oficial do presidencial) presente no conjunto de dados analisados, bem como também alcançaram números mais elevados de RTs do que o @ oficial de Lula no Twitter, durante a campanha.

Assim, o ativismo no Twitter durante o período eleitoral reverberou mais pró candidatura de Lula do que em Bolsonaro, o que também influencia no debate político, já que: “[...] antes de tudo, se trata de mobilizações em torno de valores, propostas, interesses, ideologias e projetos representados por uma candidatura. O ativismo em campanha é uma

forma legítima e fundamental na forma de participação política, nas sociedades democráticas” (Aggio, 2011, p. 185).

Gráfico 1 - Engajamento por semana – Bolsonaro e Lula



Fonte: Elaboração própria.

Em um comparativo entre os dois candidatos, se considerarmos uma somatória dos números de retuítos dos top 20 RTs por semana, é possível verificar que o comportamento do engajamento é muito semelhante entre os candidatos no final do 1º turno (semana 1) e no final do 2º turno (semana 5) em relação a um aumento do número de RTs na comparação com as demais semanas. Porém, entre esses períodos, as mensagens referentes a Bolsonaro se destacam na 3ª semana com número mais elevado de RTs.

Ao observarmos essa semana, não identificamos algo em especial que possa ter puxado os números para cima. Não há um tuíte específico que mais se destaca com uma grande quantidade de RTs, o que temos são diversas postagens dessa semana com um número um pouco mais elevado de retuítos em cada uma delas.

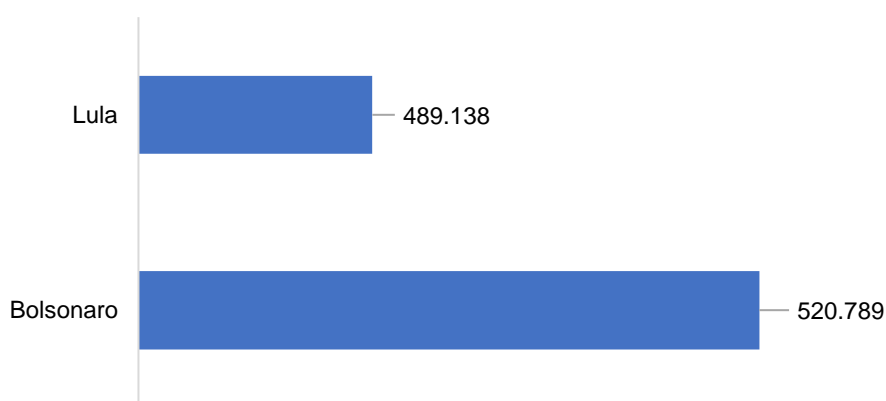
Ainda considerando uma somatória do número de retuítos dos top 20 RTs por semana, as mensagens retuitadas referentes a Bolsonaro são maiores na 1ª semana, na 3ª semana e na 5ª semana, com margem sobre os referentes a Lula de 2.802, 31.939 e 858 retuítos, respectivamente. Já as mensagens retuitadas referentes a Lula são maiores na 2ª semana e na 4ª semana, com margem sobre as referentes a Bolsonaro de 2.796 e 1.152 retuítos, respectivamente.

Ressalta-se que se encontra na última semana do 2º turno (5ª semana) a menor margem do número de RTs na comparação entre os candidatos (858). Isso ocorre em diálogo com a característica da eleição 2022 para presidente: com o resultado mais apertado da história da

recente democracia brasileira⁸. Assim, a disputa acirrada parece estar também presente na mobilização da rede em torno das candidaturas.

Considerando todo o período eleitoral analisado, em termos de números absolutos, identificamos que as 100 mensagens mais retuitadas reuniram juntas, durante as cinco semanas analisadas, 520.789 retuítes relacionadas ao candidato Bolsonaro, enquanto as 100 mensagens referentes ao candidato Lula contabilizaram 489.138 retuítes. Revelando um engajamento maior com a candidatura de Bolsonaro, com diferença de 31.651 retuítes – o que representa cerca de 6,5% a mais de engajamento em publicações do que Lula, como demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Soma do total de RTs em cada candidatura



Fonte: Elaboração própria.

Em geral, podemos destacar que o perfil que mais mobilizou na campanha foi o do próprio Bolsonaro, evidenciando que sua força eleitoral no campo digital permanece alta, em consonância com o ambiente que mais o favoreceu no pleito quatro anos antes, justamente por se destacar nas redes sociais digitais. Nicolau (2020) nos lembra que ao longo da década de 2010, Bolsonaro deixa de ser um político inexpressivo para vencer uma eleição presidencial em 2018. O período também foi o de maior expansão do acesso dos brasileiros às redes sociais, podendo associar os dois processos (Nicolau, 2020).

O maior engajamento com os posts no Twitter que tratam de Bolsonaro reforça uma característica comum aos líderes de extrema direita, que contam com uma presença digital

⁸ Lula sai vitorioso, eleito para seu 3º mandato como presidente do Brasil, com uma margem apertada nas urnas eleitorais: 2.139.645 votos a mais que Bolsonaro.

construída e fortalecida ao longo dos anos, influenciando o debate político durante a campanha numa relação direta com a população.

Gerbaudo (2019) enfatiza que no contexto das transformações trazidas pelas redes digitais, os movimentos, principalmente os de direita, tendem a ter uma liderança centrada em uma pessoa, personalizada e carismática, o que ele vai destacar como o hiperlíder.

Engajamento e populismo

Considerando o objetivo central dessa pesquisa, qual seja, identificar as principais estratégias discursivas, a partir da Teoria do Discurso lacluniana, presentes nas mensagens mais retuitadas referentes a Lula e a Bolsonaro no 2º turno das eleições de 2022, buscaremos aqui sistematizá-las em cadeias de equivalências.

Tal análise pode nos ajudar a compreender alguns dos principais posicionamentos políticos durante o pleito tendo em vista ser o Twitter uma rede caracterizada pela presença de “influenciadores informacionais” (Recuero, 2020, p. 386) ou mesmo pela “Twittocracia”, um fenômeno que “se configura como o uso massivo dessa mídia pelas figuras políticas para posicionamentos públicos” (De Almeida; Souza; Dias, 2022, p. 2).

Assim entendemos que “a operacionalização dessa estratégia discursiva [se dá] no estabelecimento de fronteiras políticas contingenciais pela articulação de significantes vazios em determinadas cadeias de equivalências” (Chicarino; Loureiro; Segurado, 2023, p. 78). Por cadeias de equivalência, entende-se uma forma de construção, potencialmente hegemônica (melhor dizendo, que busca se hegemônizar), de identificação coletiva relacionada a uma “exterioridade constitutiva” – de um “nós” *versus* “eles” – sempre contingencial, contextual e relacional, e não essencialista (Mouffe, 2015). Essa fronteira político-discursiva é reforçada pelo próprio contexto de um 2º turno eleitoral, isso porque aos eleitores são dadas duas opções de concorrentes, uma escolha plebiscitária entre um e outro no que tange à ocupação de um cargo representativo⁹.

Como ressalta Mouffe (2020, p. 103):

[...] uma “cadeia de equivalência” não é uma simples união de sujeitos políticos. Nem estamos lidando com uma situação em que um povo, já constituído, confronta um

⁹ Obviamente que há as opções da abstenção ou do não comparecimento, mas essas não se inserem na disputa entre um ou outros, mas antes, em alienação eleitoral.

adversário preexistente. O povo e a fronteira política, que define seu adversário, são construídos através da luta política e estão sempre suscetíveis à rearticulação.

Assim, se por um lado temos uma impossibilidade de fixação prévia dos significados discursivos, por outro temos fixações parciais, que são articuladas em pontos nodais que funcionam como princípios articuladores ao limitar “[...] o fluxo do significado sob o significante” (Mouffe, 2020, p. 135). E foram essas fixações de significados que buscamos identificar nas mensagens mais retuitadas referentes a Lula e a Bolsonaro.

Quanto a Lula, identificamos cinco pontos nodais (quadro 3) em que a partir deles uma estrutura de sentido se estabelece. Os significados empregados a esses significantes tendencialmente vazios, pois em disputa discursiva, não se concentram em um ou outro tuíte, antes se entrecruzam. Contudo, para fins compreensivos das cadeias de equivalência, empreendemos uma sistematização que considera o ponto nodal o princípio articulador do discurso, aquele que se destaca e que mobiliza a rede de outros significados.

A organização dos sentidos discursivos se faz pelo estabelecimento de fronteiras políticas contingenciais – de quem é o outro ou os outros – em torno de determinadas cadeias de equivalências, ou seja, um significante pode adquirir um significado quando há a equivalência de certas diferenças. E considerando o *corpus* discursivo de Lula identificamos as seguintes fronteiras:

- 1) pela democracia *versus* contra a democracia;
- 2) voto mobilizado por afetos positivos centrados em Lula *versus* afetos negativos que a vitória de Lula poderia interromper ou eliminar. Lembrando que para Mouffe (2015) a mobilização dos afetos de dá no nível da ação política – sendo o discurso uma delas – mas enquanto identidades coletivas¹⁰;
- 3) um Brasil que é diverso territorialmente, mas integrado *versus* desunião pela homogeneização artificial;
- 4) Lula como um político que governará para o povo *versus* Bolsonaro que se voltou contra o povo.

¹⁰ Para saber mais sobre a distinção feita pela autora entre emoções (nível individual) e afetos (nível coletivo), consultar: <https://www.eurozine.com/the-affects-of-democracy/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

Quadro 3 - Estratégias Discursivas – Lula

	Estrutura de sentido
Ponto Nodal – Democracia	
Conta oficial	Eleição como um momento de celebração e de retomada da democracia, como neste tuíte: “Amanhã o Brasil tem um encontro com a democracia”.
Outras contas	Lula como sendo um voto pela democracia
Ponto Nodal – Afetos positivos	
Conta oficial	Acionamento do afeto de esperança, como neste tuíte: “Sem Medo de Ser Feliz é a música da esperança. Ao longo dos últimos meses, vozes se reuniram por todo Brasil para pedir um país melhor. E nós vamos construir juntos!”
	As eleições como sendo o momento de olhar para o futuro.
	O passado de superação de Lula e seu legado como possibilidade de mudança do país, como neste tuíte: “A minha causa é cuidar do povo brasileiro”.
	Um povo que se coloca contra o ódio e pelo amor, como neste tuíte: “Nosso último ato da campanha na Avenida Paulista. Somos milhões nas ruas. Somos o povo brasileiro. E com muito amor, contra o ódio, amanhã votaremos 13”.
Outras contas	O voto em Lula acionando os seguintes afetos positivos: mudança, esperança, liberdade. E os seguintes afetos negativos: contra o medo, contra o ódio, contra a fome, contra o preconceito.
Ponto Nodal – Afetos Negativos	
Outras contas	O voto em Lula acionando os seguintes afetos negativos: contra o medo, contra o ódio, contra a fome, contra o preconceito.
Ponto Nodal – Brasil integrado	
Conta oficial	Locais como Bahia, Rio de Janeiro, Complexo do Alemão, Belford Roxo, Salvador, Recife, Porto Alegre não apenas representam, mas são o Brasil.
Ponto Nodal – Bolsonarismo	
Conta oficial	Bolsonaro como governando para os ricos e Lula para o povo.
	Em termos de políticas públicas, como este tuíte: “Bolsonaro diz que é a favor da família e das crianças, mas corta 97,5% da verba destinada para a construção de creches. Enquanto Bolsonaro não se importa com a educação infantil, Lula propõe expandir as creches e escolas em tempo integral. #EquipeLula”
	Em relação à pandemia, como neste tuíte: “Bolsonaro mentiu sobre a vacina, como mentiu em tudo no debate. Para salvar vidas brasileiras eu teria trazido o primeiro lote de vacinas do mundo em um isopor na cabeça”.
	Bolsonarismo como representativo do ódio.
Outras contas	Bolsonarismo como representativo do ódio, da intolerância, do machismo.

Fonte: Elaboração própria.

Sobre o *corpus* discursivo de Bolsonaro vemos o estabelecimento das seguintes fronteiras políticas:

1) chegada e permanência de Bolsonaro no poder *versus* instauração do socialismo no Brasil e na América Latina;

2) Bolsonaro nos significantes liberdade e prosperidade *versus* socialismo nos significantes escravidão e miséria;

3) povo de bem, permeado pelos valores bolsonaristas (dos quais se destaca a religião cristã) *versus* degradação e corrupção de valores representado pelo PT;

4) Bolsonaro pelo povo *versus* Lula contra o povo.

Quadro 4: Estratégias Discursivas – Bolsonaro

	Estrutura de sentido
Ponto Nodal – Socialismo	
Conta oficial	Bolsonaro contra o sistema caracterizado como vermelho, socialista. Bolsonaro investindo no Brasil e no povo brasileiro e não em ditaduras socialistas. Seus oponentes como amigos de ditaduras socialistas. A vitória de Bolsonaro como um refúgio e esperança contra o socialismo que pode voltar ao Brasil e se difundir pela América Latina. Socialismo como sinônimo de escravidão e miséria. Vitória de Bolsonaro como sinônimo de liberdade e prosperidade.
Ponto Nodal – Povo de bem	
Conta oficial	Em contraposição a Lula que não representa o povo de bem, mas seu oposto, como neste tuíte: “O crime organizado apoia Lula, porque Lula representa os interesses deles. O brasileiro honesto e trabalhador está conosco, porque nós representamos os seus valores. Em 2018, eles venceram entre os criminosos, nós vencemos entre o povo de bem, que segue e respeita as leis”.
	Referências religiosas, passagens bíblicas e o slogan “Deus, Pátria, Família e Liberdade” na criação da identificação com esse povo de bem.
	Referências religiosas e ligadas ao controle dos corpos – em uma suposta “ideologia de gênero” – na construção de um antagonismo com seu oponente, como neste tuíte: “Foram eles que tentaram assassinar o candidato que liderava a corrida presidencial em 2018, foram eles que invadiram igrejas, são eles que promovem festas satânicas e ‘performances’ como a realizada durante a visita do Papa, quando introduziram objetos sagrados em seus orifícios”. E este tuíte: “Só que isso não cola. São eles que defendem que criança toque em homem pelado em museu e aprenda sexo nas escolas, são eles que apoiam liberação do aborto até o 6º mês de gestação, são eles que têm o apoio do narcotráfico, foram eles que mataram cinegrafista num ato violento”.
	Em contraposição a Lula que não representa o povo de bem, mas seu oposto, como neste tuíte: “O crime organizado apoia Lula, porque Lula representa os interesses deles. O brasileiro honesto e trabalhador está conosco, porque nós representamos os seus valores. Em 2018, eles venceram entre os criminosos, nós vencemos entre o povo de bem, que segue e respeita as leis”.
Ponto Nodal – PT	
Conta oficial	PT como sinônimo de corrupção dos valores, como neste tuíte: “Quem precisa mentir quando seu adversário defende aborto, drogas, ladrões de celular, foi preso por assaltar o povo, é querido por facções, é amigo de ditadores que perseguem cristãos e foi o responsável pelo maior esquema de corrupção da história? Contra o PT basta a verdade!”
	PT como partido contra o povo, como neste tuíte: “Puxada pela redução de ICMS dos combustíveis que derivam ao barateamento do preço dos alimentos. Vale lembrar que todos os parlamentares do PT no Senado votaram contra e Lula se colocou contra esta redução de impostos que beneficia a todos, principalmente aos mais humildes”.
Outras contas	PT como sinônimo de corrupção do Estado, como neste tuíte do deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP): “Eu apoiaria o Presidente @jairbolsonaro contra qualquer candidato, mas apoiar contra um ex-condenado, que chefiou uma quadrilha na época em que governou, além de prazeroso é o meu dever”.

Fonte: Elaboração própria.

Assim entendemos que tanto Lula quanto Bolsonaro mobilizam uma estratégia discursiva voltada à construção de um povo (não dado de antemão) como um sujeito político especificamente considerando o marco contextual das eleições. Essa identificação coletiva de povo se dá por meio de fronteiras políticas discursivamente estabelecidas entre quem somos “nós” e quem são os “outros”, e aqui vemos diferenças substanciais entre os dois candidatos.

De um lado Lula se ancora na lógica adversarial (Mouffe, 2015) de identificação e diferenciação de seu oponente, mas trazendo essa disputa ou conflito para a arena da democracia agonística em que diferentes projetos políticos são confrontados (Mouffe, 2019) sem que se pretenda a eliminação do divergente (seja ele o político concorrente ou seus eleitores/apoiadores), entendendo, portanto, que a saída é pela política em suas mediações e que o processo de identificação se dá no reconhecimento da diversidade.

Já de outro, Bolsonaro se ancora em uma lógica de amigo/inimigo (Mouffe, 2015) em que seus oponentes, considerados ilegítimos em pretensões e existência, devem ser erradicados. Para tanto, há um deslocamento do conflito, da diferença, para a esfera da moral, do bem *versus* o mal.

Além de identificarmos os níveis de populismo presentes em nosso *corpus* discursivo, cabe explicitar que a constituição de fronteiras políticas, de definição de um povo, é algo recorrente em campanhas eleitorais, quando os conteúdos discursivos são construídos para que a identificação entre o candidato e o eleitor resulte em um comportamento eleitoral favorável, ainda mais em eleições majoritárias de 2º turno.

Considerações Finais

O presente artigo contribui para uma discussão sobre campanhas on-line, presença e comunicação digital dos candidatos, engajamento, ativismo e influência, e especificamente acerca do encontro entre o populismo e o digital na comunicação dos candidatos que disputaram o segundo turno das eleições presidenciais de 2022. Para tanto, a partir do referencial da Teoria do Discurso de base laclauiana (2015), analisamos as 100 mensagens mais retuitadas referentes a cada um dos candidatos durante a campanha eleitoral.

A partir dos dados, conseguimos refletir sobre a presença digital de cada candidato no Twitter em termos de engajamento em relação às suas candidaturas. Do ponto de vista qualitativo, identificamos, nas eleições presidenciais brasileiras de 2022, um momento populista na medida em que se construiu, de maneira distinta, cadeias de equivalências a partir da articulação de demandas heterogêneas.

Contudo, é possível afirmar que os discursos populistas são acentuados nas redes sociais? Podemos dizer, pelos achados dessa pesquisa e ainda de forma preliminar – já que carece de um volume maior de dados e de um recorte temporal mais estendido – que a ambiência digital não criou o populismo, mas traz características diferentes a esse fenômeno. Vamos retomar o nexu investigativo pronunciado anteriormente entre populismo e comunicação eleitoral/digital para melhor descrever essas características. Quando aventamos a possibilidade de o populismo encontrar na comunicação digital elementos conectivos importantes como o ativismo e a influência podemos retomar o conceito de fractalização de Cesarino (2020, p. 105) na medida em que “potencializa de modo inédito a capilaridade do mecanismo populista”, pela capacidade conectiva própria das redes.

Ainda dentre os achados da pesquisa, identificamos três questões principais relacionadas à capacidade de mobilização em torno das candidaturas. Primeiramente, o perfil oficial de Bolsonaro no Twitter engajou mais, reforçando sua característica de hiperlíder. Percebemos Bolsonaro como um nó importante na rede para a sua candidatura na corrida eleitoral, enquanto houve vários nós importantes no caso da candidatura de Lula.

E justamente esses vários nós podem ser apontados como uma segunda questão principal: o ativismo esteve presente de forma destacada em torno do petista, bem como a influência na rede analisada de políticos profissionais que fizeram parte da coalização pela democracia firmada em torno de Lula naquele momento, inclusive com atores políticos que anteriormente abrigavam ressalvas quanto ao candidato¹¹, revelando, também no digital, a contribuição desses atores para a candidatura petista.

Por fim, a candidatura de Bolsonaro como um todo – considerando não apenas o seu perfil – engajou mais os eleitores na rede social referida, já que a mostra dos tuítes que tratavam do ex-presidente obteve quantidade maior de RTs do que a candidatura de Lula, isso num somatório total do período analisado.

Já quando identificamos condições e características específicas nas redes sociais para o ativamento das fronteiras políticas nós/eles, não queremos dizer que essa lógica discursiva acontece apenas nas redes e/ou por conta delas. Nas palavras de Gerbaudo (2019), as redes permitem que *outsiders* de diversos tipos se tornem conectados, pois há uma potencialização do discurso antissistema ou, de maneira menos intensa, de busca pela transformação das

¹¹ Podemos citar Alckmin como liderança histórica do PSDB, partido de oposição ao PT; Tebet, que reforçou suas divergências durante o período eleitoral; e Marina Silva, que havia rompido com o petismo em 2008.

instituições, algo muito próprio do populismo (Barros; Lago, 2022). Além disso, a lógica algorítmica e/ou segmentar das redes – com estímulos ao engajamento de conteúdos não apenas sensacionalistas, mas que fisgam a atenção em um emaranhado infodêmico, muitas vezes por mobilizar afetos coletivos – pode ser mais um elemento no ativamente de fronteiras políticas, tais quais as observadas nas mensagens mais retuitadas.

Referências

- AGGIO, Camilo de Oliveira. Internet, eleições e participação: questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas online. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (org.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 173-191.
- BARROS, Tomás Zicman de Barros; LAGO, Miguel.. **Do que falamos quando falamos de populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, n. 1, v. 1, p. 91-120, 2020.
- CHICARINO, Tathiana Senne; SEGURADO, Rosemary. Um candidato customizado: as eleições presidenciais de 2018 e o papel das redes tecnossociais. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 09-24, 2019.
- CHICARINO, Tathiana Senne; RONDEROS, Sebastian. Entre a eliminação e o dissenso: soberanismo bolsonarista contra o *ethos* democrático. **Revista Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 26, p. 91-108, 2019.
- CHICARINO, Tathiana Senne; LOUREIRO, Eliana.; SEGURADO, Rosemary. #VacinaObrigatoriaNao: a campanha bolsonarista no Twitter. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 18, p. 77-101, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2023v18n.6374677> Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/63746/37601> Acesso em: 4 set. 2024.
- CRUZ, Francisco. A emergência da propaganda em rede e o Brasil em risco democrático. A democracia aceita os termos e condições? Eleições 2022 e a política com algoritmos. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022, p. 17-22.
- DE ALMEIDA, Helga do Nascimento.; SOUZA, Raquel Mirian Pereira de; DIAS, Mário Sérgio Araújo. Elites políticas e o Twitter: um estudo sobre os governadores do Nordeste brasileiro. **Direito, Processo e Cidadania**, v. 1, n. 2, p. 1-28, 2022. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/dpc/article/view/2192>. Acesso em: 12 set. 2023.
- FERRARI, Carla Montuori *et al.* Campanha permanente e espetacularização política: análise das estratégias narrativas de João Doria (PSDB) na fanpage. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero**, São Paulo, n. 40, p. 55-64, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/906> Acesso em: 4 set. 2024.
- GERBAUDO, Paolo. Social media and populism: an elective affinity? **Media, Culture & Society**, v. 40, n. 5, p.1-9, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0163443718772192>. Acesso em: 12 set. 2023
- GERBAUDO, Paolo. **The digital party**: Political organisation and online democracy. Londres: Pluto, 2019.
- JOATHAN, Ícaro.; REBOUÇAS, Hébelly. Campanha permanente em busca da Presidência da República: as estratégias de comunicação de Jair Bolsonaro no Facebook 2015-2018. **ECCOM**, São Paulo, v. 11, n. 22. p.377-398, jul./dez. 2020.
- ISHIDA, Gabriel. Métodos para identificação e características de influenciadores em mídias sociais. In: SILVA, Tarcízio; BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro. (org.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: Ibpad, 2018. p. 253-276

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

MANGEROTTI, Paulo; RIBEIRO, Vasco; GONZÁLEZ-ALDEA, Patricia. Populismo, Twitter e Comunicação Política: análise dos tweets de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 17, n. 3, p. 596-627, set./dez. 2021.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 10 n. 29, p. 1-21, out. 1995.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**. Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**. De junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 383-406, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/vKngPRMJxbypBVRLYN3YTB> Acesso em: 4 set. 2024.

SANTANA, Julia Marks; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. Desórdenes informativos y polarización afectiva: en un análisis de las emociones en publicaciones con desinformación en tres conflictos políticos brasileños en Twitter. **Miguel Hernández Communication Journal**, Elche, v. 14, p. 67-88, 2023.

SANTOS, Patrícia Dias dos; PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo; ALMEIDA, Laura Damaceno de.; GOYA, Denise Hideko. Democracia sob ataque: polarização política e produção de conteúdos hostis no Twitter nas eleições de 2022. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 17, n.1, p. 41-62, jan./abr. 2023.

TESSEROLI, Ricardo. Da pré-moderna a algorítmica: as características evolutivas das campanhas eleitorais. **Almanaque de Ciência Política**, Vitória, v. 6, p. 1-15, 2022.

Recebido em: 03/03/2024

Aceito em: 06/09/2024

**METODOLOGIAS APLICADAS ÀS REDES SOCIAIS ON-LINE:
a importância de considerar a unidade de análise para a pesquisa**

***METHODOLOGIES APPLIED TO ONLINE SOCIAL NETWORKS:
the importance of considering the unit of analysis for research***

Emerson Cervi*

Luiza Jardim**

Resumo

Este *paper* filia-se à área de trabalhos sobre técnicas e ferramentas metodológicas utilizadas para a análise de objetos empíricos em áreas de fronteira científica, no caso, as Redes Sociais On-line (RSO) e explora a importância da escolha da unidade de análise na pesquisa RSO. A partir da análise de produções recentes em alguns congressos brasileiros, foram identificados três grupos de análise: micro, meso e macro. O grupo micro considera como unidade de análise as contas/produtores de conteúdos, visando a identificar “quem diz” e “como se diz”. O grupo meso analisa as interações entre as contas, buscando compreender as relações entre elas e a formação de comunidades. Já o grupo macro se preocupa com a dimensão temporal da presença e intensidade do tema, identificando a sobrevivência do tema no Twitter e sua intensidade. O artigo destaca a importância de escolher a unidade de análise adequada para os objetivos da pesquisa, evitando buscar respostas certas para perguntas de pesquisa erradas. Além disso, a análise de conteúdo automatizada, uma das ferramentas mais utilizadas no objeto Redes Sociais On-line, pode ser útil para identificar a homogeneidade ou heterogeneidade dos textos publicados nas discussões sobre o tema. O estudo também demonstra como a análise no nível macro pode ser importante para compreender a presença e intensidade do tema ao longo do tempo. A fim de apresentar o emprego dessas diferentes técnicas, o artigo analisa as discussões no Twitter sobre uma reunião do ex-presidente Jair Bolsonaro com embaixadores sobre as urnas eletrônicas, em julho de 2022.

Palavras-chave: Redes sociais on-line. Twitter. Metodologia. Bolsonaro.

Abstract

The paper situates itself with the field of studies on techniques and methodological tools used for the analysis of empirical objects in scientific frontier areas, specifically focusing on Online Social Networks (OSN). It explores the importance of selecting the unit of analysis in OSN research. Through the analysis of recent works presented at some Brazilian conferences, the paper identifies three distinct analysis categories: micro, meso, and macro. The micro group considers user accounts/content producers as the unit of analysis, aiming to identify "who says" and "how it is said." The meso group investigates interactions between accounts, seeking to understand the relationships between them and the formation of communities. The macro group is concerned with the temporal

*Emerson Urizzi Cervi é doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), com estágio pós-doutoral em eleições na América Latina pela Universidad de Salamanca. Professor do departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor permanente do programa de pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) e do programa de pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) na UFPR. Coordenador do grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (www.cpop.ufpr.br). E-mail: ecervi7@gmail.com.

**Luiza Jardim é doutoranda e graduada em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: luizabsjardim@gmail.com

dimension of the presence and intensity of the theme, identifying the theme's survival on Twitter and its level of intensity. The article emphasizes the importance of choosing the appropriate unit of analysis for research objectives, avoiding seeking correct answers to the wrong research questions. Additionally, automated content analysis, one of the most widely used tools in the study of Online Social Networks, can be useful for identifying the homogeneity or heterogeneity of texts published in discussions on the topic. The study also demonstrates how macro-level analysis can be crucial for understanding the presence and intensity of the theme over time. To exemplify the application of these diverse analytical techniques, the article analyzes discussions on Twitter about former president Jair Bolsonaro's meeting with ambassadors about electronic voting machines, which took place in July 2022.

Keywords: Online social networks. Twitter. Methodology. Bolsonaro.

Introdução

O avanço das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) proporcionou novas formas de relações, e as Redes Sociais On-line (RSO) configuraram-se como um terreno fértil para discussões e manifestações da sociedade. Na medida em que essas redes sociais foram ganhando protagonismo, cresceram também os estudos sobre a participação política dentro das ferramentas.

Neste artigo, investiga-se a relação entre a unidade de análise e os objetivos da pesquisa sobre RSO, com o objetivo de apresentar as principais técnicas utilizadas por pesquisadores do campo. Dentre essas técnicas, estão as utilizadas para descrever o comportamento on-line de manifestações públicas e seus efeitos na relação entre a intimidade e o público (Neves, 2017); a forma como temas públicos, como a pandemia, são tratados por autoridades políticas (Santos *et al.*, 2021); a disputa política, a partir de diálogos no Twitter¹ (Santos *et al.*, 2020); estudos de rede de desinformação formadas em campanhas eleitorais (Soares, 2019); a circulação de informação e os filtros-bolha (Recuero; Zago; Soares, 2017); as narrativas e a permanência de redes on-line (Segurado; Chicarino; Malina, 2017).

Não é nosso objetivo tratar do tema como novidade. A maior parte dos trabalhos empíricos sobre redes sociais on-line utiliza alguma técnica para chegar aos resultados. Também não pretendemos defender o uso de uma técnica única, excluindo as demais. Defendemos que técnicas de análise são complementares e cumprem uma função aditiva nas análises, desde que exista uma predominante. Nossa questão central é que a qualidade dos resultados de uma pesquisa cresce quando fica clara a relação entre a técnica de análise, objetivos e objeto empírico. Sem isso, e dada a diversidade e volume de informações facilmente acessadas pelos pesquisadores, até a simples descrição de um corpus empírico pode se perder na confusão entre técnicas, objetivos e objeto empírico que não dialogam entre si.

¹ Neste artigo, utilizamos a nomenclatura previamente utilizada em estudos sobre a rede social Twitter, que posteriormente ao período da coleta de dados passou a chamar-se X. Esta nomenclatura inclui tanto se referir à rede como Twitter, como entender as publicações como *tweets* e as repostagens como *retweets*.

A importância de considerar a unidade de pesquisa na seleção da técnica de análise está diretamente relacionada com a qualidade dos resultados obtidos. Devido ao grande número de técnicas disponíveis, selecionamos os três principais grupos de análise a partir de diferentes unidades de análise. O que diferencia é o nível da unidade de análise. Estes três grupos são: micro, ao considerar as contas/produtores de conteúdo como unidade de análise; macro, que pode ser interno ou externo às RSO; e, também macro, relacionado à passagem do tempo.

Na próxima seção, discorreremos sobre a utilização de técnicas destes três grupos de análise a partir de artigos apresentados nas principais conferências que tratam da temática no Brasil, a saber: ANPOCS, Compolítica e Compós. Foram coletados todos os artigos que fazem parte de Grupos de Trabalho (GTs) sobre ambientes digitais, apresentados entre 2017 e 2021. O objetivo do *paper* não é fazer uma revisão exaustiva da literatura que analisa empiricamente as características das redes sociais de forma exploratória ou descritiva. Utilizamos trabalhos já publicados para identificar e exemplificar as técnicas utilizadas para a análise de RSO, em especial quando a unidade de análise, objeto e objetivos não estão claramente relacionados.

Na seção seguinte, usamos uma base de dados coletada pelo grupo de pesquisa Observatório de Conflitos na Internet, liderado pela Universidade Federal do ABC, sobre a reunião organizada por Jair Bolsonaro em 18 de julho de 2022, que convocou embaixadores de pelo menos 40 países para debater o sistema eleitoral brasileiro. Na ocasião, Bolsonaro reuniu os participantes no Palácio da Alvorada e fez ataques, sem provas, às urnas eletrônicas, e o assunto repercutiu nas RSO. A base analisada é de dados do Twitter, entre os dias 7 e 29 de julho, e reúne 5,6 mil *tweets*.

Três grupos de análise

A democracia digital é um dos temas centrais dos estudos de “Internet e Política” (Sampaio *et al.*, 2022), que pode ser entendido como um subcampo dentro de Comunicação e Política (Sampaio; Bragatto; Nicolás, 2016). A democracia digital pode ser definida, de maneira ampla, como uma articulação entre o mundo digital e o físico, podendo englobar qualquer iniciativa que faça uso de tecnologias digitais de comunicação para corrigir ou melhorar processos democráticos (Almada *et al.*, 2019; Mendonça; Pereira; Filgueiras, 2016).

Uma pesquisa realizada por Sampaio *et al.* (2022) concluiu que, no sentido de Bourdieu (1988) de campo acadêmico, democracia digital não se configura como um campo no Brasil, porque não há um conjunto consolidado e considerável de associações, congressos ou

periódicos especializados na temática, e tampouco é uma subárea reconhecida pelos principais órgãos de pesquisa do país – a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No entanto, os autores afirmam que, se for realizada uma flexibilização do conceito de campo acadêmico, é possível associar democracia digital ao subcampo da Comunicação e Política, dado que as principais áreas que produzem sobre o tema são a Comunicação Social e a Ciência Política. Ao analisar os principais congressos dessas áreas, identificam-se GTs relevantes que reúnem produções acadêmicas sobre o tema. Para este estudo, selecionamos artigos a partir dos anais dos seguintes GTs: Fenômenos e Práticas da Política Online (Compolítica, 2021); Internet e Política (Compolítica, 2019 e 2017); Comunicação e Cibercultura (Compós, 2020, 2019 e 2017); Internet, Política e Cultura (Anpocs, 2021 e 2020); e Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura (Anpocs, 2017). Foram analisados 10 artigos, que compõem o corpus deste trabalho.

A partir disso, selecionamos os três principais grupos de análise a partir das diferentes unidades de análise apresentadas nos artigos analisados. O primeiro é micro, ao considerar como unidade de análise as contas/produtores de conteúdos. A análise de contas de produtores, replicadores, aqueles que interagem, parte da identificação da intensidade de presença dessas unidades nas RSO. O objeto, portanto, é “quem”. Aqui, o objetivo é analisar “quem diz”, e um possível desdobramento desta análise é a Análise da Ação, que visa a identificar o comportamento dos usuários, sendo o “como se diz”. Os comportamentos são identificados, na prática, pelo volume e heterogeneidade de interações. No caso do Twitter, a medição se dá no número de curtidas, replicações e respostas que uma conta recebe ou fornece. Aqui, o foco está nas ações que geram interações.

O segundo nível de unidade de análise é macro, e pode ser interno ou externo às RSO. A técnica mais utilizada para analisar internamente as conexões feitas para além das contas é a Análise de Redes. Esta é uma abordagem focada sobretudo na estrutura dos grupos sociais, buscando compreender o formato dessas estruturas e a posição dos atores dentro da rede (Recuero; Zago; Soares, 2017). Não se busca entender quem são os integrantes individuais do conjunto analisado, mas sim as características gerais do grupo, além das características formadas pelas interações entre eles. Essas características são representadas empiricamente na forma de medidas das redes ou representadas na forma de grafos, em que os atores são nós e as arestas são as conexões que se estabelecem entre eles. Aqui, o objetivo é identificar “como se organiza o que é dito”.

Já quando a análise é externa às redes, usa-se a Análise de conteúdo. Esse tipo de ferramenta reúne o conjunto de textos publicados na RSO com o objetivo de analisar sobretudo o que se diz, ao invés de quem diz ou da forma como é dito. A análise de conteúdo é considerada a mais antiga técnica de pesquisa social empírica. Desde o século XVII, há relatos de pesquisa sistemática a partir de termos em textos oficiais, religiosos ou não. Um desdobramento da análise de conteúdo nas RSO, ou seja, sobre “o que se diz” é a Análise Temática. Aqui, o objeto de análise é um tema, representado por um termo específico ou um conjunto de termos conectados.

Por fim, o terceiro grupo de unidade de análise – também macro – não está relacionado aos produtores ou aos conteúdos, mas sim à passagem do tempo. Aqui, o objetivo é analisar “qual a duração do que se diz”, e o objeto de análise é a passagem do tempo. As diferentes durações temporais de determinadas interações, padrões de comportamento, proeminências de contas ou usuários ou temáticas exige uma abordagem metodológica específica. Os resultados esperados são relativos à duração e permanência nos ambientes digitais. Para tanto, a análise temporal oferece um conjunto de técnicas próprias para medir as características de determinado fenômeno ao longo do tempo. No caso de RSO, a passagem do tempo pode ser medida em segundos, minutos, horas ou dias. Neste artigo trabalhamos com a unidade temporal “hora”, a partir da qual agregamos os totais e médias/hora em períodos do dia (manhã, tarde e noite. O quadro a seguir sumariza os tipos de análise apresentados aqui por objeto e objetivo a ser cumprido.

Quadro 1 – Sumarização das unidades de análise, objetivos e objetos em RSO

Nível	Unidade	Objetivo	Objeto
Micro	Conta/produtor	Quem diz	Contas
	Tipo de Ação	Como se diz	Interações
Macro	Rede	Como se organiza o que é dito	Forma das interações
	Conteúdo/Tema	O que se diz	Texto
	Tempo	Qual a duração/intensidade do que se diz	Unidade temporal

Fonte: Elaboração própria.

Como afirmado anteriormente, não se espera em uma pesquisa a apresentação de uma única unidade de análise ou objeto para cumprir determinado objetivo. Não raras vezes, a análise de interações é mesclada com análise temporal. Ou, a análise que propõe uma tipologia de usuários que interagem em determinado tema também utiliza algum tipo de análise textual. O que distingue o uso adequado das técnicas de pesquisa dos demais usos é a capacidade de deixar claro qual a técnica predominante no trabalho e, para isso, defendemos que é preciso relacionar a unidade de análise, objeto e objetivos para a definição das ferramentas analíticas adequadas.

Entre os exemplos de trabalhos com análise de conteúdo no Twitter, temos análises empíricas sobre os produtores de conteúdos nas RSO. Santos *et al.* (2021) estudaram as

publicações de dois usuários do Twitter: O presidente da república e o governador de São Paulo no período de um ano. Eles buscavam analisar como os produtores tratavam do tema covid-19. Antes disso, Santos *et al.* (2020) tinham analisado a disputa política a partir de contas no Twitter de grupos de direita, em especial o que os autores chamam de “clã bolsonaro” e MBL. Este é um clássico estudo de produtores que buscou entender as convergências e divergências entre os usuários pesquisados.

Neves (2017) analisa as contas que deram visibilidade à hashtag #primeiroassédio, e aponta como a adesão à campanha de combate ao machismo gerou um espaço comum entre a intimidade e o público. Como ferramenta de coleta de dados, a autora usa a observação de relatos publicados no Twitter. Apesar de não detalhar a maneira como a coleta e a análise de dados são feitas, pode-se inferir que a unidade de análise é o conteúdo, e o objeto é o texto, com o objetivo de analisar o que se diz associado à *hashtag* analisada.

Outra unidade macro muito utilizada em análises de RSO é a rede. Soares (2019) analisa as redes de contas formadas em campanhas de desinformação durante as eleições brasileiras de 2018. Ele usa as redes para conectar ações de atores com grande visibilidade que identificam a forma das conexões que têm em comum a desinformação. O objeto é a forma das interações, consistindo em uma análise da rede enquanto unidade. O mesmo autor, em 2020, utiliza uma abordagem de métodos mistos para discutir os impactos da recirculação de notícias no Twitter para verificar se a maior participação de usuários impulsiona a visibilidade de determinados conteúdos. O autor faz uso dos dois métodos mencionados no grupo 2, a Análise de Redes e a Análise de conteúdo (Soares, 2020). A primeira é utilizada com o objetivo de compreender os processos de circulação de informação no Twitter e a segunda é utilizada para compreender o papel dos líderes de opinião na ressignificação de acontecimentos políticos, por meio do conteúdo de suas mensagens. Sendo assim, na primeira análise o objeto são as interações, enquanto na segunda, os textos.

Recuero, Zago e Soares (2017) exploram a circulação de informações em redes próprias, o que permite a formação de filtros-bolha. Assim como Soares (2020), os autores agregam à análise de redes a análise de conteúdo para questionar o caráter democratizante das RSO. A análise de redes visa a identificar como são constituídas as redes de conversação no Twitter, enquanto a análise de conteúdo verifica quais informações circulam e quais não circulam.

Em outra abordagem, Segurado, Chicarino e Malina (2017) investigam as redes formadas em eventos distintos: o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição para prefeitura de São Paulo, em 2016. A partir de fluxos e conexões, os autores chegam às narrativas que se mantêm

e as que são alteradas nos dois acontecimentos. Trata-se de um estudo comparativo da formação de redes de conversações.

Dienstbach *et al.* (2021) utilizam a técnica de Análise de conteúdo com o objetivo de descrever e analisar a natureza e o funcionamento de discursos em defesa do “tratamento precoce” para o novo coronavírus. Os autores adotam uma abordagem mais próxima da análise semântica, que é diferente do que apresentaremos a seguir, que é centrada na descrição léxica. A unidade de análise é o conteúdo e seu objeto, portanto, é um conjunto de publicações no Twitter, filtradas a partir de seu conteúdo. Os autores aprofundam a discussão teórica sobre as técnicas utilizadas e declaram adotar uma investigação interna à Análise de conteúdo, que seria o foco de interesse na semântica argumentativa, que “recai antes sobre os possíveis usos da língua durante interação entre os interlocutores do que no seu ‘conteúdo’” (Dienstbach *et al.*, 2021, p. 4).

O estudo de Dienstbach *et al.* (2021) evidencia o que foi apontado neste artigo, sobre a utilização de mais de uma técnica dentro do mesmo estudo. Apesar de declararem fazer uso de Análise de conteúdo, no próprio objetivo da pesquisa percebe-se uma inclinação à Análise de Redes, com foco na discussão sobre “como se organiza o que é dito”. Os autores analisam mapas de interação da rede como uma etapa prévia à análise do conteúdo. Os resultados apontam para padrões argumentativos linguísticos, reforçando a centralidade da Análise de conteúdo.

Santos Jr. (2021) também combina múltiplas técnicas em seu estudo sobre desinformação com abordagem multiplataformas. O objetivo do estudo é responder a perguntas sobre a interação nas plataformas (grupo 2), a dinâmica temporal da circulação de informações (grupo 3) e os principais atores que compartilharam as mensagens (grupo 1). O autor declara que são utilizados dois objetos no estudo, *links* e *hashtags*, portanto, compreendidos na nossa classificação enquanto texto. Na prática, o estudo parte de um objeto textual – os *links* e *hashtags* – e analisa a articulação das mensagens e a sua dimensão temporal. O artigo usa também as interações enquanto objeto para compreender a ressonância e o tempo para medir se há coordenação entre diferentes atores na disseminação das informações.

Aplicação prática dos três grupos de análise

À luz dos três grupos de análise de RSO, apresentamos neste artigo três abordagens distintas para análise de uma mesma base de dados, orientadas pelos objetivos e unidades de análise. Para tanto, utilizamos uma base de dados sobre a reunião organizada pelo presidente Jair Bolsonaro em 18 de julho de 2022, na qual ele convocou embaixadores de ao menos 40

países para debater o sistema eleitoral brasileiro. Analisamos a discussão no Twitter, com base em 5,6 mil *tweets* coletados entre os dias 7 e 29 de julho de 2022, compreendendo a data da reunião do presidente com os embaixadores no Brasil, que foi dia 18 de julho.

A coleta foi realizada pela equipe do Observatório de conflitos na Internet² a partir da entrada API do Twitter no período descrito acima. Os *tweets* selecionados continham os termos relacionados à reunião. Para as análises micro, foram utilizados pacotes estatísticos para sumarização de ocorrências, seja em número de contas, seja em número de postagens. Para a unidade macro de análise, na formação de redes a partir das conexões de contas, foi utilizado um plugin do Excel, o NodeXL, na sua versão gratuita. Para a análise de conteúdo automatizada aplicou-se a Interface do R para Análise Multidimensional de Textos (Iramuteq). Por fim, para a análise das séries temporais usou-se um pacote de código aberto para análise de regressões econométricas de séries temporais (Gretl). A seguir são apresentadas cada uma das técnicas, ferramentas metodológicas, unidades de análise e objetivos a serem alcançados.

Unidade 1 – Conta/produtor para identificar disposição em participar

O primeiro nível de análise é o micro. No nosso caso, trata-se da análise das contas que se encontram na amostra aleatória daqueles que publicaram sobre a reunião com os embaixadores. Aqui, o objetivo é descrever quem tratou do assunto. Para tanto, primeiro descrevemos o comportamento geral dos participantes e depois classificamos a parte mais ativa das contas, a partir do número de postagens no período. Optamos por considerar as contas que fazem parte do grupo de 1% mais ativo, ou seja, dos que mais postaram sobre o tema. A Tabela 1 a seguir sumariza as principais estatísticas para todo o conjunto e para os mais ativos. O total de 5.605 postagens contidas na amostra compreende 3.608 contas no Twitter. Assim, o percentil mais ativo inclui as 36 contas que mais postaram no período de análise sobre o tema.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das contas

Estatística	Total	1% mais ativo
Número de contas	3.608	36
Total de postagens (Perc.)	5.605(100%)	484(8,6%)
Média (des. Pad.) de postagens	1,5 (1,71)	13,8 (5,58)
Mediana	1	12
Máximo	35	35
Mínimo	1	10

Fonte: Elaboração própria.

² <https://observa.pesquisa.ufabc.edu.br/>

No conjunto total, a média de postagem por conta ficou em 1,5 tuítes, com desvio padrão de 1,71. Isso indica grande variabilidade interna. No entanto, a mediana ficou em 1 tuíte por conta, mostrando que pelo menos metade das contas consideradas postou uma única vez sobre o tema no período de análise. O número máximo de tuítes foi de 35, da conta @cnnbrasil, e o mínimo foi de apenas uma postagem. A concentração de atividade em algumas contas fica mais clara quando consideramos apenas o percentil mais alto, ou seja, o conjunto de 1% de contas com mais atividade. Embora sejam apenas 36 contas (1%), esse grupo representa 8,6% das postagens (484) que compõem a amostra. A média de *posts* por conta no percentil mais alto fica em 13,8, com desvio padrão de 5,58, indicando maior homogeneidade em relação ao grupo total. Isso também pode ser verificado na proximidade entre média e mediana, que está em 12 postagens por conta. O número máximo é 35 e o mínimo no percentil superior foi de 10 postagens por conta.

A segunda etapa da análise de quem participa das discussões parte da categorização de contas. Aqui, categorizamos as contas do percentil superior de postagens. Das 36 contas, duas estavam suspensas no momento da análise e foram desconsideradas. As demais foram categorizadas a partir da indicação do nome e da descrição na bio da conta. Ao final, as contas foram agregadas em seis categorias. São elas: i) Imprensa – contas de veículos de comunicação tradicionais (impressos ou eletrônicos) e nativos digitais; ii) Militante de esquerda – quando se apresenta como pessoa física que defende pautas e de políticos de esquerda; iii) Militante de direita – quando se apresenta como pessoa física que defende pautas e de políticos de direita; iv) Movimento – quando se identifica como entidade que defende pautas específicas (na amostra analisada foram encontrados apenas movimentos de direita); v) Jornalista – quando se apresenta como jornalista/comunicador, pessoa física, e não meio de comunicação e vi) Usuário comum – quando se trata de pessoa física, mas não é possível identificar filiação a algum movimento ou posição política explícita no nome, foto e bio de apresentação. O quadro 1 a seguir sumariza os nomes das contas por categoria.

Quadro 1 – Categorização das contas no percentil superior de postagens

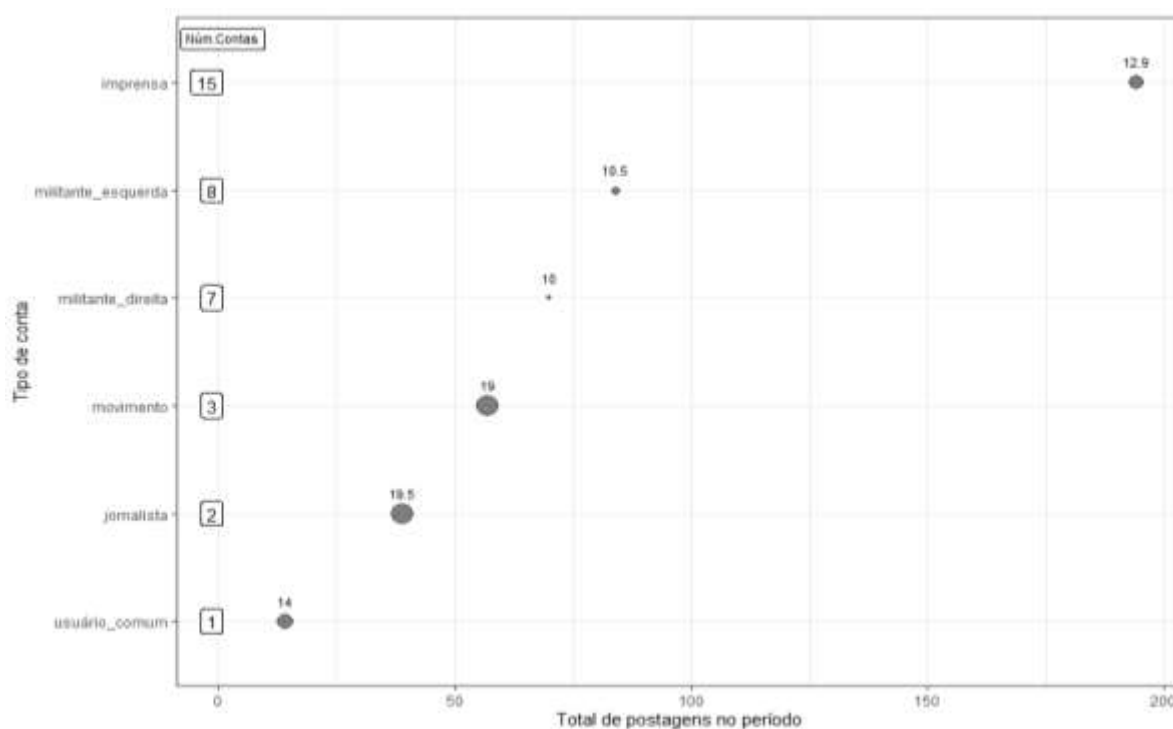
Categoria	Contas (número de postagens)
Imprensa	@cnnbrasil(35), @correio(17), @jovempnews(15), @globonews(14), @revistaforum(14), @feedynewsbr(12), @jornaloglobo(12), @o_antagonista(12), @brasil247(11), @folha(11), @jornaldarecord(11), @camarotadacpi(10), @em_com(10), @estudioi(10)
Militante de esquerda	@e70004251de(15), @joaofernandesf1(3), @mortarischmidt(13), @tarlouze(12), @tiosamnews(11), @claudio_livre(10), @fenam924(10)
Militante de direita	@everthon_garcia(13), @conservadora191(12), @deborabpaim_sp(12), @nebels(12), @walsilva_wal(11), @jjairobrasil(10)
Movimento	@brazilfight(31), @bolsonarobrazil(13), @consdobrasil(13)
Jornalista	@vonivar(26), @blogdonoblat(13)
Usuário comum	@duscpcp2016(14)

Nota: as contas @sourobodolso e @todoscontraocom aparecem no percentil superior de postagens, porém, no momento da análise elas estavam suspensas pelo Twitter, o que impede a sua categorização.

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 1 a seguir mostra a distribuição dos tipos de contas por total de postagens e média de tuítes por conta. Por exemplo, na categoria “imprensa” estão 15 contas individuais, que, juntas, somaram 197 postagens no período, o que resulta em um média de 12,9 tuítes por conta.

Gráfico 1 – Tipos de Contas por número de postagens e média de tuítes por conta Fonte:



Elaboração própria.

Apesar de ser a categoria com maior número de postagens, a “imprensa” não apresentou as maiores médias por conta. As duas contas de “jornalistas” representaram 19,5 postagens de média, ficando em primeiro lugar, com um total de 39 tuítes. Em seguida vem a categoria “movimentos”, com 19 postagens de média por conta, totalizando 57 tuítes. Militantes de esquerda, com 8 contas e média de 10,5 postagens, representaram 84 tuítes, e militantes de direita, com 7 contas e média de 10 postagens, representaram 70 postagens. A única conta de “usuário comum” fez 14 postagens no período.

Em conclusão, ao analisar as contas produtoras de conteúdos sobre determinado assunto no Twitter, buscamos identificar quem tem mais disposição em participar. No exemplo, percebemos que a imprensa tem maior número de contas com disposição em participar, o que resulta em maior presença dela no número de postagens. No entanto, isso é diferente da

disposição individual em participar. Percebemos que contas de movimentos e contas de jornalistas são as mais “dispostas”, pois apresentaram as maiores médias. A partir daí é possível comparar as categorias mais dispostas em participar desse tema com outros temas que são tratados pelos usuários do Twitter.

Importante é não confundir a disposição em participar com notoriedade digital. Como apresentado na seção anterior, pesquisadores da área costumam tratar principalmente da notoriedade, ou seja, capacidade de se fazer presente, ainda que com pouca atividade individual. Esta é a diferença para a disposição em participar, que se dá pela maior participação relativa na produção de postagens, ainda que elas tenham menor alcance. As duas características – disposição e notoriedade – são medidas no nível individual, mas a disposição se dá pelo número de postagens, enquanto notoriedade é identificada com a capacidade de mobilizar digitalmente, que é medido pelo número de interações. É possível ter muita disposição e baixa notoriedade ou o contrário, dependendo do tema em discussão. No próximo tópico apresentamos uma forma de análise da notoriedade de contas digitais.

Unidade 1 – Conta/interações para identificar notoriedade digital

Nem sempre a disposição de participar coincide com notoriedade e, na maior parte dos casos, como apresentado a seguir, elas apresentam sinais trocados: mais notoriedade é acompanhada de menos disposição em participar. Se disposição em participar é medida pelos números de intervenções/postagens, notoriedade é identificada pelo efeito que causa no ambiente digital a partir do volume de interações. No Twitter é possível interagir com uma postagem com resposta a ela, replicando-a ou curtindo-a. Embora cada reação tenha um significado distinto, para fins de identificar notoriedade, aqui vamos somar os três tipos para chegar a um total de reações. Partimos do princípio que quanto mais reações por postagem, maior a notoriedade da conta.

A Tabela 2, mostra as estatísticas descritivas das interações e permite identificar que as diferenças entre o percentil superior aqui são maiores que as indicadas na disposição de participação (Tabela 1). Considerando o total de 5.605 postagens, foram coletadas 810.198 interações entre respostas, *retweets* e curtidas. A média geral de postagens por conta ficou em 1,55, enquanto a média de interações foi de 104,3 por postagem, com mediana de uma reação por postagem. Isso significa que pelo menos metade das postagens teve no máximo uma reação. O máximo foi de 48.454 interações e o mínimo foi de zero.

Se considerarmos apenas o percentil superior do total de interações, encontraremos 94 postagens, o que representa 1,6% do total, distribuídas nas 36 contas. A média de postagem por conta ficou em 2,61. Essas postagens tiveram 500.829 interações, representando 61,8% do total de interações. Aqui já é possível perceber como a reputação se distribui de maneira muito desigual. Apenas 1,6% das postagens, publicadas por 1% das contas, representam 61,8% das interações. A média de interações por postagem no percentil superior é de 7,3 mil reações, com mediana acima de 4 mil por postagem. O post com maior número de reações teve 48.454 e o com menor ficou em 2.078.

Tabela 2 – Estatísticas Descritivas das interações

Estatística	Total	1% com mais interações
Número de contas	3.608	36
Total de postagens (Perc.)	5.605 (100%)	94(1,6%)
Média postagem/conta	1,55	2,61
Total de interações (Perc.)	810.198 (100%)	500.829(61,8%)
Média (des. Pad.) de reações/postagem	104,3 (1.134,18)	7.311,53 (8.712,79)
Mediana de reações/postagem	1	4.086
Máximo de reações/postagem	48.454	48.454
Mínimo de reações/postagem	0	2.078

Fonte: Elaboração própria.

As estatísticas descritivas mostram como a reputação digital se distribui de maneira muito desigual e não tem relação com disposição de participação. O percentil que consegue as maiores interações tem menos que o dobro de postagens que o total da amostra. No entanto, concentra quase 2/3 do total de interações, com média 70 vezes superior de reações quando comparado à média geral. Para dar continuidade à análise por reputação digital, categorizamos as contas a partir do critério anterior. Aqui, apareceu uma nova categoria, a de “político” e não apareceram as categorias “militante de esquerda” e “usuário comum”. O quadro 2 a seguir sumariza todas as contas que compõem o percentual superior de reações, por categoria, e média de interações na amostra.

Quadro 2 – Categorização das contas no percentil superior de interações

	Contas (média de reações por postagem)
Político (11,7mil)	@jairbolsonaro(48,4mil), camargodireita(21,7mil), @edraposo_(12,9mil), @dfdanielfreitas(10mil), @marcofeliciano(9,5mil), glauber_braga(6,6mil), @_luzdocarmo(5,8mil), @bolsonarosp(5mil), @joubberth19(4mil), @ivanvalente(3mil), @mariadorosario(2mil).
Jornalista (6,2mil)	@ricardo_abreu_(25,1mil), @gabrielaprioli(6,1mil), @andrezamatais(3mil), @veramagalhaes(2,7mil), @helenachagas(2,3mil), @miriamleitaio(2,3mil), @andreshalders(2,1mil).
Militante de direita (5,2mil)	@clauwild1(10,4mil), elainnefaria1(9,3mil), @rafalougon(8,8mil), @mitags(7mil), @rosane15734055(5,9mil), @brom_elisa(3,9mil), @freu_rodrigues(3,4mil), @dimacgarcia(3,2mil), @profpaulamarisa(3mil), @luizcor24841840(2,4mil), @sandramorenah22(2,4mil), @saulchristos(2,3mil).
Movimento (3,5mil)	@brazilfight(3,8mil), @slpgn_giants_pt(3,2mil)
Imprensa (3,4mil)	@globones(4,3mil), @conexaopolitica(2,5mil).

Nota: a conta @guedinhoexplica não foi encontrada e a conta @sfirminofilho estava suspensa pelo Twitter no momento da análise. As duas foram excluídas.

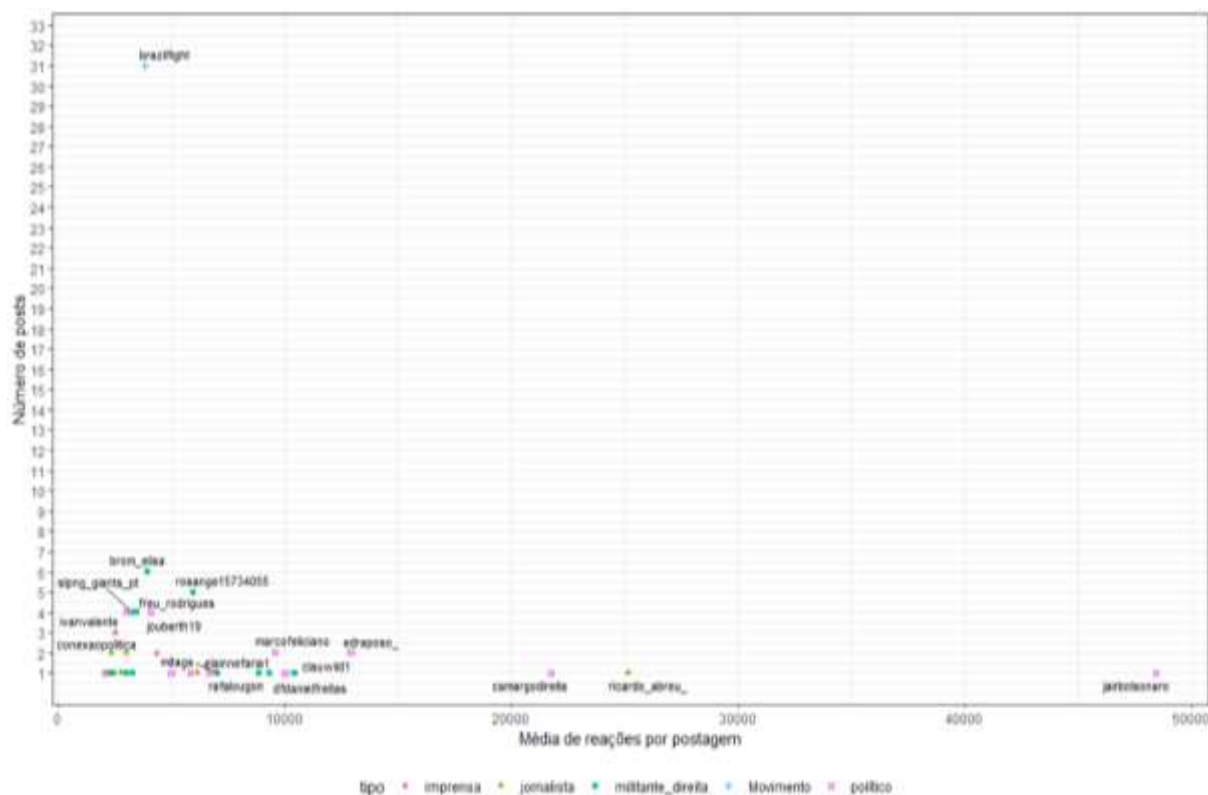
Fonte: Elaboração própria

O quadro 2 acima mostra que os políticos apresentam maior notoriedade na discussão do tema. Além de apresentarem o maior número de contas no percentil superior de interações, também têm a maior média de reações, com 11,7/postagem. A conta @jairbolsonaro passa de 48 mil interações, sendo a que recebeu maior número de reações. Em seguida estão as contas de jornalistas, com média de 6,2 mil interações. Porém, aqui há uma conta que se destaca das demais: @ricardo_abreu_ apresenta média de 25 mil interações, enquanto as demais contas pessoais de jornalistas giram em torno de quatro mil de média. Os militantes de direita apresentam maior número de contas no percentil superior, embora com menor média de interações (5,2 mil/postagem). Por fim, dentre as duas categorias institucionais, estão duas contas de movimentos, com média de 3,5 mil interações, e duas contas de meios de imprensa, com 3,4 mil interações de média.

Se compararmos os Quadros 1 e 2 percebemos uma evidente diferença entre disposição em participar e notoriedade do participante. Entre as categorias com disposição destaca-se a de meios de imprensa, além disso, militantes de direita e de esquerda apresentam participações próximas entre eles no que diz respeito à produção de postagens. Já quanto à notoriedade, medida em volume de interações, os políticos se destacam, seguidos de jornalistas e militantes de direita. Contas de figuras públicas externas às redes sociais, como políticos ou jornalistas, e figuras públicas nativas das redes sociais, militantes de direita, são as que apresentam maior notoriedade.

O Gráfico 2 a seguir mostra a distribuição das contas no percentil superior de interações entre média de reações pelo número de postagens presentes na amostra. As categorias estão indicadas por diferentes cores. A principal informação da imagem é que as contas com grande notoriedade costumam fazer poucas postagens. Há um *outlier*, o @brazilfight, com 31 postagens. Tirando isso, todos os demais casos ficam abaixo de sete *posts*. No caso das médias de reações por *posts*, outro *outlier* é a conta @jairbolsonaro, que fica muito distante de todas as demais. Também é importante perceber que, entre as contas com maior notoriedade e apenas uma postagem, estão principalmente políticos e militantes de direita. Das 36 contas do percentil superior, 24 fizeram apenas uma postagem e, dessas, apenas cinco são de jornalistas. Contas com maior notoriedade em apenas uma postagem são de políticos ou de militantes de direita.

Gráfico 2 – Relação entre número de postagens e média de reações por conta do percentil superior



Fonte: Elaboração própria.

A análise das contas que participam da discussão sobre a reunião com embaixadores exemplifica que há pelo menos duas grandes dimensões distintas de análise dos produtores de conteúdos em ambientes digitais. Uma delas é a do interesse em participar da discussão, com mais produção de conteúdos. A outra é a notoriedade de quem participa, medida pela capacidade de gerar interações nos conteúdos produzidos. Não se trata de diferenças individuais, entre contas, mas sim de categorias. Jornalistas e militantes dos dois extremos ideológicos são mais interessados em participar, enquanto políticos apresentam menos interesse. No entanto, militantes de esquerda praticamente não contam com notoriedade. Jornalistas apresentam menos notoriedade do que interesse em participar. Políticos e militantes de direita são os que gozam de mais notoriedade, quando medida pela capacidade de gerar interações digitais. O ganho que os estudos de redes digitais on-line têm é a capacidade de diferenciar o interesse em participar da notoriedade do participante. Até aqui, foram apresentadas as análises no nível micro. No próximo tópico passaremos ao nível macro.

Unidade macro - Análise de rede como forma de identificar padrões de relações

Também é possível analisar redes sociais on-line de forma macro, sem dar atenção para as ações individuais e sim aos comportamentos agregados. Uma dessas formas é usar técnicas de análise de rede, que são muito comuns em várias abordagens que visam a identificar conexões entre atores. No caso do Twitter, o formato e a intensidade das conexões acontecem entre contas de usuários. Existem várias formas de medir conexões e formatar redes no Twitter. Pode ser pelas respostas, pelos *retweets* ou por citações. Aqui, aplicamos a técnica para os casos em que contas são citadas no corpo do texto de uma postagem. Com isso, limitamos a rede ao conjunto de conexões que acontecem pela presença direta do “@” no texto publicado e não apenas por marcações da rede. Além disso, é possível que em um *tweet* seja citada mais de uma conta. Aqui, usaremos apenas a primeira citação, quando houver mais de uma. Com isso, será possível criar a rede de conexões mais fortes entre citações na amostra selecionada.

Dos 5.605 *tweets* que compõem a amostra, em 1.093 deles há citação direta de outra conta no corpo do texto. Então, aqui usaremos esse subconjunto como base para construir a rede de conexões. Seguindo o princípio do destaque do percentil superior, a Tabela 3 a seguir indica as dez contas mais citadas nos textos sobre a reunião com embaixadores. Elas foram agregadas em categorias, por definição da bio ou função institucional. Aqui, aparece pela primeira vez uma categoria de “instituições de Estado”, que não tinham tido destaque nem na análise das contas por disposição de participar, nem por notoriedade. Também é a primeira vez que ganha destaque o “Youtube”, que é outra rede e aqui está categorizado como repositório de conteúdo digital, junto com “Googlenews”.

Quadro 3 – Principais contas citadas em textos por categorias

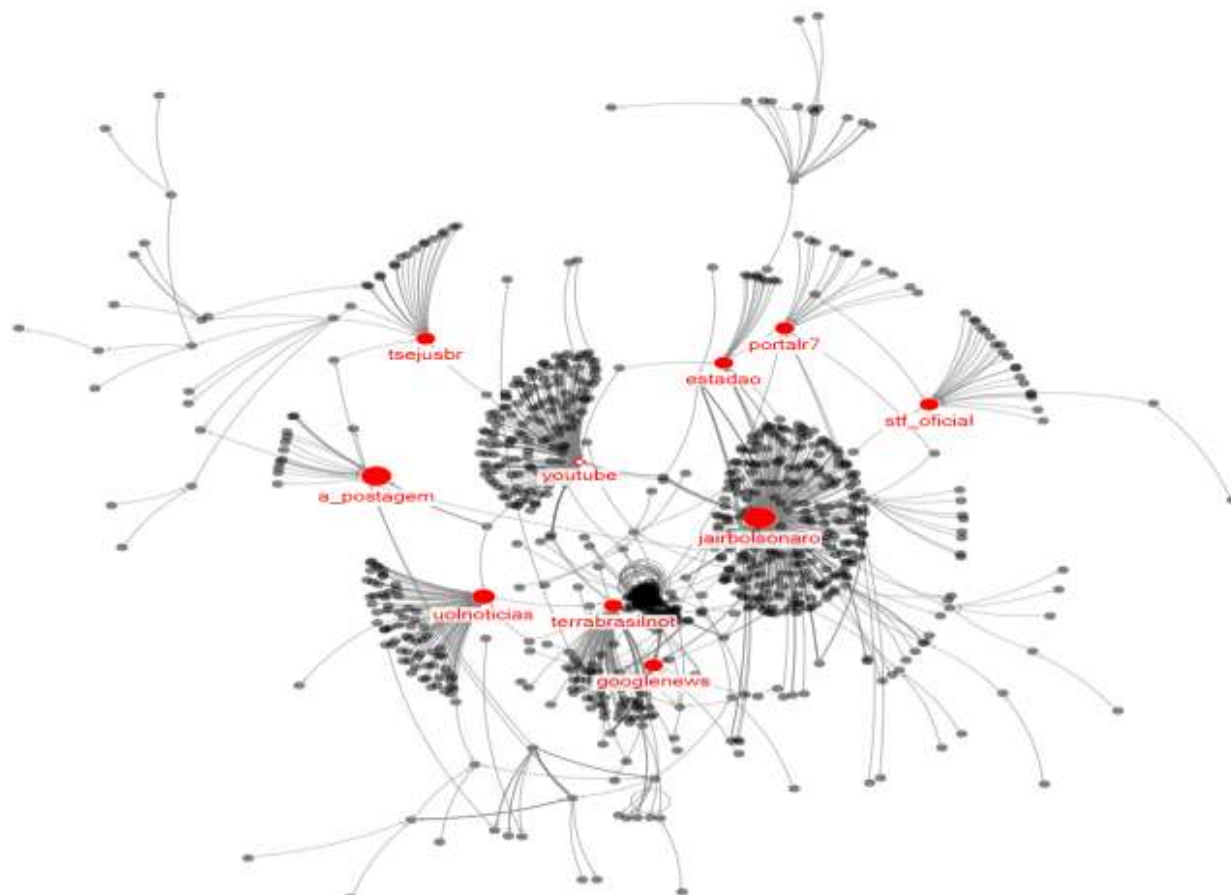
	Contas (número de primeiras citações)
Político	@jairbolsonaro(327).
Instituição de Estado	@stfoficial(22), @tsejusbr(21).
Repositório digital	@youtube(189), @googlenews(29).
Movimento	@Terrabrasilnot(68).
Imprensa (3,4mil)	@uolnoticias (81), @a_postagem(18), @estado(15), portalf7(15).

Fonte: Elaboração própria.

A conta que mais aparece na rede é “jairbolsonaro”, com quase um terço do total de primeiras citações no texto. Ele é o único político que aparece no percentil superior. As instituições de Estado citadas são o “STF” e o “TSE”. Entre os repositórios digitais, os que aparecem no percentil superior são Youtube e Googlenews. Nesse caso, o Youtube é citado,

provavelmente, por conta do vídeo da reunião. Existe a conta de um movimento, a “Terrabrasilnot”, que, embora passe a impressão de ser um portal noticioso, é um movimento conservador em seu conteúdo e na própria definição. Os portais noticiosos que aparecem no percentil superior são “UOL”, “Estadão” e “R7”, entre os tradicionais. A conta “A_postagem” é de uma iniciativa de jornalismo colaborativo.

Gráfico 3 - Rede de primeiras citações no texto para o percentil superior de contas citadas



Distância geodésica máxima = 13	Densidade = 0,000958
Distância geodésica média = 4,35	Razão de reciprocidade = 0,016

Fonte: Elaboração própria

A análise de redes sociais possui uma série de estatísticas próprias que servem para identificar as características de cada grupamento. Em geral, elas são usadas para comparar densidade, formato e intensidade de conexões em diferentes redes. Aqui, apenas descreveremos as principais características da rede de primeiras citações sobre a reunião com embaixadores. A distância geodésica máxima de 13 indica que é necessário passar por 13 nós/contas para chegar ao ponto mais distante da rede em relação a qualquer ponto inicial. A distância geodésica média indica a média de distância entre dois nós/contas quaisquer na rede. Nesse caso, a distância média é de 4,32 nós/contas. Densidade é uma medida geral da rede. O valor máximo

é 1 e ocorre quando todos os nós/contas estão conectados entre si. No caso da rede acima a densidade de 0,000958 indica baixa conexão entre os nós, em outras palavras, contas que citam determinados nomes tendem a não citar outros. Por fim, a razão de reciprocidade mostra a capacidade que um nó/conta que cita algum nome tem de intermediar a relação de outro nó/conta com aquele nome. Como a densidade foi baixa, a tendência é que a razão de reciprocidade também fique próxima de zero, como foi o caso.

Ao contrário das abordagens micro iniciais, a análise macro a partir das técnicas de rede permite identificar o formato e a intensidade de interações, assim como o direcionamento e, em algumas vezes, a busca por validação de posições determinadas. Usando o mesmo critério do percentil mais alto de primeiras citações em textos, encontramos uma característica da rede que até então não tinha aparecido: a presença de instituições de Estado, especificamente do judiciário e da justiça eleitoral.

A análise de redes é uma das formas de análise macro, que trata das conexões, proximidades e distâncias entre conjuntos de contas. Também é possível analisar os textos de forma macro, ou seja, independente da conta de origem, para identificar padrões léxicos presentes na conversação sobre o tema.

Unidade macro – análise léxica para descrever o conteúdo das conversações

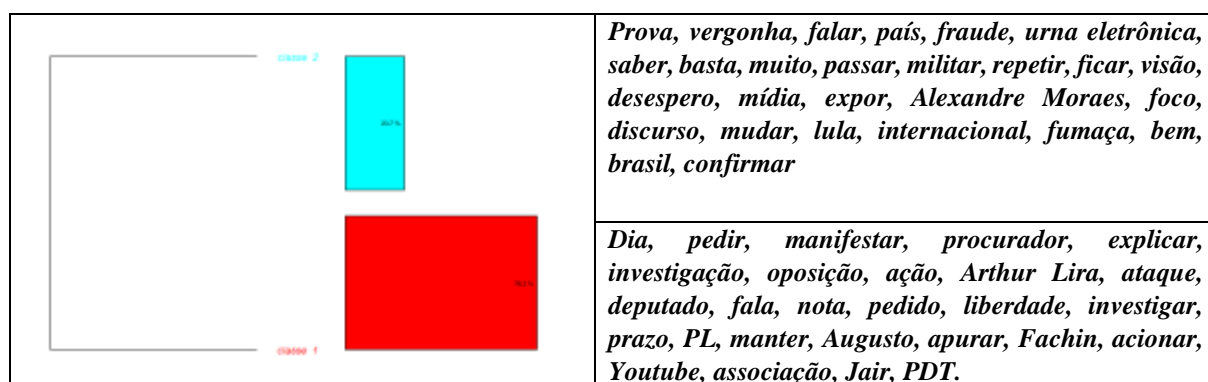
Outra abordagem macro nas análises de conversações de redes sociais é a partir do conjunto de textos publicados. A análise de conteúdo é considerada uma das mais antigas técnicas de pesquisa social e serve para identificar o que os atores dizem e como eles se manifestam. Aqui, o objetivo não é identificar os participantes dos debates, a partir de suas características originais, mas sim, agregar os autores por características presentes nos textos. O exemplo utilizado aqui é o de análise léxica de conteúdo, que foca na presença, volume e proximidade entre termos que aparecem nos textos. Outra abordagem seria a semântica, cujo objetivo seria analisar o sentido das construções textuais. Como as redes sociais produzem um volume muito grande de textos, a análise semântica tende a ser indireta e a técnica mais comum é a partir da análise de sentimentos.

Como exemplo dos léxicos usados nas discussões sobre a reunião com embaixadores, usaremos o algoritmo de Reinert para estabelecer *Clusters* Hierárquicos Descendentes (CHD) de termos. Segundo essa forma automatizada de análise, o algoritmo estabelece

limites de proximidade entre termos para identificar agrupamentos (*clusters*) entre os que aparecem em conjunto. O número de *clusters* é a primeira informação relevante. Ele indica quão heterogêneo (maior número) ou homogêneo (menor número) foi o conjunto de léxicos no texto. Além disso, os termos específicos de cada *cluster* também mostram quais são as possíveis direções das discussões. Seguindo a mesma abordagem dos tópicos anteriores, organizamos dois conjuntos textuais, sendo o primeiro com os textos de todos os 5.605 *tweets*. Em seguida, a técnica de análise automatizada é replicada, mas apenas para os textos publicados pelas contas que integram o percentil superior de interações. O objetivo é comparar as características do conjunto geral com a dos textos que tiveram maior volume de reações na rede.

O Gráfico 4 a seguir mostra o resultado do CHD para o conjunto total de *tweets*. A primeira informação importante é o pequeno número de *clusters*: foram apenas dois. Isso indica certa homogeneidade no uso de termos do início ao fim do período de análise. Além disso, o *cluster* 1 (vermelho) representa aproximadamente 3/4 do total. O *cluster* 2 tem apenas 22,7% do conjunto de léxicos. Por fim, os termos agregados em cada um dos *clusters* não apresentam grandes diferenças entre si. O *cluster* 2 (azul) tende a ser mais crítico à reunião, com termos como “desespero”, “vergonha” ou de personalidades públicas como “Alexandre Moraes” e “Lula”, que são identificados como contrários à reunião. Já o *cluster* 1, o maior em volume, tende a apresentar termos mais próximos de Bolsonaro, como “PL”³, “Jair”, “deputado”, “liberdade”. O volume de texto mais próximo de uma versão a favor da reunião representou três vezes mais que os léxicos críticos a ela.

Gráfico 4 – *Clusters* por CHD para o conjunto total de textos

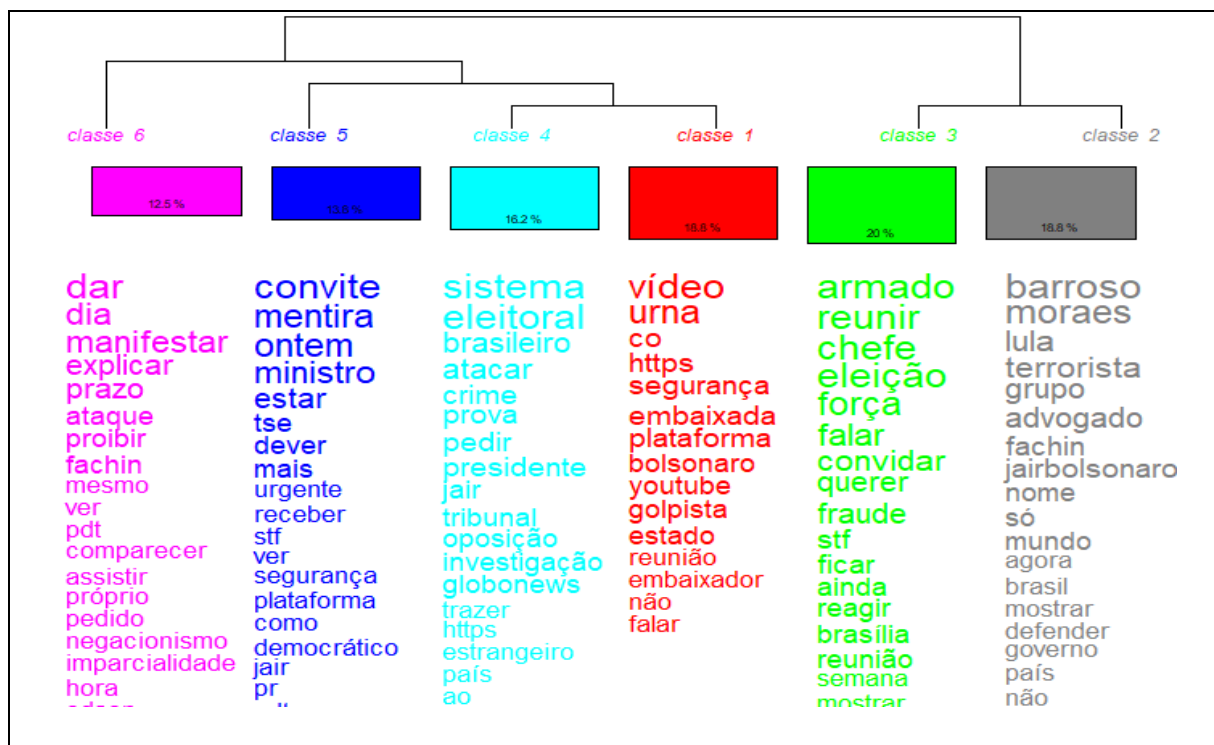


Fonte: Elaboração própria.

³ Aqui em referência ao Partido Liberal, partido ao qual Bolsonaro está filiado.

A comparação com o conjunto de textos das contas com maior interação nos permite identificar diferenças entre aqueles que têm maior capacidade de interação. O Gráfico 5 abaixo mostra, em primeiro lugar, que o número de *clusters* é maior, chegando a seis *clusters* ao todo, que podem ser reagrupados em três ou até dois grupos. Os grupamentos 1, 4, 5 e 6 subdividem partes do corpus textual mais próximo de uma visão positiva da reunião. Já os *clusters* 2 e 3 indicam especificidades de léxicos mais críticos à reunião. Aqui, os *clusters* têm tamanhos mais semelhantes, variando de 12% a 20% do total do corpus. Ademais, assim como no conjunto total de textos, não há grandes marcadores léxicos que destaquem determinado *cluster* em relação aos demais.

Gráfico 5 - *Clusters* por CHD para textos do percentil superior de interações



Fonte: Elaboração própria.

A abordagem macro da análise de conteúdo léxica não tem o objetivo de particularizar os resultados até as contas ou autores. Pelo menos não em uma fase inicial. É possível, a partir dos termos encontrados nos *clusters*, classificar as contas e identificar os autores que integram majoritariamente cada grupamento, mas, neste caso, a classificação seria ponto de chegada e não de partida. Essa é uma das principais diferenças entre a abordagem micro e macro. A análise léxica permite identificar quão heterogênea, desigual, extremista ou homogênea, distribuída em proporções similares e tendendo ao centro é o conjunto de textos publicados em torno de um tema nas redes sociais. É o formato geral da discussão que interessa aqui e não as características

dos que estão discutindo. Por fim, no próximo tópico apresentamos outra abordagem macro da análise de discussões no Twitter, que é a dinâmica ao longo do tempo.

Unidade macro – série temporal para descrever a sobrevivência da discussão

A última unidade de análise macro apresentada aqui é a mais externa. Ela não trata dos tuítes, das redes de conexões formadas ou dos usuários. Ela se ocupa da dinâmica de atenção destinada ao tema ao longo do tempo. Assim como a análise de redes, as séries temporais formam um campo específico dos estudos de fenômenos empíricos que se sucedem ao longo do tempo. Aqui, o objetivo é identificar fatores externos que influenciaram na direção da curva, aumentando ou diminuindo o número de manifestações sobre o tema em determinado momento do tempo. O objetivo é descrever a dinâmica da série e não as características individuais das manifestações. Para o caso da reunião com os embaixadores, procuramos saber quando o tema entrou na rede do Twitter e como foi a dinâmica de atenção destinada a ele. Para isso, agregamos os tuítes por hora, entre o primeiro momento em que o tema entrou no Twitter, que foi em 7 de julho de 2022, até o dia 29 de julho, quando ele praticamente desapareceu.

A reunião aconteceu no dia 18 de julho, às 14h. Mas, na noite do dia 7 de julho, às 20h, aparece um primeiro tuíte sobre o tema, informando que o presidente havia anunciado em sua “live” semanal que faria uma reunião com embaixadores no Brasil para falar sobre as falhas do sistema de votação do país. Para identificar a dinâmica temporal, dividimos o período em dois momentos, antes e depois da reunião. Além disso, também dividimos o dia em quatro períodos distintos: madrugada, entre 0h e 6h; manhã, das 7h às 12h; tarde, das 13h às 18h; e noite, das 19h às 24h. Isso porque se espera que exista variação de atividade não apenas entre os dias, mas também entre períodos dentro do dia. A Tabela 3 a seguir mostra as médias de tuítes por hora antes e depois da reunião e por período do dia.

Tabela 3 – Média de tuítes por hora por período de tempo

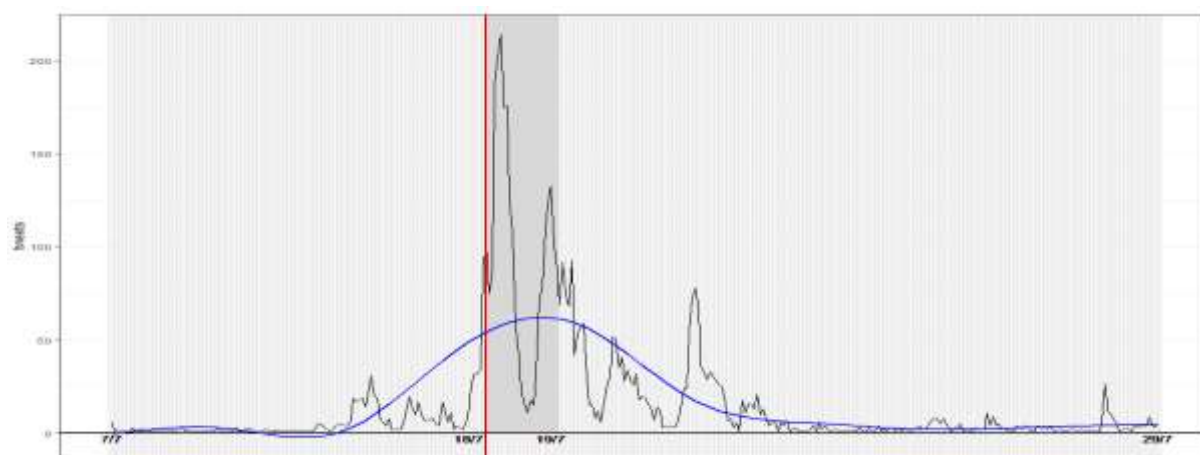
Período de análise	Período do dia	Média	Média Geral
Antes da reunião 7/7 20h a 18/7 14h	Manhã	8,8	6,8
	Tarde	7,5	
	Noite	5,8	
	Madrugada	2,4	
24h após a reunião			94,0
Depois da reunião 18/7 15h a 29/7 14h	Manhã	19,2	20,5
	Tarde	28,3	
	Noite	22,6	
	Madrugada	6,9	

Fonte: Elaboração própria.

A média entre 7 e 18 de julho foi de 6,88 tuítes por hora sobre a reunião, com variação entre 8,78 de média no período da manhã e 2,43 de madrugada. Após a reunião, entre 18 e 29 de julho, a média por hora sobe para 20,5 tuítes, com variação entre 28,37 no período da tarde e 6,95 de madrugada. O evento multiplicou por três a média de tuítes por hora. Mas, a maior concentração foi nas primeiras 24 horas após a reunião, que apresentou uma média de 94 tuítes por hora.

O Gráfico 6 a seguir mostra a série temporal entre 7 e 29 de julho. A linha vermelha marca a hora em que a reunião aconteceu. A área sombreada indica as 24 horas posteriores ao evento e a linha azul é a tendência suavizada das ocorrências por hora. Há duas informações importantes na imagem. A primeira é a sazonalidade, já apontada na tabela com as médias. Os períodos do dia importam para análise da presença do tema na rede. Dentro do dia, durante a noite e madrugada o número de tuítes é reduzido, para voltar a subir na manhã e tarde seguintes. O comportamento tende a se repetir com menor intensidade com a passagem do tempo. Fica evidenciado que o período de sobrevivência do evento no Twitter foi de 24 horas após a reunião, com menos intensidade no período da madrugada, embora essa madrugada tenha apresentado um número maior de tuítes do que quase todos os períodos dos dias anteriores ao evento.

Gráfico 6 – Série Temporal – Tuítes por hora



Fonte: Elaboração própria.

A análise de séries temporais permite verificar a dinâmica da presença de determinado tema nas redes sociais, além de identificar o tempo de “sobrevivência” dele, por meio da atenção dada pelos usuários da rede. Assim, é possível comparar a sobrevivência de diferentes temas, quando eles surgem, qual o período de duração e quando tendem a desaparecer. A sazonalidade é um traço permanente das conversações nas redes sociais, embora se saiba da circulação de conteúdos não orgânicos. O fato é que em muitos casos, as primeiras 24 horas são as mais

importantes para qualquer tema nas RSO, e não foi diferente no caso da reunião com os embaixadores.

Considerações finais

Defendendo que a unidade de análise é tão importante para a compreensão do fenômeno empírico quanto a clara identificação dos objetivos a serem cumpridos, este estudo organiza cada conjunto de técnicas disponíveis para a análise de RSO em função de seus objetivos e da unidade de análise. Cada conjunto de técnicas foi descrito a partir de suas características e objetivos, exemplificado a partir de seu uso na academia brasileira com base em uma seleta coleção de artigos, e aplicado à análise de uma mesma base de dados sobre um evento ocorrido em julho de 2022. Essas três etapas permitiram refletir sobre a utilização das técnicas e o que cada uma revela em termos de contribuição ao campo de conhecimento.

Tanto nos artigos analisados quanto na aplicação demonstrada, fica claro que a análise no nível micro tem dois objetivos principais, que são complementares. O primeiro deles é saber quem fala, ou seja, quais contas têm mais interesse em participar das discussões sobre determinado tema. Isso é medido através do número de intervenções no período. No caso aplicado, descobrimos que há uma categoria de usuários que busca participar mais, jornalistas e imprensa. Já o segundo objetivo, que é identificar a notoriedade dos participantes, é medido pela atividade gerada com outros usuários a partir de interações digitais, revelando que o mesmo grupo apontado pelo alto número de intervenções não necessariamente tem notoriedade entre os participantes. As categorias que tiveram mais notoriedade no caso analisado foram políticos e militantes. Os artigos de Santos *et al.*, (2020, 2021) são também ilustrativos do nível micro de análise.

O nível macro de análise, apresentado aqui a partir de três objetivos distintos, permite descrever as relações entre usuários não mais pelas vontades individuais ou notoriedade dos participantes, mas sim de forma agregada. O primeiro objetivo macro descrito, que é identificar como se organiza o que é dito, é feito a partir da análise de redes. Essa técnica, empregada por Soares (2019), Segurado, Chicarino e Malina (2017) e Recuero, Zago e Soares (2017), foi aplicada na base de dados utilizada neste artigo para identificar as principais características da rede de interações formadas nas conversações sobre a reunião com os embaixadores. Aqui, foi possível encontrar outro tipo de conta que não havia aparecido antes. Esse tipo não tem vontade de participar e também não se destacou entre as contas com notoriedade, porém, aparece muito

citada nos textos de tuítes: as instituições de Estado. Ou seja, embora as redes sejam formadas em torno de políticos e meios de imprensa, elas também contam com a participação, via citações, de instituições de Estado.

O segundo objetivo macro é identificar quais são as principais características dos textos publicados nas discussões sobre o tema, a partir da análise de conteúdo ou temática, utilizada por Soares (2020), Ituassu *et al.* (2019), Dienstbach *et al.* (2021) e Neves (2017). No caso ilustrado, a análise de conteúdo automatizada permitiu identificar grande homogeneidade nos tuítes sobre o tema e, em geral, os textos formaram dois *clusters*, um mais favorável e outro crítico à reunião. Porém, quando olhamos apenas para os textos que apresentaram maiores interações – aqueles com notoriedade – percebemos que há maior complexidade e heterogeneidade no uso de léxicos.

Por fim, demonstramos como pode ser importante a análise na dimensão mais externa do nível macro, que não se preocupa com quem publica, quais são as reações geradas, como se comportam as redes de interações ou que léxicos caracterizam a discussão. É a dimensão temporal da presença e intensidade do tema que é enfatizada, tipo de análise utilizada por Santos Jr. (2021). No caso da reunião dos embaixadores, o uso desta técnica permitiu identificar que o tempo de sobrevivência do tema no Twitter foi de 24 horas, com alta intensidade, embora tenha tido alguma presença desde uma semana antes e duas semanas depois da reunião.

Este *paper* exploratório teve o objetivo de demonstrar como é importante atentar para o nível de análise, se micro ou macro, relacionando-o com os objetivos da pesquisa, para evitar a busca de respostas certas para perguntas de pesquisa erradas ou perguntas certas que são seguidas de respostas erradas.

Referências Bibliográficas

- ALMADA, Maria P. *et al.* Democracia digital no Brasil. **Matrizes**, São Paulo, v. 13, p. 161-181, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- DIENSTBACH, Dalby *et al.* Kit Covid entre aspas: a arquitetura discursiva da desinformação nas mídias sociais. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 45., 2021. **Anais do 45º Encontro Anual da Anpocs**, 2021. p. 1-17.
- ITUASSU, Arthur *et al.* De Donald Trump a Jair Bolsonaro: democracia e comunicação política digital nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e 2018, no Brasil. *In: ENCONTRO COMPOLÍTICA*, 8., 2019, Brasília. **Anais do 8º Encontro da Compolítica**. Brasília, UnB, 2019. p. 1-25.
- MENDONÇA, Ricardo F.; PEREIRA, Marcus A.; FILGUEIRAS, Fernando. (org.). **Democracia Digital: Publicidade, Instituições e Confronto Político**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- NEVES, Gláucia S. O Caso Hashtag #primeiroassédio: narrativas testemunhais como semântica coletiva nas lutas por reconhecimento no contexto digital. *In: ENCONTRO COMPOLÍTICA*, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais do 7º Encontro da Compolítica**. Porto Alegre, UFRGS, 2017. p. 1-23.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela; SOARES, Felipe Bonow. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no twitter. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 26., 2017, São Paulo. **Anais do 26º Encontro Anual da Compós**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017. p. 1-27.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGATTO, Rachel C.; NICOLÁS, Maria Alejandra construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 4, n. 21, p. 285- 320, 2016.

SAMPAIO, Rafael Cardoso *et al.* O campo da democracia digital brasileira: uma análise cientométrica de artigos publicados entre 1999 e 2020. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 37, p. 1-38, 2022.

SANTOS, Marcelo B. P. *et al.* Os usos do twitter pela família Bolsonaro e o campo da direita brasileira. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 44., 2020. **Anais do 44º Encontro Anual da Anpocs**, 2020. p. 1-24.

SANTOS, Marcelo B. P. *et al.* Twitter e a politização da vacina covid-19 no campo da direita. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 45., 2021. **Anais do 45º Encontro Anual da Anpocs**, 2021. p. 1-36.

SANTOS JR., Marcelo A. Fabricando e coordenando a desinformação: análise da circulação multiplataformas da #LaranjaldoBoulos. *In: ENCONTRO COMPOLÍTICA*, 9., 2021. **Anais do 9º Encontro da Compolítica**, 2021. p. 1-30.

SEGURADO, Rosemary; CHICARINO, Tatiana; MALINA, Pedro. Metodologia de monitoramento de redes digitais aplicada ao Brasil: um estudo sobre política e eleições. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 41., 2017, Caxambu, MG. **Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, MG: Hotel Glória, 2017. p. 1-33.

SOARES, Felipe B. Esfera pública e desinformação: estratégias de circulação e legitimação da desinformação. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais do 28º Encontro Anual da Compós**. Porto Alegre: PUC, 2019. p. 1-22.

SOARES, Felipe B. Circulação de informação no twitter: como líderes de opinião ressignificam as notícias. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 29., 2020, Campo Grande. **Anais do 29º Encontro Anual da Compós**. Campo Grande: UFMS, 2020. p. 1-24.

Recebido em: 04/03/2024

Aceito em: 10/09/2024

***STORYTELLING* POLÍTICO NO TWITTER: uma análise das narrativas
de Lula e Bolsonaro nas eleições de 2022**

***POLITICAL STORYTELLING ON TWITTER: an Analysis of the Narratives
of Lula and Bolsonaro in the 2022 Elections***

Patrícia Dias dos Santos*

Juliana Mastrascusa Espíndola**

Mario Sergio Araujo Dias***

Resumo

Considerando o avanço das campanhas eleitorais no mundo digital com as redes sociais nos últimos anos e a centralidade do Twitter para a comunicação direta de candidatos com seus eleitores, este artigo busca analisar o *storytelling* das candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro em 2022, a partir da análise de tuítes feitos pelos dois candidatos e de suas respectivas base de apoiadores no período do segundo turno das eleições. Para isso, foi criado um conjunto de dados de tuítes emitidos pelos candidatos e por seus apoiadores, identificados através de um modelo de detecção de posicionamento e rotulação automática de usuários desenvolvido por Santos e Goya (2022). O estudo emprega técnicas de modelagem de tópicos para classificar e agrupar os tuítes em categorias temáticas relevantes. Baseia-se em teorias sobre *storytelling*, com destaque para os trabalhos de Christian Salmon. Adicionalmente, explora o conceito de Jornada Coletiva, introduzido por Jeff Gomez em 2017, como uma evolução da Jornada do Herói de Joseph Campbell (1949). Também considera as contribuições de Henry Jenkins acerca de narrativas transmídia. O objetivo é identificar e comparar elementos da Jornada Coletiva e da Jornada do Herói nas publicações coletadas. Através desta análise, busca-se compreender como essas estruturas narrativas são utilizadas para engajar e influenciar o eleitorado no ambiente digital. O estudo visa a oferecer uma compreensão das estratégias de comunicação digital empregadas pelos candidatos e o impacto dessas táticas na relação com seus eleitores no Twitter.

Palavras-chave: Storytelling Digital. Estratégias Eleitorais. Jornada Coletiva. Detecção de Posicionamento.

Abstract

Considering the advancements in digital electoral campaigns through social media in recent years, and the centrality of Twitter for direct communication of candidates with their electorate, this paper seeks to analyze the storytelling of the candidacies of Luiz Inácio Lula da Silva and Jair Bolsonaro in 2022. This is done through the analysis of tweets made by the two candidates and their respective supporter bases during the second round of the elections. For this, a dataset of tweets issued by the candidates and their supporters was created and identified

* Doutora em Ciência da Computação, Mestre em Engenharia da Informação e Bachelera em Ciência da Computação pela Universidade Federal do ABC e pesquisadora associada do Instituto Democracia em Xequê. E-mail: patricia.santos@ufabc.edu.br

** Mestranda em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. Pós-graduada em Influência Digital e Estratégia e graduada em Jornalismo pela PUC-RS. E-mail: juliana.m@ufabc.edu.br

*** Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), pesquisador do Observatório de Conflitos na Internet (Observa - UFABC) e pesquisador do grupo "Politik - Centro de Estudos em Instituições, Participação e Cultura Política" da UNIVASF. Sua principal linha de pesquisa explora a interseção entre política e as mídias sociais. E-mail: mario.dias@ufpi.edu.br

through a model of stance detection and automatic user labeling developed by Santos and Goya (2022). The study employs topic modeling techniques to classify and group tweets into relevant thematic categories. It is based on theories about storytelling, with emphasis on the works of Christian Salmon. Additionally, it explores the concept of Collective Journey, introduced by Jeff Gomez in 2017, as an evolution of Joseph Campbell's Hero's Journey (1949). It also considers the contributions of Henry Jenkins regarding transmedia narratives. The objective is to identify and compare elements of the Collective Journey and the Hero's Journey in the collected publications. Through this analysis, the paper seeks to understand how these narrative structures are used to engage and influence the electorate in the digital environment. The study aims to offer an understanding of the digital communication strategies employed by the candidates and the impact of these tactics on their relationship with the electorate on Twitter.

Keywords: Digital Storytelling. Electoral Strategies. Collective Journey. Stance Detection

Introdução

No Brasil, em especial desde 2018, o uso de redes sociais tem sido decisivo para resultados eleitorais, reposicionando o marketing político brasileiro no ambiente digital. Ao mesmo tempo, a utilização de histórias para gerar conexão emocional com eleitores, processo já comum em campanhas televisivas, ganha atualizações na produção de peças para redes sociais, e estruturas narrativas como a Jornada do Herói (Campbell, 1949) também passam por revisões. É neste contexto que pesquisadores e nomes do mercado apontam para novas possibilidades de construção de *storytelling*, como a Jornada Coletiva (Gomez, 2017). As novas reflexões sobre modelos discursivos estão alinhadas a percepções sobre uma sociedade cada vez mais conectada digitalmente e anseios de novas gerações por participação.

No âmbito desta pesquisa, investigamos o alinhamento político e a categorização de usuários no cenário de polarização política das eleições presidenciais do Brasil em 2022. Esse período eleitoral foi caracterizado por uma acirrada competição política, que evidenciou o choque entre diferentes perspectivas e planos políticos, e afetou as opiniões e posicionamentos dos votantes (Silva; Teston, 2023). Os protagonistas dessa eleição foram Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL). Lula, conhecido por seu passado como líder sindical e presidente entre 2003 e 2011, destacou-se por suas políticas voltadas à redução da fome e à inclusão social. Bolsonaro, ex-militar e presidente eleito em 2018, é reconhecido por sua abordagem conservadora e valores cristãos.

Dessa forma, este trabalho propõe oferecer uma compreensão das estratégias de comunicação digital empregadas pelos candidatos no Twitter, e o impacto dessas táticas na relação com seus eleitores nessa rede. Os dados examinados correspondem às publicações feitas nas semanas entre o resultado do primeiro turno e realização do segundo turno das eleições de 2022, especificamente de 03 a 31 de outubro de 2022. Esses tuítes foram coletados através de

uma API do Twitter pela equipe do Observatório de Conflitos da Internet¹, utilizando termos relacionados à campanha dos dois principais candidatos à eleição presidencial brasileira.

Este artigo é estruturado em cinco seções, começando por esta introdução. A segunda seção explora o cenário das eleições presidenciais de 2022, o debate on-line acerca das campanhas e *storytelling*. A terceira seção detalha a metodologia aplicada no estudo. Em seguida, apresentamos e discutimos os resultados obtidos. Por fim, as considerações finais apontam os achados da pesquisa e possíveis próximos passos dela.

Campanhas e *storytelling*

O *storytelling* consiste no uso de histórias para gerar conexão emocional entre quem fala e quem é impactado por uma mensagem. É uma ferramenta que se popularizou nas últimas décadas no marketing em diferentes áreas e também na política, como uma forma de aumentar a relação entre o político e seu eleitorado. Christian Salmon (2016), escritor francês que é referência na pesquisa sobre *storytelling* e política, entende que o relato é a base do que conhecemos sobre o mundo, e também ponto de partida para a compreensão do *storytelling*.

No geral, seu uso está associado à Jornada do Herói, elaborada por Joseph Campbell (1949) com base nas teorias de Carl G. Jung sobre arquétipos da mente humana e sistematizado anos depois por Christopher Vogler (2015), em um memorando de orientações para construção de histórias voltado a escritores do meio cinematográfico. Na Jornada do Herói, a oposição entre o herói e o vilão são centrais para a condução da história, e o conflito é um elemento constante na construção do enredo. A superação dos desafios é o que causa o merecimento do herói ao final da história. A Jornada do Herói se torna popular e efetiva porque parte de arquétipos identificados na socialização humana para construir seus personagens, o que facilita a criação de conexões entre o público e a história contada. Mesmo que os personagens vivam em uma guerra no espaço ou em uma escola para bruxos, há uma identificação entre quem assiste e a história que é vista.

Entretanto, o modelo, exaustivamente utilizado em diferentes áreas, do entretenimento à política, começou a ser questionado na última década. Jeff Gomez, produtor transmídia americano, em 2017, passa a defender a Jornada Coletiva, o que vê como uma atualização do uso do *storytelling* em diálogo com os tempos atuais, mais conectada com as novas gerações e adaptada a um mundo com uso massivo das redes sociais. Entre as diferenças da Jornada Coletiva está, especialmente, o

¹ Mais informações sobre o projeto do Observatório de Conflitos na Internet estão disponíveis em <https://observa.pesquisa.ufabc.edu.br/>. Acesso em: 13 dez. 23.

fato de que o herói não é mais o único centro das histórias, que se tornam mais diversas e múltiplas. O protagonismo se dilui e há um elemento de participação mais forte na construção de narrativas, possibilitado por construções transmídia, conceito apresentado por Henry Jenkins em *Cultura da Convergência* (2009). Outro elemento importante da Jornada Coletiva para Gomez (2017) é que o conflito central da história já não é mais entre o herói contra o vilão, e sim uma oposição entre projetos de mundo. O mal já não é mais representado por um personagem, mas sim por um sistema.²

Na política, Salmon (2019) traça uma linha do tempo do uso de narrativas, vinculada também a uma evolução do profissional de comunicação que conduz tais construções.

Eram os chamados redatores de discursos na época de Nixon, de spin doctors no período entre Nixon e Reagan, na década de 1980. Em seguida, os story-spinners, de Bill Clinton, no início da década de 1990, antes de darem lugar aos storytellers, de George Bush e Barack Obama, que respaldaram o poder do relato nas redes sociais e inventaram a “política do Facebook” (Salmon, 2019, p. 51).

Assim como Gomez (2017), Salmon (2019) também defende que há um limite para o *storytelling* clássico em disputas eleitorais, marcado pela campanha Donald Trump, nos EUA, em 2016, e aponta para uma era de “ausência do relato”. O autor defende que Steve Bannon, estrategista de Trump, não se preocupou em contar uma história, mas sim implementar uma “estratégia pós-narrativa inspirada na doutrina militar” de “*shock and awe*”, ou em português, choque e pavor (Salmon, 2019). Essa estratégia tem a ver com um modelo viral e epidêmico, que produz uma guerra de relatos e leva à descredibilização das histórias (Salmon, 2019).

Entre a defesa de uma era da pós-narração (Salmon, 2019) e a visão de uma nova etapa do *storytelling* (Gomez, 2017) há em comum uma visão que considera as redes sociais como um marco de transformação na produção do *storytelling* na política e a necessidade de construção de narrativas em formatos diversos pensados para o mundo digital.

A primeira eleição a introduzir o uso das redes sociais como uma peça central na comunicação política é a campanha presidencial de Barack Obama nos EUA, marcando um novo momento para o marketing político. No Brasil, apesar de iniciativas voltadas especificamente para o digital existirem em campanhas presidenciais desde 2010, foi em 2018 que esse ambiente começou a fazer a diferença no resultado das eleições para presidente, quando Jair Bolsonaro foi eleito tendo apenas 8 segundos de tempo de TV e participando de apenas um debate televisivo.

² Gomez aponta que o *storytelling* a partir da Jornada Coletiva já pode ser observado em séries de sucesso como *Game of Thrones*, *Walking Dead*, *Orange is the New Black* <https://blog.collectivejourney.com/the-collective-journey-story-model-comes-to-television-151bb4011ce2>

Esse é um resultado que rompe com a lógica da comunicação política até então no país, que via coligações entre partidos serem construídas especialmente para dar mais tempo de propaganda eleitoral na TV a um candidato. Naquela eleição, Jair Bolsonaro – que já consolidava seu público no digital desde 2009, através do blog Família Bolsonaro – utilizou especialmente as redes sociais para ampliar seu apoio e conquistar eleitores fora do Rio de Janeiro, reduto eleitoral onde construiu sua trajetória na política. E foi com a ajuda das redes sociais também que as mobilizações contra o presidente eleito naquele ano foram construídas. Dois exemplos foram os grupos do #EleNão, que articularam mulheres pelo Brasil inteiro em atos contra Bolsonaro, e o movimento Vira Voto, em que pessoas se organizaram pelas redes sociais para construir banquinhas nas ruas com o objetivo de convencer eleitores a não votar em Bolsonaro.

Olhando especificamente para o Twitter, foi o governo de Trump nos EUA que implementou uma maior mudança na forma de conduzir a narrativa do então presidente, utilizando a rede como uma espécie de porta-voz da sua gestão (Ott; Dickenson, 2019). O ex-presidente americano é uma referência para uma nova extrema direita global, e usou seu Twitter como um espaço de orientação e mobilização da política para sua base fiel de apoiadores e eleitores. A tática foi replicada em outros países do mundo, como no Brasil. Nas eleições de 2022, esse modelo se repetiu para os dois principais candidatos, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva.

Metodologia

Nesta seção, apresentamos as etapas da metodologia utilizada neste estudo, incluindo a descrição da coleta de dados, a estratégia adotada para selecionar e agrupar usuários participantes na discussão de acordo com o seu posicionamento, a seleção e análise das temáticas empregadas pelos candidatos, bem como por sua base de apoiadores.

Descrição dos Dados Obtidos

Os dados foram obtidos em tempo real por meio da API do Twitter³, durante o segundo turno do período eleitoral, que se estendeu de 03 a 31 de outubro de 2022, totalizando quatro semanas de coleta. Esse processo foi conduzido de maneira separada, porém simultânea, utilizando-se de palavras-chave associadas às campanhas dos dois principais concorrentes à

³ Em julho de 2023, o Twitter foi renomeado para “X”, e os termos “*tweet*” e “*retweet*” foram substituídos por “*post*” e “*repost*”, respectivamente. Este trabalho, no entanto, optou por manter os termos originais para evitar confusão entre os leitores e porque esses termos ainda são amplamente reconhecidos e utilizados no meio acadêmico.

presidência do Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro. Para a coleta, foram empregadas *strings* de busca que incluíam os endereços das contas oficiais dos candidatos e seus vices, bem como os principais termos e *hashtags* vinculados às suas campanhas.

Etapas da Metodologia

Para atingir os objetivos estabelecidos, foi implementado um processo metodológico em quatro etapas, que serão explicadas em detalhes nas próximas subseções:

1. Investigação do posicionamento dos agrupamentos de eleitores polarizados (apoiadores de Lula e Bolsonaro);
2. Identificação dos apoiadores mais ativos em cada grupo;
3. Reconhecimento das temáticas empregadas pelos candidatos e por seus grupos políticos durante o segundo turno da eleição presidencial de 2022;
4. Análise comparativa das temáticas abordadas por cada grupo a cada semana da eleição.

Identificação de Tendências entre Eleitores Polarizados de Bolsonaro e Lula

A detecção de posicionamento tem como objetivo identificar automaticamente se o autor de um texto tem uma postura favorável, contrária ou neutra em relação a um determinado tópico ou proposição. A técnica tem sido aplicada em pesquisas relacionadas a debates políticos, que frequentemente envolvem grupos com opiniões divergentes e conflitantes (Mohammad; Sobhani; Kiritchenko, 2017).

Os seis passos detalhados a seguir foram realizados seguindo um método previamente desenvolvido por Santos e Goya (2022):

1. **Agrupamento em *Clusters* Polarizados:** os usuários são agrupados em dois *clusters* polarizados com base nos seus retuítes para outros usuários, indicando tendências de apoio ou oposição a determinadas visões políticas. Este estudo considera apenas retuítes “puros”, ou seja, compartilhamentos diretos sem comentários adicionais, excluindo-se retuítes com comentários, pois estes podem representar a opinião pessoal do usuário e não necessariamente indicar concordância ou apoio.
2. **Normalização e Extração de Conteúdo:** o conteúdo retweetado por cada *cluster* é extraído e normalizado, para preparar a aplicação de técnicas de modelagem de tópicos.
3. **Modelagem de Tópicos com *Embeddings*:** utilizam-se *embeddings* de texto para modelar os tópicos presentes em cada *cluster*, identificando os principais temas e discussões.

4. **Identificação do Posicionamento dos Clusters:** através de um dicionário de termos frequentemente usados por cada grupo polarizado, o posicionamento dos *clusters* é identificado. Esta etapa inclui uma validação humana para garantir a precisão.

5. **Rotulação dos Usuários e Cálculo da Pontuação de Valência:** os usuários são rotulados utilizando uma técnica específica que atribui uma pontuação de valência, variando de -1 a 1. Essa pontuação é baseada na quantidade de retuítes para contas alinhadas a cada posição, classificando assim os usuários de acordo com seu posicionamento político. Esta abordagem se fundamenta nas pesquisas de Conover *et al.* (2011), que evidenciam uma tendência à polarização de opiniões entre os usuários da *web*. Adicionalmente, destaca-se a formação de comunidades digitais com laços políticos, refletindo o princípio da homofilia, como discutido por McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001).

6. **Caracterização do Comportamento dos Usuários:** o comportamento dos usuários rotulados é caracterizado através da métrica de grau de engajamento. Esta métrica varia de 0 a 1 e reflete a participação ativa dos usuários no debate ao longo do tempo, considerando tanto o volume de interações quanto a presença contínua no debate.

Análise dos apoiadores mais engajados de Bolsonaro e Lula

Nesta etapa da análise, focamos nos usuários com maior engajamento nos *clusters* que demonstram favorabilidade a cada candidato, definindo um limiar mínimo de engajamento de 0,75. O objetivo foi identificar os usuários mais ativos na disseminação de conteúdo. Posteriormente, analisamos as contas cujos tuítes foram frequentemente retuitados por esses usuários engajados, selecionando as 100 principais contas de cada semana do segundo turno, excluindo as contas oficiais dos candidatos. Essa abordagem revelou que os tuítes das 100 principais contas apoiadoras de Lula corresponderam a 54.65% dos retuítes no *cluster* pró-Lula, enquanto os tuítes das 100 principais contas apoiadoras de Bolsonaro representaram 86.33% dos retuítes no *cluster* pró-Bolsonaro. Essas percentagens indicam uma influência significativa dessas contas no volume total de retuítes dentro de seus respectivos clusters.

Relação entre *Storytelling* do Candidato x Apoiadores Mais Engajados

Entendendo o Twitter como uma rede social orientadora do discurso de candidatos, no Brasil e no mundo, as temáticas aqui estabelecidas buscam delimitar os grandes grupos de assuntos abordados na construção do *storytelling* das duas figuras em disputa no pleito eleitoral.

A partir de uma análise comparativa da presença destas temáticas em suas respectivas bases de apoio, é possível refletir sobre a relação ou não entre as temáticas levantadas pelos candidatos e seus apoiadores mais engajados, observando a evolução semana a semana durante o 2º turno.

Após análise dos resultados obtidos na modelagem de tópicos, foram levantadas sete temáticas para cada candidatura, seis iguais para ambos os candidatos e a última difere em cada caso, conforme pode ser visto no Quadro 1. Para observar os tuítes de Lula, foi relevante incluir uma temática que considerasse a produção de conteúdos para exaltar a ampla unidade alcançada em torno do candidato no segundo turno da eleição. No caso de Bolsonaro, incluímos uma temática sobre religião e fé, elemento muito presente na construção da história do candidato.

Quadro 1- Relação de temáticas de cada candidatura

Categoria	Lula	Bolsonaro
Campanha e Mobilização	Foco em chamados para ação, mobilização da base eleitoral, contagem regressiva para dias importantes da campanha	Foco em chamados para ação, mobilização da base eleitoral, contagem regressiva para dias importantes da campanha
Conjuntura e Eventos	Foco em eventos atuais, encontros importantes, acontecimentos do dia a dia da campanha	Foco em eventos atuais, encontros importantes, acontecimentos do dia a dia da campanha
Disputa Direta	Termos usados para expressar desafio ou oposição a ideias, políticas ou grupos, incluindo o embate político	Termos usados para expressar desafio ou oposição a ideias, políticas ou grupos, incluindo o embate político
Propostas e Visão de Brasil	Tuítes sobre propostas de economia, trabalho, desenvolvimento econômico, saúde, educação, visão de Brasil	Tuítes sobre propostas de economia, trabalho, desenvolvimento econômico, saúde, educação, visão de Brasil
Mundo - Perspectiva Internacional e Relações Exteriores	Discussões sobre o Brasil em um contexto global, relações exteriores, comparações internacionais, menções a regimes e governos estrangeiros	Discussões sobre o Brasil em um contexto global, relações exteriores, comparações internacionais, menções a regimes e governos estrangeiros
Conquistas e Feitos	Recuperação de feitos dos governos PT em educação, saúde, áreas sociais	Forte foco na própria figura, destacando qualidades, realizações e planos
Apoios e Unidade (Lula)	Enfatiza a união e cooperação para o bem comum e progresso do país	-
Religião e Fé (Bolsonaro)	-	Elementos relacionados à fé, valores espirituais e religiosos em discursos políticos

Fonte: autores, 2023.

Após determinarmos as temáticas centrais de cada candidatura, elencamos cinco palavras-chave ligadas a tais temas para análise. O propósito era examinar a prevalência dessas palavras nos tuítes emitidos pelos próprios candidatos e por suas bases de apoiadores. Esta análise é detalhada no Quadro 2. Especificamente na categoria “Conjuntura e Eventos”, decidimos incluir duas palavras-chave suplementares – “Minas Gerais” e “São Paulo” – por

serem os estados que concentram os maiores colégios eleitorais do Brasil⁴ e, por isso, representam uma prioridade para campanhas eleitorais presidenciais.

Quadro 2 - Relação de palavras-chave relacionadas à temática de cada candidato

Categoria	Lula	Bolsonaro
Campanha e Mobilização	“vamos”, “ruas”, “13”, “votar”, “vitória”	“vamos”, “reeleito”, “22”, “votar”, “vitória”
Conjuntura e Eventos	“debate”, “apoio”, “caminhada”, “live”, “entrevista”, “minas gerais”, “são paulo”	“debate”, “apoio”, “moto”, “live”, “entrevista” “minas gerais”, “são paulo”
Disputa Direta	“bolsonaro”, “ódio”, “mentira”, “fake”, “pandemia”	“lula”, “vermelha”, “mentiroso”, “ladrão”, “petista”
Propostas e Visão de Brasil	“esperança”, “alegria”, “saúde”, “emprego”, “educação”	“liberdade”, “família”, “pátria”, “povo”, “economia”
Mundo - Perspectiva Internacional	“política externa”, “onu”, “países”, “soberania”, “mundial”	“venezuela”, “cuba”, “países”, “soberania”, “embaixador”
Conquistas e Feitos	“volta”, “de novo”, “bolsa família”, “salário”, “universidades”	“investimentos”, “auxílio”, “obras”, “entregas”, “ações”
Apoios e Unidade (Lula)	“apoio”, “abraço”, “biografia”, “união”, “encontro”, “obrigado”	-
Religião e Fé (Bolsonaro)	-	“deus”, “jesus”, “orar”, “rezar”, “pastor”

Fonte: autores, 2023.

Resultados e Discussão

Considerando a relevância do Twitter para campanhas eleitorais, já destacada neste trabalho, a investigação de tuítes e retuítes representa uma ferramenta valiosa para compreender as dinâmicas subjacentes ao engajamento público. Este tópico de métricas gerais busca contextualizar o panorama digital, enfatizando a amplitude do alcance e a natureza das interações. A seguir, apresentamos métricas para identificar padrões de apoio ou oposição e analisar o volume de interações, visando a compreender as dinâmicas digitais presentes na corrida eleitoral.

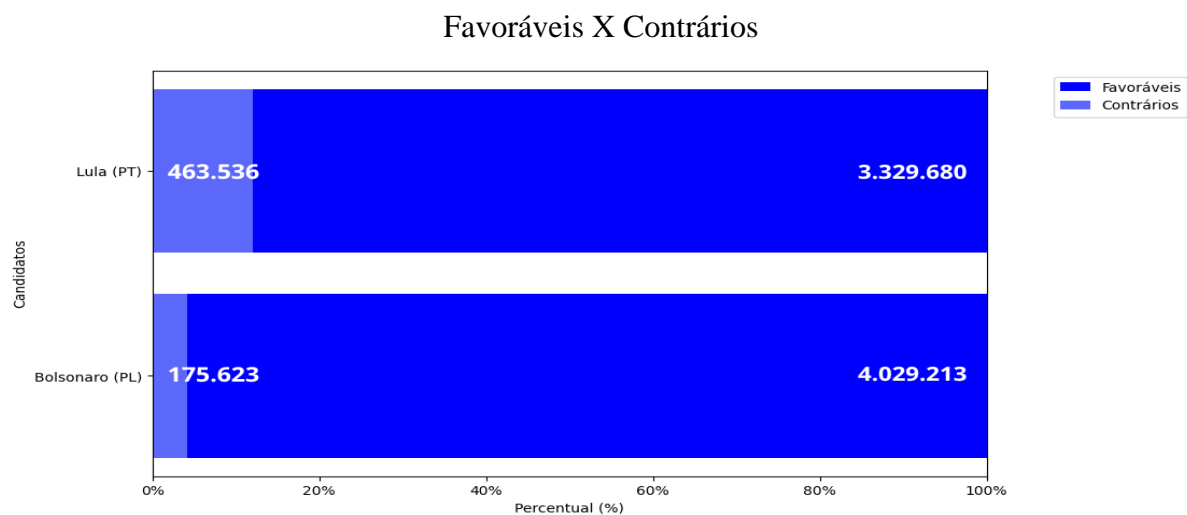
Métricas Gerais

Após aplicar o método de identificação de posicionamento descrito na seção 3, foi possível obter a distribuição dos retuítes relacionados a cada um dos dois candidatos em análise. Esses retuítes foram categorizados em dois grupos: aqueles que demonstravam apoio ao candidato e os que expressavam oposição.

⁴ “Lula e Bolsonaro concentram 2º turno no Sudeste e ignoram Centro-Oeste”
<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/24/sudeste-campeao-viagens-lula-bolsonaro.htm>

A Figura 1 mostra a distribuição de retuítes favoráveis e contrários aos dois principais candidatos nas últimas quatro semanas antes do segundo turno das eleições. Baseando-se em 8.106.715 retuítes, a análise divide-se entre 4.265.658 relacionados a Bolsonaro e 3.841.057 associados a Lula. É válido destacar que os retuítes sobre Bolsonaro foram originados por 352.714 usuários únicos, enquanto os retuítes de Lula partiram de 556.753 usuários.

Figura 1. Distribuição de retuítes em relação aos candidatos Bolsonaro (PL) e Lula (PT):



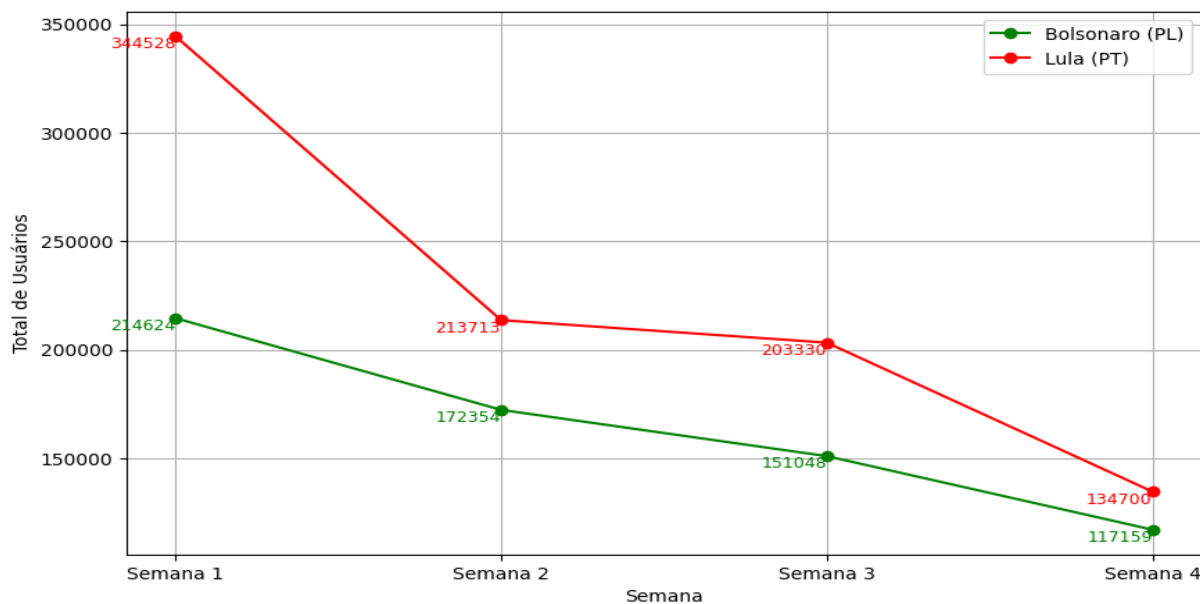
Fonte: autores, 2023.

Nesta análise, destacamos a distribuição dos retuítes em duas categorias principais: “Retuítes Favoráveis ao candidato” e “Retuítes Contrários ao candidato”. No universo de dados relacionados ao candidato Jair Bolsonaro (PL), a maioria esmagadora dos retuítes, 94,46% do total, está alinhada ao candidato. A predominância de retuítes favoráveis a Bolsonaro sugere que seu perfil oficial tinha um maior engajamento de seus apoiadores do que de seus opositores.

Ao olharmos para os dados referentes ao perfil oficial de Lula, percebemos que também há uma predominância de engajamento de seus apoiadores, representando 3.841.057 retuítes analisados, 86,69% do total. No entanto, em comparação com o perfil de Bolsonaro, há uma maior presença de opositores, 12,07%.

A Figura 2 apresenta o total de usuários únicos que realizaram pelo menos um retuíte ao longo de quatro semanas nos perfis oficiais de Bolsonaro e Lula. As duas candidaturas tiveram uma queda notável na frequência de usuários engajados nesse período. O resultado pode ser atribuído a uma combinação de fatores, incluindo mudanças na estratégia de campanha, eventos externos ou notícias que influenciam a discussão on-line, a evolução do discurso político ao longo do tempo e a possível saturação de mensagens políticas, o que de certa forma poderia influenciar negativamente o interesse e engajamento dos usuários.

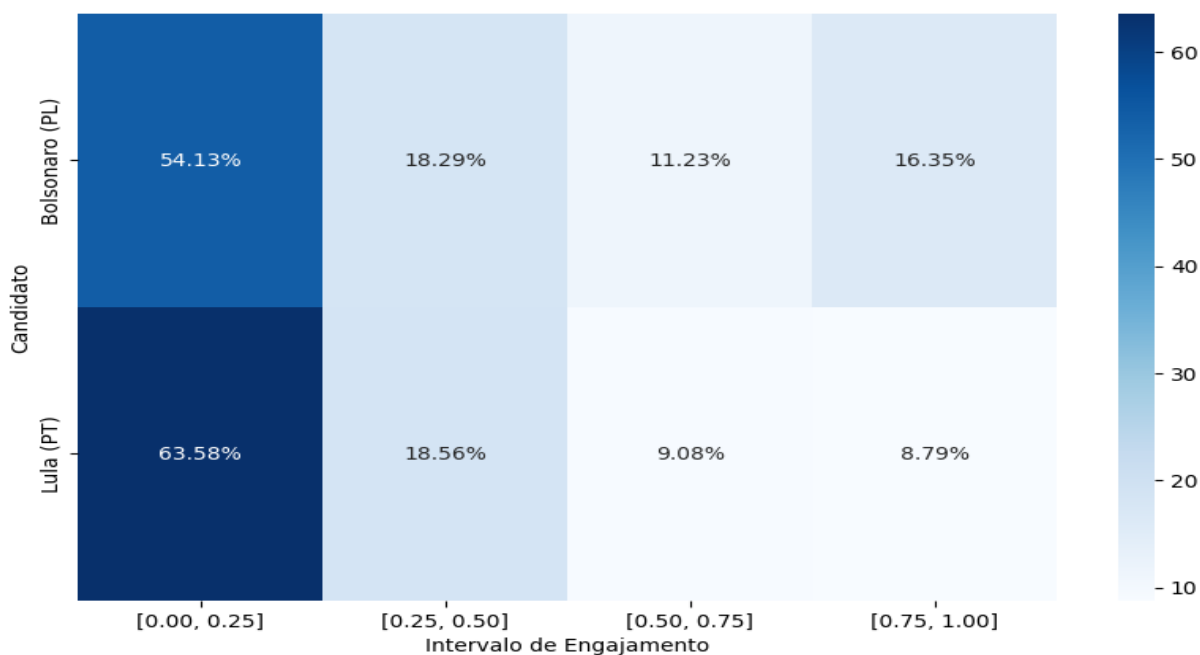
Figura 2 - Total de usuários que fizeram pelo menos um retuite por candidato, por semana



Fonte: autores, 2023.

Ao examinar a distribuição dos usuários em diferentes níveis de engajamento, representados por uma escala de 0 a 1, busca-se compreender a intensidade do apoio e a variedade de interações nas mídias sociais. A Figura 3 oferece uma visualização clara dessas nuances, destacando as diferenças na base de apoio e os padrões de engajamento para ambos os candidatos.

Figura 3 - Índice de Engajamento de usuários (Percentual)



Fonte: autores, 2023.

Os dados revelam uma distribuição variada de usuários em diferentes níveis de engajamento para os candidatos, considerando uma escala de 0 a 1, em que valores mais próximos de 1 indicam maior engajamento. No caso dos usuários que interagiram com tuítes do candidato Bolsonaro, identificamos o seguinte:

- Alto Engajamento (0.75 a 1.00): cerca de 16,35% dos usuários demonstram um alto nível de engajamento, indicando forte apoio ou interesse na candidatura de Bolsonaro (PL).
- Engajamento Moderado (0.50 a 0.75): faixa de 11,23% sugere um grupo considerável com um engajamento moderado, ainda expressando apoio, mas potencialmente com menos intensidade.
- Engajamento Médio (0.25 a 0.50): uma parcela de 18,29% dos usuários está nesta faixa, indicando um engajamento intermediário.
- Baixo Engajamento (0.00 a 0.25): a maioria expressiva, 54,13%, demonstra um engajamento mais baixo, caracterizado por usuários que podem ter interações menos intensas ou mesmo críticas.

Já no caso dos usuários que interagiram com tuítes do candidato Lula (PT), os dados mostram que:

- Alto Engajamento (0.75 a 1.00): cerca de 8,79% dos usuários apresentam um alto nível de engajamento, indicando um suporte mais robusto ou interesse significativo.
- Engajamento Moderado (0.50 a 0.75): a faixa de 9,08% sugere um grupo com engajamento moderado, apresentando um suporte expressivo, embora possivelmente menos intenso.
- Engajamento Médio (0.25 a 0.50): uma parcela significativa de 18,56% dos usuários está nesta faixa, indicando um engajamento intermediário.
- Baixo Engajamento (0.00 a 0.25): a maioria expressiva, 63,58%, demonstra um engajamento mais baixo, caracterizado por usuários com interações menos intensas ou até mesmo críticas.

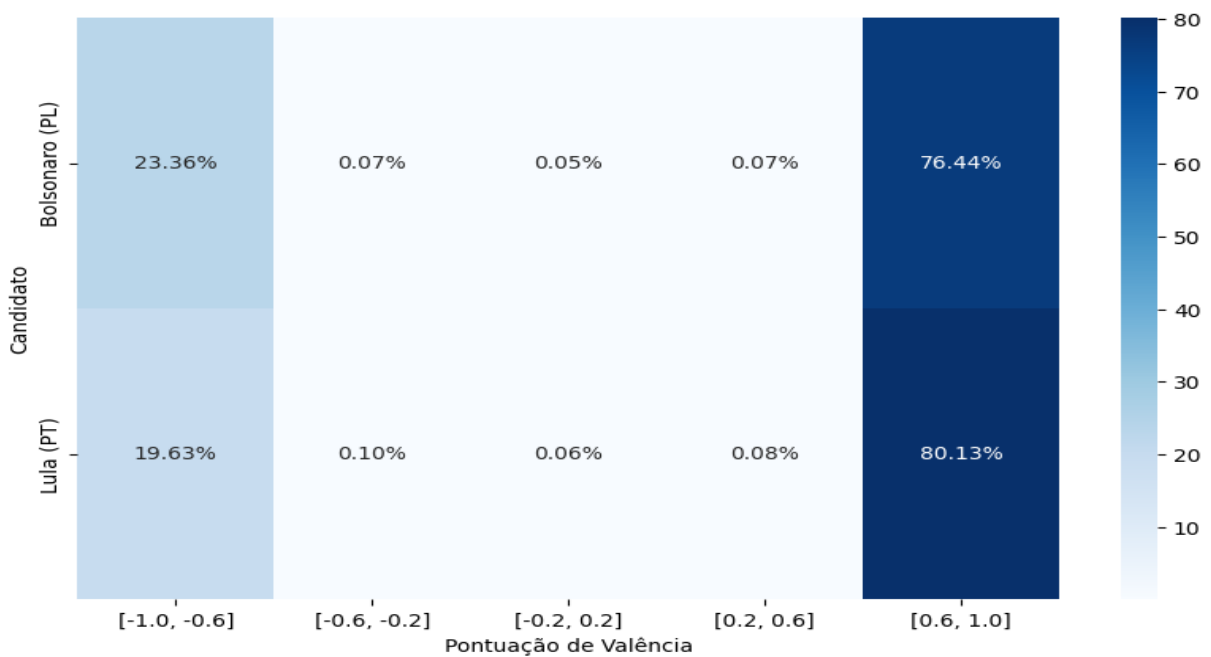
É relevante observar que, embora o número total de usuários seja expressivo, apenas uma fração pequena demonstra alto engajamento com as duas candidaturas. Para Bolsonaro, há uma parcela maior de usuários posicionados nos níveis mais engajados.

Buscamos classificar os usuários que interagiram com o conteúdo dos dois candidatos a partir de sua orientação ideológica, para isso, os usuários rotulados para esta pesquisa foram categorizados mediante a aplicação de uma técnica específica que utiliza uma métrica de valência, variando de -1 a 1. Esta métrica é derivada da análise da quantidade de retuítes associados às contas alinhadas com distintas posições políticas, possibilitando a classificação dos usuários com base em sua orientação política. A fundamentação teórica

dessa abordagem encontra respaldo nas pesquisas conduzidas por Conover *et al.* (2011), que identificam uma propensão à polarização de opiniões entre os usuários das mídias sociais.

Os resultados da análise de valência vistos na Figura 4 revelam padrões semelhantes na distribuição das posições políticas atribuídas aos usuários em relação aos candidatos. Com relação à Bolsonaro, a maioria expressiva dos usuários (76,44%) se encontra no intervalo de valência [0.6, 1.0], indicando uma forte inclinação positiva em relação ao candidato. Por outro lado, o candidato Lula (PT) possui a maior concentração de usuários (80,13%) no mesmo intervalo [0.6, 1.0], sinalizando um apoio significativo em direção a este candidato.

Figura 4 - Pontuação de Valência dos usuários.



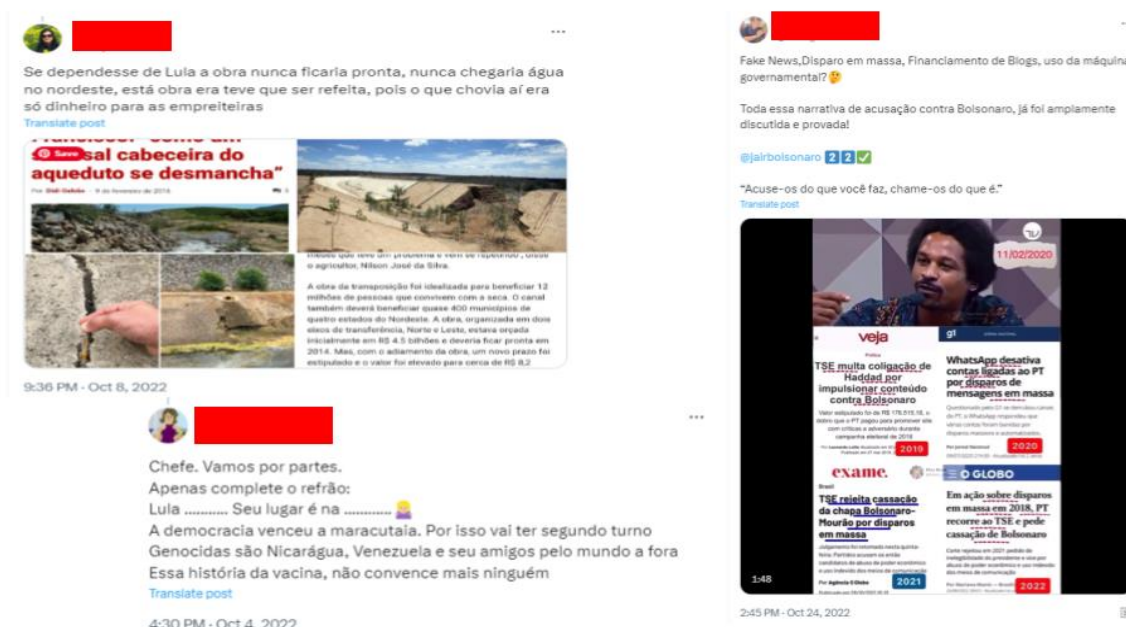
Fonte: autores, 2023.

Ambos apresentaram uma expressiva quantidade de usuários com valência negativa, sugerindo a presença de críticos ou opositores em suas respectivas bases de discussão online. No caso de Bolsonaro, 23,36% dos usuários estão no intervalo [-1.0, -0.6], enquanto Lula registra 19,63% nessa faixa de valência. Além disso, é interessante observar as pequenas proporções de usuários nos intervalos de valência intermediários [-0.6, -0.2], [-0.2, 0.2], [0.2, 0.6], indicando uma polarização acentuada nas posições políticas dos usuários em ambas as direções. Esses resultados sugerem que as discussões políticas online em relação aos candidatos são caracterizadas por uma marcante divisão entre apoiadores e opositores, com uma relativa escassez de posições moderadas.

Análise Qualitativa dos Dados

Alguns exemplos de tuítes dos *clusters* bolsonaristas e lulistas foram selecionados para fins de ilustração, podendo ser visualizados nas Figuras 5 e 6, respectivamente.

Figura 5 - Exemplos de tuítes do cluster bolsonarista



Fonte: autores, 2023.

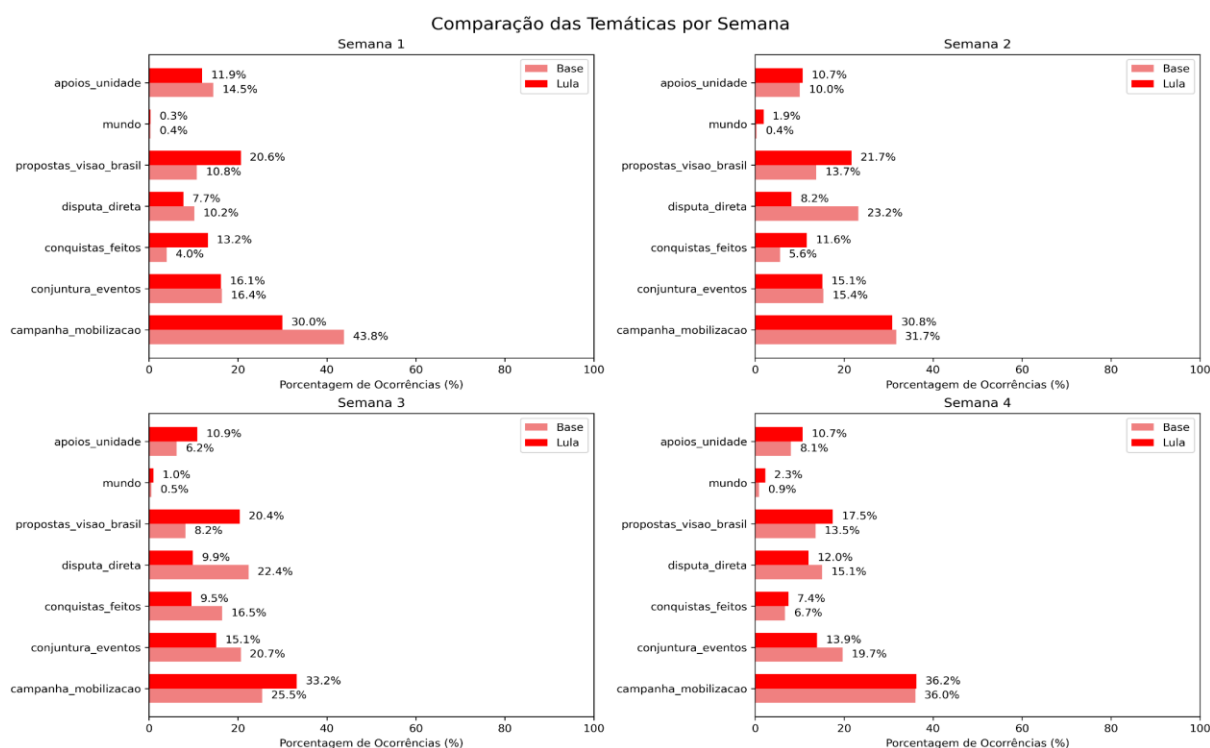
Figura 6 - Exemplos de tuítes do cluster lulista



Fonte: autores, 2023.

Observando os resultados obtidos na Figura 7, podemos perceber que há uma predominância, nas quatro semanas do 2º turno, de tuítes que representam uma mobilização em torno da candidatura, tanto nos perfis de apoiadores quanto no perfil de Lula. Destacamos a relevância dos tuítes de mobilização entre a base mais engajada na primeira semana do 2º turno, representando quase 50% do conteúdo analisado, o maior percentual para a temática nas quatro semanas, enquanto para o perfil de Lula, esse número fica apenas em 34,8%, se intensificando nas semanas seguintes.

Figura 7 - Temáticas mais abordadas por Lula versus sua base de apoiadores



Fonte: autores, 2023.

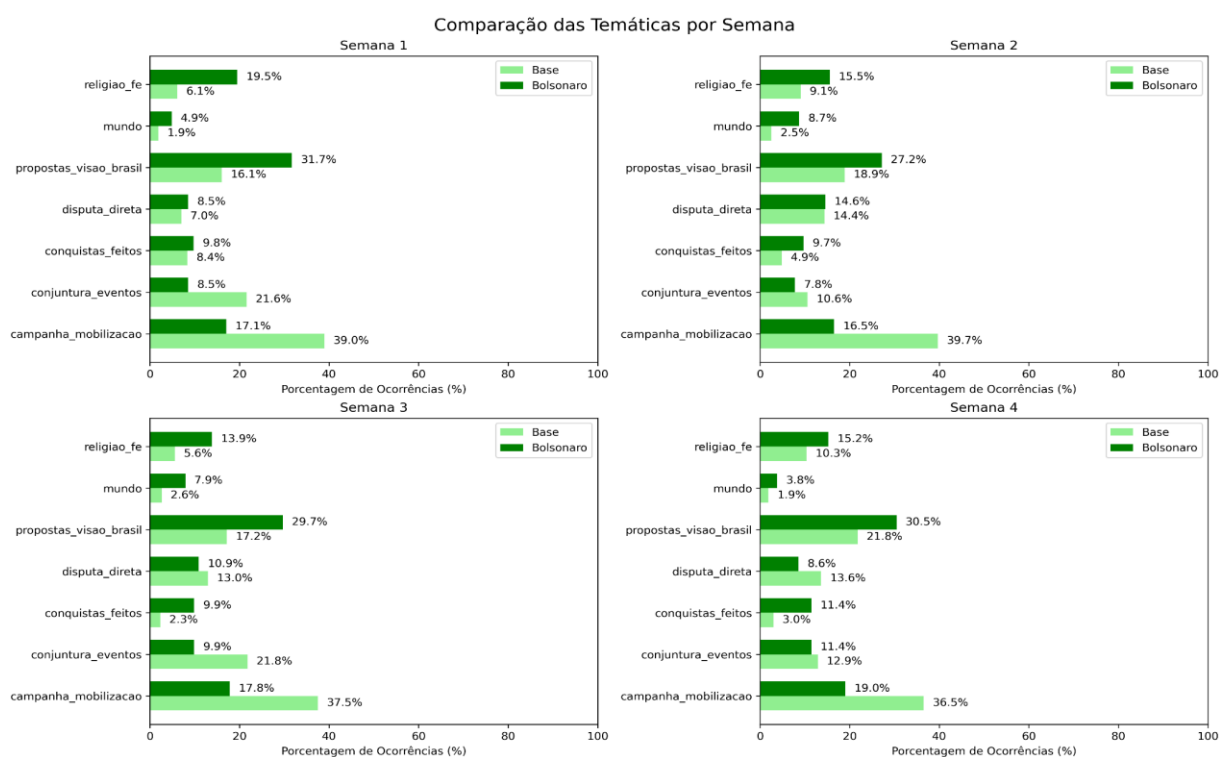
É possível perceber que há um grande aumento de tuítes da temática de disputa direta na segunda e terceira semanas entre a base de apoiadores, dobrando em relação à primeira semana. Essa temática está relacionada a conteúdos de ataques à campanha adversária. É relevante destacar que no dia 15/10, no fim da segunda semana, o então presidente Bolsonaro fez uma fala afirmando que havia “pintado um clima” entre ele e jovens menores de idade venezuelanas. O assunto entrou nos *trending topics* do Twitter no dia e notícias da imprensa na época apontavam que a campanha de Bolsonaro teria identificado impacto negativo da fala entre seus apoiadores⁵.

⁵ <https://obastidor.com.br/politica/clima-desestabiliza-bolsonaro-4392>

Outro destaque é para a temática de propostas, que ao longo das quatro semanas foi o segundo assunto mais presente nos tuítes do perfil oficial de Lula. No entanto, entre sua base de apoiadores, a temática atingiu seu maior percentual apenas na última semana, com 14,9%, mas ainda ficando atrás de tuítes com perspectiva de mobilização e disputa direta. Na primeira semana, para a base mais engajada, a segunda temática com maior tuítes foi a partir da ideia de unidade e apoios. Nessa mesma semana, candidaturas apresentadas no primeiro turno da eleição declararam voto em Lula, como Simone Tebet e Ciro Gomes.

Ao contrário dos tuítes de Lula e seus eleitores, a comparação entre as postagens da conta oficial de Bolsonaro e sua base de apoio mais engajada mostra que sempre houve uma diferença entre a temática mais abordada a cada semana (Figura 8). Enquanto na conta do candidato houve uma predominância de conteúdos com propostas ao longo das quatro semanas, sua base de apoio preferiu conteúdos que mobilizassem mais apoios.

Figura 8: Temáticas mais abordadas por Bolsonaro versus sua base de apoiadores



Fonte: autores, 2023.

Quando observamos a temática religião, também é possível notar que, apesar de assunto constante no perfil oficial de Bolsonaro, figurando em todas as semanas com uma porcentagem de aproximadamente 15% dos tuítes, esse assunto não tinha a mesma presença em sua base mais engajada. O maior índice da temática para apoiadores foi de 9,7% na última semana do segundo turno.

O perfil oficial de Bolsonaro apresenta uma quantidade grande de tuítes dentro da temática mundo, se comparado aos números de sua base de apoiadores e também do perfil oficial de Lula. No entanto, é relevante destacar que países como Venezuela e outros eram citados pelo ex-presidente não como forma de apresentar uma proposta de política externa, mas como forma de intensificar um discurso anticomunista.

Considerações Finais

A partir de detecção de posicionamento e rotulagem automática de usuários nas temáticas aqui apresentadas, conseguimos agrupar a produção de conteúdo dos candidatos e suas bases mais engajadas para análise de estratégias narrativas mais empregadas a cada semana. Com os resultados, é possível apontar semelhanças e distanciamentos na narrativa produzida em cada um dos casos e traçar comparações também entre os candidatos.

Sobre as métricas gerais de engajamento, apresentadas no ponto 4.1, percebemos que existem similaridades entre a presença das campanhas no Twitter. A principal presença para ambos era de apoiadores ou pessoas identificadas com sua candidatura e participação pequena de opositores, o que demonstra um cenário no qual o eleitorado estava convencido de que era mais importante colaborar com o engajamento no perfil oficial de seu representante do que criticar o adversário em sua conta. Isso não quer dizer que os eleitores não criticaram a candidatura oposta, como reforçam os dados da temática disputa direta, no ponto 4.2, mas sim optaram por fazer isso sem engajar o oponente. O olhar combinado de tais dados indica uma ação narrativa coerente da base de apoiadores das duas candidaturas, que centrou esforços na promoção de conteúdos do seu lado de identificação.

Ao olharmos para a evolução das temáticas ao longo das semanas do segundo turno, chama a atenção a baixa produção de tuítes para mobilização na conta oficial de Jair Bolsonaro, contrastando com sua base, onde predominou tal tipo de conteúdo. Esse resultado indica que a equipe de Jair Bolsonaro não compreendia o Twitter como um dos principais canais de mobilização de seus apoiadores, provavelmente optando por distribuir tal tipo de conteúdo em outra rede social. De maneira contrária, a equipe de Lula apostou no Twitter como espaço de convocação de atividades presenciais, como atos, panfletagens etc. Isso também mostra como a base bolsonarista atuava como se fosse responsável pela mobilização em torno do candidato, trazendo um elemento de participação e construção coletiva da tarefa da eleição de Bolsonaro dentro da rede social.

É relevante destacar ainda a diferença entre o perfil de Bolsonaro e sua base de apoiadores quando o assunto é religião, como é possível perceber nos resultados temáticos. Bolsonaro teve praticamente o dobro do percentual de conteúdos produzidos sobre o assunto em relação a seus apoiadores, indicando que religião é um elemento estruturante da sua figura enquanto candidato, representada por seu perfil oficial, mas não é algo que seja compreendido como principal para a disputa de narrativa por sua base dentro do Twitter. Seus apoiadores preferiram manter conteúdos de mobilização ao longo do segundo turno.

Quando refletimos sobre a presença da temática propostas nas bases analisadas, também podemos perceber que esse foi um tipo de conteúdo predominante no ambiente bolsonarista, tanto na rede do candidato quanto de seus apoiadores, ao contrário das redes ligadas a Lula, indicando uma construção de disputa de projetos entre as duas candidaturas. Já nos conteúdos do campo petista, o maior destaque foram justamente as temáticas de mobilização e disputa direta, o que indica uma maior predominância da dualidade Lula x Bolsonaro.

A maior presença de conteúdos da temática disputa direta entre apoiadores de Lula, mais que em seu próprio perfil, também indica que sua base mais engajada buscava falar em nome do candidato, ou sentia a necessidade de falar coisas sobre Bolsonaro que Lula, em seu perfil oficial, não falaria. Compreendemos que isso dialoga com um sentimento de participação da base mais engajada de Lula, que assumiu uma tarefa sem que houvesse um chamado expresso no perfil do candidato para isso. A predominância de conteúdos para gerar mobilização entre os apoiadores também indica isso. Apesar dos resultados diferentes entre o perfil oficial de Lula e sua base, o candidato apresentou uma maior coesão discursiva com seus apoiadores ao longo das semanas.

Ao analisar os resultados de Lula e Bolsonaro, entendemos que coexistem aspectos de construção de *storytelling* que podemos referenciar tanto à Jornada do Herói quanto à Jornada Coletiva. Isso porque, ao mesmo tempo que os eleitores de ambos se sentem parte e responsáveis pela história a ser construída, fator ampliado pelas redes sociais, as bases também centraram seus discursos em torno dos candidatos e suas histórias de vida, mostrando que há uma centralidade forte do personagem do herói no contexto das eleições. Assim, concluímos que a construção no Twitter dos dois candidatos para as eleições de 2022 teve que combinar elementos das duas jornadas de *storytelling*, para gerar engajamento e identificação com a sua base.

Como trabalhos futuros, seria interessante aprofundar o estudo sobre *storytelling* em campanhas eleitorais, para incluir a análise das implicações dessas estratégias narrativas na mobilização e polarização política. Outro estudo relevante seria examinar como o *storytelling*

afeta a formação de identidades políticas e grupos partidários, além de seu papel na construção e manutenção de coalizões políticas. E, ainda, estudar a relação entre as narrativas de campanha e a percepção pública de liderança e credibilidade política, explorando como essas histórias moldam a imagem pública dos candidatos e influenciam a confiança nas instituições democráticas.

Referências

- CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Editora Cultrix/Pensamento, 1995.
- CONOVER, Michael *et al.* Political polarization on twitter. **Proceedings of the international aaai conference on web and social media**, v. 5, n. 1, p. 89-96, 2011.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- GOMEZ, Jeff. The Hero's Journey Is No Longer Serving Us. **Collective Journey**, 2017. Disponível em: <<https://blog.collectivejourney.com/the-heros-journey-is-no-longer-serving-us-85c6f8152a50#.psdwtk4kp>>. Acesso em: 3 dez. 2023
- MCPHERSON, Miller; SMITH-LOVIN, Lynn; COOK, James M. Birds of a feather: Homophily in social networks. **Annual review of sociology**, v. 27, n. 1, p. 415-444, 2001.
- MOHAMMAD, Saif M.; SOBHANI, Parinaz; KIRITCHENKO, Svetlana. Stance and sentiment in tweets. **ACM Transactions on Internet Technology (TOIT)**, v. 17, n. 3, p. 1-23, 2017.
- OTT, Brian L.; DICKINSON, Greg. **The Twitter Presidency: Donald J. Trump and the Politics of White Rage**. New York: Taylor & Francis, 2019.
- SALMON, Christian. **Storytelling: La máquina de fabricar historias y formatear las mentes**. Madrid: Ediciones Península, 2016.
- SALMON, Christian. **La era do entretenimento: del storytelling a la ausencia de relato**. Barcelona: Ediciones Península, 2019.
- SANTOS, Patricia D.; GOYA, Denise H. Detecção de posicionamento e rotulação automática de usuários do Twitter: estudo sobre o embate científico-político no contexto da CPI da covid-19. *In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING*, 11., 2022, Niterói. **Anais do XI Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining**. Niterói: UFF, 2022. p. 49-60.
- SILVA, Ivan Henrique Mattos e; TESTON, Luci Maria. Political Dynasties, Bolsonarismo, and the Environmental Agenda during the 2022 Elections in the Brazilian Legal Amazon. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 17, n.1, p. e0003, 2023.
- VOGLER, Christopher. **A Jornada do Escritor**. São Paulo: Aleph Editora, 2015.

Recebido em: 01/03/2024

Aceito em: 10/09/2024

Artigos

**A PRODUÇÃO SOBRE AS JUVENTUDES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS
NO BRASIL: uma análise a partir da plataforma SciELO**

***BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ON YOUTH:
An Analysis on SciELO Platform***

Alexandre Barbosa Pereira*

Resumo

Este artigo analisa a produção científica brasileira sobre juventude na plataforma SciELO, de 2001 a 2019, por meio de uma revisão integrativa. O estudo busca identificar as áreas de pesquisa e os temas abordados nesse campo. Os resultados revelam que a discussão sobre juventude no Brasil se divide em duas perspectivas principais: a juventude como agente político criativo e a juventude como um problema social a ser enfrentado. A influência da indústria cultural e do controle social sobre os jovens é destacada, assim como a relação entre juventude e participação política. É ressaltada a importância de considerar os jovens como agentes políticos autônomos. O estudo aponta a necessidade de uma compreensão ampla e complexa da juventude, evitando visões reducionistas e promovendo abordagens mais abrangentes nas políticas públicas e nas pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: Juventude. Produção científica. Ciências humanas. SciELO.

Abstract

This article examines the Brazilian scientific production on youth in the SciELO platform from 2001 to 2019 by means of an integrative review. The study aims to identify the research areas and themes addressed in this field. The results reveal that the discussion on youth in Brazil is divided into two main perspectives: youth as creative political agents and youth as a social problem to be addressed. The influence of cultural industry and social control on young people is highlighted, as well as the relationship between youth and political participation. The importance of considering young people as autonomous political agents is emphasized. The study points out the need for a comprehensive and complex understanding of youth, avoiding reductionist views and promoting more comprehensive approaches in public policies and academic research.

Keywords: Youth. Scientific production. Humanities. SciELO

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: abpereira@unifesp.br

Apresentação

A proposta deste artigo¹ é apresentar o resultado de um levantamento da produção científica brasileira sobre juventude publicada na plataforma SciELO, entre 2001 e 2019. Não se trata de um estado da arte, propriamente dito, mas de uma revisão integrativa dos artigos que foram publicados na plataforma SciELO, no período apontado. O SciELO – *Scientific Electronic Library Online* — <http://www.scielo.br> — é definida como:

Uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico. Ela organiza e publica textos completos de revistas na Internet / Web, assim como produz e publica indicadores do seu uso e impacto. A biblioteca opera com a Metodologia SciELO, que é produto do Projeto para o Desenvolvimento de uma Metodologia para a Preparação, Armazenamento, Disseminação e Avaliação de Publicações Científicas em Formato Eletrônico, cuja primeira fase foi realizada entre fevereiro de 1997 e março de 1998 (Packer *et al.*, 1998, p. 109).

A plataforma eletrônica e cooperativa de periódicos científicos, o SciELO, surge concomitante ao desenvolvimento e ampliação da internet no Brasil. Com isso, a proposta original deste projeto bem-sucedido tinha entre seus objetivos a finalidade de adequar-se ao novo formato que se desenvolvia fortemente no campo acadêmico, o dos periódicos eletrônicos, para facilitar o processo de publicação científica e, por fim, dar visibilidade, bem como ampliar, o acesso a essa produção científica.

Além disso, o desenvolvimento do SciELO coincide com um momento de grande expansão dos programas de pós-graduação no Brasil. Conforme Cirani, Campanario e Silva (2015), essa expansão ocorre de forma intensa entre os anos de 1999 e 2011. De modo que, considerando os seus três níveis no *stricto sensu*, doutorado, mestrado e mestrado profissional, em instituições de ensino superior públicas e privadas, os números quase que dobraram. “De fato, somavam 2.417 em 1999 para atingir um total de 4.660 em 2011” (Cirani; Campanario; Silva, 2015, p. 169). Esses dados podem ser observados também sob a perspectiva de outro indicador: “a quantidade de matrículas na pós-graduação contabilizou 173.408 estudantes em 2010, representando um avanço de 128%, quando comparado ao total verificado em 1998” (Cirani; Campanario; Silva, 2015, p. 176).

Como será demonstrado a seguir, as informações sobre a criação da plataforma SciELO e da expansão da pós-graduação no Brasil são fundamentais para um entendimento do aumento

¹ Esse artigo é resultado do projeto de pesquisa: Práticas culturais juvenis: modos de ser, estar e representar na metrópole, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo número 2019/14717-0. Agradeço à FAPESP pelo apoio.

do número de artigos científicos sobre a temática da juventude no Brasil. Dado esse contexto mais geral, o objetivo inicial deste mapeamento da produção de artigos sobre a temática da juventude é o de compreender duas questões principais: 1) quais são as áreas que mais tomaram a questão da juventude como objeto de pesquisa; 2) em que temas a juventude como objeto de pesquisa foi mais situado na produção bibliográfica.

Essas duas questões, por sua vez, permitiram elucidar uma dobra na qual se encontra a discussão sobre juventude no debate acadêmico e das políticas públicas. Por um lado, a juventude é tomada como um agente político criativo, renovador e até mesmo revolucionário. Por outro lado, no entanto, a categoria juventude é tomada como um problema social que apontaria para uma forma de gestão das populações mais pobres. De certa maneira, a produção bibliográfica levantada oscilou entre essas duas perspectivas. Em ambas, apresentam-se muitas representações e projeções da sociedade adulta sobre a população mais jovem.

A pesquisa sobre a temática da juventude nessa base de dados ocorreu antes do lançamento da nova versão do SciELO, na qual se criaram novos critérios de indexação, em maio de 2020². Dessa maneira, o que se apresenta, portanto, é um levantamento dos artigos, com base nos antigos critérios de indexação do SciELO, que talvez possam não corresponder exatamente aos atuais.

Os artigos de revisão bibliográfica sobre a categoria juventude são bastante comuns e têm, na maioria dos casos, adotado o formato de estados da arte. Marília Sposito há tempos tem coordenado importantes iniciativas de mapeamento da produção brasileira sobre juventude, em formato de coletâneas e com a colaboração de diferentes autores. O primeiro estado da arte coordenado por Sposito é um livro de 2002, ainda bastante voltado à relação entre juventude e escolarização (Sposito, 2002), mas já apresentando os temas principais que organizavam as pesquisas naquele momento, que seriam retomados e aprofundados no segundo estado da arte. Por sua vez, esse segundo trabalho de estado da arte coordenado por Sposito (2009) é mais amplo e aborda a produção sobre juventude na pós-graduação brasileira nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, entre os anos de 1999 e 2006. Em livro organizado em dois volumes, o estado da arte traz textos do campo dos estudos da juventude, discutindo uma série de temas, como a própria escolarização, mas também: processos de exclusão social, trabalho, mídia, tecnologia, política, sexualidade e gênero.

²<https://blog.scielo.org/blog/2020/05/13/scielo-atualiza-os-criterios-de-indexacao-nova-versao-vigora-a-partir-de-maio-de-2020/#.YwZyt3bMJPY>. Acesso em: 24 ago. 2022

Além dos estados da arte coordenados ou produzidos por Marília Sposito, há um conjunto de artigos, especialmente do campo da Psicologia, que têm já realizado esse trabalho sob a perspectiva específica de cada área disciplinar. Assim, Stengel e Dayrel (2017) realizam um levantamento da produção sobre as categorias adolescência e juventude na pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia, de 2006 e 2011. Segundo os autores, os principais temas abordados nos trabalhos levantados foram: violência e família. No primeiro caso, os trabalhos sobre violência focavam principalmente a questão do ato infracional. Ou seja, em alguma medida, reforça-se o interesse pela juventude em situação de desvio. Já sobre os trabalhos voltados à família, segundo os autores, também nesses, a dimensão do desvio parece ser preponderante:

São trabalhos estudando *relações familiares*, maternidade, paternidade, práticas educativas parentais e relações intergeracionais. Relações Familiares foi a subcategoria mais presente, com trabalhos que discutem relações familiares como um todo; entre membros; a partir de uma situação específica na família, como uma patologia, um ato infracional, uso e abuso de drogas; estilos parentais na educação e relação com os filhos (Stengel; Dayrell, 2017, p. 22).

Em outro levantamento, esse um pouco mais localizado, Victor Nedel Oliveira (2021) realiza um estado da arte da produção sobre juventude, entre 2010 e 2019, a partir de pesquisa em 8 periódicos de universidades federais brasileiras da região Sul do Brasil, classificados como A1 segundo a avaliação Qualis, promovida pela Capes. O autor chega assim a uma análise qualitativa de 10 artigos encontrados nesse recorte, nos quais os temas das culturas juvenis e do Ensino Médio mostraram-se como relevantes. O levantamento reforça a relação entre juventude e educação na pesquisa acadêmica brasileira, demonstrando a importância do campo da educação na discussão sobre a juventude brasileira.

No caso do levantamento apresentado neste artigo, a proposta não é realizar um estado da arte ou um levantamento exaustivo e aprofundado, mas, sim, mapear a produção acadêmica sobre juventude publicada na plataforma SciELO, a fim de identificar as principais áreas que tomam a juventude como questão ou objeto de pesquisa, classificando os temas fundamentais que são mobilizados. Assim, o que se pretende é apresentar um panorama muito geral da produção discursiva sobre a juventude, tentando compreender como essa categoria é construída nesses trabalhos.

A pesquisa consistiu na leitura dos resumos e palavras-chave, a fim de mapear fundamentalmente área e tema de pesquisa. A proposta é demonstrar como a juventude é abordada por certa parte da produção acadêmica no Brasil, com destaque para a questão do problema social e da participação política. Entende-se que o recorte temporal entre 2001 e 2019,

ainda que perca referências mais contemporâneas – tanto em relação à participação dos jovens na sociedade da informação e nas novas tecnologias digitais da informação e da comunicação quanto em relação a movimentos políticos mais recentes, como as Jornadas de Junho de 2013, o movimento de ocupação das escolas secundárias ou de outros coletivos políticos – já nos permite compreender o desenvolvimento da produção acadêmica sobre juventude no Brasil nessas duas primeiras décadas do século XXI. Da mesma forma, compreende-se que nem toda produção acadêmica brasileira está presente na plataforma SciELO. No entanto, ainda assim, considerando que não se pretende abranger toda a produção acadêmica brasileira, considera-se que os 358 artigos analisados permitem refletir sobre questões importantes a respeito da evolução dos estudos sobre juventude no país.

A constituição de uma ideia moderna de juventude

Jacques Donzelot (1980), em discussão sobre a constituição de políticas de governamentalidade e do lugar da família no ocidente, na França do século XIX, destaca as formas diversas de controle sobre as crianças e os adolescentes, com base na distinção de classe social. Dessa maneira, expõe o autor que à criança de origem burguesa seria concedida uma espécie de liberação protegida, realizada por meio de um cordão sanitário traçado ao seu redor, com apoio médico, psicológico e pedagógico em caso de necessidades, proporcionando, assim, um desenvolvimento discretamente controlado. Entretanto, por outro lado, para a criança e o adolescente pobre, o que se reserva é a liberdade vigiada, materializada em uma preocupação com a sua liberdade excessiva, considerada ameaçadora, demandando, assim, uma técnica de controle para restringir sua ação, sem nenhum tipo de proteção psicossocial. Já sobre outro contexto, os Estados Unidos do final do século XIX, Anthony Platt (1977) defende, e David Matza (2014) em texto sobre a noção de delinquência juvenil concorda com ele, que a própria ideia de delinquência juvenil é uma construção decorrente do surgimento de um tribunal de justiça de menores. Com isso, haveria a invenção da figura do delinquente juvenil da mesma forma como ocorrera com a ideia de infância protegida e destacada do mundo dos adultos, conforme descrito por Philippe Ariès (1978).

Contudo, por outro lado, retomando um aspecto apontado anteriormente, o da juventude como um agente criativo e renovador, pode-se também pensar uma representação moderna de juventude associada ao próprio processo de ascensão de certos valores estéticos diretamente ligados ao desenvolvimento de uma indústria cultural de massa no pós-Segunda Guerra

Mundial na Europa. Essa é a tese dos autores do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, expressa na célebre coletânea: *Resistance Through Rituals: youth subcultures in post-war Britain* (1993), publicada nos anos 1970. Esse conjunto de pesquisadores, que se constituem em torno da abordagem dos estudos culturais, debruçam-se sobre a noção de cultura juvenil como uma invenção do pós-guerra na Europa. Essa invenção ocorreria devido a uma série de fatores, além da expansão do acesso à escolarização, que daria mais destaque a essa fase da vida e garantiria o acesso a uma moratória social, a partir dos anos 1950 também houve um aumento do mercado e do consumo no pós-guerra que propiciou o crescimento da indústria de lazer voltada para a juventude. Com isso, criaram-se as condições para o desenvolvimento da noção moderna de juventude: “a emergência dos meios de comunicação de massa, dos entretenimentos de massa, da arte de massa e da cultura de massa” (Hall; Jefferson, 1993, p. 18, tradução nossa). Surge, assim, uma indústria cultural bastante voltada a um segmento específico: o público juvenil. A partir desse contexto de mudanças é que despontam os estilos distintivos, baseados em novas maneiras de se vestir e em determinados gêneros musicais, como o rock. O impacto do crescimento dessa indústria cultural e do desenvolvimento das chamadas culturas juvenis expressa-se no aumento da venda de discos nos Estados Unidos, conforme apontado por Hobsbawm (1995), cujos números passaram de 277 milhões em 1955 para 600 milhões em 1959, chegando a 2 bilhões em 1973.

Com esse panorama, há duas perspectivas importantes sobre a categoria juventude: a que a associa a uma fase difícil e problemática que deve ser submetida à intervenção de determinados mecanismos de gestão populacional, mas também a que parte de certa representação como agente renovador, que pode, aliás, ser explorada em muitos sentidos, de um ponto de vista mais político, a partir de certa ideia da juventude participativa, ou, conforme exposto anteriormente, como um importante mercado consumidor de uma indústria cultural nascente. Em alguns momentos, inclusive, esses dois sentidos se coadunam para a constituição de formas específicas de resistência, que se estetizam a partir de elementos da indústria cultural, como já apontado há tempos pelos autores de Birmingham. Com isso, os mesmos elementos da indústria cultural que, supostamente, homogeneizariam e imporiam padrões de comportamento, também serviriam aos jovens como atributos de resistência à sociedade adulta ou às classes dominantes. Observam-se, portanto, as múltiplas ambiguidades que conformam as maneiras de compreender a noção moderna de juventude. Por um lado, a ideia de cuidado e de necessidade de um tempo específico para o preparo, proporcionado pela escola, associada à concessão de

uma moratória social (Margulis; Urresti, 1996); por outro lado, a necessidade de vigilância e maior controle com grupos jovens classificados como perigosos ou delinquentes. Assim, a ideia de uma juventude revolucionária e participativa também pode situar-se, ao mesmo tempo, entre uma ação política de resistência ou de conformação a certa produção cultural massificada e hegemônica. Como aponta Rossana Reguillo (2013), por sua vez, trata-se de pensar a experiência da juventude entre a insubmissão e a obediência, sem reduzi-la a nenhum dos termos.

A questão da relação entre juventude e participação política é trazida à tona ainda por Regina Souza (2009), sob uma outra abordagem: a da constituição do termo protagonismo juvenil, em meado dos anos 1990, no discurso de ONGs voltadas ao trabalho com a juventude pobre, situadas principalmente no campo da educação não formal. Segundo a autora, haveria a tentativa de criação de uma pauta de ação sobre a juventude que partiria dessa ideia de juventude participativa. No entanto, segundo ela, essa participação seria apenas uma maneira de impor uma agenda política aos jovens, tomados muito mais como um campo de intervenção social do que como agentes políticos autônomos. Dessa maneira, a partir do trabalho da ação de ONGs e do próprio Estado, os jovens tornar-se-iam um segmento importante de intervenção de políticas públicas.

Por um caminho analítico parecido com o de Souza, Livia De Tommasi (2012) discute o trabalho que determinadas ONGs ou mesmo o Estado realizam com os jovens, por meio de projetos sociais. Para a autora, o processo de tomada da juventude como um campo de atuação das políticas ou das biopolíticas associa-se diretamente à implementação de dispositivos de gestão da população jovem, principalmente a mais pobre. Esses dispositivos, além de adotar estratégias de esquadramento e classificação dos sujeitos, típicas da sociedade disciplinar, também atuam dentro de paradigmas das novas formas de governamentalidade, conforme discutido por Michel Foucault (1979) e retomado por Nikolas Rose (1996). Nessas novas formas de governamentalidade, de certa maneira, incorporaríamos estratégia de controle sobre nós mesmos e os outros em nosso cotidiano, a partir de dispositivos sociais, psíquicos, culturais e políticos.

Parece que estamos assistindo à emergência de uma variedade de racionalidades e técnicas que buscam governar sem governar a sociedade, governar através de escolhas feitas e reguladas por atores discretos e autônomos, no contexto de seus comprometimentos particulares com familiares e comunidades (Rose, 1996, p. 328, tradução nossa).

De todo modo, para as relações de controle e governamentalidade da juventude contemporânea, continua a destacar-se a classe social como um componente importante, pois, afinal – como demonstrado por uma série de autores que tratam a questão do desvio e da delinquência sob a perspectiva do interacionismo simbólico (Becker, 2008; Chamblis, 1973) –,

enquanto aos que pertencem às camadas sociais mais abastadas há maior condescendência com os erros e mesmo a defesa de certa inocência pueril, para os mais pobres, não somente há menos compreensão, como a punição recairia sobre eles de forma muito mais recorrente e dura.

A pesquisa no SciELO

Tabela 1 - A produção acadêmica sobre juventude ao longo dos anos

Ano	Qtde	%
2001-2004	24	6,70%
2005-2009	74	20,67%
2010-2014	118	32,96%
2015-2019	142	39,66%
Total	358	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento de artigos na Plataforma SciELO.

Como apontado por Marília Sposito (2009), a juventude como uma questão das políticas públicas no Brasil, mas podemos dizer também como um tema ou objeto de estudo no campo das Ciências Humanas, ganhou força na virada dos anos 1990 para os anos 2000. Segundo ela, essa visibilidade alcançada pela temática da juventude deveu-se a diversos fatores, principalmente, à preocupação das políticas públicas com o crescimento da violência e outras questões sociais que incidiriam mais acentuadamente sobre os mais jovens, como também por certas ações de governos municipais, estaduais e federais que passaram a considerá-los como atores políticos importantes.

Neste levantamento realizado na plataforma SciELO, percebe-se, conforme indicado na Tabela 1, que é a partir da segunda metade da primeira década do século XXI que ocorre um aumento considerável do número de trabalhos acadêmicos que tomaram a juventude como questão de pesquisa. De 2005 a 2009, a quantidade de trabalhos na plataforma SciELO praticamente triplica. Assim, se entre 2001 e 2004 foram encontrados 24 artigos sobre juventude, entre 2005 e 2009 a pesquisa levantou 74 trabalhos. No entanto, há um dado ainda mais revelador da importância dessa primeira década para o campo de estudos sobre juventude no Brasil, a busca revelou apenas dois trabalhos sobre o tema da juventude indexados na plataforma SciELO nos anos 1990.

Sobre esta última constatação, há duas questões a serem ponderadas. A primeira, há de se reconhecer que, apesar de não estarem disponíveis para busca em artigos no SciELO, já havia, nos anos 1990, um considerável número de pesquisas sobre a temática juventude. A segunda,

que também explica o número baixo de trabalhos, diz respeito ao fato de, efetivamente, a plataforma SciELO ter seu início justamente no fim dos anos 1990. Dessa maneira, muitas revistas acadêmicas, mesmo que já possuíssem endereços na internet para leitura *online* de artigos, ainda não estavam totalmente integradas à biblioteca digital. Esse é o caso, por exemplo, da Revista Brasileira de Educação, publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), cuja importante edição especial sobre juventude, publicada em 1997, está disponível apenas na página da própria ANPEd, e não no SciELO. Nesse número duplo, há artigos de destacados pesquisadores da temática da juventude, como Marília Sposito, Helena Abramo, Angelina Peralva, Eloísa Guimarães e Alberto Melucci, entre outros³. Essas são informações fundamentais para se reafirmar a importância que esse período de expansão das universidades e dos programas de pós-graduação no Brasil tiveram para a consolidação de um campo de estudos sobre juventude no país.

Embora em um ritmo menor, a produção sobre juventude disponibilizada na plataforma SciELO seguiu aumentando ao longo dos anos. De modo que o período entre 2015 e 2019 concentra quase 40% da produção acadêmica sobre juventude disponibilizada na biblioteca *online*. Além disso, a segunda década do início do século XXI também demonstra uma consolidação da temática da juventude como uma questão de pesquisa importante para diferentes áreas do conhecimento, dentro do campo das Ciências Humanas ou em profundo diálogo com este. Dessa maneira, conforme se pode notar ainda na Tabela 1, mais de 70% dos artigos sobre juventude disponíveis no SciELO foram publicados entre 2010 e 2019.

Tabela 2 - A divisão da produção acadêmica sobre juventude por região

Região	Qtde	%
Sudeste	197	55,03%
Sul	60	16,76%
Nordeste	46	12,85%
Centro-Oeste	20	5,59%
Norte	4	1,12%
Internacionais	31	8,66%
Total	358	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento de artigos na Plataforma SciELO.

³ Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_05_e_06.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

A forma como ocorre a distribuição regional da produção das pesquisas sobre juventude está diretamente associada à desigualdade de distribuição dos recursos econômicos para o ensino superior no Brasil. Como se pode notar, a Região Sudeste do país concentra mais de 50% dos artigos sobre juventude disponibilizados no SciELO. Em segundo lugar está a Região Sul, com 16,76% e, em terceiro, a Região Nordeste, com 12,85%, a despeito de esta ser a segunda região mais populosa do país, com quase 55 milhões de habitantes, e 26,9% da população brasileira, atrás apenas da Região Sudeste, com quase 85 milhões de habitantes, representando 41,8 % da população do país⁴. Além disso, a Tabela 2, apesar de evidenciar as desigualdades também revela alguns efeitos da política de expansão dos programas de pós-graduação no Brasil. Há, portanto, de se fazer uma ressalva, pois, como demonstram Cirani, Campanario e Silva (2015), na pesquisa sobre a evolução do número dos programas de pós-graduação sensu estricto no Brasil, ainda que permaneçam grandes desigualdades regionais, houve, no período entre 1998 e 2011, uma pequena melhora na distribuição regional dos programas. Segundo os dados apresentados pelos autores, em 1998, a Região Sudeste concentrava 64,5% dos cursos de pós-graduação no país, já em 2011, houve uma redução dessa concentração para 50,8%. Enquanto, ainda evidenciando a desigualdade de distribuição de cursos de pós-graduação, houve ligeiro aumento em todas as outras regiões. Como exemplo, a Região Nordeste apresentou um aumento de 12,4 para 17,7% e a Região Norte de 1,7 para 4,2% (Cirani; Campanario; Silva, 2015, p. 174).

Tabela 3 - A divisão da produção acadêmica sobre juventude por área do conhecimento

Área do conhecimento	Qtde	%
Artes/Cultura	1	0,28%
Educação	107	29,89%
Ciências Sociais	63	17,60%
Esporte/Educação física	10	2,79%
Comunicação	7	1,96%
Demografia	5	1,40%
Economia	1	0,28%
Saúde	54	15,08%
Gênero/Feminismo/Sexualidade	21	5,87%
História	2	0,56%

⁴ Conforme dados do IBGE de 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=O%20Sudeste%20continua%20sendo%20a,9%25%20dos%20habitantes%20do%20pa%C3%A9D>. Acesso em: 17 ago. 2023.

Interdisciplinar	1	0,28%
Linguística/Literatura	3	0,84%
Mobilidade humana	1	0,28%
Psicologia	65	18,16%
Religião	3	0,84%
Serviço Social	11	3,07%
Direito	3	0,84%
Total	358	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento de artigos na Plataforma SciELO.

Sobre as áreas do conhecimento que abordaram a juventude, encontrou-se uma diversidade muito grande de enfoques que, de alguma maneira, sob a perspectiva das Ciências Humanas ou em diálogo com ela, tomaram a categoria juventude de uma perspectiva sociocultural, política ou mesmo psicológica. Os artigos distribuíram-se em 17 áreas do conhecimento. Cabe destacar que esse trabalho de definição partiu da classificação principal dos próprios periódicos acadêmicos em que ocorreram a publicação. No entanto, apesar dessa grande diversidade, é importante afirmar que quatro áreas se destacaram como as principais, concentrando 80,73% dos artigos levantados. Respectivamente, pela ordem decrescente: 1) Educação, com 29,89%; 2) Psicologia, com 18,16%; 3) Ciências Sociais, com 17,60%; 4) Saúde, com 15,08%. Observar essas quatro áreas como as que mais concentram as publicações sobre juventude na plataforma SciELO é bastante revelador sobre como essa temática vem sendo trabalhada pela academia no Brasil. Uma primeira observação a ser feita é o destaque para a área de Educação, que, com quase 30% das publicações levantadas, está quantitativamente bem à frente das demais áreas.

Tabela 4 - A divisão temática da produção acadêmica sobre juventude

Temas principais de cada artigo	Qtde	%
Educação/Escolarização	43	12,01%
Trabalho	35	9,78%
Direitos e políticas públicas	34	9,50%
Questões de gênero e sexualidade	34	9,50%
Crime/Violência	34	9,50%
Participação política	28	7,82%
Culturas juvenis	21	5,87%
Saúde	18	5,03%
Mídia	17	4,75%
Projeto de vida	10	2,79%
Transição para a vida adulta	10	2,79%

Esportes/Atividade física	9	2,51%
Religião	9	2,51%
Rural	9	2,51%
Álcool, drogas e substâncias	7	1,96%
Metodologia/Intervenção	7	1,96%
Questão racial	7	1,96%
Teoria	5	1,40%
Consumo	4	1,12%
Geração	4	1,12%
Espaço urbano	3	0,84%
Indígena	2	0,56%
Lazer	2	0,56%
Identidade nacional	2	0,56%
Risco	2	0,56%
Beleza	1	0,28%
Memória	1	0,28%
Total	358	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento de artigos na Plataforma SciELO.

Sobre o amplo domínio da área de Educação na publicação de artigos no SciELO, era de se esperar que a temática da educação fosse preponderante, considerando o enfoque sobre as escolas e o processo de aprendizagem associado ao desenvolvimento. Assim, quando se passa do recorte por área para o recorte temático, percebe-se que, mesmo em outras áreas, a educação ainda é um tema importante mobilizado nos campos das Ciências Sociais, Psicologia, Saúde etc. O que a tabela 4 revela, portanto, é que a educação é a questão principal dos 27 temas levantados a partir dos resumos e palavras-chave. Além disso, trata-se não apenas de um tema fundamental para a discussão moderna sobre juventude, como a instituição escolar é tomada como uma das responsáveis, a partir de seu processo de massificação, pela configuração da concepção que fazemos dessa categoria de idade atualmente. Contudo, é preciso entender também que a educação é o principal dispositivo de gestão dos jovens na sociedade brasileira, ainda que os processos educativos sejam pensados de maneiras distintas, mais ou menos estigmatizantes e punitivos, a partir de critérios como classe social e raça, por exemplo.

A educação e o processo de escolarização fazem-se presente nas reflexões sobre a juventude desde a discussão de caráter mais funcionalista, que toma a escola como preparatória para a integração de crianças e jovens na sociedade adulta, até a própria ideia de que a separação de crianças e jovens dos adultos é que permitiu um maior destaque para elas como uma categoria etária com características próprias (Ariès, 1978; Coleman, 1961). Contudo, é preciso

ressalvar também que, em grande medida, a juventude tem sido discutida a partir de um papel social muito específico: o de estudante. Assim, grande parte dos trabalhos trazem alguma reflexão sobre como os jovens tendem a corresponder ou se afastar do comportamento esperado por um estudante padrão ou ideal. Em artigo analítico sobre como a temática da juventude apareceu em artigos da Revista Brasileira de Educação nos últimos 20 anos, Marília Sposito e Felipe Tarábola (2017) constatam também uma presença predominante do olhar para o jovem a partir da categoria estudante.

Esse é um ponto importante, porque, como afirma José Gimeno **Sacristán (2005)**, é preciso compreender que a própria noção de estudante ou aluno é uma invenção produzida pelos adultos. Assim, da mesma forma como ocorre com as categorias etárias, como a juventude, a adolescência e a infância, a noção de estudante deve também ser compreendida como uma construção cultural e histórica. A partir do processo de massificação da escolarização, haveria, segundo esse autor, uma naturalização da associação entre as condições de aluno e criança ou jovem. Esse seria, portanto, um processo empobrecedor, pois desprezaria justamente a diversidade das experiências juvenis tentando reduzi-la a um papel social a ser exercido em uma instituição disciplinar.

No Brasil, uma das questões levantadas por Juarez **Dayrell (2007)** é justamente sobre a importância da escola na conformação da condição juvenil contemporânea. Para esse autor, a escola ainda desempenharia um papel fundamental na definição das experiências de juventude, mas estaria, gradativamente, perdendo sua relevância, em especial por conta de outros agentes socializadoras que permitem a emergência das chamadas culturas juvenis, como o hip-hop e o funk, por exemplo. Em síntese, como afirmam Green e Bigum (1998), a escolarização segue sendo importante para a construção social e discursiva da juventude contemporânea, embora esta não possa ser reduzida ao processo de escolarização, pois há de se considerar outros fatores, como a cultura de massa, a relação com as novas tecnologias, os grupos de pares, entre outros.

Logo em seguida ao tema da educação, com porcentagens muito próximas, encontramos, entre a segunda e a quinta posição, respectivamente, as seguintes temáticas: a) trabalho; b) direitos e políticas públicas; c) questões de gênero e sexualidade; d) crime/violência. Quando somadas, essas quatro temáticas chegam a 38,38% do total. O que é mais importante de se notar a respeito desses quatro temas é que dois deles, trabalho e crime/violência, estão ligados diretamente a uma perspectiva mais ampla de pensar ou os problemas da juventude ou a própria juventude como problema. Na maioria dos casos, essas perspectivas confirmam a abordagem exposta por Livia De Tommasi (2012), da juventude tomada como um campo de intervenção de políticas públicas.

E esse campo de intervenção adquire dois sentidos. Por um lado, há a tentativa de tomar a juventude como um problema para a sociedade ou para si mesma. Neste caso, destacam-se temas como as dificuldades de inserção em um mundo do trabalho precarizado, a violação de direitos ou mesmo o mapeamento de políticas públicas e projetos sociais voltados aos jovens e, por fim, a juventude como vítima de ações violentas ou mesmo como protagonista de atividades criminosas. Em grande medida, esses sentidos confirmam uma relação com certa perspectiva funcionalista de entendimento da juventude, que a toma a partir de dificuldades de integração à sociedade adulta, conforme ressalta Groppo (2017).

Por outro lado, há trabalhos que enfatizam a participação ou mesmo a criatividade dos jovens em ações de caráter mais marcadamente político e/ou estético. Retomando Groppo, essa abordagem estaria mais alinhada ao que o autor denomina como teorias pós-críticas sobre a juventude, que, inspiradas por referências pós-modernas e pós-estruturalistas, tenderiam a enfatizar mais a diversidade do segmento juvenil e sua agência, bem como os processos flexíveis e não totalizantes de subjetivação dos jovens que destacam as relações de poder que lhes atravessam na contemporaneidade. Esse é o caso de outras temáticas que estão entre as doze mais citadas, como: participação política, culturas juvenis, projeto de vida e transição para a vida adulta. Nesses trabalhos, destacam-se aspectos de uma participação política mais autônoma e menos atrelada a uma participação institucionalizada; toma-se, assim, a dimensão das culturas juvenis como uma forma de participação política não institucionalizada, conforme destacado por Reguillo (2013).

Evidente que não é possível construir uma dicotomia rígida situando alguns temas como mais funcionalistas, pois voltados a pensar a adequação ou inadequação da juventude às regras sociais, e outros, como mais pós-modernos, por pensarem uma noção de juventude mais multifacetada e mais focada na capacidade inventiva dos jovens por eles mesmos. Inclusive, alguns temas, como os que abordam as questões de gênero e sexualidade, podem situar-se em um meio termo, apontando, a mesmo tempo, para os problemas que afetam a juventude nesse campo temático, mas também abordando as ações de resistência e de invenção de novas possibilidades políticas e de convívio social.

Considerações finais

O mapeamento da produção discursiva acadêmica sobre a juventude publicizada no SciELO revelou que a construção dessa categoria leva a duas representações principais: 1) a da juventude como resultado e causa de problemas sociais; 2) a da juventude como agente

transformador dos problemas sociais. Essa constatação confirma-se na forte concentração da produção acadêmica sobre juventude nas áreas de Educação, Saúde e Psicologia, que representam cerca de dois terços dos artigos na plataforma SciELO. Grande parte dessa produção está voltada a pensar aspectos da juventude como um problema. Uma parte dela também discute a juventude como um agente de transformação social. Há artigos, inclusive, que trazem as duas abordagens concomitantemente. Quase metade deles, pouco mais de 48%, traz como temática principal, em suas palavras-chave, questões referentes a problemas sociais, como violência, uso de álcool e outras drogas, risco, trabalho, ou da categoria juventude como um campo de intervenção das políticas públicas. A juventude como agente transformador aparece como temática a partir de duas palavras-chave principais: participação política e culturas juvenis, em pouco mais de 13% dos artigos.

Pode-se concluir, assim, que a noção de desenvolvimento por meio de fases da vida, em intersecção com o sexo, na modernidade, torna-se alvo das técnicas de poder, conforme a discussão de Foucault (1988) sobre a história da sexualidade, com o surgimento da ideia de população. No caso da juventude, trata-se de gerir um segmento específico dessa população que pode ser considerado, ao mesmo tempo, mais vulnerável, mas também mais perigoso, a depender da associação com outras condições como classe, gênero e raça, conforme já apontado na discussão de Donzelot (1980) sobre a polícia das famílias e também de Patricia Hill Collins (2019) sobre a interseccionalidade. Dessa maneira, o segmento populacional jovem é tomado a partir dos problemas econômicos, como o trabalho, ou os de segurança pública, como o crime e a violência, além de outras questões como a própria educação, a saúde e a sexualidade.

Portanto, se Foucault fala de uma polícia do sexo, e Donzelot, inspirado nessa discussão, fala em uma polícia das famílias, neste caso aqui, pode-se falar também de uma polícia da juventude, cujo objetivo é gerir esse segmento populacional, ora por meio de uma ação de regulação dos discursos, a liberação protegida exposta por Donzelot, ora por uma ação mais claramente repressora e proibitiva, a liberação vigiada. Nesse sentido, esse levantamento constatou que, ainda que não haja uma ciência integrada da juventude, é possível discutir como o tema da juventude situa-se em meio a um conjunto de saberes especializados: Psicologia, Educação, Saúde, Ciências Sociais etc., que conformam um tipo de saber disciplinar sobre a juventude, produzindo, assim, a condução das condutas, conforme a discussão foucaultiana. Em outras palavras, instituir-se-iam formas de gestão da população para levá-la a estabelecer dispositivos para que as pessoas governassem a si mesmas.

No caso dos trabalhos publicados no SciELO, no período de 2001 a 2019, o que se revela é um conjunto de saberes especializados que se coadunam e apontam, fundamentalmente, em duas direções: 1) a da juventude como problema ou campo de intervenção das políticas públicas; 2) a da juventude como ator político criativo e fundamental para a transformação social. Algumas perspectivas, no entanto, tendem a combinar essas duas possibilidades de definição da juventude no mundo contemporâneo, tomando-a, ao mesmo tempo, como um campo de intervenção de políticas que conduzem a uma forma de atuação política específica, muitas vezes situada na noção de protagonismo. De todo modo, nas duas direções, a categoria juventude é construída como o resultado das representações que a sociedade adulta constrói sobre o segmento juvenil, concebendo-o ora como causador de problemas, ora como aquele que pode resolver esses problemas e renovar o mundo.

Referências

- ARIÈS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- CHAMBLISS, William. The Saints and Roughnecks. **Society**, v. 11, n. 1, p. 24-31, nov. 1973.
- CIRANI, Claudia; CAMPANARIO, Milton; SILVA, Heloísa. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015.
- COLEMAN, James. **The Adolescent Society: the social life of the teenager and its impacts on education**. Nova Iorque: Free Press of Glencoe, 1961.
- COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade: as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019.
- DAYRELL, Juarez. A Escola "Faz" as Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.
- DE TOMMASI, Livia. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: Trajetórias de jovens da periferia de Natal. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 101-129, jan./fev./mar. 2012.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GREEN, Bill; BIGUM, Chris. Alienígenas na Sala de Aula. In: SILVA, Tomaz (org.). **Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 208-243.
- GROPPO, Luís Antônio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.
- HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (org.). **Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain**. London: Hutchinson and Co: CCCS: University of Birmingham, 1993.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: Margulis, Mario (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MATZA, David. **Delincuencia y deriva**: Cómo y por qué algunos jóvenes llegan a quebrantar la ley. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

OLIVEIRA, Victor Nedel. Juventudes e educação: estado da arte de publicações em revistas A1 de Universidades Federais Brasileiras (2010 -2019). **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 358-372, 2021.

PACKER, Abel Laerte *et al.* SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 109-121, maio/ago. 1998.

PLATT, Anthony. **The Child Savers**. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

REGUILLO, Rossana. **Culturas juveniles**: formas políticas del desencanto. Buenos aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

ROSE, Nikolas. The Death of the Social? Re-figuring the Territory of Government. **Economy and Society**, v. 25, n. 3, p. 327-356, 1996.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Aluno como Invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SPOSITO, Marília (org.). **Juventude e Escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC: Inep: Comped, 2002.

SPOSITO, Marília. (coord.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). v. 1 e v. 2. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, Marília; TARÁBOLA, Felipe. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo Juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2009.

STENGEL, Márcia; DAYREL, Juarez. Produção sobre adolescência/juventude na pós-graduação da Psicologia no Brasil. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 18-29, mar. 2017.

Recebido em: 08/09/2023

Aceito em: 05/09/2024

**AS DISPUTAS EM TORNO DOS CONTRATOS INTERMITENTES NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS (2012-2017)**

***DISPUTES AROUND ZERO-HOUR CONTRACTS IN THE CHAMBER OF DEPUTIES
(2012-2017)***

Henrique Rodrigues Moreira *

Cristiano Fonseca Monteiro **

Resumo

A Reforma Trabalhista de 2017 completa mais de seis anos de vigência, carregando ainda bastante polêmica e controvérsia. Responsável pela mais extensa rodada de flexibilização da legislação trabalhista desde a CLT, a reforma teve, dentre outros, o objetivo de ampliar as possibilidades de contratação e uso da força de trabalho, incorporando mais ocupações consideradas “atípicas”, tal como os contratos intermitentes. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de tramitação desse modelo antes e durante a reforma, apontando as possibilidades de regulação que foram disputadas na Câmara dos Deputados de 2012 a 2017, recorrendo a uma pesquisa documental para tal. Nossos achados apontam que modelos foram disputados e que a conjuntura política, institucional e econômica concedeu a oportunidade política para que matérias, até então represadas na Câmara, fossem pautadas e os contratos intermitentes fossem institucionalizados.

Palavras-chaves: Reforma trabalhista. Sociologia do Trabalho. Sociologia econômica. Trabalho intermitente.

Abstract

The 2017 Labor Reform completes more than five years of validity, still carrying a lot of controversy. Responsible for the most extensive round of flexibility in labor legislation since the CLT, the reform had, among other things, the objective of expanding the possibilities for hiring and using the workforce, incorporating more occupations considered “atypical”, such as *zero-hour contracts*. The aim of this work is to analyze the legislation process of this model before and during the reform, pointing out the possibilities of regulation that were disputed in the Chamber of Deputies from 2012 to 2017, resorting to a documentary research for this purpose. Our findings indicate that models were disputed and that the political, institutional and economic situation provided the political opportunity for matters hitherto repressed in the Chamber to be discussed and *zero-hour contracts* to be institutionalized.

Keywords: Labor reform. Sociology of Work. Economic sociology. Zero-hour contracts.

* Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: henriquerodm@gmail.com

** Professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: cmonteiro@id.uff.br

Introdução

Em 2017, realizou-se uma das mais abrangentes políticas de flexibilização do mercado de trabalho no Brasil, por meio da promulgação da Lei nº 13.467/2017, a Reforma Trabalhista de maior profundidade e impacto na história da regulação do trabalho no país, tendo alterado, de uma só vez, mais de cem disposições da CLT.

De modo geral, a flexibilização a que se refere quando se fala da reforma trabalhista é a revisão e revogação das determinações legais que normatizam as formas de contratação e demissão de trabalhadores/as, os encargos trabalhistas e previdenciários que incidem sobre as relações de trabalho, as regras sobre o uso da força de trabalho, incluindo os períodos de utilização, normas sobre o local de trabalho e organização coletiva/sindical dos/as trabalhadores/as. Isto é, expõe-se a força de trabalho aos riscos das atividades econômicas e aos ciclos de crescimento ou recessão, reduz-se os custos de contratação (o que significa reduzir a renda da mão de obra e o nível de proteção social e previdenciária), e diminui-se o poder de negociação e de veto coletivos, tornando a relação capital x trabalho cada vez mais individualizada

O texto reformista tocou em todos estes pontos, alterando o padrão vigente até então (Filgueiras, 2023; Krein; Maracci; Freitas, 2019). Porém, não se pode dizer que a reforma apenas “desregulamentou” o mercado de trabalho, retirando determinações legais. Outra tendência de flexibilização foi aumentar o leque de opções contratuais através de formas alternativas e menos onerosas de contratação que aquela dos contratos-padrão, ou “típicos” (Ilo, 2016).

Assim, a reforma também tratou de **regulamentar**, isto é, adicionou novas camadas de regulação à lei trabalhista que se afastam das características “do trabalho em tempo integral, de duração indeterminada, com um empregador único que é o usuário efetivo da força de trabalho” (Freyssinet, 2009, p. 28), de onde emergem as figuras como a terceirização, o trabalhador autônomo, a tempo parcial e os contratos de trabalho intermitente.

Debruçando-nos sobre este último, o presente trabalho tem por objetivo discutir a trajetória de institucionalização dos contratos intermitentes na Câmara dos Deputados antes e durante os debates sobre a reforma trabalhista. O texto está dividido em outras duas seções, além desta introdução e da conclusão. Na segunda, faz-se um breve balanço da literatura especializada, desde interpretações feitas “no calor do momento”, até investigações ao longo desses últimos seis anos. Na terceira seção, discutimos aspectos do trabalho intermitente no Brasil e no mundo e apresentamos os resultados de pesquisa que investigou a disputa em torno deste modelo na Câmara, desde o projeto pioneiro até a reforma.

A economia como processo instituído e uma nova rodada de liberalização

Em sua busca por uma caracterização sociológica da economia e por uma história econômica que fizesse oposição à interpretação liberal, Karl Polanyi (2012, 2021) descreveu que o trabalho só se torna uma mercadoria, a ser vendida e comprada no mercado, porque um mercado autorregulado pelo sistema de preços (que Polanyi chamou de “utópico”) só se poderia realizar se seus *inputs* e *outputs* pudessem circular livremente pelo mercado e lhe estivessem à disposição para garantir a estabilidade do sistema (Paton, 2015; Monteiro; Lima, 2021). Afora as economias de mercado, Polanyi concluiu que nenhum outro “padrão institucional” de organização da vida econômica tratou o trabalho como mercadoria (Polanyi, 2012). Assim, o trabalho seria o que Polanyi chamou de “mercadoria fictícia”.

Ponto importante de sua teoria é que o avanço da lógica de mercado sobre as “mercadorias fictícias” não ocorre sem tensões políticas e sociais. Por esta razão, regulações sobre a forma de uso dessas “mercadorias fictícias” surgem como uma reação espontânea e necessária da sociedade. Trata-se de mais um exemplo que Polanyi utiliza para confrontar a tese de que as economias de mercado decorrem de uma propensão natural a uma forma de organização da vida econômica e que a vida social poderia ser organizada pelos mercados, sem a necessidade de intervenção dos Estados, nem de formas de ação coletiva, como sindicatos – geralmente acusados pejorativamente de “corporativismo”. A fim de garantir o mínimo de controle político e social, Estados se viram obrigados a estabelecer regras e instituições que protegessem, mesmo que “parcialmente”, o caráter não mercantil do trabalho.

Como bem formulado por Paton (2015, p. 79, tradução nossa): “[...] o conceito de ‘mercadoria fictícia’ destaca a contradição estrutural decorrente da tensão entre realidade concreta e da construção idealista da economia da teoria neoclássica”, isto é, uma contradição que desafia o postulado de que o Estado fica ou deve ficar de “fora” da economia. São conhecidas e muito estimulam as agendas de pesquisa em sociologia econômica as afirmações de Polanyi de que “[...] a introdução dos mercados livres, longe de eliminar a necessidade de controle, regulação e intervenção, aumentou enormemente o alcance desses procedimentos” (*id. ibid.*, p. 217), e que “a regulamentação e os mercados cresceram juntos” (*id. ibid.*, p. 129).

Esse enquadramento teórico fornece as bases para se pensar a relação entre mercados e sociedade, buscando-se como evidências os processos de construção social dos mercados, as regulações estatais que emergem para assegurar a estabilidade do sistema (ou mesmo para protegê-lo, como nos casos das regras que protegem patentes, propriedades legais e previnem

monopólios) ou, no caso do avanço da lógica de mercado autorregulado sobre as sociedades, as formas de contenção política que estabelecem controles brutais sobre os movimentos sociais.

A este ponto, alcança-se uma distinção importante que Polanyi estabeleceu e que criou uma perspectiva bastante frutífera, ao mesmo tempo que polêmica (Monteiro; Lima, 2021). Conforme apontado, Polanyi defendeu que as economias de mercado dependem sempre de regulação e que mercados autorregulados são uma utopia realizável, parcialmente, ao custo de tensões políticas e sociais. Assim, a economia não deixa de ser organizada e orquestrada pela sociedade, de modo geral. Isto é, sua suposta autonomia da vida social e política é um problema apenas de “grau”, como formulou Standing (2007).

Por outro lado, Polanyi arguiu que a economia deixa de atender a objetivos sociais mais amplos (Bugra, 2007) para atender às necessidades de reprodução das economias de mercado e à expansão do capital. Assim, não deixa de ter relativa autonomia da política.

Para resolver essa questão Polanyi propõe uma distinção a partir de duas noções principais. Primeiro, ao contrário do que sugeriu Granovetter (2014), a chave polanyiana para entender a economia de mercado não passa pela noção de que todas as economias são “*embedded*”. Ao contrário, o “*disembeddedness*” é de fato a marca distintiva da economia de mercado, e os contramovimentos em reação às “tensões institucionais subjacentes” (Deyo; Agartan, 2007), que decorrem do “*disembeddedness*”, constituem o cerne de sua dinâmica política. Segundo, o conceito para dar conta deste processo é “economia como processo instituído” (Polanyi, 2012), envolvendo pressões pelo avanço da **comodificação** da vida – o trabalho incluído – e os já mencionados contramovimentos.

Qual a relevância disso para se discutir a reforma trabalhista? O arcabouço teórico polanyiano nos permite pensar o desenvolvimento e a regulação dos mercados de trabalho como parte do processo geral de construção social dos mercados e das disputas permanentes entre sociedade e mercado. A partir de Polanyi, pensa-se que as sociedades de mercado representam, comparadas a outros sistemas econômicos, a separação institucional entre economia e política, no sentido de que o exercício da “vontade política” (Bugra, 2007) se desloca da força que conforma os processos econômicos às necessidades sociais, à força que garante a submissão dos interesses sociais aos interesses mercantis. Isso constitui, no entanto, um paradoxo, pois que o mercado autorregulado depende do exercício e da interferência política para garantir o seu funcionamento, conforme arguido por Polanyi.

Assim sendo, a relevância sociológica do exercício teórico está na demonstração do aspecto processual, histórico e institucional de desenvolvimento dos mercados, sublinhando as

disputas pelos projetos políticos, as ambiguidades desses processos, bem como o caráter contextual que confere a cada projeto ou uma oportunidade política, ou o peso da resistência e poder de veto de grupos e coalizões adversários.

Os contratos de trabalho intermitente

Momentos de crises econômicas reacendem os debates sobre a suposta rigidez das relações trabalhistas e o seu papel nos índices do mercado de trabalho. Períodos de deterioração das contas públicas, recessão econômica, aumento nos índices de desemprego, informalidade, subocupação e queda na renda das famílias – tal como foi o cenário brasileiro a partir de 2014 – apresentam-se como um pretexto para que políticas de flexibilização do mercado de trabalho ganhem força e percorram com menos resistência (Filgueiras, 2023; Filgueiras; Pedreira, 2019).

Subjacente e ao mesmo tempo alimentado pela crise econômica está o desastroso cenário da política institucional, que reconfiguraria os campos de força, desestabilizaria o governo de Dilma Rousseff e encurtaria o seu segundo mandato. Após o *impeachment*, em 2016, Michel Temer implementaria uma agenda social e econômica diferente da plataforma que o elegeu vice-presidente na chapa com o PT, em 2014. A austeridade fiscal, as privatizações e as reformas para o mercado passaram a ser lógica dominante de governo, tendo o novo presidente construído amplo apoio no Congresso para aprová-las sem muito poder de veto da oposição.

Mesmo considerando as contradições dos governos petistas, sustenta-se que o processo de *impeachment* foi fundamental para a profundidade e celeridade (Di Benedetto, 2017) das reformas que o sucederam, sendo expressão da reconfiguração do campo de forças (Bevilaqua, 2020), que viria a ameaçar as instituições trabalhistas. Na expressão de Amorim (2020, p. 373-372): “desde sempre, pelo forte posicionamento de todas as partes, eventuais mudanças [na CLT] foram marginais. Em 2017 [contudo], o jogo institucional foi desempatado”.

Tampouco se pode perder de vista que a CLT não permaneceu intocada desde a sua promulgação, na década de 1940, conforme documentam Oliveira (2018) e Souza *et al.* (2021). Porém, a extensão dos ajustes institucionais não encontrava precedentes até então, seguindo a tendência global de reformas nas últimas décadas (Standing, 2007; Filgueiras; Lima; Souza, 2019).

Dentre as alterações realizadas, está a validação dos chamados contratos de trabalho intermitente, que assim foram descritos:

[...] o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de

inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria (BRASIL, 2017).

Determinou-se ainda que os contratos devem ser celebrados por escrito, que o valor da hora de trabalho não pode ser inferior ao valor da hora do salário mínimo, nem menor, proporcionalmente, ao que é pago aos/às demais trabalhadores/as que exercem a mesma atividade dentro da empresa. Também se estabeleceu que a convocação para trabalho deve ser feita com antecedência mínima de três dias, mas que a recusa não configura insubordinação.

Previu-se que ao final de cada prestação de serviço sejam recolhidos os demais encargos trabalhistas como férias acrescidas de um terço, décimo terceiro salário e repouso semanal, todos pagos proporcionalmente à quantidade de horas devidamente trabalhadas.

Nos debates em torno do modelo contratual, posicionamentos favoráveis geralmente destacam a possibilidade de que uma mão de obra anteriormente informal pudesse ser trazida à formalidade por meio dos contratos intermitentes, trazendo proteção social a trabalhadores/as que, até então, viviam à sombra da formalidade. No mesmo sentido, também se arguiu que o potencial desses contratos era tamanho que cerca de 14 milhões de postos de trabalho seriam gerados em um espaço de dez anos.

Contudo, os resultados para a modalidade têm sido contestados. Análise de indicadores do mercado de trabalho apontam para o caráter marginal e pouco expressivo que essa modalidade, assim como o trabalho parcial, tem no total de postos de trabalho que têm sido criados desde a vigência da reforma (Oliveira, 2020; Filgueiras, 2023; Silva; Oliveira, 2022, Maggi, 2022), tendo se destacado mais no contexto de crise econômica e nos desafios impostos ao mercado de trabalho pela pandemia de Covid-19 (Resende, 2021).

Outros levantamentos também destacam os baixíssimos rendimentos que essa modalidade tem conferido, já que muitos não alcançam nem mesmo um salário mínimo, bem como o fato de que grande parte dos/as trabalhadores/as contratados/as nesse regime passam meses sem prestar sequer uma hora de serviço (DIEESE, 2020a, 2020b).

Isto é, a promessa de inserção de trabalhadores/as na formalidade não se concretiza, tanto porque o número de postos de trabalho gerados é pouco expressivo, se comparado com o total de postos gerados anualmente, quanto pelo baixo rendimento, que também terá impacto no sistema previdenciário, já que trabalhadores/as que recebem rendimentos inferiores a um salário mínimo devem complementar a alíquota de contribuição do próprio bolso se quiserem ter acesso aos benefícios da previdência social.

Já experimentado em outros países, a reforma trabalhista tem, sobretudo, forte influência do modelo britânico, vigente desde a década de 1990 (Adams; Freeland; Prassl, 2015). Destacam-se também as experiências em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Países Baixos, Estados Unidos (Farina; Green; Mcvigar, 2019) e França (Freyssinet, 2016). Os regimes regulatórios se alteram; porém, de modo geral, em todos os casos é possível traçar como pontos em comum o pouco impacto no total de trabalho que é gerado, maior incidência a grupos mais vulneráveis, como negros, migrantes e trabalhadores mais jovens (Farina; Green; Mcvigar, 2019), de baixa qualificação e que estão mais condicionados a determinados setores com atividades mais voláteis e sensíveis às demandas.

Tais experiências estrangeiras serviram para dar legitimidade à implementação no Brasil, mas o regime que aqui se aplicou ignorou certos aprimoramentos no regime internacional. Como destacam Ravnjack, Rodrigues e Soares (2022), em países como Itália, Portugal, Espanha e em alguns locais dos Estados Unidos há regras que limitam o uso desses contratos, como determinações sobre a faixa etária dos trabalhadores/as a serem contratados/as nesse modelo, compensações financeiras pelo tempo à disposição, um número mínimo de jornada de trabalho a ser cumprida – para evitar, como tem acontecido no Brasil, que contratos passem meses sem haver uma única hora trabalhada – e/ou setores econômicos específicos onde podem ser aplicados.

Contratos de trabalho intermitente na Câmara dos Deputados

O projeto pioneiro (2012)

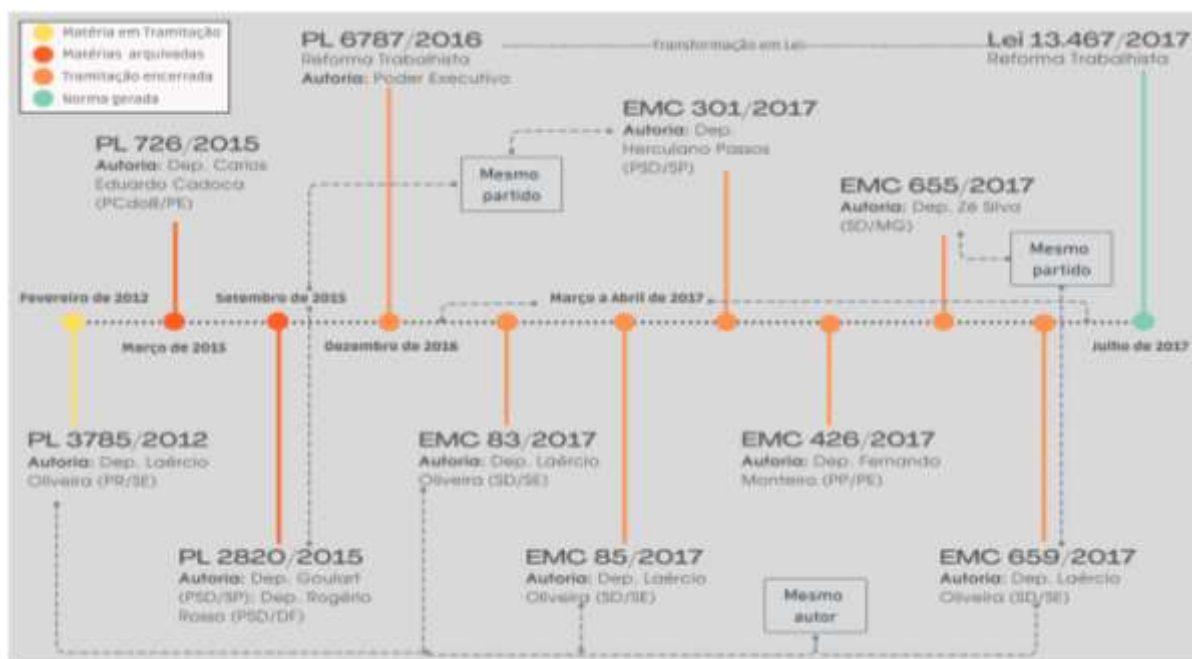
Como ponto de partida, pode-se dizer que os contratos intermitentes expressam ao menos dois pontos da reforma. Em primeiro lugar, sua **intencionalidade** quanto à flexibilização/liberalização do mercado de trabalho: ampliar o leque de opções e formas de se contratar, controlar e utilizar a força de trabalho.

Diferentemente de outras formas de contratação, como a tempo parcial, temporário, por prazo determinado etc., talvez a característica que mais se destaque nos contratos intermitentes é a possibilidade de se estabelecer um vínculo de emprego sem que haja previsibilidade da remuneração a ser paga pela força de trabalho, quer dizer, nem mesmo há previsão se, de fato, haverá jornada de trabalho a ser cumprida. Em *standby* até que o/a empregador/a necessite da mão de obra, os contratos intermitentes trazem para o arcabouço jurídico a possibilidade de flexibilizar a remuneração pela mão de obra sem que se perca elementos característicos dos

contratos, tais como a personalidade e a subordinação, e sem as limitações das regras jurídicas que condicionam os outros exemplos citados. De modo geral, o texto da lei admite que os contratos existam por tempo indeterminado, mas não obriga qualquer tipo de remuneração ou compensação se nenhum serviço for efetivamente realizado.

Em segundo lugar, a modalidade também ilustra a **complexidade política** da construção do texto reformista. Comparando-se o projeto inicial do governo Temer com o texto aprovado pelo Congresso Nacional, vê-se o papel que o poder legislativo teve na extensão e aprofundamento da reforma, uma vez que muitos pontos importantes do texto aprovado foram pautados por iniciativa dos/as congressistas, que viram nesta janela de oportunidade política um momento ideal para destravar pautas e matérias inertes, ou para pautar temas de alto interesse dos/as parlamentares, que teriam poucas chances de avançar no parlamento sem o apoio que passariam a ter do poder executivo e da grande coalizão que se formou a partir da reforma.

Figura 1 – Linha do tempo dos principais projetos de regulação do trabalho intermitente na Câmara (2012-2017)



Elaborado pelos autores. Fonte: Câmara dos Deputados.

É o caso dos contratos intermitentes, cujo debate começou, no âmbito da reforma, através de uma emenda parlamentar (**Figura 1**). Contudo, a arquitetura deste regime de contratação encontra antecedentes, tendo sido, aliás, quase o mesmo modelo de regulação que a primeira proposição observada no Congresso Nacional.

Deste modo, o projeto pioneiro foi o **PL 3785/2012**, de autoria do deputado Laércio Oliveira (PR/SE) e que foi apresentado em 2012, tendo tramitado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara. Como se verá adiante, é basicamente este modelo que será aprovado com a Reforma, em 2017, tendo o deputado sido muito importante neste e em outros pontos do texto reformista.

O projeto (vide **apêndice**) definia o trabalho intermitente como “aquele em que a prestação de serviços será descontínua, podendo compreender períodos determinados em dia ou hora, e alternar prestação de serviços e folgas [...]”. Tal como na proposta que o deputado voltará a apresentar, em 2017, e que gerará conflito político na comissão, o PL também permitia o regime de contratação “independentemente do tipo de atividade do empregado ou do empregador”. O PL, contudo, ficou parado na CTASP por três anos antes de ser apreciado, em 2015, após pressões políticas de parlamentares da Comissão de Turismo da Câmara.

Entre idas e vindas, o primeiro parecer à matéria foi apresentado pelo relator deputado Silvio Costa (PSC/PE), em outubro de 2015; o segundo, em julho de 2016; e um terceiro, em agosto de 2016. Em todos os três pareceres, o relator foi favorável e elogioso ao regime de contratação intermitente, sem que, contudo, propusesse qualquer alteração substancial ao projeto pioneiro. Apenas um único dispositivo que constava no projeto inicial não apareceu no relatório: o artigo que garantia que o contrato de trabalho intermitente pudesse ser objeto de convenção ou acordo coletivo em relação aos aspectos não regulamentados.

Este primeiro parecer recebeu duas emendas do deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS). A primeira intentava reincorporar à matéria este mesmo dispositivo que permitia que os contratos intermitentes fossem objeto de convenção ou acordo coletivo. Já a segunda emenda propunha uma mudança importante na arquitetura dos contratos intermitentes, desdobrando o regime de contratação em dois modelos: trabalho intermitente com obrigação de resposta; trabalho intermitente sem obrigação de resposta. Em ambos se manteria a remuneração, direitos e encargos trabalhistas proporcionais ao tempo efetivamente trabalhado. No primeiro, contudo, o/a empregado/a convocado deveria justificar a impossibilidade de atender à chamada, enquanto no segundo não haveria tal exigência.

Porém, uma divergência crucial no modelo apresentado pelo deputado, e que diferia do projeto pioneiro, bem como do atual modelo em vigência, é que em ambos os casos haveria remuneração pelo tempo à disposição, algo que aproximaria o regime brasileiro do regime italiano, por exemplo, em que há uma espécie de compensação pelo período em que não há

convocação (Ravnjack; Rodrigues; Soares, 2022). Em nenhum outro momento a proposta foi retomada ou outra similar foi apresentada.

Outras duas tentativas antes da reforma (2015)

Outros precedentes são os projetos de lei **PL 726/2015**, de autoria do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PcdoB/PE), e o **PL 2820/2015**, de autoria dos deputados Goulart (PSD/SP)¹ e Rogério Rosso (PSD/DF). Os dois projetos foram distribuídos para a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), tendo sido arquivados sem apreciação.

O PCdoB foi um dos partidos contrários à reforma e houve, da parte de parlamentares da sigla (**Tabela 1**), tentativas de suprimir os dispositivos sobre o trabalho intermitente do texto reformista. O projeto do então deputado Carlos Eduardo Cadoca, cujo partido seria contrário à modalidade dois anos após a apresentação do PL, parece uma contradição se não levarmos em consideração o modelo que fora proposto. De início, não se menciona o conceito “trabalho intermitente”, mas “jornada variável” e também “jornada móvel variável”. Ainda assim, considerou-se importante incorporar o texto na análise porque, ao fim e ao cabo, trata-se do mesmo regime de contratação, com previsão de remuneração proporcional à quantidade de horas trabalhadas.

Tabela 1 – Proposições e relatórios parlamentares *contrários* aos contratos intermitentes, por parlamentar (2012-2017)

Parlamentar	Partido	UF	Projetos de Lei	Emendas parlamentares	Relatórios legislativos	Total
Assis Melo	PCdoB	RS		2		2
Benedita da Silva	PT	RJ		1		1
Carlos Zarattini	PT	SP		1		1
Chico Alencar	PSOL	RJ		1		1
Hissa Abrahão	PDT	AM		1		1
Jerônimo Goergen	PP	RS		1		1
Laura Carneiro	PMDB	RJ		1		1
Luiza Erundina	PSOL	SP		1		1
Nelson Marquezelli	PTB	SP		1		1
Sérgio Vidigal	PDT	ES		1		1
Wellington Roberto	PR	PB		1		1
Wadih Damous	PT	RJ		1		1
Totais				13		13

Elaborado pelos autores. Fonte: Câmara dos Deputados.

1 O qual foi um dos vice-presidentes da comissão especial de análise da Reforma, posteriormente.

Tabela 1 – Proposições e relatórios parlamentares *contrários* aos contratos intermitentes, por sigla partidária (2012-2017)

Partido	Sigla	Projetos de Lei	Emendas parlamentares	Relatórios legislativos	Total
Partido Comunista do Brasil	PCdoB		2		2
Partido da República	PR		1		1
Partido Democrático Trabalhista	PDT		2		2
Partido do Movimento Democrático Brasileiro²	PMDB		1		1
Partido dos Trabalhadores	PT		3		3
Partido Socialismo e Liberdade	PSOL		1		1
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB		1		1
Progressistas	PP		1		1
Totais			12		12

Elaborado pelos autores. Fonte: Câmara dos Deputados.

Além disso, o modelo proposto diferia quanto: à antecedência da convocação, que deveria ser de no mínimo 2 (dois) meses; quanto ao papel das convenções e dos acordos coletivos, que deveriam autorizar a adoção do regime de contratação, dispondo sobre a duração mínima da jornada e as condições sob as quais o/a empregado/a poderia recusar os horários propostos; e quanto ao regramento para contratação de empregados/as estudantes, cujos períodos de convocação não poderiam impedir ou dificultar a frequência às aulas.

O aspecto mais conflitante com os demais modelos, porém, é quanto ao salário. O valor pago mensalmente não poderia ser inferior a um salário mínimo, ainda que a remuneração fosse proporcional à jornada laborada. Assim, o deputado justificou que o regime permitiria a flexibilidade almejada por empregadores/as e empregados/as, mas evitaria a prática de contratação informal que remunera menos do que o patamar mínimo previsto constitucionalmente.

Quanto ao PL dos deputados Goulart e Rogério Rosso, a proposta objetivava alterar os dispositivos celetistas que tratavam do regime de trabalho a tempo parcial, propondo o que chamaram de “jornada de trabalho flexível ou intermitente”. As diferenças quanto ao modelo em vigência são: quanto ao tipo de jornada, que seria caracterizada por um período de trabalho de no máximo 400 minutos por dia (6h36m); quanto ao papel das convenções e dos acordos coletivos, que deveria autorizar a adoção do regime de contratação e poderiam dispor sobre a remuneração paga; e quanto às limitações de adoção dos contratos, que deveriam ser aplicados preferencialmente a trabalhadores/as estudantes e/ou com idade igual ou superior a 60 anos. Outra vez, a remuneração paga pelas jornadas é a diferença que mais sobressai: o PL previa que

2 Em 2017, o partido alterou o nome para Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

a remuneração não poderia ser inferior a um salário mínimo por mês, embora também ressaltasse que a remuneração seria proporcional à jornada efetivamente laborada.

Tabela 2 – Proposições e relatórios parlamentares *favoráveis* aos contratos intermitentes, por parlamentar (2012-2017)

Parlamentar	Partido	UF	Projetos de Lei	Emendas parlamentares	Relatórios legislativos	Total
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	PE	1			1
Fernando Monteiro	PP	PE		1		1
Goulart	PSD	SP	1	2		3
Herculano Passos	PSD	SP		1		1
Laércio Oliveira	SD	SE	1	3		4
Luiz Carlos Busato	PTB	RS		1		1
Rogério Marinho	PSDB	RN			1	1
Rogério Rosso	PSD	DF	1			1
Silvio Costa	PSC	PE			1	1
Zé Silva	SD	MG		1		1
Totais			4	9	2	15

Elaborado pelos autores. Fonte: Câmara dos Deputados.

Tabela 3 – Proposições e relatórios parlamentares *favoráveis* aos contratos intermitentes, por sigla partidária (2012-2017)

Partido	Sigla	Projetos de Lei	Emendas parlamentares	Relatórios legislativos	Total
Partido Comunista do Brasil	PCdoB	1			1
Partido da República³	PR	1			1
Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB			1	1
Partido Social Cristão	PSC			1	1
Partido Social Democrático	PSD	1	3		4
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB		1		1
Progressistas	PP		1		1
Solidariedade	SD		4		4
Totais		3	9	2	14

Elaborado pelos autores. Fonte: Câmara dos Deputados.

O PSD, então sigla dos deputados, foi um dos partidos mais importantes para sustentar o trabalho intermitente na Reforma Trabalhista, e o deputado Goulart foi um dos seus mais importantes articuladores (**Tabelas 2 e 3**). Porém, vê-se que tanto o parlamentar quanto o partido sustentaram desenhos diferentes para os contratos intermitentes comparando o PL de 2015 com as discussões da reforma, em 2017. Sobretudo, no que diz respeito à amplitude de adoção dos contratos e à garantia de pagamento de um salário mínimo por mês, o que significa

3 Em 2014, o partido alterou o nome para Partido Liberal (PL).

que neste projeto anterior à reforma havia previsão de que os/as empregados/as teriam uma jornada mínima mensal, em vez de aguardarem indefinidamente um serviço para cumprir.

Esses dois PLs de 2015 foram arquivados em 2018, a pedido do deputado Rogério Marinho, relator da reforma, que solicitou o arquivamento de todas as proposições em andamento na Casa que pudessem prejudicar a reforma recém-aprovada pelos/as congressistas, ou aqueles projetos de lei ainda em tramitação que porventura tivessem perdido o seu objeto de mérito em decorrência do texto promulgado.

A oportunidade de ouro (2017)

Quando a proposta de “minirreforma” do governo Temer chegou à Câmara, o texto reformista fora distribuído para mais de três comissões permanentes; então, com base no regimento interno, uma Comissão Especial foi instalada para apreciar a matéria. Nesta comissão, foram apresentadas ao todo 850 emendas. Dentre elas, iniciativas pautando os contratos intermitentes.

A primeira delas foi a emenda EMC 83/2017, tendo como autor o deputado Laércio Oliveira (SD/SE) que, como discutido anteriormente, foi primeiro a apresentar uma iniciativa desse tipo no parlamento. É este modelo que, no geral, e tal qual o primeiro projeto do deputado, em 2012, prevalece no debate e que entrará em vigência com a reforma: a remuneração paga deve ser proporcional à jornada efetivamente cumprida e excluído o período de inatividade e a determinação, em contrato, dos períodos em que haverá prestação de serviços. Dois pontos, entretanto, não passaram pela comissão e não entraram no texto final: primeiro, a obrigação de o empregador convocar o empregado com cinco dias de antecedência nos períodos que não estiverem previstos no contrato (no texto da lei esse período é de três dias), segundo, a extensão do contrato de trabalho para as profissões reguladas por legislação específica – ponto que gerou discordância na comissão.

Logo na sequência, o deputado também apresenta outra emenda, a EMC 85/2017, a qual propunha a possibilidade de que pontos não tratados no texto da emenda anterior pudessem ser objeto de negociação coletiva – dispositivo presente no PL 3785/2012, também do deputado, mas que não havia sido tratado na primeira emenda que ele apresentou.

Em seguida, outra emenda a tratar do tema foi a EMC 301/2017, do deputado Herculano Passos (PSD/SP). A emenda diferia sobre dois pontos sensíveis do desenho que estava sendo apresentado, até aquele momento: o tempo mínimo de convocação, que na emenda anterior

seria de cinco dias e nesta seria reduzido para três (definição que prevaleceu no texto reformista); e quanto à composição da remuneração a ser paga: a emenda previa que o tempo à disposição aguardando convocação também deveria compor a remuneração e esta, além disso, deveria ser de no mínimo vinte por cento (20%) do valor total de horas contratadas se a carga horária mensal prevista em contrato não fosse cumprida. Na disputa política, essa compensação não foi contemplada.

Já o deputado Fernando Monteiro (PP/PE) propôs a emenda EMC 426/2017, que não menciona “trabalho intermitente”, mas criaria um regime similar sob a alcunha de “contrato especial de trabalho”. Dois pontos importantes sobre esse desenho que divergem dos demais é que, primeiro, o modelo de contrato deveria ser aplicado em setores específicos: comércio varejista, padarias, lojas de conveniência, bares, restaurantes, lanchonetes e redes de *fast food*.

Assim, enquanto em alguns modelos anteriormente discutidos havia uma limitação ou indução sobre o perfil do/a empregado/a contratado/a (caso dos Pls 726/2015 e 2820/2015), este modelo propunha uma limitação quanto aos setores da economia nos quais os contratos intermitentes poderiam ser utilizados.

Segundo, o próprio texto da emenda disciplinava regras para questões como uso de férias e trabalho aos domingos e feriados. Nos modelos discutidos anteriormente, viu-se que o regime intermitente seria criado dentro da legislação trabalhista, mas sem se criar muitas regras sobre seu uso, relegando aos acordos e convenções coletivas a tarefa de regular, caso a caso, o que a lei não teria disciplinado. No relatório apresentado pelo deputado Rogério Marinho consta que esta emenda teria sido “acatada parcialmente” (**Quadro 1**, abaixo), porém, o texto da lei, como se sabe, ignorou todos estes pontos que foram propostos.

Quadro 1 – Emendas ao texto substitutivo apresentado pelo relator

Emenda	Parlamentar	UF	Partido	Posicionamento ⁴	Tipo de Emenda ⁵	DC ⁶	DR ⁷
ESB 49	Laura Carneiro	RJ	PMDB	Contrária	Supressiva	Constitucional	Rejeitada
ESB 153	Goulart	SP	PSD	Favorável	Modificativa	Constitucional	Rejeitada
ESB 167	Assis Melo	RS	PCdoB	Contrária	Supressiva	Constitucional	Rejeitada
ESB 201	Sergio Vidigal	ES	PDT	Contrária	Supressiva	Constitucional	Rejeitada

4 Posicionamento somente em relação aos contratos de trabalho intermitentes.

5 Emendas Supressivas: tinham por objetivo retirar os contratos intermitentes do texto do projeto de lei; Modificativas: objetivavam alterar as disposições dadas aos contratos intermitentes no projeto de lei; Aditivas: usualmente, são emendas que acrescentam disposições a textos de projetos de lei, porém, no caso da emenda da deputada Benedita da Silva (PT/RJ), de tipo aditiva, esta tinha por objetivo incluir no texto do projeto de lei um artigo vetando a legalidade dos contratos intermitentes.

6 Declaração de Constitucionalidade dada pelo relator da matéria.

7 Decisão do relator quanto à inclusão, ou não, da emenda ao texto do projeto de lei.

ESB 213	Assis Melo	RS	PCdoB	Contrária	Supressiva	Constitucional	Rejeitada
ESB 220	Wadih Damous	RJ	PT	Contrária	Supressiva	Constitucional	Rejeitada
ESB 254	Chico Alencar	RJ	PSOL	Contrária	Supressiva	Constitucional	Rejeitada
ESB 295	Jerônimo Goergen	RS	PP	Contrária	Supressiva	Constitucional	Rejeitada
ESB 297	Wellington Roberto	PB	PR	Contrária	Modificativa	Constitucional	Acatada Parcialmente
ESB 307	Goulart	SP	PSD	Favorável	Modificativa	Constitucional	Acatada Parcialmente
ESB 346	Nelson Marquezelli	SP	PTB	Contrária	Supressiva	Constitucional	Rejeitada
ESB 444	Benedita da Silva	RJ	PT	Contrária	Aditiva	Constitucional	Rejeitada
ESB 455	Hissa Abrahão	AM	PDT	Contrária	Supressiva	Constitucional	Rejeitada
EMP 10	Carlos Zarattini	SP	PT	Contrária	Supressiva	Constitucional	Rejeitada

Elaborado pelos autores. Fonte: Câmara dos Deputados.

Outras regras específicas quanto à aplicação dos contratos intermitentes também poderiam ter sido criadas se a emenda EMC 655/2017, do deputado Zé Silva (SD/MG), tivesse sido levada em consideração. A emenda dispunha que se o/a empregado/a se acidentasse durante o deslocamento entre uma jornada para um empregador e outro, ambos deveriam dividir a responsabilidade e encargos devidos. Em caso de acidente de trabalho do/a empregado/a que estivesse submetido a mais de um contrato intermitente no período, o empregador ao qual estivesse submetido durante aquela jornada ficaria encarregado da emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e da responsabilidade de incapacidade acidentária.

Outra diferença também prevista é que a composição da remuneração também preveria uma compensação pelo período que o/a empregado/a estivesse à disposição, com uma remuneração proporcional ao das horas de trabalho. Nenhuma dessas regras foram discutidas no relatório final.

Até este ponto, o debate parlamentar em torno do trabalho intermitente demonstrou preocupação com os supostos benefícios que o regime traria para empreendimentos tais como, shopping centers, lojas, comércio varejista, bares, restaurantes etc. A emenda do deputado Zé Silva, em contraponto, defendeu a aplicação do modelo no setor de tecnologia da informação e comunicação, tendo, inclusive, o texto de justificativa bastante similaridade com outro texto, este de autoria da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom).⁸ No texto, datado de 30 de março de 2016, a associação

⁸ BRASSCOM. Direito Trabalhista para a economia do conhecimento: posicionamentos no seminário BRASSCOM políticas públicas & negócios, 30 mar. 2016.

defendia pontos que foram cruciais na reforma trabalhista: terceirização, flexibilização dos horários de almoço, horas extras, férias e o teletrabalho. Nele, porém, não há nenhuma menção ao trabalho intermitente, o que ocorre em uma outra nota⁹ da associação, de maio de 2017, na qual defende o contrato de trabalho.

Por fim, a última emenda apresentada na comissão especial que dispunha sobre o trabalho intermitente é também de autoria do deputado Laércio Oliveira. Em razão de acordos e visando a dirimir resistências ao modelo de contrato que estava sendo discutido, pela primeira vez, uma iniciativa do parlamentar acrescentava uma compensação pelo tempo aguardando convocação no caso dos contratos intermitentes, devendo a remuneração ser proporcional ao valor que seria pago pelas horas de trabalho. Outra diferença é que a partir desta emenda o/a empregado/a só poderia trabalhar para empregadores/as concorrentes, durante o período livre, se de comum acordo celebrado no contrato de trabalho individual. Também não havia, na emenda, qualquer resguardo que convenções ou acordos coletivos pudessem dispor sobre aspectos não regulamentados pela lei, nem vedação a qualquer tipo de setor ou profissão, demonstrando que o interesse do deputado, desde a primeira iniciativa, era ampliar a possibilidade do regime de contratação para todas as profissões.

Embates e resistência na comissão especial (2017)

Defendendo os contratos intermitentes, o relator Rogério Marinho apresentou o primeiro parecer favorável ao texto reformista em 12 de abril de 2017. O desenho incorporado pelo relator é o mesmo daquele que seria aprovado, posteriormente, pelo Congresso, com exceção de que neste primeiro texto substitutivo os contratos intermitentes ainda poderiam ser aplicados para quaisquer profissões, sem exceções.

O texto do relator enfrentou muita resistência, de modo geral, mas no caso do trabalho intermitente foram um total de dez emendas ao texto substitutivo apresentado pelo relator que tinham por objetivo suprimir os dispositivos sobre o modelo de contrato (**Quadro 1**, anteriormente), boa parte provenientes de parlamentares cujos partidos se posicionaram contrários à reforma. Mas há o caso, também, de uma emenda de deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), ela própria defensora da reforma (tendo apresentado, inclusive, emendas quanto a

9 BRASSCOM. Em defesa da aprovação da reforma trabalhista para a inclusão do trabalhador na era digital, 11 maio 2017.

outros pontos do texto reformista), mas que considerou prejudicial o modelo intermitente – tendo chamado, em uma das sessões da comissão e em tom de crítica, de “Emenda McDonald’s”.

As alusões a modelos de jornada flexíveis que seriam utilizados pela rede de *fast food* (pela oposição como crítica, pelos reformistas como prova da necessidade de trazer “segurança jurídica” à legislação trabalhista) é feita em decorrência de uma briga judicial entre a empresa que representa a marca no Brasil e o Ministério Público do Trabalho desde 2012.¹⁰ Dentre os fatos denunciados pelo MPT, estava a adoção da chamada “jornada móvel variável”, que além de alterar os horários das jornadas de trabalho diárias, remunerava apenas as horas efetivamente laboradas, que poderiam somar menos que um salário mínimo por mês.

Já quanto às emendas que buscaram disputar qual modelo de trabalho intermitente seria aprovado com a reforma, propondo modificações no texto substitutivo apresentado pelo relator, tem-se três casos. A primeira foi a ESB 153, do deputado Goulart (PSD/SP), que alterava um aspecto do texto proposto pelo relator – reduzir de 72 para 24 horas o período de antecedência que o/a empregador/a teria para realizar a convocação, e incluía um ponto que ficara de fora do primeiro texto, a autorização para que os/as empregados/as, nesse regime, pudessem trabalhar para outros/as empregadores/as, mesmo se de mesma área de atuação.

Já a segunda emenda modificativa, a ESB 297, do deputado Wellington Roberto (PR/PB), foi uma crítica ao trecho “independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador”, do dispositivo que caracterizava o trabalho intermitente. Segundo a justificativa do deputado, o tipo de contrato seria de grande interesse das empresas aeroviárias, tendo em vista a alta flexibilidade que passaria a ser permitida com o modelo, mas, por outro lado, prejudicial aos/às trabalhadores/as do ramo. Os contratos intermitentes, nesse caso, serviriam para transferir os riscos dos negócios para os/as trabalhadores/as. Um elemento que também foi utilizado para comprometer as discussões quanto ao trabalho intermitente foi a segurança das operações aeroviárias, uma vez que a formação dos pilotos estaria ligada à prática regular da função. O deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) também destacou a mesma preocupação na emenda supressiva ESB 295. A diferença é que esta não buscava resguardar categorias profissionais, mas suprimir por completo os dispositivos sobre trabalho intermitente do texto apresentado pelo relator.

10 CORREIO BRAZILIENSE. MPT aciona McDonald’s e pede R\$ 30 milhões de dano moral coletivo, 03 ago. 2012.

A terceira e última emenda modificativa, a ESB 307, também do deputado Goulart, por fim, suprimia da redação do texto substitutivo o trecho que garantia a adoção dos contratos intermitentes também para profissões disciplinadas por legislação específica. Na justificativa, o deputado, que como se viu foi um importante ator na discussão dos contratos intermitentes, reconheceu que a modalidade poderia ser bastante prejudicial aos/às trabalhadores/as da aviação civil, justamente pelos aspectos que o próprio deputado considerava promissores para demais atividades econômicas: alta flexibilidade do uso da mão de obra e remuneração variável. No próprio projeto que o deputado apresentara em 2015, em coautoria com o deputado Rogério Rosso, não havia vetos à aplicação dos contratos.¹¹

O relatório final da reforma foi aprovado na comissão especial no dia 24 de abril e, no dia 27, o texto foi aprovado pelo plenário da Casa. A última tentativa, por fim, mapeada para suprimir os contratos intermitentes da reforma trabalhista foi a emenda de plenário EMP 10, do deputado Carlos Zarattini (PT/SP), que apelava para a retirada dos dispositivos que dispunham sobre o modelo de contrato durante a discussão do relatório final, sem sucesso.

Conclusão

Iniciamos o texto traçando breves considerações sobre os fundamentos da reforma trabalhista, apontando que sua tendência à regulação flexível do trabalho se deve a uma escolha política e fazendo referências a balanços posteriores que apontam que os resultados prometidos estão longe de serem alcançados. Em seguida, apresentamos os dados da pesquisa documental que realizamos nos sistemas de informação da Câmara, apontando os projetos e matérias relativas aos contratos intermitentes antes e durante a reforma trabalhista.

Apontando para o processo de construção social e política desses contratos no país, tendo como limitação metodológica os debates que ocorreram na Câmara, chegou-se às seguintes conclusões: (i) as estratégias para pautar os contratos intermitentes variaram, a depender do contexto político, econômico e institucional, tendo encontrado na reforma trabalhista uma oportunidade definitiva para implementar o modelo contratual; (ii) foi possível detectar que há caso de parlamentares que foram favoráveis à reforma, mas contrários aos contratos intermitentes, como também houve caso de parlamentares favoráveis às propostas iniciais para

¹¹ O fato expressa a pressão política e a influência exercida pelas atividades do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), o que foi reconhecido textualmente pelo relator no segundo parecer da reforma. Uma análise sobre a atuação e a experiência do SNA com o Congresso Nacional pode ser encontrada em Monteiro (2006).

o modelo, mas que cederam à pressão social exercida por grupos de interesses, como foi o caso dos aeronautas; (iii) não só a implementação em si foi contestada, como também a arquitetura dos contratos, e embora propostas mais bem desenvolvidas tenham sido apresentadas, o modelo vigente é basicamente o mesmo do projeto pioneiro, apresentado em 2012; (iv) embora os casos internacionais tenham sido citados e servido como inspiração, vê-se que o modelo adotado no Brasil foi mais simples, sem muito disciplinamento e sem compensação para os casos em que trabalhadores/as intermitentes não são convocados/as uma única vez dentro de um mês.

O trabalho destacou que a reforma da CLT foi um grande processo de liberalização do mercado de trabalho, revertendo regulamentações que garantiam certas proteções sociais e condições mínimas à força de trabalho, por um lado, ao passo que, por outro, ampliou as possibilidades de seu uso, através da ampliação de contratos “atípicos”, sendo os contratos intermitentes o caso em estudo. Esses avanços sobre a liberalização do trabalho, contudo, são etapas de um processo de maior abrangência histórica que expressam a resiliência da economia de mercado e de seu aprofundamento.

Baseando-nos em Polanyi, sublinhamos que uma característica das economias de mercado são as suas tensões e conflitos subjacentes, que contrastam os avanços da lógica do mercado no capitalismo contemporâneo com os contramovimentos em reação a esses avanços, o que confere aos processos o seu dinamismo e suas ambiguidades. Assim, o trabalho sublinha que tal avanço busca aprofundar a autonomização da economia, encontrando no conceito de “processo instituído” as bases sociológicas para identificar e analisar as complexas lutas do jogo político que tomam palco no arranjo institucional, mercantil e não mercantil, de onde resultam os conflitos de interesse.

Referências

ADAMS, Abi; FREELAND, Mark; PRASSL, Jeremias. The ‘zero-hours contract’: regulating casual work, or legitimating precarity? **Legal Research Paper Series n. 00/2015**, Oxford, n. 11, p. 1-22, 2015.

AMORIM, Wilson. Futuro do trabalho no Brasil: cuidar das instituições. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 60, n. 5, p. 371-377, set./out. 2020.

BEVILAQUA, Vinicius Foletto. **As gramáticas sociais do conflito capital versus trabalho no Congresso Nacional: Uma análise sobre a atuação das coalizões de defesa durante o processo legislativo da reforma trabalhista brasileira de 2017**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BUGRA, Ayse. Introduction. *In*: BUGRA, Ayse; AGARTAN, Kaan (org.). **Reading Karl Polanyi for the twenty-first century**. New York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 1-10.

DEYO, Frederic C.; AGARTAN, Kaan. Reforming East Asian Labor Systems: China, Korea, and Thailand. *In*: BUGRA, Ayse; AGARTAN, Kaan (org.). **Reading Karl Polanyi for the twenty-first century**. New York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 191-218.

DI BENEDETTO, Roberto. Revendo mais de 70 anos em menos de 7 meses: a tramitação da reforma trabalhista do governo Temer. **Espaço Jurídico Journal of Law**, Joaçaba, v. 18, n. 2, p. 545-568, 2017.

DIEESE. Contratos intermitentes na gaveta. **Boletim emprego em pauta**, nº 14, jan. 2020a.

DIEESE. Contratos intermitentes continuam na gaveta. **Boletim emprego em pauta**, nº 17, dez. 2020b.

FARINA, Egidio; GREEN, Colin; MCVICAR, Duncan. Zero hours contracts and their growth. **British Journal of Industrial Relations**, v. 58, p. 1-25, nov. 2019.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; LIMA, Uallace Moreira; SOUZA, Ilan Fonseca de. Os impactos jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 231-252, maio/ago. 2019.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; PEDREIRA, Sara Costa. Trabalho descartável: as mudanças nas formas de contratação introduzidas pelas reformas trabalhistas no mundo. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador, n. 248, p. 578-607, set./dez. 2019.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Perspectivas para o trabalho no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 51, p. 116-136, jan./abr. 2023.

FREYSSINET, Jacques. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial: a experiência Europeia. *In*: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (org.). **Trabalho Flexível, Empregos Precários? Uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 25-48.

FREYSSINET, Jacques. Les contracts “zéro heure”: un idéal de flexibilité? **Chronique Internationale de l'Ires**, Paris, n. 155, p. 123-131, set. 2016.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *In*: MARTES, Ana Cristina B. (org.). **Redes e sociologia econômica**. São Paulo: EdUFSCar, 2014. p. 31-68.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Non-standard employment around the world: understanding challenges, shaping prospects**. Geneva: ILO, 2016.

KREIN, José Dari; MARACCI, Denis; FREITAS, Paula. Balanço de um ano da contrarreforma trabalhista no Brasil: 2017-2018. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador, n. 248, p. 637-667, set./dez. 2019.

MAGGI, Diego Moreira. Trabalho em vertigem: a evolução do mercado de trabalho brasileiro entre 2002 e 2019. *In*: RODRIGUES, Maria C.; BARROSO, Márcia; PESSANHA, Elina. (org.). **Trabalho em tempos de crise: desafios e perspectivas da luta por direitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. p. 23-40.

MONTEIRO, Cristiano Fonseca. Estratégias sindicais no contexto das reformas para o mercado: o caso dos trabalhadores da aviação comercial. **Enfoques Online**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 80-102, 2006.

MONTEIRO, Cristiano; LIMA, Raphael. Embeddedness and disembeddedness in economic sociology in three time periods. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 43-67, abr. 2021.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Brazilian labour reform in historical perspective. **Global Labour Journal**, v. 9, n. 3, p. 319-338, 2018.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Trabalho intermitente: a que veio? Para onde vai? *In*: MACAMBIRA, Júnior *et al.* (org.). **Desmonte do estado e das políticas públicas: retrocesso do desenvolvimento e aumento das desigualdades no Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2020, p. 263-286.

PATON, Joy. Labour as a (fictitious) commodity: Polanyi and the capitalist market economy. **The Economic and Labour Relations Review**, v. 21, n. 01, p. 77-87, 2015.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas de nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

RAVNJACK, Leandro; RODRIGUES, Giovana; SOARES, Victor. Trabalho intermitente: uma análise comparada. **O social em questão**, v. 1, n. 52, p. 11-34, jan./ abr. 2022.

RESENDE, Thiago. Metade das vagas formais abertas em 2020 é de trabalho sem jornada e salário fixos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 fev. 2021.

SILVA, Sandro P.; OLIVEIRA, Alanna S. de. Trabalho intermitente no Brasil: evolução, cenários e perfil dos trabalhadores contratos pós-reforma trabalhista de 2017. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 50., 2022, Fortaleza. **Anais o 50º Encontro Nacional de Economia da ANPEC**. Fortaleza, CE: dez. 2022.

SOUZA, Danyelle M. de *et al.* Caracterização histórica do mercado de trabalho no Brasil: da consolidação à Reforma Trabalhista. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v. 2, n. 49, p. 102-134, ago. 2021.

STANDING, Guy. Labor recommodification in the Global Transformation. *In*: BUGRA, Ayse; AGARTAN, Kaan (org.). **Reading Karl Polanyi for the twenty-first century**. New York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 67-93.

Recebido em: 04/03/2024

Aceito em: 06/09/2024

APÊNDICE

Síntese das principais matérias sobre trabalho intermitente na Câmara (2012-2017)

- **Projeto de Lei 3785/2012**

Autoria: Laércio Oliveira (PR/SE)

Normas que alteraria: Art. 12 da Lei nº 6019/1974 (Lei do Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas).

Definição de trabalho intermitente: Atividade na qual a prestação de serviços é descontínua, compreendendo períodos determinados em dias ou horas e alternando prestação de serviços e folgas.

Remuneração: Proporcional à quantidade de horas trabalhadas; a remuneração paga não poderia ser inferior àquela paga aos empregados/as de mesma função; férias, 13º salário e verbas rescisórias calculados com base na média dos valores recebidos durante o período.

Convocação para trabalho: Cinco (05) dias de antecedência quando houvesse contratações fora do período estabelecido em contrato.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: Os contratos poderiam ser objeto de acordo ou convenção coletiva quanto aos aspectos não previstos no texto do projeto de lei.

Outras regras previstas: Empregado/a poderia prestar serviços para outros/as empregadores/as durante o período de inatividade, desde que previsto em contrato.

- **Emenda ao Substitutivo ESB2 do PL 3785/2012**

Autoria: Luiz Carlos Busato (PTB/RS)

Normas que alteraria: Art. 12 da Lei nº 6019/1974 (Lei do Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas).

Definição de trabalho intermitente: Não alterava a definição dada pelo PL 3785/2012, mas pretendia criar duas modalidades de trabalho intermitente: *com obrigação de resposta* e *sem obrigação de resposta*.

Remuneração: Proporcional ao tempo efetivamente trabalhado; remuneração em função do tempo à disposição do empregador; no caso dos contratos *com obrigação de resposta*, remuneração não inferior a 20% do piso salarial da categoria; direitos e verbas trabalhistas calculados com base na média dos valores recebidos durante o período efetivamente trabalhado e do período à disposição do empregador.

Convocação para trabalho: Setenta e duas horas (72 h) de antecedência; o/a empregado/a deveria comunicar, no prazo máximo de vinte e quatro horas (24 h) após o comunicado, a impossibilidade de atender à convocação para trabalho. No caso dos contratos *com obrigação de resposta*, o/a empregado/a deveria comunicar a razão de recusar a convocação para trabalho.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: Não trazia especificações quanto a isso.

Outras regras previstas: Não dispunha de outras regras específicas para a modalidade.

- **Projeto de Lei 726/2015**

Autoria: Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE)

Normas que alteraria: Art. 58-A do Decreto-Lei nº 5452/1943 (CLT).

Definição de trabalho intermitente: O projeto não mencionava “trabalho intermitente”, mas “jornada variável” e “jornada flexível”.

Remuneração: Proporcional à quantidade de horas trabalhadas.

Convocação para trabalho: Dois (02) meses de antecedência.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: A adoção da “jornada variável” só poderia ocorrer com autorização prévia de convenção ou acordo coletivo, os quais estabeleceriam a duração mínima da jornada e as condições sob as quais o/a empregado/a poderia recusar os horários de trabalho propostos.

Outras regras previstas: As convocações para trabalho deveriam ser feitas informando o número de horas e os horários de prestação de serviços a serem cumpridos.

Se o empregado/a fosse estudante, não poderia ser convocado/a em períodos que impedissem ou dificultassem a frequência às aulas.

- **Projeto de Lei 2820/2015**

Autoria: Goulart (PSD/SP); Rogério Rosso (PSD/DF)

Normas que alteraria: Art. 58-A do Decreto-Lei nº 5452/1943 (CLT).

Definição de trabalho intermitente: O projeto mencionava a “jornada de trabalho flexível ou intermitente”, a qual seria realizada por no máximo 400 minutos (6h40) por dia.

Remuneração: Remuneração mensal não poderia ser inferior a um (01) salário mínimo.

Convocação para trabalho: Não dispunha de especificações.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: A chamada “jornada de trabalho flexível ou intermitente” só poderia ocorrer se prevista em acordo ou convenção coletiva.

O valor da remuneração poderia ser objeto de negociação coletiva.

Outras regras previstas: Os contratos deveriam ser aplicados, preferencialmente, a trabalhadores/as estudantes e trabalhadores/as com idade igual ou superior a sessenta (60) anos de idade.

- **Emenda de Comissão EMC 83/2017 do PL 6787/2016**

Autoria: Laércio Oliveira (SD/SE)

Normas que alteraria: Decreto-Lei nº 5452/1943 (CLT).

Definição de trabalho intermitente: Atividade com descontinuidade ou intensidade variável, onde as partes podem acordar que a prestação de serviço fosse intercalada por um ou mais períodos de inatividade.

Remuneração: Proporcional à quantidade de horas trabalhadas; remuneração proporcional ao valor-hora do salário mínimo; férias, 13º salário e verbas rescisórias calculados com base na média dos valores recebidos durante o período.

Convocação para trabalho: Cinco (05) dias de antecedência quando houvesse contratações fora do período estabelecido em contrato.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: Aspectos não previstos no texto da matéria poderiam ser objeto de acordos ou convenções coletivas.

Outras regras previstas: Os contratos deveriam prever os períodos em que haveria prestação de serviços.

Os contratos intermitentes poderiam ser estendidos para atividades com legislação específica.

Empregado/a poderia prestar serviços para outros empregadores durante o período de inatividade, desde que previsto em contrato.

Trabalho intermitente poderia ser contratado em demandas temporárias conforme disposto na Lei nº 6019/2014.

- **Emenda de Comissão EMC 85/2017 do PL 6787/2016**

Autoria: Laércio Oliveira (SD/SE)

Normas que alteraria: Decreto-Lei nº 5452/1943 (CLT).

Definição de trabalho intermitente: Não dispunha de uma definição específica.

Remuneração: Não dispunha de especificações.

Convocação para trabalho: Não dispunha de especificações.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: Previa que a convenção ou acordo coletivo teria força de lei quando dispusesse sobre o trabalho intermitente.

Outras regras previstas: Não dispunha de especificações.

- **Emenda de Comissão EMC 301/2017 do PL 6787/2016**

Autoria: Herculano Passos (PSD/SP)

Normas que alteraria: Decreto-Lei nº 5452/1943 (CLT).

Definição de trabalho intermitente: Atividade de prestação de serviço de forma descontinuada, independentemente do tipo de atividade desenvolvida pelo/a empregador/a ou função desempenhada pelo/a empregado/a.

Remuneração: Proporcional à quantidade de horas trabalhadas/remuneração não poderia ser inferior àquela paga aos empregados de mesma função; remuneração, proporcional às horas de trabalho, pelo período à disposição, quando o contrato previr que o empregado/a deve aguardar convocação para expediente no local de trabalho; remuneração mínima de vinte por cento (20%) do valor total de horas contratadas se não cumprida a carga horária mensal contratada.

Convocação para trabalho: Convocação com três (03) dias úteis de antecedência, devendo o/a empregado/a comunicar imediatamente se não pudesse comparecer.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: Aspectos não previstos no projeto de lei poderia ser objeto de acordo ou convenção coletiva.

Outras regras previstas: Os contratos poderiam prever se o/a empregado/a deveria permanecer, ou não, no local de trabalho entre períodos de prestação de serviços.

Empregados/as poderiam prestar serviços para outros empregadores durante o período de inatividade.

- **Emenda de Comissão EMC 426/2017 do PL 6787/2016**

Autoria: Fernando Monteiro (PP/PE)

Normas que alteraria: Decreto-Lei nº 5452/1943 (CLT).

Definição de trabalho intermitente: O projeto mencionava o “contrato de trabalho especial”, o qual seria celebrado especificamente pelas empresas atuantes no setor de comércio varejista, padarias, lojas de conveniência

e de refeições, como bares, restaurantes, lanchonetes e redes de *fast food*, com o objetivo de contratar uma quantidade específica de horas por mês.

Remuneração: Não dispunha de especificações.

Convocação para trabalho: Não dispunha de especificações.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: Não dispunha de especificações.

Outras regras previstas: Previa regras para atividades que exigissem serviços aos domingos, como garantia de repouso semanal remunerado que coincidissem com o domingo ao menos uma vez por mês, e escala de revezamento. Dispunha de regras específicas para férias, como a proporção de dias de repouso em função da quantidade de dias efetivamente trabalhados.

Dispunha que quando houvesse mais de sete (07) faltas injustificadas ao longo do período contratado, o período de férias seria reduzido pela metade.

- **Emenda de Comissão EMC 655/2017 do PL 6787/2016**

Autoria: Zé Silva (SD/MG)

Normas que alteraria: Decreto-Lei nº 5452/1943 (CLT).

Definição de trabalho intermitente: Atividade na qual a prestação de serviços não é contínua, alternando com períodos de folga, determinados em dias ou horas, independentemente do tipo de atividade do empregado/a ou do empregador.

Remuneração: Proporcional à quantidade de horas trabalhadas; remuneração não poderia ser inferior àquela paga aos/às empregados/as de mesma função; remuneração pelo período à disposição, paga na proporção de horas de trabalho.

Convocação para trabalho: Convocação com cinco (05) dias úteis de antecedência, devendo o/a empregado/a comunicar imediatamente se não pudesse comparecer.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: Previa que os contratos intermitentes poderiam ser objeto de acordo ou convenção coletiva quanto aos aspectos não previstos no texto do projeto.

Outras regras previstas: Dispunha de regras específicas para casos de acidentes de trabalho.

- **Emenda de Comissão EMC 659/2017 do PL 6787/2016**

Autoria: Laércio Oliveira (SD/SE)

Normas que alteraria: Decreto-Lei nº 5452/1943 (CLT).

Definição de trabalho intermitente: Atividade com prestação de serviço descontínua ou de intensidade variável ao longo do tempo e intercalada por um ou mais períodos de inatividade.

Remuneração: Remuneração proporcional à quantidade de horas trabalhadas; remuneração não poderia ser inferior àquela paga aos/às empregados/as de mesma função; remuneração pelo período à disposição; férias, 13º salário e verbas rescisórias seriam calculadas com base na média dos valores recebidos pelo/a empregado/a intermitente no período de 12 meses, ou no período do contrato se inferior a 12 meses.

Convocação para trabalho: Cinco (05) dias de antecedência quando houvesse contratações fora do período estabelecido em contrato, devendo o empregado/a comunicar imediatamente se não puder comparecer.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: Não dispunha de especificações.

Outras regras previstas: O/a empregado/a poderia prestar serviços para empregadores concorrentes durante o período de inatividade, desde que previsto em contrato.

- **Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista)**

Normas que alteraria: Decreto-Lei nº 5452/1943 (CLT).

Definição de trabalho intermitente: Atividade na qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, alternando com períodos de inatividade, determinados em horas, dias ou meses.

Remuneração: Remuneração proporcional à quantidade de horas trabalhadas; remuneração não pode ser inferior àquela paga aos/às empregados/as de mesma função; o valor da hora de trabalho não pode ser inferior ao valor da hora do salário mínimo; férias proporcionais acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional, repouso semanal remunerado e demais adicionais legais devem ser pagos imediatamente ao final da prestação de serviço.

Convocação para trabalho: Três (03) dias de antecedência, informando qual jornada de trabalho deverá ser cumprida.

A convocação deve ser feita por “qualquer meio de comunicação eficaz”.

O/a empregado/a tem vinte e quatro horas (24h) de antecedência para responder à convocação, não configurando a recusa uma insubordinação.

Objeto de acordo ou convenção coletiva: A convenção ou acordo coletivo tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre o trabalho intermitente.

Outras regras previstas: O período de inatividade não configura tempo à disposição;

O/a empregado/a poderá prestar serviços para outros empregadores.

O empregador deve recolher a contribuição previdenciária e o depósito do FGTS com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá o comprovante destes pagamentos.

O/a empregado/a tem direito a um (01) mês de férias a cada doze meses de prestação de serviço.

Uma vez aceita a convocação para trabalho, a parte que descumprir a tratativa sem justificativa deverá indenizar a outra em cinquenta por cento (50%) do valor da remuneração que seria paga.

**DESIGUALDADES NA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE
TRABALHO INFORMAL DA BOLÍVIA: um estudo de 2000 a 2021**

***INEQUALITIES IN WOMEN'S PARTICIPATION IN THE INFORMAL LABOR
MARKET OF BOLIVIA: a study from 2000 to 2021***

Ana Cristina de Oliveira Mélo*

Alexandre Cesar Cunha Leite**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia no período compreendido entre 2000 e 2021, tendo como principal premissa a realidade de participação precária das mulheres no mercado de trabalho informal, isto é, participação em ocupações que trazem certa instabilidade e más condições de trabalho. Para caracterizar a participação das mulheres no mercado de trabalho foram consideradas a escolaridade, remuneração, horas trabalhadas, tipos de trabalho existentes discriminados por gênero a partir das estatísticas do *Instituto Nacional de Estadística* (INE) da Bolívia, bem como dados do *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe* da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A partir da análise descritiva desses dados, dentre os trabalhos informais organizados pela Cepal, percebeu-se que as mulheres bolivianas estão inseridas, em sua maioria, em trabalhos por conta própria no comércio e serviços. E a maior motivação para que realizem esses trabalhos é a necessidade de subsistência familiar (OIT, 2022). Assim como no restante do mundo, as mulheres recebem menos que os homens e comparativamente com estes, estão mais presentes no mundo do trabalho informal (Cepal, 2022).

Palavras-chave: Mercado de Trabalho Informal. Mulheres. Bolívia. Precarização.

Abstract

This article aims to analyze the participation of women in the informal labor market in Bolivia in the period between 2000 and 2021, having as its main premise the reality of precarious participation of women in the informal labor market, that is, participation in occupations that bring some instability and poor working conditions. In order to characterize the participation of women in the labor market, education, earnings, hours worked, types of work broken down by gender were considered based on statistics from the *Instituto Nacional de Estadística* (INE) of Bolivia, as well as data from the *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe* of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). From the descriptive analysis of these data, among the informal jobs organized by ECLAC, it can be seen that Bolivian women are included, for the most part, in self-employed work in commerce and services. And the greatest motivation for them to perceive these jobs is the need for family subsistence (ILO, 2022). As in the rest of the world, women earn less than men and compared to men, they are more present in the world of informal work (ECLAC, 2022).

Keywords: Informal Labor Market. Women. Bolivia. Precariousness

* Graduada em Ciências Econômicas (UFPB), Mestra em Relações Internacionais (UEPB), doutoranda em Economia Política Mundial (UFABC). E-mail:anacrisomelo@gmail.com.

** Economista, Mestre em Economia Política (PUCSP), especialista em Relações Internacionais e em Cooperação Sul-Sul e Triangular, doutor em Ciências Sociais (PUCSP). Docente da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: alexccleite@gmail.com

Introdução

O crescimento populacional nas cidades latino-americanas levou ao aumento do trabalho informal como uma questão de sobrevivência, resultando em estudos sobre o tema realizados pela OIT e centros de pesquisa em Sociologia e Economia do Trabalho desde a década de 1970. A informalidade é vista como um traço estrutural do modelo econômico e sua presença no mercado de trabalho é tão ampla que as organizações sindicais precisam ser reformuladas, pois já não atendem às novas formas de vínculos de trabalho (Pochmann, 2022). A OIT afirma que 61,2% da população global empregada com mais de 15 anos trabalha em empregos informais, com maiores indicadores nos países do Sul Global (OIT, 2018).

Um condicionante significativo para a participação da mulher no mercado de trabalho de forma precária e informal é o trabalho de reprodução social¹. Esse trabalho é composto pelas tarefas realizadas no âmbito do lar e que não são remuneradas. E o fato de as mulheres, na maioria das famílias, serem as responsáveis pelos afazeres domésticos, atividades de cuidados e de afeto, influencia na participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado. O trabalho de reprodução social pode ser descrito a partir de duas características. Primeiro, ele é um trabalho fundamental no sistema capitalista, pois possibilita que os indivíduos possam sair para trabalhar. Em segundo lugar, esse trabalho, que é realizado majoritariamente por mulheres, é altamente desvalorizado e muitas vezes sequer é reconhecido como trabalho. Assim, a feminização do trabalho reprodutivo influencia diretamente na forma como as mulheres se inserem no mercado de trabalho (Arruzza; Bhattacharya, 2020). Faz-se necessário acrescentar e justificar a escolha da abordagem e Teoria da Reprodução Social utilizada pelos autores deste artigo. Sabe-se que há outras abordagens que tentam explicar as relações de trabalho com o trabalho reprodutivo, entretanto, optou-se por utilizar esta abordagem por entender que ela é a mais adequada para explicar as desigualdades na participação das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que ela parte do pressuposto da divisão sexual do trabalho e da hierarquização entre trabalhos realizados por mulheres e trabalhos realizados por homens.

¹ Arruzza e Bhattacharya (2020) desenvolvem o conceito de Reprodução Social a partir de três esferas, mas enfatizam que a família é a principal, pois é o espaço onde as mulheres realizam as tarefas domésticas e de cuidado e também reproduzem a vida. A Teoria da Reprodução Social traz como pressuposto que esse papel socialmente atribuído às mulheres tem um propósito claro dentro do capitalismo, que é o de se aproveitar da estrutura patriarcal para explorar mulheres e corpos feminizados, mantendo-as em situações vulneráveis. Arruzza (2017) afirma que a Reprodução Social abrange três elementos fundamentais que são: “a reprodução biológica da espécie”, “a reprodução da força de trabalho” e “reprodução das necessidades de provisão e de cuidado”.

Ainda que a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado significativamente nas últimas décadas, ainda há obstáculos significativos a serem superados. Como discutido anteriormente, um desses obstáculos é a responsabilidade desproporcional das mulheres pelo trabalho de reprodução social não remunerado (Arruza; Bhattacharya, 2020). Além disso, a maioria das mulheres trabalhadoras do Sul Global acaba se direcionando para o mercado de trabalho informal, onde enfrentam condições precárias e falta de proteção trabalhista (Gago, 2020). Essa tendência é especialmente evidente na Bolívia, onde a informalidade é generalizada. Assim, é importante examinar como as transformações do capitalismo e a divisão internacional do trabalho influenciam a participação das mulheres no mercado de trabalho informal boliviano e como isso afeta a vida das mulheres que buscam garantir sua sobrevivência e de suas famílias.

Com as grandes transformações nas quais o capitalismo tem passado no mundo, que são condicionadas pela expansão da industrialização e pela busca do crescimento econômico, novas formas de trabalho foram surgindo no fim do século XX e início do século XXI e isso gerou também uma mudança na composição desta força de trabalho em relação ao gênero. Isto é, essas transformações inicialmente estimularam um aumento na quantidade de postos de trabalho, os quais puderam ser ocupados de forma ainda mais efetiva pelas mulheres (Krein, 2013). Segundo relatórios da OIT (2022), a porcentagem de mulheres com mais de 15 anos que participavam da força de trabalho no mundo em 2019 era de 54,5%, enquanto a taxa de participação dos homens era de 73,7%.² De toda a população empregada da América Latina, 53,1% estão inseridas em empregos informais, sendo a Bolívia o país da América do Sul que possui as maiores taxas de informalidade, fato que desperta o interesse e a motivação para se compreender melhor como o mercado de trabalho informal se organiza nesse país. A participação das mulheres no Sul Global é ainda mais expressiva nos anos 2000. Devido à situação de pobreza e inflação, as mulheres procuram participar do mercado de trabalho de

² As mulheres participam menos do mercado de trabalho em relação aos homens e existe uma lacuna significativa no que concerne ao salário recebido por homens e mulheres. As razões para essa diferença na participação são diversas. Há países em que a legislação, muito influenciada por normas religiosas, não permite que mulheres realizem trabalhos fora de casa; há também outras questões como o acesso ao transporte e a ausência de um meio seguro e eficiente para se deslocar todos os dias. A diferença salarial é um fator importante nas relações familiares, e o caráter de complementação da renda advinda do trabalho de uma mulher influencia nisso também. Os postos de trabalho que as mulheres geralmente ocupam oferecem uma remuneração mais baixa, exigem uma maior flexibilidade e são instáveis, caracterizando-os como trabalho precário e desigual. Os assédios, provenientes da discriminação pelo gênero, são fatores que também acabam desincentivando as mulheres a ingressarem no mercado de trabalho. É possível perceber que as questões familiares são fatores significativos na escolha da entrada ou não de uma mulher no mercado de trabalho (World Bank, 2011).

forma a complementar a renda da família e a garantir, minimamente, as condições materiais básicas para o autossustento e o sustento dos seus (Gago, 2020). Os dados mais detalhados de pobreza na Bolívia não são atuais, a última atualização é do Censo de 2012. Os resultados da pesquisa, nomeado como “Componentes do índice de necessidades básicas insatisfeitas, por região, censo 2012” mostram que 31% vivem em habitações inadequadas, 43,6% não possuem serviços de água e saneamento e 42,9% das pessoas possuem insuficiência na educação. As mulheres ainda não são maioria na taxa de ocupação no mercado de trabalho, entretanto o número das que trabalham cresceu significativamente. Logo, faz-se necessário analisar a presença das mulheres no mundo do trabalho e investigar como a globalização e a divisão internacional do trabalho³ influenciaram as condições de participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia. Dentro deste cenário de crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, convém destacar que elas se direcionam, em sua maioria, para a informalidade, ou seja, acabam indo para empregos desregulamentados e sem assistência do Estado.

Na Bolívia, 61% das mulheres com mais de 15 anos estavam inseridas no mercado de trabalho e este mesmo relatório mostra que a porcentagem do emprego informal no total das ocupações é de 83,1% (OIT, 2019). Apesar de os dados mundiais mostrarem que os homens são maioria em ocupar os empregos informais, na Bolívia as mulheres estão mais presentes que os homens nessas formas de trabalho. Enquanto 82,1% dos homens estão ocupando empregos informais, as mulheres expressam 84,2%, desassistidas e em situações mais vulneráveis e precárias (OIT, 2018). Essa diferença se encontra principalmente nos empregos informais realizados em domicílios⁴. Apenas 0,1% dos homens em empregos informais trabalham em domicílios, contra 4,2% das mulheres que estão no setor informal. O trabalho doméstico realizado fora de suas casas é precarizado, mal remunerado e pode até mesmo ser não pago. É nesta forma de dividir o trabalho levando em consideração o gênero de quem realiza que se

³ O capitalismo funciona de forma desigual, os movimentos de capitais e de mão de obra não estão divididos igualmente no mundo, o curso da evolução histórica dos países não é homogêneo, assim, há uma divisão internacional do trabalho que demonstra essa heterogeneidade e que determina qual país deve produzir o quê, e assim, conseqüentemente, como será composta a sua mão de obra (Pocchmann, 2007). Atividades produtivas, que antes eram realizadas nos países desenvolvidos, foram espalhadas pelos países do Sul Global, pois objetivam possuir custos de produção mais baixos e evitar regulações, chegando até mesmo a situações de ilegalidade (Kudva; Benería, 2005). Para compreender melhor sobre as fases da divisão, ver capítulos iniciais de Pochmann (2007).

⁴ Neste estudo, a OIT define que o emprego informal pode estar localizado em três esferas: no setor formal, no setor informal e nos domicílios. Dessa forma, neste estudo, além de os dados estarem segregados por sexo e por idade, estão disponíveis também nessas três esferas. Para compreender melhor a metodologia utilizada, ver OIT (2018).

encontra um dos motivos da desigualdade salarial e de condições desiguais de trabalho entre homens e mulheres. Essa lógica de destinar o trabalho de menor prestígio às mulheres, aos migrantes, aos negros e aos jovens é a mesma que faz com que as grandes corporações fujam para os países de Terceiro Mundo a fim de explorar sua mão de obra abundante e barata e usufruir dessa dependência produtiva à qual os países do Sul Global estão submetidos (Federici, 2021).

Desse modo, parte-se do pressuposto de que as mulheres no mundo, em especial na Bolívia, ocupam cargos com remuneração mais baixa e com instabilidade nos contratos, sofrem assédio e desrespeito no ambiente de trabalho, têm remuneração mais baixa que os homens, trabalham menos horas, pois conciliam seus empregos com o trabalho doméstico e de cuidados, e estão, em sua maioria, submetidas a empregos precarizados (Hirata, 2009). Assim, entende-se que o trabalho informal é o que mais traz características da precarização do trabalho e que, em sua maioria, é exercido por mulheres. Partindo da afirmação acima, este artigo traz a seguinte pergunta norteadora: como se caracteriza⁵ a participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia? A partir desse questionamento, afirma-se que este artigo objetiva analisar como se caracteriza a participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia entre os anos de 2000 e 2021. Para tanto, pretende-se, inicialmente, fazer uma contextualização socioeconômica da Bolívia no século XXI, para que se conheça um pouco do desenvolvimento histórico do capitalismo nesse país. Em seguida, na seção 3, objetiva-se apresentar como as mulheres participam do mercado de trabalho informal da Bolívia. Serão utilizados dados da OIT, da Cepal Estatísticas, do INE Bolívia e de estudos realizados pela ONU. Por fim, à guisa de conclusão, apresentam-se as considerações finais acerca da pesquisa desenvolvida.

Contexto socioeconômico da Bolívia no século XXI

Esta seção objetiva contextualizar, de forma resumida, a Bolívia. A contextualização histórica, social e econômica se faz necessária para que seja mais bem apresentada e compreendida a participação das mulheres no mercado de trabalho informal. Assim, será feita uma apresentação desde o governo de José Manuel Pando Solares, até o atual presidente, Luís Arce. Faz-se importante salientar que o período que antecede o escolhido para esta pesquisa é

⁵ Por caracterizar, compreende-se identificar os setores em que as mulheres estão mais presentes, identificar sua remuneração, horas de trabalho, condições e locais de trabalho e outras características possíveis de serem identificadas através das pesquisas realizadas pelo INE.

tão importante quanto o recorte escolhido, entretanto, não haveria espaço de linhas suficientes para descrever esse longo período de tantas lutas e guerras. O governo de José Manuel (1899 – 1904) marca o início de um período de governança de liberais, e ele foi o responsável por realizar o Censo Geral da República, que contabilizou um total de 1.816.271 habitantes. E a composição populacional do país no final do século XX e início do século XXI era de uma maioria de camponeses indígenas de acordo com Klein (2016, p. 198): “O censo de 1846 estimava que a população indígena representasse 52% da população, e em 1900 eles ainda eram 51% do total nacional”. Para além disso, a taxa de analfabetismo entre os que falavam espanhol era muito alta. Estimava-se que apenas 10% da população acima de 7 anos sabia ler e escrever, o que influenciava a escolha dos políticos, uma vez que apenas alfabetizados podiam votar. Apesar de esse novo governo ser chamado de democrático, ele não possuía nada de participativo em relação aos indígenas camponeses, muito pelo contrário, eles foram ainda mais exploradores do que os caudilhistas anteriores (Klein, 2016).

A atividade econômica de maior relevância e que era mais exportada era o minério. Nas décadas iniciais do século XX, a Bolívia exportava estanho, zinco, cobre, chumbo, volfrâmio, prata e ouro. Ávila (2005) traz registros da participação das mulheres nesta atividade econômica

Las mujeres de los Yanoconas fundían en las guayras la plata rica. Mingas de mujeres indias y jóvenes, por dos reales/día, amalgamaban, previo al proceso y clasificaban el mineral. Las palliris seleccionaban y fundían. En casa, recolectaban pallao de alta ley que los barreteros entregaban al salir de la mina, práctica muy común. Vendían mineral en la famosa plaza o cancha del Khatu, actual de la Casa de la Moneda en Potosí. Con ello buscaban mejorar su ingreso familiar (Ávila, 2005, p. 40).

Segundo Andrade (2012), além de o país cobrar uma taxa de exportação baixa, o preço desses minerais caía no mercado internacional, o que fez com que o país entrasse em profunda recessão nos anos de 1929. Em 1931, a empresa estadunidense Standart Oil Co. passa a operar no país com o compromisso de pagar 11% de taxa de royalties para o Estado. Até aquele momento, todas as empresas que atuavam no país na extração do petróleo e do gás eram estrangeiras. Sob suspeita de que essa empresa havia ajudado os paraguaios na guerra do Chaco, além de irregularidades no pagamento de royalties e outras fraudes, o presidente David Toro⁶ nacionaliza a Standart Oil e cria o YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*) com

⁶ Este presidente foi responsável por criar o Ministério do Trabalho e Previdência Social, aprovou a Lei de Sindicalização Obrigatória e criou o Ministério de Minas e Energia, ou seja, medidas que objetivavam melhorar a vida dos trabalhadores bolivianos, diferentemente dos seus sucessores, que eram generais militares que só favoreciam a elite mineira e os latifundiários (Andrade, 2012).

objetivo de explorar, refinar, transportar e comercializar o petróleo e gás da Bolívia. Quando foi nacionalizada, a YPFB dobrou a produção de estanho, pois desejava-se amenizar o baixo desempenho da economia, que já se arrastava há algum tempo e que foi ainda mais impactada com a guerra do Chaco.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos pressionaram a Bolívia a manter os preços abaixo do mercado, o que prejudicou os trabalhadores da mineração, cujas remunerações foram reduzidas e a carga horária de trabalho ampliada. Isso resultou em problemas de saúde e várias mortes por tuberculose na região de Catavi, em 1948. Apesar das medidas nacionalistas de proteção, a economia boliviana era altamente dependente desse período, o que levou à crise econômica, desemprego, inflação, fome e revolta popular. Na década de 1950, a maioria da população boliviana vivia em áreas rurais, onde a vida refletia o período colonial, com grandes propriedades de terra controladas por poucos e indígenas trabalhando de graça ou a troca de alimentação (Andrade, 2012). Na Bolívia, até os anos 1950, apenas 10% da população estava empregada em áreas de exploração do gás e do petróleo e da produção mineira, apesar de essas atividades serem a espinha dorsal da economia do país, a grande maioria dos trabalhos estava ligada a atividades rurais.

A Revolução Boliviana de 1952 foi liderada por massas populares urbanas e trabalhadores da mineração com o objetivo de nacionalizar as empresas mineradoras. A Comibol foi criada para comandar as mineradoras, mas a expectativa de crescimento não ocorreu devido a diversos fatores como a queda dos preços do estanho, má gerência, permissão de entrada de empresas estrangeiras e esgotamento das minas. O presidente da Bolívia na época, Victor Paz Estenssoro, objetivava nacionalizar as minas, mas mantendo laços com os Estados Unidos para modernizar as maquinarias. No entanto, houve uma contradição com a abertura para novas empresas estrangeiras na produção de petróleo e gás (Andrade, 2012).

A ditadura militar na Bolívia ocorreu entre 1964 e 1982 e contou com presidentes liberais e entreguistas, mas também com alguns interessados na nacionalização da produção de petróleo e gás. O presidente Juan José Torres González tentou ser conciliador, defendendo a nacionalização da produção de petróleo e gás e criando a Comuna de La Paz, um parlamento operário-popular, mas fracassou.

Na década de 1970, a Bolívia experimentou um período de crescimento econômico impulsionado pelos preços altos das commodities, como o petróleo, o estanho, a coca, o níquel e o gás natural (Arévalo Luna, 2016). No entanto, a dependência dessas exportações deixou o país vulnerável aos preços de mercado, o que contribuiu para a crise econômica na década de

1980. Durante os anos 1970, Hugo Banzer Suárez governou a Bolívia por meio de um golpe e promoveu a abertura comercial e a atração de capital estrangeiro. Os anos 1980 foram marcados pela queda do PIB devido à falta de estanho, baixa atividade manufatureira, queda na construção e hiperinflação (Andrade, 2012).

O governo do MNR, liderado por Victor Paz Estenssoro, em 1982, se alinhou às políticas econômicas ditadas pelo FMI, resultando em medidas que aprofundaram a instabilidade econômica e política da Bolívia (Andrade, 2012). O plano de estabilização e abertura externa em 1986 resultou em um aumento na taxa de desemprego, redução nos salários reais e maior participação de atividades informais no total do emprego (Jemio Mollinedo, 1999). Essa combinação de fatores contribuiu para o surgimento de novas posturas ideológicas, como o *Movimiento al Socialismo* (MAS), liderado por Evo Morales, que se inspirou no bolivarianismo, no indigenismo e nacionalismo.

Nos anos 1990, o governo do MIR acelerou o processo de privatização na Bolívia e enfraqueceu a resistência popular. As privatizações ilegais continuaram até os anos 2000, prejudicando os povos indígenas e o meio ambiente. As movimentações populares se reanimaram nos anos 2000, culminando na vitória da chamada Guerra da Água em Cochabamba, que reverteu a privatização da companhia de água. Essas mobilizações se expandiram para exigir melhor administração dos hidrocarbonetos, principais riquezas do país.

O governo do MAS implementou mudanças sociopolíticas, culturais e econômicas na Bolívia com o objetivo de promover inclusão social e justiça. O governo foi caracterizado como uma revolução multiétnica, multicultural, plurinacional e democrática, com o intuito de incluir a população indígena nos espaços políticos de decisão. No âmbito econômico, o objetivo era reduzir a desigualdade entre a minoria rica e a maioria camponesa e indígena, através da nacionalização das empresas exploradoras de hidrocarbonetos (Gil, 2008). Na primeira década do século XXI, a América Latina teve um período de crescimento econômico, o que resultou em uma redução da desigualdade e pobreza devido ao aumento da demanda e preços internacionais das matérias-primas, gerando expansão do emprego e dos salários, principalmente para trabalhadores menos qualificados.

Participação da mulher no mercado de trabalho informal da Bolívia

As políticas neoliberais implementadas na década de 1980 na América Latina influenciaram fortemente o mercado de trabalho na Bolívia, levando a uma precarização das formas de vínculos

de trabalho, ampliação da terceirização e insegurança laboral, além de gerar o processo de feminização da pobreza. Objetiva-se neste tópico descrever e analisar como ocorre a participação das mulheres no mercado de trabalho informal da Bolívia, ou seja, compreender de forma detalhada quais são as ocupações em que elas mais estão presentes, quais são as remunerações, quais são as condições de trabalho e como isso tudo se diferencia em relação aos homens.

Quando estudamos mercado de trabalho, o primeiro conceito que precisamos ter em mente é o de PEA (População Economicamente Ativa) que, de acordo com o INE, consiste basicamente na população que está trabalhando naquele período de referência ou que estava buscando emprego de forma ativa. Apesar de termos esse conceito bem definido e aplicado nas pesquisas, faz-se necessário questionar a real participação das mulheres na PEA. Existe uma noção no imaginário dos homens, da sociedade, das empresas e até mesmo das próprias mulheres que sua participação no mercado de trabalho é secundária. Desta forma, o desalento⁷ é muito presente na vida real das mulheres. O fato de elas não participarem da PEA não significa que não estejam produzindo ou que estejam sem fazer nada, ao contrário, muitas vezes estão sobrecarregadas com tantas tarefas acumuladas que são realizadas de forma invisível e não remunerada (Abramo, 2007). Entretanto, como na Bolívia não há dados, nem pesquisas que busquem analisar com mais detalhes o tempo que as mulheres passam realizando atividades domésticas e de cuidados de forma não remunerada ou outras atividades que elas estejam realizando, teremos que levar em consideração os dados disponíveis, cuja base é a População Economicamente Ativa, seja ela ocupada ou desocupada.

A pesquisa domiciliar do INE mostra a porcentagem de pessoas, segregada por sexo, que realizam tarefas não remuneradas, seja ajudando algum parente na empresa ou auxiliando nas atividades domésticas dentro de casa. As tabelas abaixo mostram a distribuição percentual da população, segregada por sexo e local (rural e urbana) de 2000 a 2017 (INE, 2017).

Tabela 1 - Distribuição percentual da população da zona urbana da Bolívia classificada como trabalhadora familiar e aprendiz sem remuneração de 2000 a 2017

Ano	Mulheres	Homens
2000	11,0	5,1
2001	17,1	10,1
2002	11,9	6,2
2003/2004	13,9	7,7
2005	12,0	5,8
2006	11,9	5,8
2007	9,6	4,4

⁷ De acordo com o IBGE, os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis na semana de referência, entretanto, não buscaram emprego pois perderam as esperanças de encontrar algo (IBGE, 2021).

2008	14,3	6,2
2009	12,9	5,4
2011	14,8	5,7
2012	9,6	4,2
2013	11,6	4,3
2014	12,8	5,4
2015	10,9	3,9
2016	11,9	5,3
2017	10,3	4,1

Fonte: Instituto Nacional de Estadística - Encuesta de Hogares (2017), elaboração da autora.

É possível perceber que a porcentagem das pessoas que são trabalhadores familiares ou aprendizes sem remuneração é maior na zona rural que na zona urbana, e ao observarmos a diferença entre homens e mulheres, percebemos que estas estão em maior quantidade.

Tabela 2 - Distribuição percentual da população da zona rural classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração de 2000 a 2017

Ano	Mulheres	Homens
2000	71,4	27,7
2001	70,4	31,9
2002	74,7	32,2
2003/2004	58,8	24,5
2005	68,3	30,6
2006	71,1	30,7
2007	65,0	30,2
2008	64,5	28,8
2009	63,2	24,5
2011	65,8	26,6
2012	56,0	21,7
2013	60,4	22,7
2014	66,1	26,5
2015	56,1	19,7
2016	57,2	23,9
2017	55,7	20,4

Fonte: Instituto Nacional de Estadística - Encuesta de Hogares (2017), elaboração da autora.

A partir de 2015 a pesquisa sobre emprego passa a ser a *Encuesta Continúa de Empleo*, e ela mostra tanto os dados mensais como trimestrais de 2015 até o tempo presente. Desta forma, as Tabelas 4 e 5 mostram a distribuição percentual da população classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração na zona urbana e na zona rural, respectivamente, de 2018 a 2021. Como a *Encuesta Continúa de Empleo* é trimestral, serão mostrados dados do 4º trimestre de cada ano.

Tabela 3 - Distribuição percentual da população da zona urbana classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração do 4º trimestre de 2018 a 2021

	4T-2018	4T-2019	4T-2020	4T-2021
Mulheres	14,12	13,99	15,24	16,61
Homens	7,17	7,47	9,40	11,40

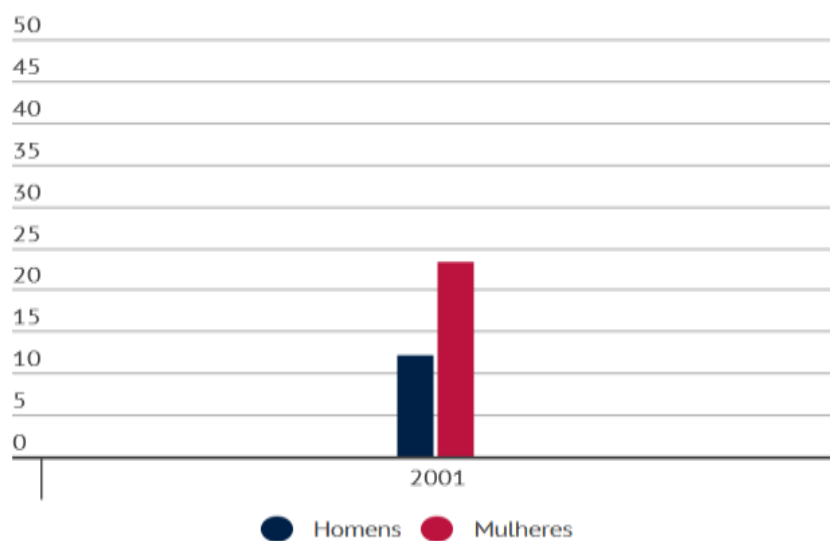
Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Encuesta Continúa de Empleo (2022), elaboração da autora.

Tabela 4 - Distribuição percentual da população da zona rural classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração do 4º trimestre de 2018 a 2021

	4T-2018	4T-2019	4T-2020	4T-2021
Mulheres	62,45	51,40	-	52,91
Homens	17,01	15,83	-	13,76

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Encuesta Contínua de Empleo (2022), elaboração da autora.

A *Encuesta Contínua* permite obter uma maior riqueza de detalhes, uma vez que seu questionário é mais amplo e busca perceber as diferentes formas e configurações de empregos. Em 2001, foi feita uma pesquisa que trazia mais detalhes sobre o trabalho doméstico. Desta forma, temos dados de proporção de horas dedicadas aos afazeres domésticos segregados por sexo. O Gráfico 1 mostra essa diferença.

Gráfico 1 - Bolívia - Proporção de tempo dedicado a afazeres domésticos e de cuidados não remunerados, segundo sexo, em 2001 (em porcentagem)⁸

Fonte: Cepalstat; Cepal; Nações Unidas, 2022.

Enquanto os homens dedicam, em média, 12,1% do seu tempo, por semana, para a realização das atividades domésticas e de cuidados, as mulheres dedicam 23,3%, quase o dobro do seu tempo, para cuidar da casa e de pessoas que necessitem de cuidados como crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência. O trabalho doméstico e de cuidados inclui preparação de alimentos, lavagem de louça, limpeza e manutenção da casa, lavar e passar roupa, jardinagem, cuidados com os animais de estimação, compras para o lar, instalação, manutenção

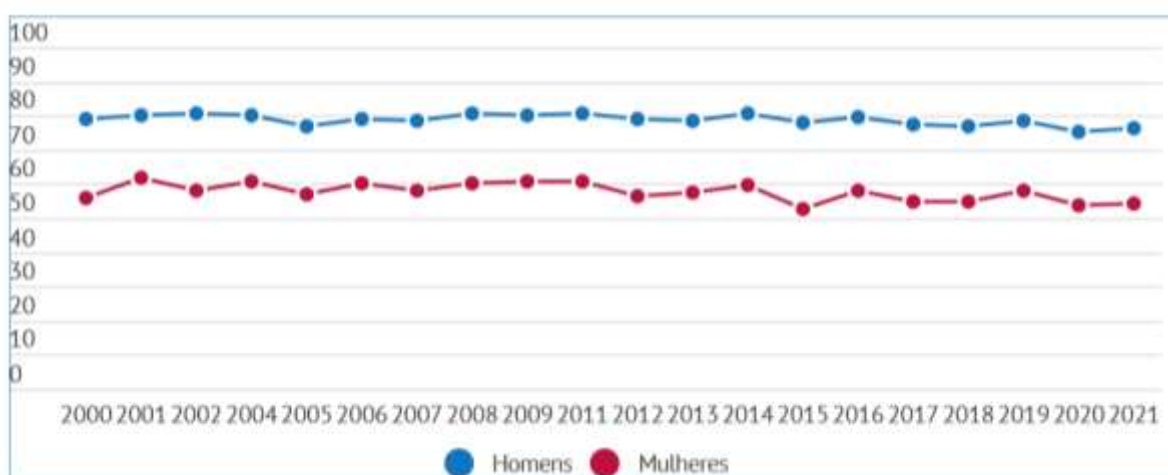
⁸ Este indicador se expressa em porcentagens, pois se refere à proporção de tempo, tendo como base o total de 24 horas, em que o indivíduo gasta realizando atividades domésticas não remuneradas em seu próprio domicílio ou em outros. Ele corresponde ao indicador do ODS 5.4.1 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) cujo objetivo é alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas (Cepal, 2021).

e reparação de bens pessoais e de uso doméstico, cuidados com crianças, enfermos e idosos e pessoas incapacitadas. Esse indicador se refere ao indicador do Objetivo 5 dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). O indicador 5.4.1 pretende mostrar a proporção de tempo gasto em trabalho doméstico e em prestação de cuidados não pagos para que se possa:

reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestruturas e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais (ODS, 2022).

De acordo com os dados da pesquisa domiciliar do INE e organizados pela Cepal, a porcentagem de homens ocupados é maior do que a porcentagem de mulheres ocupadas. Além disso, é possível perceber que há um hiato significativo entre as duas porcentagens. Em 2021, 76,2% dos homens estavam ocupados enquanto esta taxa para as mulheres era de 54,4%, conforme observado no Gráfico 2 (INE, 2022).

Gráfico 2 - Bolívia - Porcentagem de homens e mulheres ocupados entre 2000 e 2021



Fonte: Cepalstat; Cepal; Nações Unidas, 2022.

Do total da População Economicamente Ativa, a taxa de desocupados entre homens e mulheres varia significativamente com os anos. Entretanto, estão bem próximas, como mostra o Gráfico 2. A taxa de desocupação das mulheres é mais alta do que a taxa de desocupação dos homens, apesar da diferença entre eles não ser tão grande. A partir de 2020 há uma queda na participação da população pois já se percebe os efeitos da pandemia no mercado de trabalho. A partir dos dados apresentados no gráfico 2, é possível perceber que ao longo do tempo a participação de homens e mulheres na taxa de ocupação não se modificou, entretanto, é preciso enfatizar que dentro desta taxa há nuances. A taxa de ocupação é subdividida entre cinco categorias ocupacionais: Empregadores, assalariados, conta própria, serviço doméstico e

familiares não remunerados. Na Tabela 5 pode-se observar a diferença na ocupação dentre as cinco categorias acima descritas.

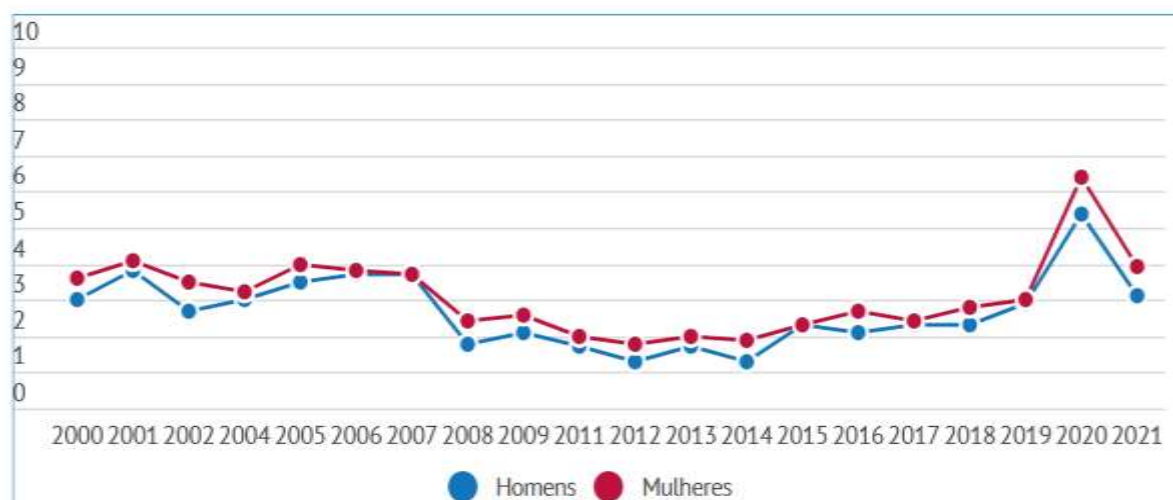
Tabela 5 - Distribuição da população ocupada por categoria ocupacional e sexo no ano de 2021 (porcentagem do total da população ocupada)

Categoria ocupacional	Mulheres	Homens
Empregadores	1,7	4,6
Assalariados	27,8	37,2
Conta própria	41,7	49,8
Serviço doméstico	4,3	0,1
Familiares não remunerados	24,4	8,2

Fonte: Cepalstat; Cepal; Nações Unidas, 2022.

Estes dados apresentados na Tabela 5 nos mostram as diferenças e lacunas na participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. É possível perceber que as mulheres são minoria em posições de empregadoras e são maioria em serviços a familiares de forma não remunerada. Além disso, estes dados não mostram o trabalho doméstico e de cuidados realizados dentro de suas próprias casas. Essa categoria ocupacional chamada “Familiares não remunerados” se refere a ajudas prestadas e oferecidas a empreendimentos produtivos de familiares sem ter qualquer tipo de remuneração em troca. As informações de trabalho doméstico e de cuidados estão apresentadas no gráfico 1, só foram apresentados dados de 2001 pois era o único ano com essas informações disponíveis na base de dados e publicações estatísticas da Cepal. A pesquisa do uso do tempo – que não é comum na grande maioria dos países da América Latina – consegue mostrar dados detalhados do uso do tempo e relacioná-los com diversas variáveis transversais como gênero, raça, etnia, renda, localização geográfica, entre outras.

Gráfico 3 - Bolívia - Porcentagem de Desocupados da População Economicamente Ativa com 15 anos ou mais entre 2000 e 2021



Fonte: Cepalstat; Cepal; Nações Unidas, 2022.

No gráfico 3 é possível perceber, como efeito da pandemia de Covid-19, uma elevação na taxa de desocupados tanto dos homens quanto das mulheres, no ano de 2020. No ano de 2021, observa-se uma queda na taxa de desocupação na Bolívia pois as pessoas, a despeito de demissões e interrupções de contrato de trabalho, precisam sobreviver, desta forma, observa-se, por exemplo, um aumento na taxa de participação de mulheres trabalhadoras no serviço doméstico e familiares não remunerados. Em 2020, a porcentagem do total de ocupados de mulheres trabalhadoras em serviços domésticos era de 3,1%; em 2021, esta taxa passou para 4,3%. Este aumento por si só não explica a redução da taxa de desocupação, um outro fator que pode influenciar é o crescimento da População Economicamente Ativa do país no quarto trimestre de 2022. Houve uma variação positiva de 11,1% em comparação ao quarto trimestre de 2021, o que pode influenciar também na variação da taxa de desocupação (INE, 2022).

Ao se tratar de ocupações informais, objetiva-se a partir daqui compreender como as mulheres estão posicionadas neste mercado. Entende-se por ocupação informal aquela que, para além das baixas remunerações, também expõe os trabalhadores a empregos vulneráveis e precarizados e que são, geralmente, excluídos dos programas de proteção social formais (Barrientos, 2005).

A metodologia utilizada pelas publicações estatísticas da Cepal, que se baseia nas pesquisas domiciliares realizadas pelos países, que no caso da Bolívia é o INE, segrega o trabalho informal da seguinte forma: Microempresa: Empregador; Microempresa: Assalariados (Profissionais e técnicos) e assalariados (Nem profissionais, nem técnicos); Emprego doméstico; Trabalhadores independentes não qualificados: Indústria e construção; Trabalhadores independentes não qualificados: Comércio e serviços; Trabalhadores independentes não qualificados: Agricultura, pecuária e outros.

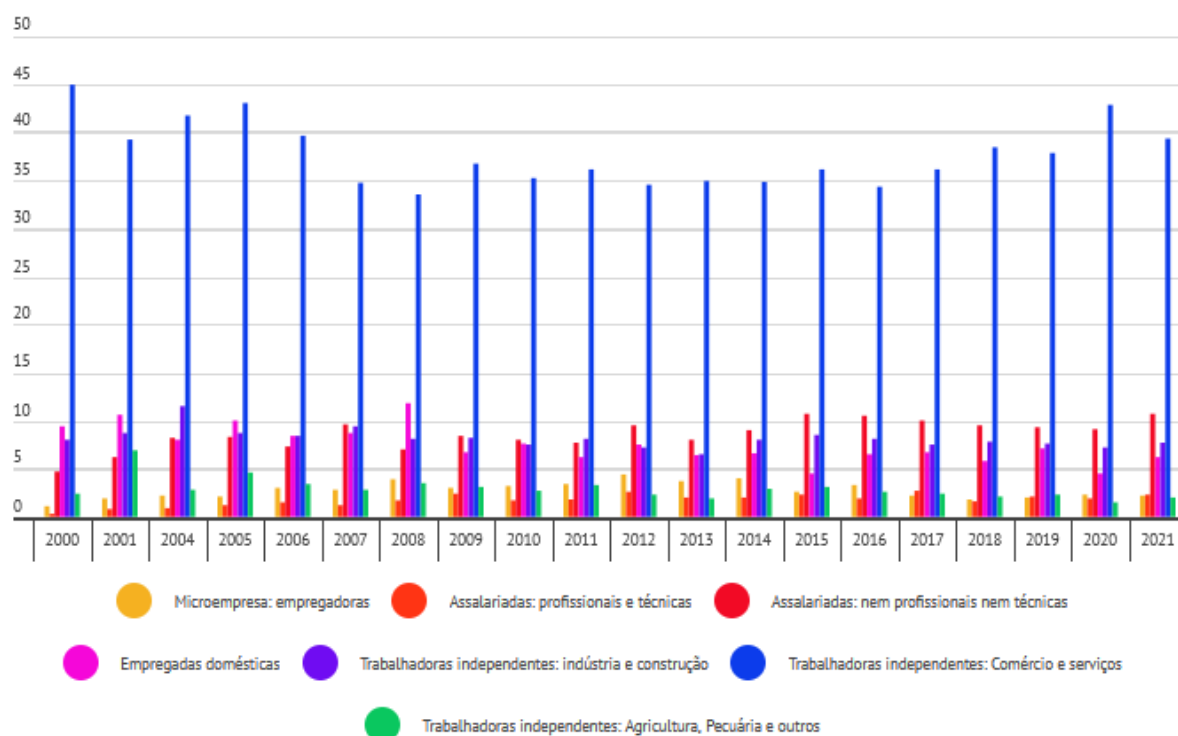
As estatísticas da Cepal definem o trabalho informal como:

[...] empleos que presentan precariedad desde el punto de vista de los salarios, duración en el tiempo, seguridad social, etc. Se entiende como ocupada en el sector de baja productividad (informal) aquella persona que es empleador o asalariado (profesional y técnico o no) que trabaja en empresas con hasta 5 empleados (microempresas), que trabaja en el empleo doméstico o que es trabajador independiente no calificado (cuenta propia y familiares no remunerados sin calificación profesional o técnica) (Cepalstat, 2022).

Esta forma de classificar a informalidade parece mais completa, pois inclui os trabalhadores que estão desprotegidos pela proteção social e inclui os trabalhadores que, mesmo assegurados na forma de microempreendedores, ainda apresentam características da informalidade.

O Gráfico 4 mostra como as mulheres participam do mercado de trabalho informal na Bolívia de acordo com a classificação apresentada acima. É possível perceber que elas estão mais presentes nos cargos que não exigem profissionalização ou níveis elevados de estudo do que nos cargos que exigem. Faz-se necessário lembrar que estes dados são referentes apenas à zona urbana, por isso uma baixa porcentagem na classificação de trabalhadoras independentes na agricultura e pecuária.

Gráfico 4 - Bolívia – Participação das mulheres no mercado de trabalho informal de 2000 a 2021 (porcentagem do total da população ocupada urbana)



Fonte: Cepalstat; Cepal; Nações Unidas, 2022.

De acordo com um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), é importante destacar a participação significativa das mulheres como trabalhadoras independentes no setor de comércio e serviços. O estudo da OIT concentrou-se especificamente na compreensão da atividade das mulheres que trabalham por conta própria na Bolívia. Os resultados mostram que essas mulheres se envolvem tanto em atividades manufatureiras quanto em atividades de serviços e comércio. No setor manufatureiro, elas se dedicam principalmente à produção de artesanatos, à transformação simplificada de produtos e à inovação em outros segmentos, como a elaboração de bebidas não alcoólicas, a transformação de alimentos, a produção de confecções, artigos de couro, fitocosméticos, calçados e outros artesanatos. No

entanto, a maioria das mulheres trabalhadoras por conta própria está envolvida no comércio. Já no setor de serviços, muitas delas atuam como cabeleireiras, cuidadoras da aparência, cozinheiras, arranadoras de flores e prestadoras de outros serviços de reparos domésticos.

O estudo da OIT (2022) utilizou tanto dados secundários extraídos do Instituto Nacional de Estatística (INE) quanto dados obtidos por meio de questionários aplicados a um grupo específico de mulheres que trabalham por conta própria. As entrevistas permitiram uma compreensão mais aprofundada da realidade dessas mulheres, fornecendo detalhes mais ricos do que as pesquisas domiciliares institucionais.

De acordo com a OIT (2022), as mulheres que atuam no comércio são principalmente varejistas de uma ampla variedade de produtos, desde alimentos preparados até utensílios domésticos, móveis, livros e uma ampla gama de outros produtos. Elas também comercializam brinquedos, equipamentos eletrônicos, roupas femininas e se envolvem em comércio ambulante de diversos itens. Em 2020, das mulheres que trabalhavam por conta própria, 74,8% estavam envolvidas nas áreas de Comércio, Restaurantes e Hotéis, enquanto a manufatura representava 13,3% da participação (OIT, 2022).

O estudo publicado em 2022 revela algumas características das mulheres que trabalham por conta própria no comércio e na produção. Quando questionadas sobre sua motivação para iniciar um negócio próprio, muitas delas mencionaram a necessidade econômica, psicológica ou social, ou a oportunidade de ingressar nessa atividade. De acordo com Zamora (2015, p. 48), “no caso da Bolívia, grande parte do setor informal é, sem dúvida, resultado da falta de oportunidades de emprego, ou seja, da 'exclusão' de muitos trabalhadores que desejariam fazer parte do setor formal”. Além disso, segundo López (2011), têm ocorrido mudanças demográficas nos países da América Latina, especialmente nos países andinos, em relação à estrutura das famílias. As famílias estão se tornando cada vez menores e mais frequentemente chefiadas por mulheres, o que tem levado a uma redução na quantidade de crianças presentes nas famílias.

As mulheres iniciam sua participação em atividades de comércio por conta própria durante a infância ou adolescência, enquanto aquelas envolvidas em atividades produtivas iniciam essa atividade econômica na juventude ou vida adulta. Segundo as entrevistas realizadas, as comerciantes trabalham, em média, de 14 a 16 horas por dia, enquanto as envolvidas em atividades produtivas dedicam de 12 a 14 horas diárias. A maioria delas trabalha mais de 12 horas por dia. Além da carga horária extensa, muitas dessas mulheres não têm

descanso ao chegar em casa. De acordo com a OIT (2022), as mulheres dedicam em média 23,5 horas por semana ao trabalho doméstico. Isso resulta na falta de tempo para atividades de lazer, descanso e na dificuldade de conciliar tarefas. O trabalho por conta própria oferece flexibilidade de horários, mas isso torna a separação entre vida profissional, social, política, estudos e vida pessoal uma realidade distante para essas mulheres. Portanto, é desafiador quantificar o tempo dedicado ao trabalho remunerado e às atividades domésticas, já que essas esferas estão frequentemente entrelaçadas.

Considerações finais

A realidade de participação das mulheres no mercado de trabalho informal da Bolívia é marcada por muita precariedade, por jornadas extensivas de trabalho, por baixas remunerações, por desproteção social e total vulnerabilidade. Este artigo, que é resultado da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, tentou analisar como ocorre a participação das mulheres no mercado de trabalho informal naquele país. Tendo em vista o fato de a pesquisa não ter sido realizada no país, observou-se a realidade a partir de dados e publicações feitas por instituições especializadas no assunto como a OIT, Cepal, ONU Mulheres, Rede WIEGO e Rede REMTE.

A sociedade capitalista e patriarcal determina papéis sociais e econômicos para os homens e as mulheres. E nessa divisão há hierarquia, desigualdade e violências. Com o surgimento e as transformações no sistema capitalista, as mulheres, em diferentes épocas, cumpriram e cumprem papéis que servem ao capitalismo, propiciando aumento nos lucros dos donos do capital. Isto é, quando foi útil que elas trabalhassem em fábricas, elas estavam massivamente no mercado de trabalho, quando foi útil que elas se mantivessem em casa cuidando das atividades domésticas e de cuidado, assim permaneceram por muito tempo e até hoje muitas ainda permanecem.

Por fim, na seção 3 observou-se como as mulheres participam do mercado de trabalho informal por meio de dados disponíveis na Cepal e na OIT que são provenientes do INE. Os dados mostram que as meninas e mulheres são maioria nos trabalhos não remunerados em casa ou no campo. No ano de 2020 e 2021, essa quantidade cresceu em relação ao ano anterior, o que se deve à maior presença de pessoas em casa e à perda de postos de trabalho por conta da pandemia de Covid-19. Entretanto, a estrutura patriarcal em que vivemos direciona estes trabalhos sem remuneração e desprestigiados às mulheres. Se todos precisam e dependem do

trabalho de cuidados porque só as mulheres o realizam? E ao observar o rendimento das mulheres, estes são mais baixos que os dos homens em todas as categorias apresentadas no estudo. Dentre as categorias de trabalho informal disponibilizadas pela Cepal, percebe-se que as mulheres estão mais presentes em atividades por conta própria, sendo a grande maioria delas na área de comércio e serviços (OIT, 2022).

A situação de trabalho das mulheres na Bolívia é de precariedade e baixos rendimentos. As principais motivações para a presença delas neste mercado é a necessidade (falta de empregos formais) e a flexibilidade de horários no trabalho, para que elas consigam conciliar com as atividades domésticas e de cuidados em suas casas (World Bank, 2011). A precarização destes trabalhos ocupados pelas mulheres, neste sentido, é um resultado do modelo neoliberal implantado na América Latina nos anos 1990, cujas condições de trabalho, que antes já eram deterioradas, se tornaram ainda piores.

A heterogeneidade do mercado de trabalho informal é uma realidade no mundo do trabalho da Bolívia. Desta forma, para que se pense em políticas públicas para esses trabalhadores, é preciso pensar em seus grupos de forma diferenciada, levando em consideração as diferenças entre a estrutura urbana e rural do país. E mais urgente que isso, é preciso levar em conta o fator gênero, idade, e etnia, pois estes grupos possuem necessidades diferenciadas.

Referências

- ABRAMO, Lais Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: 10.11606/T.8.2007.tde-23102007-141151. Acesso em: 29 nov. 2022.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea. **Cadernos de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, p. 91-133, 2012.
- ARRUZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 39-60, 2017.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thiti. Teoría de la Reproducción Social. Elementos Fundamentales para un feminismo marxista. **ARCHIVOS de historia del movimiento obrero y la izquierda**, n. 16, p. 37-69, 2020.
- ARÉVALO LUNA, Guillermo Alexander. Economía y política del modelo boliviano 2006-2014: evaluación preliminar. **Apuntes del CENES**, v. 35, n. 61, p. 147-174, 2016.
- ÁVILA, Eduardo Chaparro. **La mujer en la pequeña minería de América Latina: El caso de Bolivia**. Chile: Cepal, 2005.
- BARRIENTOS, Armando. Social protection and informal employment in Latin America: from the weak to the strong? KUDVA, Neema; BENERÍA, Lourdes (org.). **Rethinking informalization: poverty, precarious jobs and social protection**. New York: Cornell University, p.112-127, 2005.
- CEPAL. **Base de dados y publicaciones estadísticas**. CEPALSTAT, 2022.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

- GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.
- GIL, Aldo Durán. Bolívia: duas revoluções nacionalistas? **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, p. 157-189, 2008.
- HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 24-41, 2009.
- IBGE. **Desemprego**. PNAD Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- INE. Instituto Nacional de Estadística. Encuesta Contínua de Empleo. La Paz: INE, jan. 2022. Disponível em: <<https://www.ine.gob.bo/index.php/boletines-estadisticos-ece/>> Acesso em: 20 jun. 2024
- INE. Instituto Nacional de Estadística. Encuesta de Hogares. La Paz: INE, jan 2017. Disponível em: <<https://www.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-sociales/empleo-mercado-laboral/encuesta-de-hogares/>> Acesso em: 01 jun. 2024
- JEMIO MOLLINEDO, Luis Carlos. Reformas, crecimiento, progreso técnico y empleo en Bolivia. **Serie Reformas Económicas**. CEPAL, 1999.
- KLEIN, Herbert S. **História da Bolívia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- KREIN, José Dari. As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 6-25, 2013.
- KUDVA, Neema; BENERÍA, Lourdes. **Rethinking informalization: poverty, precarious jobs and social protection**. New York: Cornell University, 2005.
- ODS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Objetivo 5**, 2022. Disponível em: <https://ods.pt/objectivos/5-igualdade-de-genero/>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- OIT; ONU Mujeres; PNUD. **Caracterización de mujeres cuentapropistas informales en Bolivia**. Estudio comprensivo. Bolivia: OIT, 2022.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Mujeres y hombres en la economía informal: un panorama estadístico (tercera edición)**. Ginebra: OIT, 2018.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- POCHMANN, Marcio. **O sindicato tem futuro?** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.
- WORLD BANK. **World development report 2012: Gender equality and development**. Washington: The World Bank, 2011.
- ZAMORA, Elizabeth Jimenez. **La evolución del empleo de las mujeres en Bolivia: Avances y desafíos (2001-2012)**. La Paz: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía (REMTE), 2015.

Recebido em: 12/07/2023

Aceito em: 30/08/2023

**O AUXÍLIO EMERGENCIAL E A FINANCEIRIZAÇÃO DA POBREZA NO
GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)**

***EMERGENCY AID AND THE FINANCIALIZATION OF POVERTY IN BOLSONARO'S
GOVERNMENT (2019-2022)***

Guilherme Figueredo Benzaquen¹

Resumo

O Auxílio Emergencial foi instituído, em 2020, com o intuito declarado de mitigar as consequências socioeconômicas da covid-19. Esse programa de transferência de renda contemplou parte significativa da população brasileira, em especial os mais pobres. Diante disso, o objetivo do artigo é analisar o modo de gestão da pobreza pelo Estado brasileiro em sua implementação. Isso foi feito com uma análise de dados e discursos públicos que contemplam o intervalo temporal da gestão Bolsonaro (2019-2022). A nossa tese é a de que esse programa se insere em um processo de financeirização da pobreza já antes em vigor no país por conta de duas operações principais: a bancarização digital e a promoção do microcrédito. Defendemos que esse modo de gestão da pobreza é constitutivo da forma contemporânea de reprodução do capitalismo, que requer processos cada vez mais generalizados de expropriação e de extrativismo financeiro.

Palavras-chave: Auxílio Emergencial. Pobreza. Financeirização. Capitalismo.

Abstract

The Emergency Aid program was instituted in 2020 with the declared intention of mitigating the socioeconomic consequences of Covid-19. This cash transfer program covered a significant part of the Brazilian population, especially the poorest. The objective of the article is to analyze how the Brazilian State managed poverty in the implementation of the Emergency Aid. The research was carried out with an analysis of data and public speeches that contemplate the temporal interval of the Bolsonaro administration (2019-2022). Our thesis is that this program is part of an ongoing process of financialization of poverty through two main operations: digital banking and the promotion of microcredit. We argue that this mode of poverty management is constitutive of the contemporary form of reproduction of capitalism, which requires increasingly generalized processes of expropriation and financial extractivism.

Keywords: Emergency Aid. Poverty. Financialization. Capitalism.

¹ Pós-doutorando no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). E-mail: benzaquenguilherme@gmail.com. A presente pesquisa contou com apoio da FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Processo BFP-0181-7.02/20) e do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo 173359/2023-0).

Introdução

Desde o início, já estava definido que o debate sobre os impactos econômicos seria central na vivência e gestão da pandemia de covid-19. No Brasil, isso atingiu um caráter dramático, pois o presidente Jair Bolsonaro adotou um enquadramento do problema em que a economia supostamente seria mais prejudicada se as medidas sanitárias fossem executadas (Bahia *et al.*, 2021). Porém, ao mesmo tempo, e sob pressão, o governo federal implementou algumas medidas protetivas que incluíram a instituição do Auxílio Emergencial. Esse programa de transferência de renda tinha como objetivo declarado mitigar as consequências socioeconômicas da pandemia de covid-19. Diante desse cenário, propomos a seguinte questão: o que o Auxílio Emergencial revela acerca da gestão da pobreza e da reprodução do capitalismo no Brasil contemporâneo?

Para respondê-la, analisamos a gestão estatal da pobreza a partir de dados públicos disponíveis em sites e relatórios oficiais que contemplam os quatro anos do governo Bolsonaro. Foram analisados relatórios sobre a execução do orçamento federal, balanços financeiros da União, relatórios de implementação de políticas públicas e legislações sobre o Auxílio Emergencial. De modo mais específico, os documentos analisados foram: a lei 13.982/2020, a medida provisória 1000/20, as páginas on-line da Caixa Econômica Federal (CEF) sobre a Caixa Tem, o Crédito Caixa Tem e a Poupança Social Digital, o site do Ministério da Cidadania sobre o Auxílio Emergencial, o relatório “Balanço da Fiscalização do Auxílio Emergencial” do Tribunal de Contas da União, o “Relatório de Cidadania Financeira 2021” do Banco Central do Brasil, os relatórios “Perfil dos Beneficiários do Auxílio Emergencial pela Covid-19” e “Atuação da Política de Assistência Social no Contexto da Pandemia do Novo Coronavírus” da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e os relatórios “O Brasil com Baixa Imunidade” e “Um País Sufocado: Balanço do Orçamento Geral da União 2020” do Instituto de Estudos Socioeconômicos. Todos os documentos serão utilizados e citados nas análises a seguir. Além disso, foi feita uma análise de conteúdo de falas e entrevistas de Pedro Guimarães, então presidente da Caixa Econômica Federal. As declarações públicas e entrevistas de Guimarães foram importantes porque a CEF atuou como agente pagador do programa. Guimarães foi muitas vezes o rosto centralizador de toda uma arquitetura que envolveu outras instituições federais.

O corpus é, assim, constituído principalmente por dados e discursos sobre o Auxílio Emergencial, o Caixa Tem (aplicativo que possibilitou o pagamento do Auxílio) e o Crédito Caixa Tem (programa de microcrédito que se seguiu ao Auxílio) – o que significa que a CEF

ganha protagonismo em nossa análise por sua representatividade da gestão governamental. De modo geral, realizamos uma análise temática (Braun; Clarke, 2012) que permitiu a organização dos conteúdos do corpus em grandes temas analisados – entre os quais, os mais importantes para o presente artigo foram: pobreza, crédito, bancarização e digitalização. Após a leitura, codificação e aglutinação dos temas, a análise buscou identificar os conteúdos mais relevantes de acordo com os padrões acerca da nossa questão de pesquisa. Como fica perceptível, buscamos compreender a questão com uma perspectiva imanente que privilegia aquilo dito e feito pelo próprio governo federal para, concomitantemente, criticá-lo.

Desse modo, o presente artigo busca contribuir com a crescente literatura sobre o Auxílio Emergencial (Cardoso, 2020; Fares *et al.*, 2021; Nassif-Pires; Cardoso; Oliveira, 2021; Trovão, 2020) com o objetivo principal de analisar a forma de gestão da pobreza pelo Estado na execução do programa. Nossa tese é a de que esse programa se insere em um processo de financeirização da pobreza (Benzaquen, 2022b; Mader, 2015; Schwittay, 2014) que é central para o extrativismo financeiro (Gago; Mezzadra, 2017) e para a expropriação (Dörre, 2022).

Começaremos debatendo sociologicamente a pobreza para enfatizar a interrelação entre sua definição, sua constituição e sua gestão. No primeiro tópico, deixaremos evidente o que entendemos por financeirização da pobreza. Depois apresentaremos o Auxílio Emergencial em suas características principais, com o intuito de explicitar sua efetividade na bancarização dos brasileiros. Por fim, abordaremos o modo como esse programa serviu de sustentáculo para a promoção do microcrédito em âmbito nacional.

A pobreza como um problema financeiro

Simmel (1965) argumenta que a questão principal ao debatermos a pobreza é relativa ao vínculo dos sujeitos denominados “pobres” com o resto da sociedade. O vínculo determinante de sua definição seria o da assistência, ou seja, seriam pobres aqueles que, de acordo com critérios sociais, necessitam de ajuda. Essa é uma forma interacional e relacional de conceber a pobreza que coloca como central as análises das obrigações sociais e dos direitos dos pobres. Simmel busca entender a pobreza como produto de uma reação social, pois a existência social do pobre apareceria apenas quando a sociedade reage a ele com auxílios. Esse não é um processo que se dá em qualquer sociedade em que haja indignação e miséria porque nem sempre os sujeitos submetidos a essas condições foram designados como necessitados de assistência. O pobre está, então, em uma situação ambígua de pertencimento e de exclusão social. Ele é um

externo dentro da sociedade: está marginalizado, porém ainda é um cidadão que tem ou deveria ter direitos. O pobre é, em resumo, um sujeito a ser assistido, pois pertence a uma condição de inferioridade em uma relação de desigualdade.

Compartilhamos com o autor a preocupação com o significado social da pobreza, pois estamos de acordo com sua percepção de que essa definição é crucial para determinar os laços sociais dos sujeitos assim denominados. Interessa-nos, portanto, perguntar o modo como a pobreza é instituída como um problema social por um ator específico: o Estado. Além disso, compartilhamos com o autor a percepção de que a assistência é um aspecto fundamental do modo como se interage com a pobreza. Acreditamos, entretanto, que a perspectiva simmeliana deve ser complementada com aportes marxistas que evidenciem os processos de constituição da desigualdade social. Ainda que seja possível concordar com a tese simmeliana de que a indigência não necessariamente institui a pobreza como um problema social, percebemos que quando a pobreza é assim instituída há sempre algum grau de desigualdade econômica. Por isso, é preciso entender a pauperização a partir de um enfoque que também contemple as violências econômicas e extraeconômicas da reprodução do capital. Isso significa perceber, com Marx (2013), o modo como a reprodução ampliada do capital exige processos de exploração dentro da esfera produtiva e processos de expropriação que atualizam mecanismos encontrados na “assim chamada acumulação primitiva”. Isso permite abordar os fundamentos econômicos que ancoram uma gestão financeirizada da pobreza.

Com esse duplo enfoque em mente, vejamos agora o contexto brasileiro do chamado problema da pobreza, ou seja, da instituição da pobreza como uma questão relevante socialmente. Apesar de seu aspecto aparentemente evidente e ainda que a precariedade seja um traço recorrente de grande parte da população brasileira em toda sua história, a pobreza vira um problema de governo no Brasil, de acordo com Sprandel (2004), apenas na virada dos anos 1980 para os anos 1990, quando ganha centralidade nos debates políticos. Antes a pobreza era descrita e percebida, porém não singularizada como questão primordial para o desenvolvimento nacional. Desde então, a pobreza se tornou uma questão central a ser “enfrentada”, “amenizada” ou “resolvida” por qualquer gestão pública.

O período em que se institui o problema da pobreza no Brasil é o período da redemocratização pós-ditadura civil-militar. Com o fim da ditadura, vivenciamos um movimento de maior preocupação com a questão social conjugado com um crescimento acentuado de pessoas em situação de pobreza devido aos ajustes fiscais (Sousa, 2015). Entre as

décadas de 1980 e 1990, o Brasil vivia uma tensão entre a tentativa de ampliação e de desconstrução da cidadania daqueles impactados pelos nossos altos índices de desigualdade. Essa tensão colocava, de um lado, a busca de ampliação dos direitos sociais e, do outro lado, as pressões pela desregulamentação desses direitos em um Estado que sofria os impactos da globalização neoliberal. Nas palavras de Ivo (2008, p. 150): “exatamente quando se observa uma política de austeridade e contração do ‘emprego’, que envolve a desregulação dos direitos sociais, afirma-se um consenso generalizado em torno do compromisso do Estado na erradicação da ‘pobreza’, acompanhando a agenda prioritária das agências multilaterais”. Diante disso, tivemos uma reorientação da noção de cidadania que se aproximou à integração dos pobres ao mercado como “sujeitos do consumo” através de programas de transferência de renda. Esse é um processo que, apesar de contar com arranjos institucionais distintos e de ter momentos de maior incidência, manteve-se nas últimas décadas.

É importante destacar que esse processo da constituição da pobreza como um problema é concomitante com a financeirização no país. Lavinias, Araújo e Bruno (2017) defendem que, na década de 1980, temos um processo precoce e elitizado de financeirização. Desde aquele momento, foi se consolidando no país uma dominância financeira nas políticas econômicas em que há uma expansão e primazia da lógica financeira. Para além da esfera propriamente econômica, houve uma reorganização da reprodução da vida em sociedade, na qual as finanças assumem o papel de mediador central. Naquilo que aqui mais nos interessa, dizem que houve um “boom de consumo das famílias com base no crédito, em particular por parte daquelas que costumavam não ser ‘bancarizadas’”, assim como uma “rápida e acentuada elevação do grau de endividamento das famílias, comprometendo parcela crescente e alta da renda disponível” (Lavinias; Araújo; Bruno, 2017, p. 6). Esse é um processo que se consolida nos governos do Partido dos Trabalhadores que adotou como política central a “inclusão financeira”. Em nosso “modo de dominação com componente financeiro” (Grun, 2013), o campo financeiro assumiu uma crescente hegemonia e o mercado se colocou como a solução mais eficaz para os distintos problemas sociais. Vemos, portanto, que têm uma relevante coexistência na história nacional a pobreza como um problema e a expansão das finanças como mediador central da economia e da vida em sociedade – tal qual identificado em outros contextos no trabalho pioneiro organizado por Chesnais (2005).

Diante desse cenário nacional e de acordo com a perspectiva já apresentada, propomos o termo financeirização da pobreza para analisar nossa questão central acerca da gestão estatal

durante a pandemia de covid-19. Como já desenvolvido anteriormente (Benzaquen, 2022b), utilizamos a expressão financeirização da pobreza de acordo com o proposto por Mader (2015) e Schwittay (2014) com o intuito de desvendar a forma de significação e gestão da pobreza no Brasil contemporâneo. De acordo com esse enfoque, há um processo global em que a pobreza é cada vez mais concebida como um problema exclusivamente financeiro que só poderia ser solucionado por novos mecanismos e instituições financeiras. Como o Estado é nosso objeto de pesquisa, esse tipo de análise está interessado particularmente no significado atribuído à pobreza nos programas de assistência social. Se pensarmos novamente com Simmel (1965) e enfatizarmos a importância da assistência para a definição do pobre, podemos argumentar já de partida que, na pobreza financeirizada, a assistência destinada ao pobre tem os programas creditícios e de transferência de renda como mecanismos principais. Isso significa que, para além dos aspectos relativos à definição e à gestão, interessa-nos também abordar o modo como a financeirização coloniza a assistência social revelando características importantes da atual reprodução do capitalismo.

Sabemos que essa é uma redução da multidimensionalidade da pobreza e das desigualdades sociais (Ivo, 2008), porém nos parece acurada empiricamente com o que foi feito pela gestão Bolsonaro. Isso não significa ignorar que a renda é um indicador insuficiente para compreender o bem-estar humano (Sen, 1999). Estamos de acordo que devemos pensar em “desigualdades sociais entrelaçadas” (Jelin *et al.*, 2020), pois isso nos permite uma análise multiescalar, histórica e dos distintos eixos de diferenciação social. Não obstante, defendemos que há um antagonismo entre a relevante literatura contemporânea que defende uma concepção multidimensional da pobreza que abarque, na crítica a essa condição, outros elementos que não só o econômico – com importantes avanços metodológicos (Alkire; Foster, 2011) – e a crescente financeirização dessa condição promovida pelo capital e pelo Estado. Isto é, apesar de a pobreza não ser efetivamente uma condição estritamente financeira, buscaremos demonstrar a seguir como há processos sociais em curso que buscam reduzi-la a isso.

O Auxílio Emergencial

A Lei nº 13.982/2020 instituiu o Auxílio Emergencial (Brasil, 2020a). A constituição de um programa de “renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do covid-19” (Ministério da Cidadania, s.d.) foi marcada por um intenso processo de disputa política. Essa foi uma medida organizada inicialmente pelo poder legislativo em articulação

com diversos setores da sociedade civil. A mobilização aconteceu à revelia do governo Bolsonaro que, na época, ainda era resistente ao aumento de gastos públicos com um programa de transferência de renda (Abers; Rossi; Von Bülow, 2021). Isso condizia com a adoção de uma política econômica ortodoxo-liberal na gestão de Bolsonaro e de seu ministro da economia, Paulo Guedes. A opção pela tese da contração fiscal expansionista defendia que a redução nos gastos correntes do Estado seria um fator primordial no estímulo ao crescimento econômico (Oreiro; De Paula, 2021).

A austeridade, entretanto, não foi uniforme e teve como um dos alvos principais as políticas sociais. Em 2019, a estratégia de contenção de despesas foi realmente efetiva – o déficit primário encolheu de 1,8% do PIB para 1% –, porém é preciso ter em mente que isso foi alcançado com uma diminuição de 11,8% no montante dos investimentos públicos. Isso está de acordo com a lógica da contração fiscal expansionista e com a prioridade no chamado ajuste fiscal, feito principalmente pela reforma da previdência, pelos contingenciamentos e pela obtenção de receitas extraordinárias. No ano anterior ao início da pandemia, ocorreu uma queda de 8,55% nos gastos sociais discricionários (Inesc, 2020).

A pandemia ocorreu, portanto, em um momento em que o Brasil vivia um processo de desmonte de sua seguridade social. Apegado aos seus preceitos ortodoxo-liberais, inicialmente o governo federal tentou instituir um auxílio de R\$200,00, porém o valor foi negociado para R\$600,00, começando em abril de 2020. Como decretado pela lei, a pessoa provedora de família monoparental recebeu duas cotas do auxílio por mês, ou seja, R\$1.200,00. Quando aprovado, era previsto que o Auxílio tivesse apenas três parcelas, porém ao todo foram pagas cinco parcelas nesse valor (Brasil, 2020a). Em setembro de 2020, foi aprovada a Medida Provisória 1000/20 que estendeu o programa por mais 4 parcelas com os valores de R\$300,00 ao “trabalhador beneficiário do auxílio emergencial” e de R\$600,00 para a “mulher provedora de família monoparental” (Brasil, 2020b). Em 2021, foi concedido o Auxílio Emergencial 2021 com quatro parcelas mensais de R\$250,00. Porém, pessoas que moravam sozinhas receberam R\$150,00 e mulheres provedoras de família monoparental receberam R\$375,00 (Ministério, s.d.).

Ao longo de 2020, ano de maior incidência do Auxílio, 67,9 milhões de pessoas foram beneficiadas pelo programa. Isso demonstra a abrangência do programa que atingiu cerca de um terço da população estimada daquele ano. O programa foi o maior gasto direto do governo federal para enfrentamento da covid-19, totalizando R\$293,11 bilhões – superando bastante o

auxílio financeiro aos estados e municípios (R\$78,25 bilhões) e o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$58,09 bilhões) (Inesc, 2021).

Acerca do perfil desses beneficiados, os dados apontam que o público predominante era “composto por mulheres jovens, de 18 a 34 anos de idade” (Secretaria, 2021, p. 33). Do total de assistidos, 28% eram beneficiários do Programa Bolsa Família e 16% eram cadastrados no CadÚnico, mas não recebiam o Bolsa Família. Esses dois grupos estão bastante próximos daquilo que o governo federal estabelece usualmente como pertencentes à faixa de pobreza. Isso fica explícito na definição do CadÚnico que é pensado como “um instrumento robusto de identificação da população de baixa renda para políticas sociais” (Secretaria, 2021, p. 9). Esse público foi o que teve acesso mais célere ao Auxílio graças aos bancos de dados já estabelecidos para pagamento de benefícios anteriores (Secretaria, 2021, p. 23).

Acerca dos aspectos mais operacionais, a implementação do Auxílio exigiu um trabalho coordenado de distintas partes do governo federal. O Ministério da Cidadania protagonizou a implementação do benefício e trabalhou conjuntamente com o Ministério da Economia na definição dos critérios dos beneficiários. Além desses dois órgãos, tiveram atuações fundamentais a CEF como agente pagador e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) como agente operador no tratamento de informações para o pagamento. Percebe-se, desse modo, que a implementação dependeu de estruturas prévias de informação acerca dos beneficiários de transferência de renda: em especial o Programa Bolsa Família e o CadÚnico (Cardoso, 2020).

Apesar dessa sofisticada organização governamental, foram registrados muitos problemas e irregularidades na execução do programa (Tribunal de Contas da União, 2021). Ainda assim, é possível constatar que o programa teve efeitos positivos na redução da desigualdade e da pobreza. Esses efeitos positivos foram extremamente relevantes, pois a pandemia provocou uma queda da renda do trabalho com a necessária paralisação ou diminuição das atividades econômicas por conta das medidas sanitárias. O que os dados sistematizados por Souza, Hecksher e Osorio (2022, p. 5) revelam é que “em 2020, a despeito da contração de quase 5% no produto interno bruto (PIB) per capita, a pobreza recuou pela primeira vez em muitos anos: as quedas ficaram entre 0,9 p.p. e 1,6 p.p., dependendo da linha escolhida, graças à expansão emergencial das transferências monetárias”. Além disso, segundo os cálculos de Nassif-Pires, Cardoso e Oliveira (2021, p. 6), em seu momento de maior fluxo de pagamento com os maiores valores, o Auxílio Emergencial foi “capaz de erradicar o hiato

de extrema pobreza e praticamente erradicar o hiato de gênero da pobreza em cada um dos grupos raciais”. Porém, ocorreu uma resiliência do hiato racial, o que evidencia a necessidade de a compreensão da pobreza no país levar em consideração a determinação fundamental de raça.

Defendemos, entretanto, que, independentemente dos efeitos positivos, o Auxílio Emergencial se enquadra em um processo contínuo de promoção da financeirização da pobreza. A pandemia acarretou uma situação de calamidade em múltiplas esferas da vida social dos brasileiros pobres, porém o governo federal lidou com a questão enquadrando-a como um problema prioritariamente econômico. Uma primeira evidência disso é que a execução financeira com a função saúde fechou 2020 em R\$169 bilhões (INESC, 2021) – o que é bem abaixo do destinado ao Auxílio Emergencial. A exposição ao vírus foi concebida como um problema menor para o governo Bolsonaro que, lembremos, chegou a veicular uma propaganda em plena pandemia dizendo que “o Brasil não pode parar”. Quando pressionado, esse mesmo governo adotou medidas sanitárias, porém sempre privilegiou lidar com a pandemia como um problema financeiro a ser solucionado com instrumentos financeiros. No tópico a seguir, veremos como a bancarização digital foi central nesse processo.

A “inclusão financeira” por meio do Auxílio Emergencial

No dia 22 de abril de 2020, houve uma reunião ministerial que teve seu conteúdo divulgado por conta de suspeitas de interferência na Polícia Federal por parte de Bolsonaro. Nessa reunião, Pedro Guimarães defendeu que “a Caixa é o banco de todos os brasileiros” por retirar pessoas da fome com “o maior programa da história do mundo de inclusão social digital” (G1, 2020). Ele estava se referindo à utilização massiva do aplicativo Caixa Tem pelos beneficiários do Auxílio Emergencial. A bancarização promovida pelo programa é algo que Guimarães repetiu constantemente por ser uma forma de inclusão dos “invisíveis”, aqueles sobre os quais o Sistema Financeiro Nacional não tinha dados por não estarem bancarizados (Yahoo, 2021).

Em 08 de agosto de 2020, Guimarães (Pinto, 2020) afirmou que “o pagamento do auxílio emergencial até o fim deste ano deveria levar à bancarização de quase toda a população brasileira”. Se antes da pandemia havia cerca de 40 milhões de pessoas sem acesso aos serviços bancários, esse era um “problema” que estava a caminho de ser solucionado. Com as 33 milhões de novas contas abertas, o banco aumentava em 30% sua base de clientes. Nas palavras de

Guimarães, “hoje temos o maior banco digital do mundo criado em 1 mês” (Pinto, 2020). Além disso, a bancarização massiva promovia o acesso a instrumentos financeiros antes não utilizados por uma parcela significativa da população, como o Pix e os microsseguros, em especial o auxílio funeral. Na mesma entrevista, o presidente da CEF explicou que “o Caixa Tem é uma conta normal, em que a pessoa pode fazer transferência, pagamento de contas” e que “foi possível abrir essas contas com poucos dados”. Dados sobre a utilização do aplicativo revelam que o sucesso da bancarização digital foi tamanho que menos de 10% dos beneficiários optavam por sacar o dinheiro para utilizá-lo e “a maioria consum[ia] em 4 dias 100% do valor” (Pinto, 2020).

Um mecanismo importante desse processo foi a Poupança Social Digital Caixa. Ela foi criada com o intuito de ser uma poupança simplificada a ser aberta automaticamente para o pagamento dos benefícios sociais da União. Uma vantagem para os clientes seria a ausência de tarifas de manutenção (Caixa, s.d.). Além disso, a Poupança Social Digital permitia movimentações pelo aplicativo Caixa Tem: “pagar suas contas e transferir dinheiro; fazer compras com o cartão virtual de débito; fazer saque sem cartão usando o Caixa Tem nos caixas eletrônicos, unidades lotéricas e/ou correspondentes” (Caixa, s.d.). É possível constatar, portanto, que, graças ao Auxílio Emergencial, as pessoas de baixa renda tiveram acesso aos serviços financeiros mais comuns atualmente.

As “heranças do Auxílio Emergencial” seriam, portanto, a inclusão digital e financeira requisitadas para que os beneficiários recebessem a renda destinada (Abdo, 2020). Além disso, a perspectiva da CEF estava bastante evidente: era preciso manter os beneficiários como clientes, ou seja, fidelizá-los. Isso seria feito com a oferta de seguros, com um programa de microcrédito e com o estímulo à abertura de contas “para pessoas que recebem o Bolsa Família, cujo pagamento não exige relação formal com o banco” (Pinto, 2020). Por fim, a estratégia de fidelização envolvia uma continuidade da utilização do aplicativo Caixa Tem. A necessidade do uso de tecnologias digitais nesse processo é evidente dado que se tratava de um período que necessitava de distanciamento social como medida de contenção da proliferação pandêmica. Não obstante, é interessante pontuar que isso permitiu um fortalecimento da tendência de utilização de tecnologias informacionais automatizadas para a garantia da valorização financeira – algo que Paraná (2018) chamou de “finança digitalizada”.

Sobre a “inclusão financeira” desses “invisíveis”, Boschetti e Behring (2021) utilizam a categoria marxiana de superpopulação flutuante e estagnada (Marx, 2013) para defender que

essa parcela da população nacional não é “invisível” e sim funcional para a reprodução do capitalismo. Essa parcela da classe trabalhadora seria necessária por pressionar a redução do valor da força de trabalho e para a manutenção do mercado consumidor. O argumento das autoras é o de que os programas de transferência de renda protegeriam o capital e não os trabalhadores, pois seriam “estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevivência de trabalhadores(as), de modo a garantir sua disponibilidade para a exploração”, assim como “para assegurar um fluxo básico de consumo, evitando um curto-circuito na rotação do capital, e para controlar socialmente o pauperismo e os comportamentos das ‘classes perigosas’” (Boschetti; Behring, 2021, p. 79). Essa interpretação aponta para como a reprodução ampliada do capital, em um momento de crise como o da pandemia, depende desses programas assistenciais para garantir sua existência.

Porém, ainda que nos pareça uma interpretação correta, é preciso ter em mente que não é apenas em tempos de crise mais acentuadas que o capital tem recorrido a esse mecanismo. Como discutimos anteriormente (Benzaquen, 2022a), a “inclusão financeira” pode ser criticada como um processo de financeirização da pobreza necessário em tempos de crise estrutural do capital. Concordamos com Streeck (2016) quando ele escreve que o capitalismo está em crise desde fins da década de 1960. Para o autor, haveria três tendências que se retroalimentariam nesse processo de crise sistêmica: a queda da taxa de crescimento econômico, o crescimento das dívidas e o aumento da desigualdade. Diante disso, o capital viveria um processo que o autor chama de “compra de tempo”, por meio de mecanismos financeiros, que desde a década de 1990, passa necessariamente pelo endividamento privado. O consumo possibilitado pela transferência de renda ou pelo endividamento é fundamental para “girar a roda” nesse processo de “compra de tempo”. Algo que, no cenário nacional, passa por um protagonismo estatal que desde os primeiros governos de Lula da Silva (2003-2010) tem articulado política social e financeirização (Lavinias, 2017).

Desse modo, a “inclusão financeira” pode ser lida como parte do processo de expropriação, tal qual teorizado por Dörre (2022). O termo é usado no sentido figurado de “ganhar terreno” e é mais um desdobramento da longa discussão sobre a atualidade do processo de acumulação primitiva (Marx, 2013) para a reprodução do capital. Com sua teoria, o autor demonstra a necessidade do capitalismo de expropriações de outros não capitalistas para a sua reprodução, ou seja, a incapacidade do capitalismo de se reproduzir sobre suas próprias bases. É na dialética inclusão e exclusão que o capitalismo mantém seu funcionamento “normal”, ou

seja, é incluindo os exteriores e criando novos exteriores para incluí-los que o capital consegue manter sua reprodução ampliada. Defende-se, portanto, que não há capitalismo sem processos violentos de despossessão (Harvey, 2003). A “inclusão financeira” massiva promovida com o Auxílio Emergencial parece-nos mais um mecanismo desse processo porque pessoas antes excluídas do sistema financeiro formal passaram a ser acessíveis para o capital financeiro com a utilização do Caixa Tem. A partir dessa inclusão, há uma articulação com a promoção do microcrédito que pode ser analisada como um mecanismo de extrativismo financeiro – como veremos no tópico a seguir.

A expansão do microcrédito e o extrativismo financeiro

Em 29 de junho de 2020, Guimarães defendeu que uma das grandes vantagens da bancarização com o Caixa Tem seria a possibilidade de contração de crédito a uma taxa “10 vezes menor” (R7, 2020). Esse montante vem do argumento não demonstrado de que o crediário fora do Sistema Financeiro Nacional teria uma taxa de 20% ao mês. A promessa de Guimarães – com um uso excessivo de hipérboles – era a de que faria a “a maior inclusão de crédito da história do Brasil” com a implementação do Crédito Caixa Tem para um público esperado de “20 milhões de brasileiros” (Pinto, 2020). Isso só seria possível por conta dos avanços operacionais que vieram com a expansão do aplicativo Caixa Tem. Nessa ocasião, o microcrédito é descrito como uma “continuação do programa do Auxílio Emergencial”, algo que deixa explícito a articulação entre financeirização e assistência social no governo Bolsonaro.

As linhas de crédito oferecidas variavam entre R\$300 e R\$1.000 em parcelas de até 24 meses a serem pagas desde o primeiro mês. Em 27 de setembro de 2021, as previsões de Guimarães eram de que cerca de que 100 milhões de clientes do banco poderiam contrair crédito a uma taxa de juros de 3,99% ao mês. “O que nós estamos fazendo nessa fase agora é poder ajudar as pessoas que estavam recebendo o Auxílio Emergencial e outras também” (Rodrigues, 2021), falou o então presidente da CEF. A ajuda existiria por conta de uma taxa menor e por possibilitar que essas pessoas não se endividassem com agiotas. Repetindo sua maneira enfática de se expressar, Guimarães afirmou que seria “o 1º crédito bancário de dezenas de milhões de pessoas” (Rodrigues, 2021).

Havia um interesse evidente de que esse programa fosse utilizado para reunir informações de crédito daqueles bancarizados com o Auxílio Emergencial. O público-alvo desse programa

seriam novamente os “invisíveis”: “desempregados e trabalhadores informais e precarizados que passaram a ter conta em banco para receber o Auxílio Emergencial durante a pandemia” (Poder 360, 2021). Seria preciso reter os bancarizados e introduzi-los aos produtos que um banco pode oferecer: “o crédito é que vai fazer com que elas vejam de fato uma funcionalidade real de uma conta bancária” (Souza, 2021). Além disso, os tomadores de empréstimo poderiam ter até R\$3.000,00 em dívidas (Caixa, s.d.).

Em 09 de março de 2022, Pedro Guimarães deu uma entrevista para o Correio Braziliense logo após voltar de uma viagem a Bangladesh. Segundo a reportagem, Guimarães trazia na bagagem a experiência de microcrédito da região que remonta aos anos 1970:

Fomos conhecer os clientes do Grameen Bank. [...] O Grameen Bank tem 9 milhões de clientes, dos quais seis milhões são clientes ativos. Foi muito importante, porque a gente viu que é tudo manual. Eles têm tudo anotado no papel, têm um caderno, e eles fazem a cobrança semanal (Souza; Medeiros, 2021).

A sua intenção era entender melhor essa modalidade de crédito para poder implementá-lo largamente no Brasil com um enfoque especial nas camadas de mais baixa renda. A vantagem relativa brasileira seria o nosso volume de capital dos bancos nacionais e o aplicativo Caixa Tem, que, segundo suas palavras, teria então um alcance de 109 milhões de pessoas. A CEF já teria, assim, um canal de financiamento e comunicação adequado para a implementação do programa. Porém, a grande dificuldade seria a extensão do público potencial no Brasil que dificultaria um atendimento mais personalizado dos clientes – assim como faz o Grameen Bank (Souza; Medeiros, 2021).

Adiantando-se às possíveis críticas relativas ao aumento do endividamento, Guimarães repetiu seu argumento de que essas pessoas “já tomam crédito a taxas muito maiores”. Ele argumentava também que a experiência do Grameen Bank demonstrava que no microcrédito era possível atingir um baixo índice de inadimplência. Além disso, utilizava a própria experiência de microcrédito da CEF para ora afirmar que “a inadimplência é menor do que nós esperávamos”, ora defender que “tem que fazer com calma, se não fizer com calma, tem um risco de inadimplência muito grande”. Desse modo, ele deixava evidente sua intenção de conjugar “o banco social e o banco da matemática”, pois esse seria “um investimento que nós fazemos ganhando dinheiro” (Souza; Medeiros, 2021).

Parece-nos evidente que esse processo fortalece a colateralização da política social (Lavinias, 2018), ou seja, as políticas sociais viram cada vez mais a garantia necessária para contração de dívidas que garantem a inserção de indivíduos em processos de exploração pelo

capital financeiro. Lavinias, Bressan e Rubin (2022) defendem que o setor financeiro e sua promoção de relações creditícias têm sido o garantidor fundamental da reprodução social, pois a dívida se tornou um elemento estrutural da reprodução da força de trabalho – quer seja em períodos de crescimento ou recessivos. O crédito é necessário tanto para trabalhar quanto para consumir as necessidades mais básicas para a sobrevivência, como água e luz. Segundo os autores, os possíveis efeitos insustentáveis desse tipo de reprodução já preocupam até mesmo as agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, que anteriormente defendiam amplamente o crédito como caminho para o desenvolvimento social.

Vejamos como os dados do período apontam para uma continuidade da tendência de crescimento do endividamento familiar no Brasil. Dados do Banco Central sistematizados por Lavinias, Bressan e Rubin (2022) mostram que, a partir de abril até outubro de 2020, houve um crescimento no endividamento familiar que atingiu sua máxima de uma série que começa em 2005: 58,5% da renda acumulada nos últimos 12 meses. O Relatório de Cidadania Financeira apontou que houve uma diminuição, em 2020, da contração de crédito, mas um aumento na inadimplência, que atingiu 11,7 milhões de brasileiros (Banco Central do Brasil, 2021). De modo similar, os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) também apontam que 2020 e 2021, quando comparados ao período anterior da série, foram anos recordes de famílias endividadas em território nacional: 66,5% e 70,9%. Se considerarmos o período até 2022, o ano inicial da pandemia é o que tem o maior índice de famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso: 11%. O Auxílio Emergencial não foi suficiente para amenizar o alto patamar de percentual médio de renda comprometida identificada ao longo de toda a série. Nos anos de 2020 e 2021, esse percentual ficou em 30% e 30,2% respectivamente (Peic, 2023).

Desconsiderando essas possíveis críticas, os discursos de Guimarães apresentam uma reprodução de argumentos centrais dos defensores do microcrédito. Vemos nele a ideia de que pequenos empréstimos teriam um efeito positivo tanto para os seus tomadores quanto para a economia como um todo. Guimarães retoma um argumento que foi amplamente divulgado por Muhammad Yunus, o fundador do Grameen Bank, de que essa modalidade de crédito seria o caminho para um desenvolvimento mais harmonioso. Yunus defendeu que seu programa promoveu uma redução massiva e imediata da pobreza a partir de empreendimentos realizados pelos pobres com a ajuda do microcrédito. Sua defesa se aproximava da Lei de Say de que “a oferta cria sua própria demanda” e, portanto, bastaria liberar a potencialidade empreendedora de cada pobre para que o desenvolvimento ocorresse (Bateman, 2018).

A defesa desses efeitos positivos é algo que deve ser colocado sob suspeita, pois os dados utilizados por Yunus já foram descreditados como prematuros (Bateman; Blankenburg; Kozul-Wright, 2018). Em uma ampla revisão bibliográfica de estudos estatísticos, Duvendack *et al.* (2011) não acharam efeitos positivos do microcrédito na redução da pobreza e na melhora da qualidade de vida e dos indicadores sociais. Bateman (2018) argumenta ainda que existe um problema central no modelo de Yunus: com uma demanda escassa, o aumento da oferta gera mais competitividade, não mais demanda. Contrariando a Lei de Say, o aumento da oferta geraria um deslocamento da demanda, gerando desemprego e falência nas empresas que viram sua demanda diminuir com a chegada de novos agentes financiados pelo microcrédito. Yunus erra ao pensar que a pobreza é um problema no lado da oferta, pois os pobres não têm como comprar a oferta já excessiva de bens e serviços. Isso faria com que os microempreendimentos financiados com superendividamento tendam a não durar. Por fim, é preciso pontuar criticamente que esses programas de microcrédito estão pautados em um modelo orientado para o lucro e não para a assistência social.

O que se sabe historicamente é que o processo de expansão do microcrédito atingiu seu ápice em 2005 quando a ONU decretou o Ano Internacional do Microcrédito. Em território nacional, o microcrédito é uma política econômica adotada por governos de distintos matizes políticos. Demonstramos anteriormente (Benzaquen, 2022a; Benzaquen, 2022b) que houve um certo consenso na promoção desse tipo de crédito que perpassou os governos Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018) – algo que poderia também ser demonstrado com casos de políticas municipais e estaduais. Porém, desde seu momento mais popular, percebe-se um crescimento dramático do superendividamento popular e de colapso nos sistemas de microcréditos que atingiram já diversos países emergentes, como a nossa vizinha Bolívia (Bateman; Blankenburg; Kozul-Wright, 2018). Durante os anos 2010, cresceram as críticas ao microcrédito, que foi gradativamente sendo reenquadrado como uma iniciativa de ajuda aos pobres para lidarem com escassez – e não para saírem da pobreza (Bernards, 2022). Ainda assim, as iniciativas de “inclusão financeira” por meio do microcrédito persistem e mantêm sua faceta de uma “boa ação” para os pobres (Mader, 2015).

Para compreender essa persistência é preciso retomar o quão funcional para uma reprodução concentradora do capitalismo tem sido o microcrédito. Partimos da compreensão de que “as instituições de microcrédito não criam valor e riqueza através do trabalho produtivo, mas simplesmente se apropriam da riqueza já existente criada por outros” (Bateman;

Blankenburg; Kozul-Wright, 2018, p. 10). Elas são, portanto, instituições dedicadas à extração de valores produzidos em outros âmbitos. Para compreender esse processo, parece-nos pertinente trazeremos o conceito de extrativismo financeiro formulado por Gago e Mezzadra (2017). Essa expansão do conceito de extrativismo para além da extração de matérias-primas naturais busca pensá-lo de modo articulado com a financeirização. Isso significa que o conceito não está destinado apenas a analisar a extração de matérias-primas em um contexto rural, mas também a extração de valor. Sob essa perspectiva, a reprodução do capital não se resume à exploração da força de trabalho, mas também a distintas operações de extração de valor. Esse processo se dá em um constante redesenho da fronteira entre incorporação e expulsão do circuito de reprodução do capital – algo que retoma o dito acima sobre a expropriação apontar para a necessidade do capitalismo de incorporar e criar seus externos (Dörre, 2022). No caso aqui analisado, o extrativismo financeiro ocorre com a inserção de sujeitos em relações creditícias possibilitada pelo aplicativo Caixa Tem. Sabe-se que contrair uma dívida não é algo preocupante em si, porém pode se tornar se a dívida for um fardo para a reprodução da vida do endividado. O panorama geral aponta que o microcrédito da Caixa Tem é destinado a uma população que não tem solvência – como vimos, muitos estão inclusive já endividados – e que, portanto, ao entrar em uma relação creditícia assume uma dívida que compromete a venda futura de sua força de trabalho.

Estamos, portanto, de acordo com Lavinias, Bressan e Rubin (2022) que defendem que a pandemia inaugurou um novo ciclo de endividamento ao acelerar mudanças estruturais na complementariedade entre política econômica e social. Os programas emergenciais “teriam reestabelecido e estabilizado os ciclos de endividamento familiar” (Lavinias; Bressan; Rubin, 2022, p. 8). O Estado, com o Auxílio Emergencial, permitiu um rearranjo estabilizador do mercado financeiro com uma transferência massiva de renda para os pobres. Isso é relevante porque, mesmo com o Auxílio Emergencial, o endividamento privado manteve seu padrão usual de crescimento, atingindo patamares de comprometimento de renda recorde se comparado com os últimos quinze anos. O que esse processo revela é que a assistência social incorporou, assim, em seu próprio enquadramento institucional, o gerenciamento das dívidas e dos riscos, contribuindo ainda mais com a valorização do capital financeiro. Tal qual Lavinias (2018) já tinha estabelecido com relação ao Programa Bolsa Família, a política social segue servindo como colateral para o extrativismo financeiro em tempos de desregulamentação e de dominância financeira.

Considerações finais

É inegável a importância do Auxílio Emergencial e das transferências de renda para a sobrevivência de uma parcela significativa dos brasileiros. O Auxílio teve uma abrangência e uma capilaridade bastante expressivas, assim como foi responsável pela subsistência de muitos brasileiros em uma situação de precariedade extrema. Buscamos, porém, demonstrar como isso está articulado com processos de reprodução do capitalismo que implicam extração de valor e exploração da força de trabalho, que se baseiam no vínculo de assistência com os pobres. Com a articulação entre Auxílio Emergencial, Caixa Tem e Crédito Caixa Tem vimos o modo como a gestão da pobreza tem sido funcional para a expansão do capital financeiro a partir de uma retórica da “inclusão financeira e digital” e da promoção efetiva de uma bancarização massiva e do crediário.

Acreditamos que a gestão da pobreza por meio das finanças é um elemento central para entender as tentativas de superação das constantes dificuldades de acumulação ampliada encontradas por um capitalismo em crise sistêmica desde os fins dos anos 1960. A partir do caso brasileiro, a análise pretendeu contribuir com a compreensão e explicação do modo como o capitalismo necessita constantemente de processos que estão à margem e se articulam com a exploração do mais-valor, como o extrativismo financeiro em tempos pandêmicos. Isso aponta para uma agenda de pesquisa que supere as limitações e lacunas do presente artigo. Há caminhos necessários para a crítica dos processos aqui apresentados que passam por esforços analíticos já em curso. Entre eles, visualizamos a necessidade de um aprofundamento de pesquisas nos seguintes sentidos: relacionem transferência de renda e endividamento (Lavinias; Bressan; Rubin, 2022), investiguem o modo como o capital financeiro se apropria dos riscos próprios de períodos pandêmicos (Gonçalves; Rosado, 2022) e identifiquem as consequências das mudanças na arquitetura estatal que tornaram um banco, a CEF, o protagonista da política social brasileira.

Referências

ABDO, Sara. Inclusão digital e financeira serão heranças do auxílio emergencial, diz presidente da Caixa. **Uol**, 2020. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/9641_inclusao-digital-e-financeira-serao-herancas-do-auxilio-emergencial-diz-presidente-da-caixa.html. Acesso em: 05 set. 2023.

ABERS, Rebeca; ROSSI, Federico; VON BÜLOW, Marisa. State-society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. **International Political Science Review**, v. 42, n. 3, p. 333-349, 2021.

ALKIRE, Sabine. FOSTER, James. Understandings and misunderstandings of multidimensional poverty measurement. **J Econ Inequal**, v. 9, p. 289-314, 2011.

BENZAQUEN, Guilherme. Financierización de la pobreza en los gobiernos de Dilma Rousseff (2011-2016). *In*: TORRES, Esteban; GONÇALVES, Guilherme (org.). **Hacia una nueva sociología del capitalismo**. Buenos Aires; Jena: Clacso; Friedrich-Schiller-Universität Jena, 2022a, p. 225-254.

BENZAQUEN, Guilherme. O estímulo do governo Michel Temer à financeirização da pobreza. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 2, p. 399-436, 2022b.

BAHIA, Ligia *et al.* **A tragédia brasileira do coronavírus/covid-19**: Uma análise do desgoverno do governo federal, 2020-2021. Documento entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 do Senado Federal. 2021. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/2021-05/tragedia-brasileira-covid_final.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira 2021**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2021.

BATEMAN, Milford. Impacts of the microcredit model: Does theory reflect actual practice? *In*: BATEMAN, Milford; BLANKENBURG, Stephanie; KOZUL-WRIGHT, Richard (org.). **The rise and fall of global microcredit: development, debt and disillusion**. London: Routledge, 2018. p. 42-68.

BATEMAN, Milford; BLANKENBURG, Stephanie; KOZUL-WRIGHT, Richard. Introduction. *In*: BATEMAN, Milford; BLANKENBURG, Stephanie; KOZUL-WRIGHT, Richard (org.). **The rise and fall of global microcredit: development, debt and disillusion**. London: Routledge, 2018. p. 3-23.

BERNARDS, Nick. **A Critical History of Poverty Finance: Colonial Roots and Neoliberal Failures**. London: Pluto, 2022.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, 2021.

BRASIL. **Lei 13.982, de 02 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e [...]**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1000, de 02 de setembro de 2020. Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1000.htm. Acesso em: 01 set. 2023.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Thematic analysis. *In*: COOPER, Harris *et al.* (ed.). **APA handbook of research methods in psychology, Vol. 2**. Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological. Washington: American Psychological Association, 2012. p 65-82.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Crédito CAIXA Tem**. s.d. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/credito-caixa-tem/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 06 set. 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Perguntas frequentes sobre Poupança Social Digital CAIXA**. s.d. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/poupanca-e-investimentos/poupanca-social-digital/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx#1861Asp>. Acesso em: 05 set. 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Poupança Social Digital CAIXA**. s.d. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/poupanca-e-investimentos/poupanca-social-digital/paginas/default.aspx>. Acesso em: 05 set. 2023.

CARDOSO, Bruno. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, p. 1052-1063, 2020.

CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DÖRRE, Klaus. **Teorema da expropriação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DUVENDACK, Maren *et al.* **What Is the Evidence of the Impact of Microfinance on the Well-Being of Poor People?** London: EPPI-Centre, Social Science Research Unit, Institute of Education, University of London, 2011.

FARES, Lygia *et al.* As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero. **Nota de Política Econômica**, n. 006, MADE/USP, 2021.

G1. **Leia a transcrição do vídeo da reunião que Moro diz provar a interferência de Bolsonaro na PF.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/leia-integra-da-transcricao-do-video-da-reuniao-ministerial-de-22-de-abril-entre-bolsonaro-e-ministros.ghtml>. Acesso em: 05 set. 2023.

GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. A Critique of the Extractive Operations of Capital: Toward an Expanded Concept of Extractivism. **Rethinking Marxism**, v. 29, n. 4, p. 574-591, 2017.

GONÇALVES, Guilherme Leite; ROSADO, Bruno HP. Prediction and caution after COVID-19 crisis: The ecological and epidemiological risks of financial speculation. **Capital & Class**, v. 46, n. 4, p. 503-518, 2022.

GRUN, Roberto. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 179-213, 2013.

HARVEY, David. **The new imperialism**. New York: Oxford University Press, 2003.

INESC. **O Brasil com baixa imunidade**: Balanço do orçamento geral da União 2019. Brasília, 2020.

INESC. **Um país sufocado**: Balanço do orçamento geral da União 2020. Brasília, 2021.

IVO, Anete. **Viver por um fio**: pobreza e política social. São Paulo: Annablume, 2008.

JELIN, Elizabeth *et al.* **Repensar las desigualdades**: cómo se producen y entrelazan las asimetrías globales (y qué hace la gente con eso). Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2020.

LAVINAS, Lena. The collateralization of social policy under financialized capitalism. **Development and change**, v. 49, n. 2, p. 502-517, 2018.

LAVINAS, Lena. **The Takeover of Social Policy by Financialization**: The Brazilian Paradox. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. **Texto para Discussão Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, n. 32, 2017.

LAVINAS, Lena; BRESSAN, Lucas; RUBIN, Pedro. Brazil: how Covid-related relief policies inaugurated a new cycle of household indebtedness. **Documentos del CIEPP**, Buenos Aires, 2022.

MADER, Philip. **The Political Economy of Microfinance**: Financialising Poverty. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Emergencial 2021**. s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>. Acesso em: 01 set. 2023.

NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luísa; OLIVEIRA, Ana Luíza. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. **Nota de Política Econômica nº 010**, MADE/USP, 2021.

OREIRO, José; DE PAULA, Luiz. **Macroeconomia da Estagnação Brasileira**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

PARANÁ, Edemilson. A finança digitalizada: informatização a serviço da mundialização financeira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 01, p. 245-272, 2018.

PEIC. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. 2023. Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>. Acesso em: 01 set. 2024.

PINTO, Paulo. Inclusão bancária será completa depois de auxílio emergencial, diz presidente da Caixa. **Poder 360**. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/inclusao-bancaria-sera-completa-depois-de-auxilio-emergencial-diz-presidente-da-caixa/>. Acesso em: 05 set. 2023.

PODER 360. **Pedro Guimarães**: 20 milhões devem tomar microcrédito pelo Caixa Tem até 2022. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/pedro-guimaraes-20-milhoes-devem-tomar-microcredito-pelo-caixa-tem-ate-2022/>. Acesso em: 06 set. 2023.

R7. **Caixa comemora inclusão digital de mais de 30 milhões de brasileiros**. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/caixa-comemora-inclusao-digital-de-mais-de-30-milhoes-de-brasileiros-29062022>. Acesso em: 06 set. 2023.

RODRIGUES, Douglas. Governo fará maior inclusão de crédito da história, diz Pedro Guimarães. **Poder 360**. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/governo-fara-maior-inclusao-de-credito-da-historia-diz-pedro-guimaraes/>. Acesso em: 06 set. 2023.

SCHWITTAY, Anke. Making poverty into a financial problem: from global poverty lines to kiva. **Journal of International Development**, v. 26, n. 4, p. 508-519, 2014.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. **Perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial pela Covid-19: Quem são e onde estão?** Brasília: Ministério da Cidadania, 2021.

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. New York: Anchor Books, 1999.

SIMMEL, Georg. The poor. **Social problems**, v. 13, n. 2, p. 118-140, 1965.

SOUSA, Roberta. A continuidade das políticas públicas de combate à pobreza no Brasil: uma análise pós-redemocratização. In: SANTANA, Carlos; IGLECIA, Wagner (org.). **Estado, burocracia e controle democrático**. São Paulo: Alameda, 2015. p. 237-256.

SOUZA, Carlos; MEDEIROS, Taísa. “Caixa vai fazer o microcrédito por todo o Brasil”, diz presidente da CEF. **Correio Braziliense**. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/03/4991597-caixa-vai-fazer-o-microcredito-por-todo-o-brasil-diz-presidente-da-cef.html>. Acesso em: 06 set. 2023.

SOUZA, Carlos. Em entrevista ao Correio, presidente da Caixa garante melhores condições de crédito. **Correio Braziliense**. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/09/4952132-credito-transformacional.html>. Acesso em: 06 set. 2023.

SOUZA, Pedro; HECKSHER, Marcos; OSORIO, Rafael. Um país na contramão: a pobreza no Brasil nos últimos dez anos. **Nota Técnica nº 102**, Ipea, 2022.

SPRANDER, Marcia. **A pobreza no paraíso tropical**. Rio de Janeiro: Relume, 2004.

STRECK, Wolfgang. **Comprando tiempo: La crisis pospuesta del capitalismo democrático**. Buenos Aires: Katz, 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Balanco da Fiscalização do Auxílio Emergencial**. 2021. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/balanco-da-fiscalizacao-do-auxilio-emergencial.htm>. Acesso em: 01 set. 2023.

TROVÃO, Cassiano. A pandemia da covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. **Texto para Discussão 004**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

Yahoo. **Social com foco no lucro?** Presidente da Caixa Econômica fala sobre atuação do banco na pandemia. 2021. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/social-com-foco-no-lucro-presidente-da-caixa-economica-fala-sobre-atuacao-do-banco-na-pandemia-070019304.html>. Acesso em: 05 set. 2023.

Recebido em: 04/06/2024

Aceito em: 27/11/24

O TRABALHO POR PLATAFORMA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

PLATFORM WORK IN CONSTRUCTION SERVICES

Manuela Antonia Gomes da Rocha*

Manuela de Carvalho Rodrigues**

Resumo

Este estudo discute o trabalho por plataforma na construção civil, a partir da análise das principais empresas-plataforma que medeiam os serviços do setor. As buscas foram feitas em duas fontes de dados: a *web* e a Play Store, que é a loja de aplicativos do Google. As empresas foram analisadas conforme seu funcionamento, termos de uso, tipos de serviços oferecidos, meios de gestão do trabalho e formas de seleção, tipo de vínculo, remuneração e avaliação dos trabalhadores. A maior parte das plataformas funciona como páginas de anúncios, tanto de clientes que fazem solicitações de orçamento como para profissionais da área oferecendo seus trabalhos. Algumas plataformas cobram taxa sobre cada serviço prestado, enquanto outras cobram taxa para fornecer o contato dos clientes aos trabalhadores, porém não garantem a contratação do serviço. No contexto atual de predomínio das plataformas na economia mundial, os trabalhadores da construção, que sempre conviveram com a informalidade, permanecem informais, mas têm parte dos ganhos do seu trabalho apropriado por plataformas digitais.

Palavras-chave: Trabalho por Plataformas. Uberização do Trabalho. Plataformas Digitais. Construção Civil.

Abstract

This paper discusses platform work in construction services, based on an analysis of the main platform companies that mediate services in the sector. Searches were carried out on two data sources: the web and the Play Store, which is Google's app store. The companies were analyzed according to their operation, terms of use, types of services offered, work management, selection procedures, work contract, remuneration and worker's assessment. Most of the platforms operate as advertising pages, which can be used by clients to post requests for quotes, or by professionals to advertise their work. Some platforms charge a fee for each service provided, while others charge a fee for providing the contact details of clients to workers, but do not guarantee that the service will be contracted. In the current context of the predominance of platforms in the global economy, construction workers, who have always been in the majority informal, remain informal, but now have part of the earnings from their work appropriated by digital platforms.

Keywords: Platform Work. Uberization of Work. Digital Platforms. Construction Services.

* Mestre e doutoranda em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (PPG-PCT/Unicamp). E-mail: manuelaagrocha@gmail.com.

** Graduada em Direito (FDSM). Doutora em Política Científica e Tecnológica (PPG-PCT/UNICAMP). Professora no Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Formiga. E-mail: manuela.rodrigues@ifmg.edu.br.

Introdução

Este artigo objetiva descrever e analisar o trabalho por plataforma na construção civil, a partir da análise de plataformas digitais que medeiam serviços do setor. Utilizando dados secundários, a pesquisa buscou descrever as características das plataformas, seu funcionamento, os termos de uso e os tipos de serviços oferecidos, além de analisar os meios de gestão do trabalho, descrevendo e identificando diferenças nas formas de seleção e contratação, nos tipos de vínculo e na remuneração e avaliação dos trabalhadores.

Para Van Dijck, Poell e De Waal (2018, p. 4) as plataformas digitais representam “arquiteturas digitais programáveis” construídas para coordenar e organizar as interações entre agentes, sejam pessoas, organizações e até o poder público. Os mesmos autores (2018, p. 4) utilizam o termo *platform society* para indicar que as plataformas digitais transformam as relações sociais em diferentes campos, penetrando no “coração da sociedade”. Em uma perspectiva que analisa as mudanças no sistema de produção capitalista, Srnicek (2017) relaciona o desenvolvimento e difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) com o novo modo de acumulação centrado na captura e análise de dados, no qual as plataformas tornaram-se o modelo de negócio dominante. Todas as grandes empresas de tecnologia atuais, as chamadas *big techs*, são plataformas digitais e estão entre as empresas mais valiosas do mundo. A capitalização de mercado da Alphabet, Amazon, Apple e Facebook superou 5,7 trilhões de dólares em dezembro de 2020, valor maior que a capitalização de mercado de toda a bolsa de valores Euronext e um terço do Standard & Poor’s 100 index dos Estados Unidos (Gawer; Srnicek, 2021).

Existem diferentes tipos de plataformas e, também, diferentes classificações. Consideramos especificamente as plataformas de trabalho, ou seja, aquelas cujo objetivo principal envolve coordenar o trabalho que será oferecido na plataforma, o que inclui o estabelecimento das conexões entre trabalhadores e clientes, bem como a determinação das regras, taxas, remunerações, localização, formas de avaliação e critérios de seleção e exclusão (Rani *et al.*, 2021). O termo plataforma, neste caso, incorpora simultaneamente a empresa, o software, a infraestrutura e a cultura, enquanto os aplicativos constituem a interface mais externa e visível aos indivíduos Grohmann (2021).

Essas plataformas representam modelos altamente terceirizados de trabalho, nos quais os meios de produção, os custos de manutenção e treinamento e boa parte dos trabalhadores são terceirizados (Srnicek, 2017). Permitem novas formas de gestão e controle do trabalho que têm

sido apontadas como precarizantes. A tendência à precarização das relações de trabalho é um processo cuja origem é anterior ao processo de plataformização (Abílio, 2018). No entanto, as plataformas tornam esse processo mais intenso especialmente em áreas já dominadas pela informalidade, como é o caso da construção civil no Brasil, e mais amplo, atingindo os países centrais do sistema capitalista (Abílio, 2018).

A construção civil engloba as atividades de construção de edifícios, incluindo reformas e manutenções, obras de infraestrutura e serviços especializados, os quais compreendem, dentre outros, a preparação de terrenos e demolições, instalações elétricas e hidráulicas, obras de acabamento, obras de fundações, administração de obras e obras de alvenaria (CNAE, 2010). O setor é marcado pela alta informalidade dos vínculos de trabalho. Em 2019, os ocupados por conta própria, sem contribuição previdenciária, e os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada representavam quase 62% do total de ocupados na construção (DIEESE, 2020). No emprego formal, os vínculos de trabalho são caracterizados pela curta duração. Em dezembro de 2018, cerca de 50,8% dos trabalhadores da construção possuía menos de um ano de vínculo. Outra particularidade do setor é a grande presença de pequenas e microempresas (DIEESE, 2020).

As plataformas estão adentrando neste setor principalmente a partir dos serviços de reparos e manutenções, mas já existem plataformas que oferecem serviços de construção de edifícios residenciais, comerciais e industriais, terraplanagem, topografia, escavação, demolição, dentre outros. Neste contexto é que emerge a questão de investigar o trabalho por plataforma no universo da construção civil. Trata-se de um campo ainda incipiente, dado que as plataformas de trabalho específicas para este setor são de certa forma recentes. Deste modo, a pesquisa possibilita delinear uma visão geral do cenário com a incursão das plataformas, analisando seus efeitos.

As empresas-plataforma que foram incluídas nesta pesquisa foram encontradas por meio de buscas realizadas no buscador do Google na *web* e na loja de aplicativos digitais do Google, a Google Play Store. A busca na *web* foi necessária para incluir as plataformas que não possuíam aplicativos e não apareciam nas buscas da Play Store. As buscas foram feitas em fevereiro e março de 2019 e refeitas entre os meses de junho a setembro de 2022, para atualização dos resultados. Foram selecionadas apenas as plataformas que possuíam mais de 10 mil instalações na Play Store ou mais de 10 mil seguidores no Facebook – para aquelas encontradas a partir do buscador da *web* – e eram específicas para a construção. O critério de

seleção visou a considerar aquelas empresas-plataforma com maior abrangência, uma vez que embora a busca tenha retornado muitos resultados, a maioria das plataformas identificadas contava com poucos usuários.¹

Este artigo está subdividido da seguinte forma. A próxima seção traz uma contextualização do processo de precarização do trabalho no Brasil e sua relação com o processo de plataformação. Em seguida, tratamos do contexto específico da construção civil no Brasil. Os resultados da pesquisa são apresentados e analisados na seção 3 que trata do trabalho por plataforma na construção civil. Ao final, apresentamos as principais conclusões da pesquisa.

Precarização e Plataformação do Trabalho no Brasil

Os estudos sobre plataformas digitais e trabalho no Brasil se inserem em um cenário mais amplo que se refere a transformações nos campos econômico, político, social e cultural que desencadearam grandes mudanças na organização do trabalho, tornando-a cada vez mais fragmentada (Antunes, 2018; Braga, 2017). Conseqüentemente, as relações de trabalho tornam-se mais instáveis e menos protegidas por direitos trabalhistas (Antunes, 2018; Braga, 2017). Assim, as transformações tecnológicas e seus efeitos devem ser analisadas em conjunto com as transformações nas relações de poder decorrentes das pressões do capital financeiro e da posição geopolítica e econômica de cada país.

No Brasil, não podem ser desconsideradas as pressões por mudanças na regulação do trabalho. Em 2017, a aprovação da reforma trabalhista (Lei 13.467/17) ampliou as hipóteses de terceirização do trabalho e criou o contrato de trabalho intermitente (Brasil, 2017). Tais transformações foram consideradas precarizantes seja porque pressupõem uma condição de igualdade entre trabalhador e empregador que não se verifica na realidade, seja porque tornam o vínculo empregatício mais instável, diminuindo a proteção do trabalho. Soma-se a esse cenário os altos índices de desemprego, o crescimento da informalidade e da rotatividade do trabalho e, ainda, a dificuldade dos movimentos de trabalhadores de se organizarem em contraposição a essas transformações (Galvão, 2019; Krein, 2020).

¹ Na Google Store foram utilizadas as palavras-chave: construção civil + prestador de serviços “reformas”; reforma + prestador de serviço; reforma + profissionais; marido de aluguel; trabalhadores + construção civil; contratar + construção civil; contratar + reformas; serviços + construção civil. No buscador da web, combinações de palavras-chave, mantendo apenas marido de aluguel; reformas + prestadores de serviço, prestadores de serviço + construção civil e acrescentando plataformas + construção civil.

As tendências de precarização do trabalho, ao menos no que diz respeito à ampliação das terceirizações, remontam aos anos 1990. Utilizando o exemplo da empresa de cosméticos, Abílio (2017) demonstra que esse processo – que tem como uma das características a transferência dos riscos e custos da atividade para outras empresas, como no caso das plataformas de trabalho para uma multidão de trabalhadores engajados e presumidamente autônomos – já aparecia no modelo de negócios da empresa Natura, com sua legião de representantes engajadas (Abílio, 2017).

Agora, o gerenciamento dessa transferência é realizado por softwares das plataformas digitais que conectam usuários consumidores e usuários trabalhadores, determinando e administrando as regras, os custos e os rendimentos dessa conexão (Abílio, 2017). Os meios técnico-políticos possibilitaram a centralização do controle sobre milhares de trabalhadores e, ao mesmo tempo, sua dispersão no tempo e espaço, constituindo um sistema que pode ser entendido como gerenciamento algorítmico do trabalho (Abílio, 2020a). São mecanismos que intensificam o mapeamento e controle sobre o trabalho (Zuboff, 2020).

O modelo de negócios das plataformas no Brasil é o mesmo de diversos outros países. Trata-se de um modelo baseado na expansão rápida, feita a partir do oferecimento de serviços muito baratos e da ampla terceirização dos trabalhadores. Essas plataformas possuem poucos ativos, centrados especialmente no setor de tecnologias da informação (Srnicek, 2017). Como afirma Gawer (2020), o escopo das empresas é tão reduzido que excluem ativos centrais e a maior parte dos trabalhadores. Esse processo de redução de escopo é impulsionado pela digitalização (Gawer, 2020).

Após o sucesso da empresa de transportes por aplicativo Uber, adicionou-se à discussão sobre precarização e informalidade o termo uberização do trabalho. Este termo, contudo, é criticado na bibliografia por conferir demasiada atenção a uma plataforma específica, a Uber (Grohmann, 2021), ou ainda, por dar uma ideia de novidade completa a um processo que há tempos já está em andamento (Abílio, 2020b). Grohmann (2020) ressalta que o termo plataformização do trabalho seria melhor para abarcar as multiplicidades em torno do trabalho mediado por plataformas digitais. O conceito representa a crescente dependência das plataformas por parte dos trabalhadores e consumidores, fundamentada em um contexto mais amplo e histórico de intensificação da flexibilização do trabalho e apropriação do trabalho informal. A plataformização se manifesta de formas distintas, uma delas é atribuída ao termo trabalho por plataformas, que é geralmente associado ao trabalho mediado e coordenado por plataformas que são construídas para serem plataformas de trabalho (Grohmann, 2021).

Grande parte das pesquisas sobre trabalho por plataforma, concentra-se nas plataformas de trabalho que oferecem serviços de entrega e/ou de transporte de passageiros. De modo geral, evidenciam o distanciamento entre as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores por plataforma no Brasil e as condições mínimas para o que se espera do trabalho decente. O cenário é agravado pelo fato de que esses trabalhadores estão desprotegidos de direitos trabalhistas e não têm acesso a vários benefícios sociais que garantem a segurança do trabalho, limite da jornada, descanso remunerado, assistência à saúde, seguridade social e aposentadoria.

Dois estudos amplamente citados referem-se ao contexto da pandemia da Covid-19 (Manzano; Krein, 2020; Abílio *et al.*, 2020). Nos dois casos, foi notada a piora nas condições de trabalho. Segundo a pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesit/Unicamp), a partir de dados secundários, a média de horas trabalhadas pelos condutores de motocicletas e pelos condutores de automóveis, táxis e caminhonetes, no primeiro trimestre de 2020, foi maior que a média geral da população ocupada no mesmo período (Manzano; Krein, 2020). O mesmo estudo revela que a remuneração dos trabalhadores condutores de automóveis e motocicletas decresceu, no período entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2020, em contrapartida, a taxa de informalidade aumentou (Manzano; Krein, 2020). O estudo realizado pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR), com foco nos entregadores por aplicativo – Ifood, Uber Eats, Rappi e Loggi – aponta no mesmo sentido. Segundo a pesquisa, a pandemia resultou em uma extensão da jornada de trabalho, que não foi acompanhada pelo aumento da remuneração (Abílio *et al.*, 2020).

Esses resultados são reforçados pelo relatório “Fairwork Brasil 2021: Por Trabalho Decente na Economia de Plataformas”. O relatório apresenta a avaliação de seis das principais plataformas de trabalho que atuam no Brasil – Ifood, 99, Uber, Get Ninjas, Rappi e Uber Eats – segundo cinco princípios do trabalho justo – remuneração justa, condições de trabalho justas, contratos justos, gestão justa e representação justa dos trabalhadores. O resultado das pontuações foi extremamente baixo. Apenas três empresas pontuaram, sendo que o Ifood e a 99 obtiveram nota 2 e a Uber obteve nota 1, em uma escala de 0 a 10 (Fairwork, 2022).

Apesar de haver uma vasta literatura sobre o trabalho por plataforma no Brasil, há poucos estudos específicos sobre o setor da construção civil. Uma aproximação com análises desse tipo na construção civil foi a pesquisa de Oliveira *et al.* (2021) sobre a plataforma Getninjas, que oferece uma variedade de serviços, dentre os quais estão os serviços de construção. Na Getninjas, os trabalhadores participam de uma espécie de “leilão reverso” (Oliveira *et al.*,

2021), competindo entre si pelo preço mais baixo, na esperança de serem escolhidos pelos clientes. Neste caso, os autores também apontaram para a ampliação da precarização do trabalho no setor que, mesmo antes da difusão das plataformas, já se apresentava amplamente precarizado, como abordaremos a seguir

O trabalho no setor da construção civil no Brasil

O setor da construção civil possui notória relevância para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Sua participação no PIB do país, que representou no último ano cerca de 3,5%, já chegou a atingir a parcela de 7%, no ano 2000, e 6,5% em 2012 (CBIC, 2024). No tocante à sua participação na população ocupada do país, no ano de 2023, a construção civil ocupou 7,43 milhões de pessoas, equivalente a 7,4% do total de ocupados no Brasil (PNADc, 2023). A importância social do setor também se evidencia pela absorção de trabalhadores mais pobres, com menor nível educacional e baixa qualificação profissional (Sesi, 2015).

Em contrapartida, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mostram que, no quarto trimestre de 2021, dentre as 7,46 milhões de pessoas que estavam ocupadas no setor privado da construção civil no Brasil, 5 milhões eram trabalhadores ou empregadores informais, representando 68% do total. Esse valor é expressivamente maior do que a taxa de informalidade observada para toda a população ocupada no Brasil, no mesmo período, que foi de 40,67%. Os dados também revelam a grande quantidade de trabalhadores por conta própria no setor, que concentraram 3,84 milhões de pessoas (51,41%), dos quais 3,32 milhões (86,6%) não possuíam registro no CNPJ (PNADc, 2022).²

A construção está entre as atividades econômicas de alto risco para acidentes (Iriart *et al.*, 2008; Santana; Nobre; Waldvogel, 2005; Santana; Oliveira, 2004; Takahashi *et al.*, 2012), sendo considerada como uma das atividades mais perigosas para os trabalhadores no mundo, não apenas em termos dos acidentes fatais e não fatais, bem como das doenças relacionadas ao trabalho (Sesi, 2015). A pesquisa de Jardim (2015), sobre os conflitos ocorridos em várias obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ajuda a evidenciar a precariedade das relações de trabalho no setor. Má alimentação, atraso no pagamento dos salários, exploração do trabalho, intensificação da jornada, péssimas condições de alojamentos, desrespeito por parte

² Para o cálculo da informalidade foram consideradas as categorias de empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador por conta própria sem registro no CNPJ e empregador sem registro no CNPJ.

das empreiteiras e até trabalho escravo foram algumas das motivações das greves mobilizadas pelos trabalhadores.

Somam-se a esse cenário outros tipos de violências, como a desvalorização, o preconceito e as humilhações por parte dos patrões, além dos riscos envolvidos e do trabalho desgastante e pesado (Oliveira; Iriart, 2008; Takahashi *et al.*, 2012). Por reunir, na composição da força de trabalho, muitos trabalhadores migrantes (Borges; Martins, 2004; Iriart *et al.*, 2008, Takahashi *et al.*, 2012), os canteiros de obra também se constituem como espaços de opressões e sofrimento desses trabalhadores (Borges; Martins, 2004).

Um agravante a essa realidade é a recorrência de acordos informais com as empreiteiras subcontratadas, visando à transferência das responsabilidades trabalhistas para as terceirizadas. Tal transferência compreende uma estratégia de redução de custos e, em alguns casos, de desrespeito às legislações. Essa formatação se intensificou com o processo de racionalização da construção (Costa; Tomasi, 2014), impulsionado pelas transformações que ocorreram no mundo do trabalho, decorrentes da difusão das TICs no processo produtivo, acarretando a chamada Reestruturação Produtiva. Dentre as implicações significativas para o setor da construção civil, Villela (2007) ressalta, no período compreendido entre meados da década de 1970 até meados da década de 1990, o aparecimento de novas formas organizacionais de inspiração no modelo toyotista, dentre as quais destacam-se: a incorporação dos princípios da *Lean Production*, formando a noção de construção enxuta; a racionalização dos processos de trabalho tanto no escritório quanto nos canteiros de obra; a horizontalização das empresas e o aumento das terceirizações e subcontratações, ampliando a segmentação, fragmentação e informalidade do setor.

Com efeito, os chamados “gatos” ou aliciadores de mão de obra são frequentes no setor e acentuam a precariedade das relações de trabalho (Costa, 2011; Costa; Tomasi, 2014; Jardim, 2015). Os “gatos” são pequenos empreiteiros que intermedeiam a contratação de trabalhadores, quase sempre de forma ilegal. Grandes construtoras têm estimulado a formalização desses empreiteiros, incentivando seus próprios funcionários a registrarem microempresas de serviços especializados para a construção (Costa, 2011). Tal prática é referida por Antunes (2018) como “pejotização”. Outros agravantes, como reforçam Costa e Tomasi (2014) e Costa (2011) são os contratos por produtividade (por metro) ou por empreitada (por preço pré-estabelecido), que estão presentes inclusive no caso dos trabalhadores formais, com salário fixo.

Diante do exposto, convém ressaltar que a precarização das relações de trabalho na construção civil vincula-se profundamente com as tendências históricas de flexibilização. A diferença, como será abordada na próxima seção, é a introdução mais recente de novos atores, as plataformas, como intermediadoras na contratação de trabalhadores. São fenômenos antigos, que se atualizam.

O trabalho por plataformas na construção civil: resultados da pesquisa

O Quadro 1 mostra as plataformas selecionadas, com o número de instalações na Play Store ou seguidores no Facebook. Cabe salientar que algumas empresas selecionadas já haviam encerrado suas atividades até o ano de 2022. E ainda, as plataformas Dr Resolve e Triider não foram incorporadas no estudo nas buscas realizadas no ano de 2019, pois ofereciam alguns serviços não específicos para a construção, como higienização de estofados, limpeza de ar-condicionado, dedetização e jardinagem. Em 2022, devido à relevância dessas plataformas e ao fato de a maior parte dos serviços oferecidos estarem relacionados com o setor da construção, elas foram inseridas na pesquisa.

Quadro 1 – Plataformas selecionadas no ano de 2019

Plataformas Selecionadas (2019)	Instalações ou seguidores	Possui aplicativo	Em atuação (2022)
Habitíssimo	100 mil	Sim	Sim
Triider	100 mil	Sim	Sim
Dr Resolve	55 mil	Não	Sim
Reforme Já	50 mil	Sim	Não
Fix App	50 mil	Sim	Sim
MisterFix	22 mil	Não	Não
Iguanafix	10 mil	Sim	Sim
Mãos à Obra	10 mil	Sim	Não

Fonte: Elaboração própria.

A Mãos à Obra foi criada em 2015, para oferecer serviços de construção e reformas, na região metropolitana de São Paulo e na Baixada Santista. A empresa encerrou suas atividades no ano de 2022. A atividade econômica principal, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), era de preparação de documentos e serviços de apoio administrativo. Os serviços oferecidos incluíam construção e demolição, arquitetura, engenharia, vidraçaria, serralheria, pintura, impermeabilização, serviços de encanadores e eletricitas, limpeza pós-obra, instalação de pisos, gesso, ar-condicionado e telhado. Na plataforma, o consumidor fazia a solicitação do serviço e o prazo para resposta era de até 4

horas. Para entrar em contato com os clientes, os trabalhadores deveriam possuir créditos, os quais eram adquiridos através da contratação de algum plano da empresa. Cada plano possuía um valor fixo e um número de solicitações de estorno disponíveis, visto que não existiam garantias na contratação do serviço. Os trabalhadores deveriam estar permanentemente disponíveis para o trabalho (Abílio, 2017), pois a plataforma funcionava 24 horas por dia e apenas os três primeiros trabalhadores que demonstrassem interesse no serviço teriam acesso ao contato dos clientes. No entanto, o contato só era fornecido mediante pagamento de uma taxa, ou seja, os trabalhadores pagariam pela possibilidade de trabalhar. O que era disponibilizado pela plataforma era a chance de oferecer o orçamento para o serviço, sendo que caberia ao consumidor aceitar ou não. Como eram fornecidos três orçamentos, os trabalhadores ainda competiam entre si pelo orçamento mais barato. É como submetê-los a barganhar o próprio valor do trabalho. O mecanismo apresentado aqui é semelhante ao “leilão reverso” discutido por Oliveira *et al.* (2021) na plataforma Getninjas.

O Habitíssimo é uma empresa espanhola criada em 2009 e que atua também no Brasil, Colômbia, Argentina, Chile, México, Itália e Portugal. São oferecidos serviços de construção de casas, edifícios, galpões industriais, piscinas, serviços de arquitetura, engenharia, impermeabilização, jardinagem, reformas, eletricitista, encanadores, pedreiros, vidraçaria, pintura, limpeza, marcenaria, mudanças, design de interiores, instalação de ar-condicionado, dentre outros. Os clientes postam uma solicitação de serviço na plataforma e a empresa seleciona quatro profissionais para entrarem em contato. O acesso ao telefone dos clientes só é fornecido após o pagamento de uma taxa. Cada contato possui um valor específico, que deve ser pago pelos trabalhadores caso tenham interesse em fornecer orçamentos para o serviço solicitado, o qual não garante sua contratação. Os profissionais podem fazer uma assinatura de contatos, que realiza a compra automática. A plataforma on-line possui uma seção de perguntas e respostas, onde foi possível encontrar a informação sobre o valor médio de custo de cada contato. Em 2020, o valor médio que o trabalhador deveria pagar para obter acesso ao contato de um cliente era de R\$ 14,00. Os trabalhadores devem ser autônomos ou possuir CNPJ. Os consumidores fazem avaliações sobre o trabalho e elas ficam disponíveis no perfil dos profissionais. Assim como no Mãos à Obra, os trabalhadores pagam pela possibilidade de trabalhar. Eles barganham o valor do próprio trabalho na disputa pelo menor preço oferecido, que tem mais chances de ser contratado, não havendo garantia da contratação.

O Triider é uma plataforma que oferece serviços hidráulicos e elétricos, pequenos reparos, instalações de equipamentos, decoração, limpeza, serviços de piso e pintura, montagem de

móveis e fretes. A empresa foi criada em 2016, com sede em Porto Alegre (RS) e hoje atua em várias capitais dos estados do Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Ceará, Goiás e Rio de Janeiro. Contudo, a atividade econômica principal da empresa é descrita como desenvolvimento de programas de computador. Os clientes preenchem um formulário sobre as especificações da obra e recebem até três orçamentos em 24 horas. Apenas os primeiros trabalhadores que entram em contato com o cliente terão o direito de oferecer o orçamento. Processo semelhante ao observado no *Mãos à Obra* e no *Habitíssimo*. O pagamento só é realizado após a finalização dos serviços e a garantia de 90 dias é responsabilidade dos profissionais. Os clientes podem fazer avaliações sobre os trabalhadores e elas ficam disponíveis na plataforma. Nos termos de uso, a empresa afirma que não interfere nas negociações entre clientes e trabalhadores, não é responsável pela qualidade dos serviços prestados e por garantir que os profissionais possuem as capacidades técnicas informadas na plataforma. Não obstante, entre os requisitos necessários para se cadastrar, os profissionais devem apresentar documentos que comprovem sua habilitação técnica. Ela ressalta que os trabalhadores não são empregados ou subcontratados. A taxa cobrada pela empresa é de até 25% sobre todos os serviços realizados.

O *Reforme Já* foi desenvolvido pela empresa Sirotto Nascimento, localizada na cidade de São Paulo e cuja atividade econômica principal, segundo a CNAE, era de desenvolvimento de programas de computador não customizáveis. A plataforma foi lançada em 2018 e atuava em várias regiões do Brasil. O aplicativo não foi encontrado nas buscas realizadas em 2022 e não é atualizado desde março de 2019, mas o CNPJ da empresa continua ativo na Receita Federal. Na página do Facebook, a empresa se definia como uma plataforma para conectar consumidores, profissionais e fornecedores da construção civil. Os profissionais incluíam engenheiros, empreiteiros, arquitetos, designers de interiores, armadores, pedreiros, pintores, serralheiros, encanadores, vidraceiros, técnico em edificações, dentre outros. Na plataforma, os consumidores poderiam buscar por profissionais ou lojistas e solicitar um orçamento. A empresa selecionava até cinco profissionais mais próximos para enviar os orçamentos e declarava não interferir nas negociações. Para oferecer o serviço ou produto no *Reforme Já*, os usuários deveriam adquirir um dos planos disponíveis, assim como observado no *Mãos à Obra*. Os valores dos planos foram obtidos nas publicações do Facebook. Em setembro de 2018, o plano mensal para trabalhadores era de R\$ 29,90 e para lojistas custava 49,90. Os planos anuais eram de R\$ 359,00 para profissionais e R\$599,00 para lojistas.

A plataforma da Iguana Fix, o IFix app, foi criada no ano de 2013 na Argentina e funciona também no Brasil, México e Uruguai. No Brasil, a empresa atua nas cidades de São Paulo, Santos e Belo Horizonte. A atividade econômica principal segundo a CNAE é de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. As informações sobre seu funcionamento foram obtidas na interação com o aplicativo e com a plataforma on-line. Os serviços incluem pintura, montagem de móveis, manutenção de ar-condicionado, instalações elétricas, fixação de móveis e instalação a gás. Todos os serviços possuem preço pré-estabelecido e a empresa oferece garantia de três meses, que deve ser cumprida pelo trabalhador. Os clientes postam as solicitações de orçamento, as quais são enviadas a quatro profissionais que possuem cadastro na plataforma. Diferente do Mãos à Obra, do Habitíssimo e do Triider, no qual apenas os primeiros trabalhadores que demonstrarem interesse no serviço terão acesso ao contato dos clientes, no IFix app, é a própria plataforma que estabelece a seleção dos trabalhadores. Os profissionais devem reportar que estão a caminho da casa do cliente, avisar quando chegar e tirar foto antes e depois do serviço. Neste caso, as certificações sobre o trabalho são efetivadas pelo registro de imagens. Os termos de uso especificam que os trabalhadores precisam ter CNPJ ou cadastro de Microempreendedor Individual (MEI). Em 2022, o Iguanafix foi comprado pela empresa curitibana Madeira Madeira, voltada para o mercado de venda de móveis e eletrodomésticos.

O Fix app foi criado pela empresa Fix Tecnologia e Serviços, localizada na cidade de São Paulo. A plataforma foi criada em 2017 e atua nas cidades de São Paulo, Campinas, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba. A atividade econômica principal (CNAE) é de intermediação de serviços e negócios, exceto imobiliários. Os serviços oferecidos abrangem eletricitistas, montadores de móveis, encanadores, marceneiros, serralheiros, pequenos reparos e reformas, manutenção de ar-condicionado, pintores, vidraceiros, gesseiros, sanitização, dentre outros. Atualmente, a empresa possui foco em reparos e manutenções em imóveis alugados. Os clientes fazem a solicitação dos serviços e recebem algumas opções de orçamentos, com avaliações e comentários sobre os trabalhadores. Neste caso, a empresa escolhe os profissionais que irão oferecer o orçamento, assim como no IFix app. Diferente das plataformas citadas anteriormente, a Fix pode realizar e subsidiar negociações junto aos clientes e seleciona os profissionais a partir de entrevistas presenciais, checagem de documentos e prova técnica. A taxa cobrada sobre todos os serviços executados corresponde ao somatório de um valor fixo, disponível em uma tabela fixa de preços, e uma taxa variável no valor de 10% sobre o valor

adicional pago pelos clientes, ou seja, o valor que excede a taxa fixa. Nos termos de uso, a empresa ressalta que não possui vínculo trabalhista com os profissionais e não se responsabiliza por acidentes de trabalho e fornecimento de equipamentos de proteção. Percebe-se a transferência de riscos e custos da atividade produtiva diretamente aos trabalhadores (Abílio, 2017). Apesar de se posicionar como mera intermediadora, a Fix pode interferir nas negociações entre trabalhadores e consumidores, e mesmo sem vínculos trabalhistas, a empresa realiza entrevistas presenciais e prova técnica. Na plataforma on-line, a empresa afirma que exige qualificações técnicas certificadas dos trabalhadores. O processo é semelhante às etapas de admissão de emprego, mas para um trabalho autônomo.

A Misterfix foi fundada no ano de 2017, na cidade de Santo André (SP) e atuava em várias regiões do Brasil. A atividade econômica principal era de gestão de ativos intangíveis não financeiros. A situação cadastral da empresa está baixada na Receita Federal, indicando a paralisação das atividades em 2019. A empresa funcionava através de um sistema de franquias de reformas e pequenos reparos e oferecia serviços de alvenaria e pedreiro, serviços elétricos e hidráulicos, gesso e *drywall*, impermeabilização, manutenção predial, marido de aluguel, pintura e reforma. O capital inicial requerido para abrir a franquia era de 9 mil reais. Além do franqueado, era necessário um ajudante, sendo que ambos deveriam possuir registro de Microempreendedor Individual (MEI) e ter concluído o ensino médio. Aqui, observa-se um processo similar à “pejotização” (Antunes, 2018). A Mister Fix fornecia um sistema de gestão para implantação, treinamentos à distância para os franqueados e os ajudantes, um suporte por telefone e e-mail e um aplicativo para download. Segundo a empresa, o aplicativo funcionaria como a “uber” dos reparos.

A Dr Resolve se assemelha à Misterfix por ser uma rede de franquias de reparos e reformas. A empresa foi criada em 2010, com sede em São José do Rio Preto (SP) e atua em várias cidades nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Bahia, Tocantins, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Dr. Resolve também funciona no México, na Colômbia e no Panamá. A atividade econômica principal da empresa é de gestão de ativos intangíveis não financeiros. Para adquirir uma franquia o investimento inicial é de R\$ 60 mil. Os franqueados recebem material de apoio, plano de negócio, convites para palestras ao vivo e treinamento dos profissionais. Além do treinamento, os trabalhadores passam por um processo de seleção, com entrevistas pessoais, avaliação das referências profissionais e prova técnica. São oferecidos

serviços elétricos, hidráulicos, de alvenaria, instalação de eletrodomésticos, pintura, reparos, reformas, jardinagem e gesso. Os regimes de contratação são definidos pelas franqueadas. Em uma busca realizada em alguns sites de vagas de emprego, como Infojobs e Empregos.com, foram encontradas vagas de trabalho na construção civil para a Dr. Resolve nos regimes formais via CLT e por meio de contrato de trabalho como Pessoa Jurídica (PJ) ou MEI.³

A maior parte das plataformas funciona através de um sistema de anúncios, os quais podem ser feitos por profissionais para divulgarem seus trabalhos ou por possíveis clientes interessados em algum serviço de construção. Os anúncios feitos por trabalhadores são postados mediante pagamento de taxa ou adesão a algum plano de fidelidade oferecido pela empresa. Enquanto algumas empresas, como o Fix App e o Triider, cobram taxa apenas quando o serviço é contratado, outras, como o Habitíssimo e o Mãos à Obra, cobram taxa para fornecer o contato dos clientes para os trabalhadores, sem a garantia da contratação dos serviços. Neste caso, os trabalhadores pagam pela possibilidade de conseguir trabalho. No IFix, a empresa determina o valor dos serviços e cabe ao trabalhador aceitar ou não. Os serviços com preços pré-estabelecidos podem não levar em consideração os gastos com o deslocamento, manutenção de equipamentos, remuneração adequada, condições de trabalho apropriadas, proteção e riscos envolvidos nas atividades. Os sistemas de avaliações funcionam como mecanismo de vigilância e aumentam o controle sobre o trabalho. Além disso, parte do gerenciamento do trabalho é transferido para os consumidores, como um gerente coletivo que mantém a fiscalização constante (Abílio, 2017).

Em quase todas as empresas, os trabalhadores atuam de forma autônoma e arcam com os custos e os riscos relacionados ao trabalho. Eles não possuem garantia de sua remuneração e limite da jornada e estão desprovidos de muitos direitos trabalhistas, além de estarem mais expostos aos riscos por não serem cobertos pelas proteções relativas à saúde e segurança no trabalho. Apesar da informalidade ser característica das relações de trabalho na construção civil, agora está sendo apropriada e taxada pelas plataformas. Os trabalhadores autônomos que não

³ A plataforma do Mãos à Obra, o aplicativo e as redes sociais da empresa não estão mais ativos.

O Facebook do Reforme Já está disponível em: <<https://www.facebook.com/appreformeja>>.

A plataforma da Mister Fix está disponível em: <<https://www.misterfixsolucoes.com.br>>.

O Facebook do Fix app está disponível em: <<https://www.facebook.com/fixapp.br>>.

A plataforma do Iguanafix está disponível em: <<https://portal.iguanafix.com>>.

A plataforma do Habitíssimo está disponível em: <<https://www.habitissimo.com.br>>.

A plataforma do Triider está disponível em: <<https://www.triider.com.br>>.

A plataforma da Dr. Resolve está disponível em: <<https://www.doutorresolve.com.br>>

possuem registro de MEI e não realizam as contribuições previdenciárias, não terão direito à aposentadoria. Apenas na rede de franquias Dr Resolve, foram encontrados vínculos formais de trabalho. As atividades econômicas principais, com base na CNAE, não estão relacionadas com a construção civil, o que reflete a intenção das empresas de se posicionarem como intermediadoras das conexões entre consumidores e trabalhadores. Essa prática é comum entre as plataformas de trabalho, como é o caso da Uber, com o intuito de se definirem como empresas de tecnologia e não de serviços.

O trabalho por plataforma na construção civil no Brasil ainda é incipiente, com poucas empresas atuando, sendo a maior parte delas de pequeno e médio porte. A empresa com maior abrangência é estrangeira, proveniente da Espanha. A outra empresa estrangeira, Iguanafix, foi adquirida pela empresa nacional Madeira Madeira, e passou a se especializar nos serviços de montagem de móveis. As empresas nacionais e de atuação local, que ofereciam serviços exclusivamente para o setor da construção, como o Mãos à Obra, Misterfix e Reforme Já, finalizaram suas atividades até o ano de 2022, indicando certa dificuldade para se estabelecer no mercado. O Triider, Dr Resolve e Fix app incorporaram outras atividades além da construção. O Triider oferece serviços de frete e mudança, montagem de móveis, limpeza, decoração e conserto de equipamentos. A Dr Resolve oferece serviços de instalação de eletrodomésticos, limpeza de ar-condicionado e movimentação de móveis. O Fix app passou a se orientar para o mercado de gerenciamento de manutenções em imóveis alugados.

Considerações finais

As plataformas destacadas neste estudo apresentam semelhanças em relação aos tipos de serviços oferecidos e especialmente em relação à forma de gestão do trabalho. Neste último quesito, assemelha-se, também, às empresas-plataforma dos setores de entrega e transporte de passageiros, realizam o controle do trabalho, incluindo a remuneração sem, contudo, se classificarem, na maioria dos casos, como empresas de serviços, em uma manobra para e evadirem do pagamento dos direitos trabalhistas.

O cenário apresentado pela incursão das plataformas no setor da construção civil vai ao encontro das tendências observadas no mundo do trabalho, orientadas para as formas contemporâneas e intensificadas de flexibilização e retirada de direitos trabalhistas conquistados. As plataformas realizam o gerenciamento algorítmico do trabalho, ampliando a transferência dos riscos e custos da atividade produtiva diretamente aos trabalhadores.

Alguns aspectos, que antes eram descritos a partir da informalidade e da inexistência de contratos de trabalho, hoje parecem estar incorporados e legitimados em plataformas digitais que oferecem serviços de construção. A intensificação das terceirizações chegou a outro nível. As plataformas se apropriam e taxam a informalidade. Além disso, taxam a possibilidade de conseguir um trabalho, uma espécie de comercialização do desemprego. Os trabalhadores da construção civil, que possuem um histórico de informalidade, agora permanecem como informais, mas têm parte dos ganhos do seu trabalho apropriado por plataformas digitais.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavra**, Campinas, 2017.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579-597, 2020a.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. **Revista Margem Esquerda**, São Paulo, n. 31, 2018.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: A era do trabalhador just-in-time? **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p.111-126, 2020b.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek *et al.* Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 3, p. 1-21, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.
- BORGES, Hélia; MARTINS, André. Migração e Sofrimento Psíquico do Trabalhador da Construção Civil: uma Leitura Psicanalítica. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 129-146, 2004.
- BRAGA, Ruy. **Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Brasília: Diário Oficial da União, p. 1, col. 1, 2017.
- CBIC. PIB Brasil e Construção Civil. **Banco de dados CBIC**, 2024. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/pib-e-investimento/pib-brasil-e-construcao-civil>>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- COSTA, Luciano. Subcontratação e informalidade na Construção Civil, no Brasil e na França. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 413-434, mai./ago. 2011.
- COSTA, Luciano; TOMASI, Antônio. De Peão a Colaborador: racionalização e subcontratação na construção civil. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 347-365, mai./ago. 2014.
- DIEESE. A Construção Civil e os trabalhadores: panorama dos anos recentes. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 95, 2020.
- FAIRWORK. **Fairwork Brazil Ratings 2021: Towards Decent Work in the Platform Economy**. Porto Alegre (BR), Oxford (UK), Berlin (GER): Fairwork, 2022.
- GALVÃO, Andréia. Andreia Galvão fala da uberização das relações de trabalho. **Portal de Notícias da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora**, 2019. Disponível em: <<https://intersindicalcentral.com.br/andreia-galvao-fala-da-uberizacao-das-relacoes-de-trabalho/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- GAWER, Annabelle. Digital platforms boundaries: The interplay of firm scope, platform sides, and digital interfaces. **Long Range Planning**, 2020.

- GAWER, Annabelle; SRNICEK, Nick. **Online platforms: Economic and societal effects**. Brussels: Panel for the Future of Science and Technology, European Parliamentary Research Service, 2021.
- GROHMANN, Rafael. Os nomes por trás do trabalho plataformizado. **Blog da Boitempo**, 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/07/19/os-nomes-por-tras-do-trabalho-plataformizado/>>. Acesso em: 20 maio 2022.
- GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, Aracaju, v. 22, n.1, p. 106-122, jan-abr. 2020.
- IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)**. Brasília: IBGE, 2010.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc)**: indicadores de informalidade na construção civil. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cbic.org.br/ibge-informalidade-no-setor-da-construcao-e-maior-nas-regioes-norte-e-nordeste/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IRIART, Jorge *et al.* Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.165-174, 2008.
- JARDIM, Maria. A construção social do mercado de trabalho no setor de construção civil nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): consensos e conflitos. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, p. 165-187, v. 30, n. 1, p. jan./abr., 2015.
- KREIN, José D. Desafios e perspectivas do sindicalismo pós-reforma trabalhista no Brasil. **Instituto de Economia da Unicamp** (canal do Youtube). Campinas, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=plItQTGG_1s>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- MANZANO, Marcelo; KREIN, André. A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. **CESIT/Unicamp**, Campinas, 2020.
- OLIVEIRA, Murilo *et al.* O trabalho na plataforma digital Getninjas: vitrine de pessoas, moedas virtuais e leilão reverso. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 6, e41812, 2021.
- OLIVEIRA, Roberval; IRIART, Jorge. Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.13, n. 3, p. 437-445, jul./set. 2008.
- RANI, Uma *et al.* **World employment and social outlook: the role of digital labour platforms in transforming the world of work**. Geneva: ILO, 2021.
- SANTANA, Vilma; NOBRE, Letícia; WALDVOGEL, Bernadette. Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n. 4, p. 841-855, 2005.
- SANTANA, Vilma; OLIVEIRA, Roberval. Saúde e trabalho na construção civil em uma área urbana do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 797-811, maio-jun. 2004.
- SESI. **Segurança e saúde na indústria da construção no Brasil: diagnóstico e recomendações para a prevenção dos acidentes de trabalho**. Brasília: Sesi/DN, 2015.
- SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- TAKAHASHI, Maria Alice *et al.* Precarização do Trabalho e Risco de Acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT). **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 976-988, 2012.
- VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society: Public values in a connective world**. New York: Oxford University Press, 2018.
- VILLELA, Fábio. **Indústria da construção civil e reestruturação produtiva: novas tecnologias e modos de socialização construindo o intelecto coletivo (General Intellect)**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Recebido em: 08/09/2023

Aceito em: 06/09/2024

**PERIFERIZAÇÃO DO MUNDO:
reflexões sobre as transformações do capitalismo à luz do processo de expansão da
condição periférica**

***PERIPHERALIZATION OF THE WORLD:
reflections on the transformations of capitalism in the light of the process of expansion of
the peripheral condition***

Victor Pimentel Ferreira*

João Camargo de Albuquerque Mello**

Rennan de Medeiros Pimentel***

Resumo

O presente texto tem como principal objetivo sugerir a noção de periferização do mundo como enquadramento interpretativo adequado para a análise das transformações gerais ocorridas no sistema capitalista nas últimas quatro décadas. Na primeira parte do trabalho, apoiados sobre as reflexões de Abram de Swaan, analisamos brevemente a ascensão, a configuração e o declínio do predicamento social predominante nos países capitalistas centrais no período do pós-guerra: o Estado de Bem-Estar Social. Em seguida, na segunda parte, buscamos qualificar o processo de expansão da condição periférica como uma noção de potencial analítico relevante para a investigação do desmantelamento do *welfare state* e ulterior desenvolvimento de alterações significativas na dinâmica do capitalismo. Para isso, mobilizamos fundamentalmente as ideias de Wolfgang Streeck e de demais autores da teoria social contemporânea. Por último, elaboramos reflexões a respeito da adequação do enquadramento teórico sugerido e levantamos problemas que poderiam nortear uma agenda de pesquisa baseada na ideia da periferização do mundo.

Palavras-chave: Periferização. Precarização. Capitalismo. Estado de Bem-Estar Social.

Abstract

The paper aims to propose the concept of peripheralization as an appropriate framework for analyzing the overall changes that occurred in the capitalist system in recent decades. In the first section of the paper, we provide a brief analysis of the emergence, structure, and collapse of the primary social condition in the capitalist nations in the post-war era: the Welfare State, based on Abram de Swaan's reflections. In the second part, we aim to examine the expansion of the peripheral condition as a concept with suitable analytical potential to investigate the dismantling of the welfare state and the consequential developments in the dynamics of capitalism. To accomplish this, we utilize the ideas of Wolfgang Streeck and other contemporary social theory authors. Finally, this paper considers the appropriateness of the proposed theoretical framework and identifies potential issues for a research agenda centered on the concept of peripheralization in the global context.

Keywords: Peripheralization. Precarization. Capitalism. Welfare State.

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ) e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ).

** Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisador do Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social (NEPS/UFRJ/UFF/UFRRJ).

*** Doutorando em Ciência Política pelo IESP-UERJ – coordenador executivo do Observatório Político e Eleitoral (OPEL) e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos sobre o Congresso (^{NECON/UERJ}) e ao Grupo de Estudos de Economia e Política (GEEP/UERJ).

Introdução¹

“The idea is very simple really, although its implications could be quite radical.” (Comaroff, J.; Comaroff, J. L., 2012, p. 113).

A frase destacada de Jean e John Comaroff resume a proposta do texto, que visa a apresentar a ideia de que, desde a década de 1970, as transformações no capitalismo resultaram em uma **precarização generalizada das condições de vida**. Fundamentada na degradação contínua das possibilidades de reprodução social e no enfraquecimento dos arranjos coletivos de cuidado, a periferação do mundo não é uma novidade na história política e econômica das sociedades capitalistas. Os países periféricos, apartados dos “anos de ouro” do Estado de Bem-Estar Social, são constantemente caracterizados por desigualdades sociais, violência, precarização do mercado de trabalho e desarranjos institucionais em comparação com o Norte Global, frequentemente associado ao progresso, à abundância material, à redução das desigualdades e ao desenvolvimento.

O enquadramento teórico baseado na ideia de periferação do mundo sugere que, embora as clivagens entre o centro e a periferia do mundo capitalista se mantenham, as alterações recentes do modo de produção colaboram para uma **aproximação** das condições materiais do Norte Global em relação às estruturas tipicamente precarizadas do Sul Global. Isso não quer dizer que exista um movimento progressivo de simetrização em relação a essas partes, mas sim que, em uma inversão das expectativas mais otimistas do período pós-*welfare state*, é a periferia do mundo que, hoje, indica – isto é, dá pistas – do possível futuro do capitalismo².

¹ O texto presente nasceu inicialmente a partir da avaliação final de uma disciplina oferecida pelos professores doutores Elisa Reis e Félix Lopes no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ) no segundo semestre de 2021. Agradecemos enormemente às críticas e sugestões dos professores, assim como o seu incentivo para a publicação do trabalho. Além deles, gostaríamos de agradecer os comentários e avaliações dos pareceristas anônimos, fundamentais para a elaboração da versão final do texto. Contudo, reforçamos que eventuais incongruências e equívocos do presente trabalho são integralmente de responsabilidade dos autores.

² Ao longo da segunda metade do século XX, a economia e a sociologia políticas latino-americanas se destacaram na produção de análises e reflexões de grande relevância para o debate a respeito das relações entre centro e periferia no âmbito das relações geopolíticas, com destaque para a teoria cepalina do desenvolvimento (Furtado, 2007) e a teoria da dependência (Cardoso; Faletto, 2004). Em que pesem as suas diferenças notáveis, tais enquadramentos teóricos reforçam que centro e periferia são dois polos constitutivos de uma relação hierárquica cujas características constitutivas condicionam os países periféricos em uma situação de “subdesenvolvimento” e/ou de expropriação contínua. Por óbvio, considerando o aspecto profundamente **relacional** desses termos na discussão, aprendemos com tais teorias que “centro” e “periferia” não existem isoladamente, de modo separado. Para evitar possíveis confusões, reiteramos que, embora não mobilizemos a teoria da dependência e teoria cepalina como referenciais teóricos fundamentais do texto presente, a ideia de “periferação do mundo”, como será trabalhada mais adiante, **não supõe** uma implosão da dinâmica geopolítica por elas esmiuçada, tampouco a descarta. Como, esperamos, ficará claro, o objetivo é pensar o processo de condição da expansão periférica a partir de uma reflexão atenta a padrões de vida e condições ligadas à reprodução social. Não propomos nesse texto uma

Esse futuro, por sua vez, não repete a dinâmica do Estado de Bem-Estar Social, em que a relação entre capital e trabalho experimentou um equilíbrio relativo e temporário que possibilitou o engendramento de uma “lógica de inclusão” (Sassen, 2016, p. 212) e permitiu o desenvolvimento de um ideário que conjugava simultaneamente progresso material e expansão do trabalho formal. Ao contrário, se considerarmos que “a sociabilidade capitalista parece cada vez mais prescindir da organização do mundo do trabalho para garantir a organização dos processos de valorização” (Tupinambá, 2020), percebemos que esse mesmo futuro tende a reproduzir, em escala global, a experiência histórica da periferia do capitalismo. Uma ideia que, embora simples, pode suscitar questões importantes no que diz respeito à dinâmica geopolítica global e à possibilidade de elaboração de agendas de pesquisa orientadas por esse enquadramento teórico.

Nesse sentido, a proposta do texto presente é sugerir a noção da periferização do mundo como ideia central para a investigação das mudanças sociais ocorridas nos países centrais do capitalismo. Inspirados por Skocpol e Somers (1980), perguntamos se tal investigação, orientada pelas experiências históricas das periferias, pode embasar um programa de análise histórica e macrossociológica a respeito dos processos recentes de transformação do capitalismo. Nossa abordagem³ aposta na noção de periferização do mundo como recurso analítico a partir de um duplo movimento: (i) compreender o acúmulo de experiências nos países periféricos, buscando generalizar um modelo teórico sobre a periferia e (ii) aplicar esse modelo para analisar os processos históricos nos países centrais através de uma abordagem histórico-comparada, destacando as peculiaridades do processo de periferização nesses países. Assim, visamos a construir teoricamente uma experiência geral periférica por meio de uma análise macro-histórica comparada e conduzir estudos de sociologia comparada focados na investigação histórico-comparada dos contrastes entre a periferia e os países em periferização.

Para prosseguir com a discussão, organizamos o texto em três partes. Na primeira, apoiados sobre as reflexões de De Swaan (1988), analisamos a configuração social

reflexão sobre a configuração das relações econômico-internacionais entre os países diante da periferização do mundo, reflexão essa que, a despeito de sua proficuidade para a discussão geral, excederia o escopo do presente trabalho.

³ A pesquisa se construiu por meio de uma seleção prévia e não sistemática das obras e artigos discutidos a seguir. Por um lado, nos valem de textos já mobilizados em algumas de nossas pesquisas individuais (Ferreira; Ramos; Fleury, 2021; Ferreira, 2023, 2024; Pimentel, 2024), por outro lado, aproveitamos o acúmulo de reflexões de uma disciplina de pós-graduação cursada simultaneamente pelos três autores, em que travamos contato com alguns dos textos aqui discutidos.

predominante nos países do centro do capitalismo no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social, a fim de apresentar como as transformações recentes do capitalismo estão nos carregando para um ordenamento completamente distinto. Na segunda parte, qualificamos essa movimentação de afastamento do *welfare state* como um processo de expansão da condição periférica e caracterizamos tal noção a partir das ideias de Streeck (2016, 2019) e de demais pensadores(as) contemporâneos(as). Na última parte, guiados por Reis e Lopez (2021) e Uslaner e Rothstein (2005), levantamos algumas questões pertinentes em relação às ideias apresentadas ao longo do texto. Dessa maneira, buscamos discutir a adequação e a plausibilidade da mobilização da noção de periferização do mundo como enquadramento teórico relevante para a análise do presente.

O Estado de Bem-Estar Social

Para nos aproximarmos da ideia de expansão da condição periférica, é necessário, antes, jogar luz sobre a configuração social predominante em boa parte das sociedades capitalistas do mundo ocidental no período imediatamente anterior àquele que nos propomos a analisar: o Estado de Bem-Estar Social. A instituição e consolidação do Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*) no período que abrange desde o término da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970 representam, indubitavelmente, um dos fenômenos sociais e políticos mais proeminentes do século XX. O sucesso alcançado na configuração da relação entre os domínios do capital e do trabalho foi tão marcante que esse período é frequentemente referido como as "décadas de ouro do capitalismo".

Consoante às observações de Kerstenetzky (2012), é plausível conceituar o Estado de Bem-Estar Social como “um conjunto historicamente e institucionalmente formado de intervenções públicas voltadas para a promoção do bem-estar, implicando redistribuição” (Kerstenetzky, 2012, p. 61). Conforme enfatizado por Przeworski (1988), tais intervenções se fundamentam em uma atuação proativa por parte do aparato estatal em relação às dinâmicas do livre mercado. Dessa forma, o traço distintivo da relação estabelecida pelo *welfare state* no âmbito econômico reside na concretização de operações de “desmercadorização” (Esping-Andersen, 1991) – isto é, na criação de programas de bem-estar que ofereçam “alternativas autênticas à dependência do mercado” (Esping-Andersen, 1991, p. 103).

Assim, quando falamos de Estado de Bem-Estar Social estamos nos referindo a um tipo de configuração social em que o Estado é o ator responsável por garantir padrões mínimos de

educação, saúde, habitação, renda e seguridade social à maior parte da população, sendo esses serviços de caráter público e reconhecidos como direitos sociais. O desenvolvimento de tal configuração está ligado não apenas ao aprofundamento da industrialização nos países capitalistas centrais e os problemas sociais daí consequentes, como também aos efeitos deletérios das guerras mundiais. Dentro desse contexto, acompanhamos a consolidação de um período de estabilidade no casamento entre capitalismo e democracia. Streeck (2016, 2019) nos mostra, por exemplo, que, enquanto a esfera econômica se pautava em uma liberdade das forças do mercado para alocar os recursos, a esfera política, baseada em princípios democráticos, ressaltava as necessidades sociais legitimadas por escolhas coletivas para essa alocação. Nesse sentido, embora existam importantes diferenças entre as experiências históricas de cada um dos países centrais nesse período, pode-se afirmar que o Estado de Bem-Estar Social significou um aumento considerável, ainda que temporário, do grau e da extensão do intervencionismo estatal sobre o campo da economia.

Para o texto presente, nos interessa a maneira que De Swaan (1988) analisa esse mesmo tema. O sociólogo holandês se debruça sobre o *welfare state* a partir da sociologia histórica comparativa e a teoria da ação coletiva a fim de investigar os desdobramentos desse período histórico nos países centrais e, principalmente, como se deu o processo gradativo de produção de bens coletivos. Como revela o autor, a preocupação principal de sua obra é explicar o fato de que “[n]as sociedades modernas, o tratamento do doente, o ensino do ignorante e a manutenção do pobre se tornou uma preocupação coletiva: o domínio da gestão burocrática sob o controle do estado nacional” (De Swaan, 1988, p. 1)⁴. Lançando mão de um vasto conhecimento histórico, De Swaan nos mostra que o processo coletivizador – cujo ápice de institucionalização é o Estado de Bem-Estar Social – está ligado às consequências indiretas das carências ou adversidades de uma pessoa ou grupo sobre outros atores sociais que não são afligidos imediatamente por aquelas. Em termos mais simples: a coletivização é levada a cabo no momento em que determinados grupos percebem que certas adversidades, por mais “distantes” que elas estejam, por mais “alheias” ao seu mundo, podem, em última instância, provocar efeitos deletérios em sua realidade cotidiana.

Dando nome aos “grupos”, De Swaan argumenta que a extensão e intensificação das cadeias de interdependências humana, processos típicos do desenvolvimento da modernidade,

⁴ Todos os trechos de textos em língua estrangeira foram traduzidos de forma livre pelos autores.

geram uma mudança significativa de atitude, por parte dos “estabelecidos”, em relação às camadas mais pobres da sociedade. Dessa maneira, a interdependência entre ricos e pobres é central para a compreensão do processo coletivizador e, de modo específico, para o entendimento da formação do Estado de Bem-Estar Social. Embora seja distante e, por vezes, economicamente vantajoso, o agravamento da pobreza traz efeitos prejudiciais não só para os pobres – ou seja, aqueles diretamente atingidos pelas agruras de sua situação – como também para os “estabelecidos” na sociedade, que podem ser atingidos indiretamente pela agudização das disparidades sociais.

Nesse ponto, De Swaan desenvolve um conceito fundamental da obra em questão: a “consciência social”. O autor mobiliza tal categoria para explicar a mudança de comportamento das elites em relação aos pobres devido à percepção, por parte das primeiras, das “externalidades negativas” oriundas do agravamento da pobreza. Isso não significa que “consciência social” designe uma epifania coletiva dos “estabelecidos”, tampouco uma transformação moral em direção a um tipo de atitude mais “benevolente” para com os pobres. Com essa noção, De Swaan não está se referindo a um comportamento individual dos membros das elites, mas sim a uma percepção gradativa de pertencimento a um mesmo corpo social, o que implica, por parte dos “estabelecidos”, uma reivindicação de ações institucionais, em geral empreendidas pelo aparato estatal, de responsabilidade em relação às necessidades dos carentes. Por essa razão, De Swaan reforça que o processo de coletivização é um problema de **ação coletiva** das elites. Dessa maneira, podemos pensar que o Estado de Bem-Estar Social se consolidou devido à organização das elites dos países centrais que, pressionadas por fatores diversos e motivadas por finalidades distintas, levaram a cabo a ampliação de arranjos coletivos de cuidado. Como nos indica Hochman (2013), quando as elites avaliam que os custos da inércia são maiores do que os custos da ação coletiva, os processos de coletivização são empreendidos.

Contudo, a expansão do *welfare state* entra em crise na metade dos anos 70. A desaceleração da economia gera uma desestabilização da expansão de tais arranjos devido ao aumento do déficit orçamentário, situação essa que se agrava com a crise do petróleo de 1974 e com a competição de uma mão de obra internacional mais barata. Se, por um lado, De Swaan (1988) sugere que a crise de 1970 fez com que o Estado de Bem-Estar Social chegasse a um limite na sua expansão devido ao potencial de redistribuição efetiva que é capaz de fazer, a visão de Streeck (2016), por outro lado, parece ser mais pessimista, caracterizando aquele momento como o início do desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social.

Do Estado de Bem-Estar Social à periferização do mundo

Como indicado acima, a partir da década de 1970 o sistema capitalista experimenta uma série de alterações políticas, sociais e econômicas que colaboram para a implosão gradativa da configuração social típica dos seus “anos de ouro”. A sistematização e qualificação da maior parte destas alterações extrapola os intentos do presente trabalho. Contudo, considerando a importância desses processos para o prosseguimento da argumentação, arriscaremos ressaltar alguns dos fenômenos históricos que abalaram decisivamente os pilares do *welfare state*.

No mundo do trabalho, por exemplo, pode-se destacar o desenvolvimento de uma reestruturação produtiva do capital (Harvey, 1992) a partir do esgotamento do modo de produção fordista (Guimarães, 2015), o que levou à elaboração de novas formas de organização da produção orientadas pelo receituário **toyotista**, cujas bases se fundamentam sobre mecanismos de flexibilização salarial e da jornada de trabalho, expansão da terceirização, conformação da “produção enxuta” etc. (Ramalho; Santana, 2004). Para boa parte da classe trabalhadora, os efeitos da reestruturação produtiva foram traduzidos em aprofundamento dramático da precarização estrutural do trabalho (Abílio, 2015), expansão massiva do setor de serviços (Antunes, 2018), desemprego estrutural e enfraquecimento da mobilização sindical (Braga; Santana, 2015).

Além disso, vale ressaltar o declínio do acordo de *Bretton Woods*, que abriu brechas significativas para a desregulamentação do mercado financeiro através de estímulos para o “surgimento de operações de empréstimos/depósitos que escapavam ao controle dos bancos centrais” (Belluzzo, 1995, p. 15). Tal processo de internacionalização, financeirização e desregulamentação da economia do sistema capitalista também suscitou o incremento da “classe de gestores” (Duménil; Lévy, 2014), que passaram a figurar como importantes atores sociais e políticos a partir desse momento.

No campo da política institucional, vemos a ascensão de governos conservadores em países do centro do capitalismo, como os de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que colaboraram para o enfraquecimento da legislação trabalhista e aprofundamento da privatização de setores públicos. Por essa razão, tais gestões se tornam a concretização do nome mais comumente utilizado para definir essa nova configuração social: neoliberalismo. Conforme Wendy Brown (2019) apontou, o neoliberalismo pode ser entendido como “uma estratégia oportunista adotada pelos capitalistas e seus aliados políticos com o objetivo de minar os

Estados de bem-estar keynesianos, as sociedades democráticas e o socialismo de Estado” (Brown, 2019, p. 29). Isso ressoa com as análises de Harvey (2008), que caracteriza o neoliberalismo como um movimento visando a restaurar o poder da classe dominante, e de Streeck (2019), que o descreve como um resultado da intensificação dos conflitos distributivos entre os “dependentes de lucro” e os “dependentes de salário”.

Longe de descartar a importância do legado crítico das inúmeras conceitualizações em torno da noção de neoliberalismo nas últimas décadas⁵, optamos nesse texto por seguir um caminho diferente. Aqui, neoliberalismo é tratado como um índice, isto é, como algo que aponta para um processo transformativo mais abrangente: a periferização do mundo (Canetti, 2020). Essa escolha é justificada pelo fato de que, a nosso ver, as principais consequências do que é chamado de “neoliberalismo” dizem respeito fundamentalmente a uma degradação progressiva das condições materiais ligadas à reprodução social.

Mobilizamos a categoria de “reprodução social” da forma como ela é trabalhada em Bhattacharya *et al.* (2017) e em Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) – ou seja, como as “atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 75). Nesse sentido, podemos pensar na questão da reprodução social a partir da seguinte pergunta: como é produzida a força de trabalho? (Bhattacharya *et al.*, 2017, p. 14). A resposta a ela aponta para aspectos variados da realidade social, tais como acesso à moradia, alimentação, água, saúde, educação, trabalho assalariado, entre outros. Dessa maneira, não é equivocado pensar que os “arranjos coletivos de cuidado” teorizados por De Swaan (1988, p. 13-46) guardam uma estreita relação com a noção de reprodução social, uma vez que os primeiros falam sobre aspectos como o cuidado médico, a proteção da renda e a possibilidade de conseguir um emprego.

⁵ Como destacado, a noção de “neoliberalismo” ganhou múltiplas definições na teoria social contemporânea desde a década de 1970. Além dos debates a respeito da sua historicização (Jessop, 2019), é possível pensar ao menos em quatro eixos de análise: as abordagens marxistas, que enfatizam alterações no mundo do trabalho (Harvey, 2008; Duménil; Lévy, 2014; Streeck, 2019; Jameson, 1996); as abordagens foucaultianas, responsáveis pela caracterização do neoliberalismo como uma nova racionalidade (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2016; Gago, 2014; Brown, 2015, 2019); as interpretações de inspiração weberiana, que jogam luz sobre as modificações administrativas no âmbito das empresas e na dimensão valorativa fundante do atual “espírito do capitalismo” (Boltanski; Chiapello, 2009; Sennett, 2006); e as abordagens psicanalíticas, que se debruçam sobre os efeitos psíquicos das alterações recentes do capitalismo tardio (Kehl, 2008; Dunker, 2017a, 2017b). Ainda que não seja o tema do presente trabalho, achamos importante demarcar a pluralidade de categorizações a respeito do sistema neoliberal.

A relação entre o esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social e a gestação de um cenário social marcado caracteristicamente pela precarização geral do acesso a condições mínimas de reprodução social pode ser visto de forma nítida nas análises de Streeck (2016). No texto em questão, o sociólogo alemão também parte da década de 1970 como marco fundamental de transformação do cenário social do *welfare state*, marcando o momento em que “o capitalismo democrático começa a se desintegrar” (Streeck, 2016, p. 4). Dentre outros fatores, essa desintegração emerge a partir do desdobramento de três crises recentes: “a inflação global dos anos 1970, a explosão da dívida pública nos anos 1980 e o rápido crescimento do endividamento privado na década subsequente, resultando no colapso dos mercados financeiros de 2008” (Streeck, 2016, p. 16). A longo prazo, os efeitos de tais crises estabeleceram as bases de três tendências nos países capitalistas centrais, os “três cavaleiros do apocalipse”, que seguem assombrando o cenário político global: “crescimento declinante, desigualdade crescente e aumento das dívidas pública e privada” (Streeck, 2016, p. 17).

Assim, Streeck define o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social como a passagem progressiva para um capitalismo “hayekiano” – isto é, de um capitalismo cuja dinâmica se pautava no “crescimento econômico através da redistribuição de cima para baixo” para um capitalismo cujo cenário social é atravessado pela expectativa “de um crescimento através da redistribuição de baixo para cima” (Streeck, 2016, p. 52). Nessa configuração pós-*welfare state*, os “mercados de trabalho dos países capitalistas centrais estão mudando para empregos precários, trabalhos zero-hora, *freelancing*” (Streeck, 2016, p. 25) e as elites políticas e econômicas operam práticas de redistribuição oligárquicas, “extraíndo recursos de sociedades cada vez mais pobres e em declínio” (Streeck, 2016, p. 68), o que evidencia a possibilidade de que tais elites “considerem seu destino e o de suas famílias [...] [como algo] independente dos destinos das sociedades das quais elas extraem sua riqueza” (Streeck, 2016, p. 28).

Além disso, como adiantado acima, o sociólogo alemão também reforça o papel fundamental do desenvolvimento de mecanismos cada vez mais complexos de atuação do mercado financeiro. Considerando os processos de desregulamentação levados a cabo nas últimas décadas, o autor afirma que, no mundo das finanças, “a corrupção é endêmica”, uma vez que os maiores lucros são auferidos ao “contornar ou quebrar completamente as regras legais sobre, por exemplo, informações privilegiadas, empréstimos hipotecários, lavagem de dinheiro, fixação de taxas e similares” (Streeck, 2016, p. 30). Dessa maneira, analisando a situação geral dos países capitalistas centrais, Streeck desenha um cenário catastrófico para os

próximos anos a partir do desdobramento de cinco fontes atuais de distúrbio do sistema: “estagnação, oligarquia, apropriação da esfera pública, corrupção e anarquia internacional” (Streeck, 2016, p. 72).

Diante de um ordenamento social cuja dinâmica é informada por aspectos tão críticos, como fica a situação da maior parte da população? Buscando uma aproximação da esfera da agência, Streeck argumenta que a configuração contemporânea do capitalismo pode ser traduzida em uma “vida sub-institucionalizada, uma vida na sombra da incerteza, sempre correndo o risco de ser perturbada por eventos surpresa e distúrbios imprevisíveis e dependente da desenvoltura dos indivíduos, improvisação hábil e sorte” (Streeck, 2016, p. 37). Sem o apoio dos “arranjos de cuidado”, todos os custos relativos à organização da vida cotidiana caem nas costas do indivíduo, tornando a experiência de sofrimento individualizada e, ao mesmo tempo, compartilhada por boa parte da população. Dessa maneira, para se viver no capitalismo de crise intermitente, é necessário o desenvolvimento de uma disposição subjetiva, nomeada de *coping* pelo autor, capaz de “responder com sempre novas improvisações e ‘tapa-buracos’ às sucessivas emergências infligidas a eles [aos atores sociais] por um ambiente social subgovernado e suas flutuações imprevisíveis e ingovernáveis” (Streeck, 2016, p. 42).

Ou seja, à maior parte população resta a “viração”, conceito elaborado por Telles (2006), ao falar sobre a situação tipicamente precária da juventude brasileira em relação ao mercado de trabalho, e retomado por Abílio (2015) em sua pesquisa a respeito das revendedoras de uma grande empresa brasileira de cosméticos. Como trabalhado por essas autoras, a viração diz respeito a uma “polivalência precária” (Abílio, 2015, p. 15) – ou seja, uma disposição de realizar precariamente uma série de atividades distintas, comumente desqualificadas e desregulamentadas, a fim de retirar alguma remuneração, geralmente de baixo valor, para sobreviver ao mercado de trabalho e garantir o “ganha-pão” de todos os dias.

Interessante observar a semelhança entre o conceito de *coping*, conforme definido por Streeck ao abordar a situação atual do capitalismo nos países centrais, e a categoria de “viração”, derivada de pesquisas sobre trabalhadores brasileiros. Pode-se argumentar que as características identificadas por Streeck para o capitalismo pós-2008, especialmente em relação ao Norte Global – corrupção, redistribuição oligárquica, estagnação econômica, desigualdade crescente, entre outros – refletem elementos típicos da experiência social dos países periféricos.

Afinal, a presença massiva de atividades informais e ocupações nas quais o trabalhador “encontra-se inteiramente desprovido de garantias, direitos ou segurança associados ao

trabalho” (Abílio, 2019, p. 2), a existência de profundas assimetrias atravessando o tecido social, a proliferação da corrupção em uma série de setores públicos e o estancamento de políticas verdadeiramente redistributivas não são elementos novos na periferia do capitalismo. Na verdade, representam, ao contrário, a sua “marca registrada” – não é de hoje que o denominado Sul Global aparece como sinônimo de “desenvolvimento incerto, economias ortodoxas, estados falidos e nações repletas de corrupção, pobreza e conflito” (Comaroff, J.; Comaroff, J. L., 2015, p. 113).

Assim, podemos requalificar o esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social como a inauguração de um processo gradativo de periferização do mundo – isto é, um processo peculiar de **aproximação** das condições materiais dos países centrais em relação às estruturas tipicamente precárias dos países periféricos⁶. Isso significa que há uma espécie de “subversão negativa” das expectativas mais otimistas⁷ em relação não só ao desenvolvimento do *welfare state* para além das fronteiras do centro do capitalismo, como também no que diz respeito à globalização, tematizada, não raras vezes, como o sinônimo de um caminho rumo a um “espaço social e econômico comum” (Held; McGrew, 2000, p. 8). O cenário parece seguir a contramão desse percurso: em vez de um “transbordamento” do progresso material dos países centrais, observamos um verdadeiro avanço da “condição periférica” sobre o centro do capitalismo. Tal condição diz respeito a “uma maneira específica em que a dominação social, a produção social do espaço e a reprodução das relações sociais se realizam” (Canettieri, 2020, p. 7), expressando o deslocamento de aspectos característicos da experiência social periférica para os países centrais – aspectos esses já comentados acima, como profundas desigualdades sociais⁸,

⁶ Reforçamos, mais uma vez, que tal aproximação não implica uma implosão da dinâmica geopolítica na qual centro e periferia se encontram em uma relação hierárquica cujas características constitutivas relegam a esta um papel subordinado nas relações econômicas internacionais. Nossa discussão se dedica mais aos modos de vida e às condições associadas à reprodução social e menos à reflexão sobre as relações internacionais em tal contexto. Esse, inclusive, seria um bom ponto de investigação a partir da hipótese da periferização. Se aceitarmos a proficuidade analítica da ideia de expansão da condição periférica, como estamos propondo aqui, de que maneira tal processo socio-histórico impacta a configuração geopolítica entre centro e periferia? Embora tenhamos deixado de lado essa questão, acreditamos que as reflexões aqui esboçadas possam subsidiar discussões nesse caminho.

⁷ Talvez um outro bom indicativo dessas perspectivas um pouco mais “otimistas” em relação ao futuro seja um aspecto apontado no trabalho de Pedro de Souza (2018), referente a uma das ferramentas teóricas mais utilizadas em estudos sobre estratificação social no século XX, a curva de Kuznets, que apostava na hipótese de que os processos de urbanização e industrialização nos países centrais levariam gradativamente a uma diminuição das desigualdades sociais.

⁸ Como mostra Elisa Reis em texto publicado em 2005, a desigualdade no Brasil “é extremamente alta e se manteve consideravelmente estável no passado recente” (Reis, 2005, p. 29), a despeito de eventuais alterações relevantes no quadro político institucional e na aplicação de políticas públicas que visavam à redução das desigualdades sociais.

ausência de amparos institucionais, estagnação econômica, generalização da “viração” em relação à reprodução social (Abílio, 2017), avanço do mercado informal, entre outros.

Desta forma, se, anteriormente, o *welfare state* dos países capitalistas centrais marcava o horizonte de expectativas da periferia mundial, algo que pode ser facilmente notado no termo “subdesenvolvidos”, utilizado frequentemente para denominar a condição dos países periféricos, hoje acontece o inverso: “são as formas periféricas que indicam o futuro desse desenvolvimento às avessas” (Canettieri, 2020, p. 8). Portanto, se no mundo neoliberal “a relação centro-periferia [...] passa por um rearranjo [...] marcado pela precariedade” (Canettieri, 2020b, p. 141), então podemos dizer, mobilizando um termo muito comum atualmente, que o “‘Novo Normal’ do Norte está repetindo o passado recente do Sul, de forma cada vez mais abrangente” (Comaroff, J.; Comaroff, J. L., 2015, p. 125).

Vale a pena ressaltar que o diagnóstico da periferização tem sido reforçado, de uma forma ou de outra, com nomes mais ou menos parecidos, por outro(as) pensadores(as) do campo da teoria social nas últimas décadas. É o caso, por exemplo, de Ulrich Beck (1999), um dos pioneiros na sugestão de que a Europa viveria muito em breve um processo de “brasilianização” (Beck, 1999, p. 277-279) caso um novo *New Deal* não fosse efetivado. Seguindo na esteira desse pensamento, o filósofo brasileiro Paulo Arantes (2021 [2001]) também já trazia há duas décadas algumas reflexões sobre a “fratura brasileira do mundo”. Para o pesquisador da USP, a pecha de “país do futuro”, tipicamente alocado no imaginário social brasileiro ao longo do século XX, estaria finalmente se realizando, mas não exatamente da maneira positiva como se imaginava: “nos vimos transformados numa espécie de paradigma, algo como uma categoria sociológica para o buraco negro da globalização” (Arantes, 2021 [2001], p. 18).

Corroborando as análises apresentadas até aqui, Arantes também aponta que o esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social assumiu “traços inconfundíveis de terceirização com a multiplicação de pequenos *métiers* subproletários, reaparição das *sweatshops*, trabalho a domicílio ou pago por peça, floração de todo um leque de novos ilegalismos e traficâncias, etc.” (Arantes, 2021 [2001], p. 46) de tal forma que o tecido social dos países do centro do capitalismo passa a apresentar mais claramente “uma estrutura social altamente estratificada e segmentada, decomposta não só em trabalho valorizado e trabalho degradado, mas também filtrando e expulsando muita gente dessa dinâmica binária” (Arantes, 2021 [2001], p. 33). Dessa maneira, é como se as fraturas da sociedade brasileira, baseadas nas profundas (e típicas) assimetrias sociais de nosso contexto, se expandissem para o Norte Global,

que estaria, ao longo de tal processo, “assumindo proporções brasileiras irreversíveis” (Arantes, 2021 [2001], p. 58).

Avançando na argumentação em torno da periferização do mundo, Arantes nota que a guinada do mundo do trabalho em direção à maior flexibilização aponta para uma generalização dos “traços dos ‘homens precários’ da periferia” (Arantes, 2021 [2001], p. 75). Nesse sentido, não seria equivocado pensar que as práticas, comportamentos e disposições requeridas pelos gestores dessa realidade laboral flexibilizadora emulam as “qualidades de sobrevivência apuradas durante os períodos prolongados de precariedade, ou simplesmente de pré-trabalho” (Arantes, 2021 [2001], p. 78), qualidades essas tipicamente associadas aos modos de sobrevivência no mercado de trabalho dos países periféricos. Além disso, o autor reforça que o processo de expansão da “fratura brasileira” também afeta os assalariados formais, que, por sua vez, “não logram escapar à malha desestruturante das ilegalidades consentidas” (Arantes, 2021 [2001], p. 91), sugerindo, assim, que a periferização produz consequências não apenas na comparação entre diferentes estados nacionais, mas também na dinâmica social interna de cada país.

Partilhando do mesmo diagnóstico de crise a partir do desmantelamento do *welfare state*, Przeworski observa que as principais modificações socioeconômicas das últimas décadas – como, “o declínio das taxas de crescimento de países já desenvolvidos; [...] o aumento da desigualdade de renda entre indivíduos e famílias, bem como o declínio do fator trabalho na indústria; e [...] a queda de empregos na indústria e a ascensão do setor de serviços” (Przeworski, 2020, p. 57) – acarretam, no Norte Global, um profundo “desgaste da crença no progresso material” (Przeworski, 2020, p. 59). O autor dá destaque a essa consequência devido ao fato de que “desde 1820, cada nova geração na Europa e nos EUA vivia e esperava viver melhor do que seus pais, e essa certeza está sendo destruída” (Przeworski, 2020, p. 59). Digno de nota, tal observação nos sugere não só uma universalização, entre as novas gerações, do “não há longo prazo”, documentado por Sennett (1999) em seu estudo sobre a flexibilização do trabalho com trabalhadores norte-americanos no final do século passado, como também para um momento em que a maior parte do mundo capitalista parece adentrar uma “era das expectativas decrescentes” (Arantes, 2014, p. 47), cenário em todo diferente daquela configuração social predominante no centro do capitalismo nos anos subsequentes às guerras mundiais.

Portanto, os diagnósticos do presente elaborados por alguns pensadores nas últimas décadas indicam que a dinâmica atual do capitalismo se baseia em uma “lógica da expulsão”

(Sassen, 2016), responsável por “desmembrar o social através de extrema desigualdade, destruir a vida de classe média prometida pela democracia liberal, expelir o vulnerável e o pobre da terra, dos trabalhos e das casas” (Sassen, 2015, p. 5). Dessa forma, não seria equivocado pensar que a precariedade, historicamente associada à periferia do mundo, se torna a grande “questão social do século XXI” (Azmanova, 2020, p. 106), de tal maneira que podemos falar de um verdadeiro “capitalismo de precariedade [*precarity capitalism*]”, cujos desdobramentos mais recentes engendram “a universalização da insegurança, que agora aflige a maioria da população, quase que independentemente do tipo de emprego e nível econômico” (Azmanova, 2020, p. 2).

De acordo com a proposta do presente trabalho, acreditamos que todas essas investigações aqui mobilizadas a respeito da nossa situação atual podem ser lidas, com mais ou menos ajustes, por meio da chave da **periferização do mundo**. O nosso argumento sugere que o aprofundamento dramático da desigualdade (Piketty, 2014), a generalização da viração (Abílio, 2017), a expansão do “não há longo prazo” (Sennett, 1999), a “fratura brasileira do mundo” e a “era das expectativas decrescentes” (Arantes, 2014, 2021 [2001]), o “capitalismo de precariedade” (Azmanova, 2020) e a “lógica das expulsões” (Sassen, 2016) representam nomes elaborados nas últimas décadas por diferentes tradições teóricas e programas de investigação para dar conta de uma trajetória de transformação recente e significativa do sistema capitalista: de uma dinâmica social cujo motor girava em torno dos arranjos coletivos de cuidado (De Swaan, 1988) para um ordenamento que reproduz em larga escala um movimento de degradação progressiva de condições básicas de reprodução social. Assim, alguns aspectos tipicamente associados às experiências históricas dos países periféricos (como já citado: profunda desigualdade, falta de perspectiva para o futuro, insegurança econômica, violência generalizada, desregulamentação do mundo do trabalho etc.), daqueles que sempre estiveram de uma forma ou de outra às margens do progresso do Norte Global, começam a se manifestar de maneira evidente no centro do capitalismo (sobretudo, Europa Ocidental e EUA), assumindo uma posição central na vida social de lugares historicamente vinculados ao progresso, à abundância material e à seguridade social.

Se é verdade que “o mundo das periferias emergiu” (Guilly, 2018, p. 18), então podemos pensar que os países periféricos representam mais do que nunca um “laboratório e tanto do famigerado desenvolvimento desigual e combinado [...] [do] capitalismo” (Arantes, 2021 [2001], p. 92), operacionalizando, assim, “uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (Oliveira, 2011 [2003], p. 21).

Assim, caso o enquadramento teórico da periferização do mundo seja adequado e guarde potencial analítico para reflexões a respeito das dinâmicas sociais e geopolíticas do capitalismo nos dias de hoje, acreditamos que seja relevante pontuar algumas questões que poderiam colaborar para o desenvolvimento ulterior de pesquisas empíricas que, por sua vez, viessem a problematizar e a complexificar a questão aqui trabalhada a respeito da expansão da condição periférica.

Considerações finais

Portanto, considerando as ideias elaboradas acima, gostaríamos de concluir o texto colocando algumas perguntas que possam direcionar discussões ulteriores sobre os conteúdos trabalhados. Em primeiro lugar, acreditamos que vale repetir um questionamento que atravessa todo o texto: o processo de periferização do mundo pode servir como um enquadramento teórico consistente o bastante para pautar análises críticas do presente? Como dito anteriormente, apostamos que sim – a ideia da expansão da condição periférica carrega potencial reflexivo de grande valor para pensar importantes questões da contemporaneidade: as relações entre progresso material e mundo do trabalho, a dinâmica atual da globalização, as transformações recentes do capitalismo, as relações geopolíticas entre o Norte Global e o Sul Global, as possibilidades de mobilização de ações coletivas em um contexto de profunda precarização⁹ etc. Contudo, reconhecemos as limitações evidentes de nosso trabalho – além de propormos uma generalização relativamente “arriscada”, também nos faltam dados “concretos” e indicadores sociais que possam fundamentar em bases mais sólidas a ideia da periferização do mundo. Logo, ao mesmo tempo em que apostamos na relevância do tema abordado até aqui, apostamos igualmente no valor do questionamento a respeito de sua adequação como quadro de análise e na necessidade de posteriores investigações orientadas por tal categoria.

Em segundo lugar, nos questionamos sobre as relações entre o processo de expansão da condição periférica e a “consciência social”, tal como trabalhada por De Swaan (1988). Como visto acima, a partir da generalização da interdependência, processo típico do advento da modernidade (Beck, 2010; Giddens, 1991), a relação dos “estabelecidos” na sociedade em relação aos pobres altera-se gradativamente em razão da intensificação dos “efeitos externos” – isto é, a agudização do alcance das consequências de determinadas ações em relação àqueles

⁹ Para uma reflexão de grande relevância sobre a necessidade de se pensar a respeito das “condições materiais da militância” em um contexto de periferização do mundo, cf. Paraná e Tupinambá (2022).

que não estão diretamente ligados a elas. Desta maneira, a complexificação das “cadeias de interdependência humana” (Elias, 1993 [1939]) leva aos poucos ao incremento da “consciência social” (De Swaan, 1988) – ou seja, ao desenvolvimento de uma percepção sobre os laços de dependência recíproca que ligam todos os membros de uma coletividade¹⁰. Os “arranjos coletivos de cuidado”, cujo ponto máximo de consolidação foi o predomínio do *welfare state* no contexto do pós-guerra, surgem exatamente desse tipo de percepção, sobretudo quando partilhada pelas elites.

Não seria equivocado sugerir que um dos efeitos mais notáveis das transformações recentes do capitalismo é o fato de que a interdependência dos atores sociais atingiu um patamar tão elevado que as externalidades de determinadas práticas sociais podem, em última instância, causar prejuízos de tamanho global. Talvez o contexto da pandemia, vivenciado recentemente, seja o melhor exemplo nessa direção¹¹. Contudo, se isso for verdade, como explicar que, pelo menos desde a década de 1970, as elites parecem apoiar cada vez mais projetos políticos que dão continuidade ao movimento de precarização geral das condições básicas de reprodução social? Se, como mostrado por De Swaan (1988), boa parte da história da sociedade ocidental acompanhou um crescimento paralelo da interdependência e dos arranjos coletivos de cuidado (quanto maior a complexidade da dependência recíproca entre os atores sociais, maiores as pressões para o estabelecimento destes últimos), de que maneira podemos entender a situação atual, em que a interdependência atinge níveis dramáticos e os arranjos coletivos de cuidado são gradativamente enfraquecidos? Como as elites interpretam a questão das “externalidades negativas” (Reis; Moore, 2005, p. 44) – isto é, o fato de que, em última instância, a degradação das condições de reprodução social pode gerar efeitos nocivos também para elas?

Por último, nos perguntamos a respeito das possíveis relações entre a periferização do mundo e a questão da confiança social. Roth e Uslaner (2005) destacam que a desigualdade, a

¹⁰ Vale a pena enfatizar novamente que “quando fala de um senso de ‘responsabilidade’ por parte das elites, De Swaan não estava se referindo a alguma coisa experienciada ou concebida em termos pessoais, individualistas, mas, em vez disso, à identificação com uma comunidade maior de interesses” (Reis; Moore, 2005, p. 5). Ou seja, tal consciência não diz respeito à ação pessoal individualizada (como se cada pessoa ajudasse individualmente alguém “carente”) – ela aponta, no geral, para ações coletivas e institucionais.

¹¹ Inclusive, no capítulo 4 da obra trabalhada, De Swaan (1988) mostra como epidemias em massa colaboram na pressão para o estabelecimento de arranjos de cuidado “coletivos, compulsórios e extensivos” para combater os riscos do contágio em massa. Para uma versão traduzida de alguns trechos do capítulo mencionado, cf. <https://blogdolabemus.com/2020/03/26/notas-sobre-a-pandemia-aos-cuidados-do-estado-introducao-policia-medica-obras-publicas-e-saude-urbana-trechos-selecionados-por-abram-de-de-Swaan/>. Além disso, em “Federalismo e políticas públicas no Brasil”, Gilberto Hochman (2013, p. 303-327) traz uma reflexão semelhante a partir da análise da atuação do Estado de São Paulo no contexto do início da Primeira República.

corrupção e a má distribuição de recursos e oportunidades enfraquecem profundamente a confiança generalizada dos membros de uma dada coletividade. Se considerarmos que “a confiança generalizada, como a base da cooperação, é importante para integração social e para ‘bons’ resultados sociais, econômicos e políticos na sociedade” (Nannestad, 2008, p. 422) e de que essa mesma confiança “facilita ações coletivas para solucionar problemas” (Reis; Lopez, 2021, p. 15), não é difícil imaginar que a expansão da condição periférica aponte para um decréscimo significativo e geral dos níveis de confiança social, mesmo em países que partam de um patamar elevado nesse ponto. Diante disso, a periferização do mundo colabora, sem sombra de dúvidas, para suscitar preocupações “quanto às questões relativas à coesão, desigualdades sociais e estabilidade democrática” (Reis; Lopez, 2022, p. 6). Se esse processo não for estancado, como ficará a questão da confiança social nos próximos cinco anos? A diminuição considerável da confiança generalizada aproxima o tecido social de um processo de esgarçamento?

Certamente, a resposta para tais questões demandaria o desenvolvimento de toda uma agenda de pesquisa orientada pela hipótese da expansão da condição periférica. Esperamos que as discussões aqui esboçadas possam colaborar para tal intento em um momento futuro.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Blog Passa Palavra**, 2017. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARANTES, Paulo. **A fratura brasileira do mundo**: visões do laboratório brasileiro da mundialização. Sentimento da Dialética, 2021 [2001]. Disponível em: <https://sentimentodadialetica.org/dialetica/catalog/book/81#:~:text=O%20limiar%20entre%20ordem%20e,atua%20agora%20em%20escala%20global.&text=E%20em%20livro%2C%20em%20Portugal%3A%20A%20fratura%20brasileira%20do%20mundo>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- AZMANOVA, Albena. **Capitalism on Edge**: how Fighting precarity can achieve radical change without crisis or utopia. Nova York: Columbia University Press, 2020.
- BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Revista Economia e Sociedade**, São Paulo v. 4, n. 1, p. 11-20, 1995.
- BHATTACHARYA, Tithi *et al.* **Social reproduction theory**: Remapping class, recentring oppression. Londres: Pluto Press, 2017.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 529-544, 2015.
- BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: Neoliberalism's stealth revolution. Cambridge: Mit Press, 2015.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CANETTIERI, Thiago. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa. **Anthropological Forum**, Londres, v. 22, n. 2, p. 113-131, 2012.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DE SWAAN, Abram. **In Care of the State**: Health Care, Education, and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era. Reino Unido: Oxford University Press, 1988.
- DE SWAAN, Abram de. Notas sobre a pandemia – Aos cuidados do Estado: Introdução & Polícia médica, obras públicas e saúde urbana (trechos selecionados). **Blog do Labemus**, 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/03/26/notas-sobre-a-pandemia-aos-cuidados-do-estado-introducao-policia-medica-obras-publicas-e-saude-urbana-trechos-selecionados-por-abram-de-de-Swaan/>.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DUNKER, Christian. A lógica do condomínio. **Revista PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 11, p. 102-109, 2017a.
- DUNKER, Christian. **A reinvenção da intimidade**: políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Editora Ubu, 2017b.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 [1939].
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, 1991.
- FERREIRA, Victor Pimentel; RAMOS, Clara; FLEURY, Julia. Neoliberalismo, condição periférica e os Panteras Negras: um breve estudo sobre reprodução social e ação coletiva no mundo periférico. **Ensaio**, Niterói, v. 19, p. 39-58, 2021.
- FERREIRA, Victor Pimentel. A crise do Estado de Bem-Estar Social e a expansão da condição periférica: breves reflexões sobre a periferação do mundo através das lentes de Ken Loach. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-16, 2023.
- FERREIRA, Victor Pimentel. Entre arestas: repensando desafios contemporâneos para a ação coletiva em contexto de periferação do mundo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 38, p. 1-6, 2024.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GAGO, Verónica. **La razón neoliberal**: economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

- GUILLY, Christophe. **No society**: la fin de la classe moyenne occidentale. Paris: Flammarion, 2018.
- GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Economia, instituições e Estado de Bem-Estar Social: respostas à nova configuração do capitalismo pós-1970. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 617-650, 2015.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- HOCHMAN, Gilberto. Saúde Pública e Federalismo: Desafios da Reforma Sanitária na Primeira República. *In*: HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Federalismo e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 303-327.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- JESSOP, Bob. Authoritarian Neoliberalism: periodization and critique. **South Atlantic Quarterly**, Durham, v. 18, n. 2, p. 343-361, 2019.
- KEHL, Maria Rita. **Depressão e imagem do novo mundo**. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações**: ensaios sobre as novas configurações do mundo. São Paulo: Editora SESC, 2008. p. 295-320.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão**: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Amsterdã: Editora Elsevier, 2012.
- NANNSTAD, Peter. What have we learned about generalized trust, if anything? **Annual Review of Political Science**, San Mateo, v. 11, p. 413-436, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- PARANÁ, Edemilson; TUPINAMBÁ, Gabriel. **Arquitetura de arestas**: a esquerda em tempos de periferização do mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.
- PIMENTEL, Rennan de Medeiros. Sociologia Política do Nordeste: Nestor Duarte e Reforma Agrária. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PRZEWORSKI, Adam. A socialdemocracia como um fenômeno histórico. **Revista Lua Nova**, v. 3, n. 15, p. 41-81, 1988.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.
- RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- REIS, Elisa; MOORE, Mick. **Elite Perceptions of Poverty and Inequality**. Bergen: International Studies in Poverty Research, 2005.
- REIS, Elisa; LOPEZ, Felix. Confiança, desigualdade e instituições no Brasil. Texto veiculado entre os alunos da disciplina Sociologia Política, ministrada no segundo semestre de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- REIS, Elisa. Perceptions of poverty and inequality among Brazilian elites. *In*: REIS, Elisa; MOORE, Mick (ed.). **Elite Perceptions of Poverty and Inequality**. Bergen: International Studies in Poverty Research, 2005. p. 26-57.
- SASSEN, Saskia. **Expulsões**: Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- SOUZA, Pedro H.G. Ferreira de. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. São Paulo: Editora Hucitec, 2018.
- STREECK, Wolfgang. **How Will Capitalism End?** Essays on a Failing System. Londres: Verso, 2016.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 22, n. 2, p. 174-197, 1980.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 173-195, 2006.

TUPINAMBÁ, Gabriel. Um pensador na periferia da História. **Revista Porto Alegre**, 2020. Disponível em: <http://revistaportoalegre.com/um-pensador-na-periferia-da-historia/> . Acesso em: 20 abr. 2020.

USLANER, Eric; ROTHSTEIN, Bo. All for One: Equality, Corruption, and Social Trust. **World Politics**, Cambridge, v. 58, n. 01, p. 41-72, 2005.

Recebido em: 30/01/2024

Aceito em: 10/09/2024

Ensaio

NOTA SOBRE A IDEIA DE LUGAR DE FALA¹

NOTES ON THE IDEA OF PLACE OF SPEECH

Renato Ortiz*

Resumo²

O ensaio reflete sobre a relação entre a ideia de lugar de fala e as Ciências Sociais. Concebendo o lugar de fala como posicionamento identitário e cognitivo, a partir do qual diferentes sujeitos constroem suas posições e legitimam suas intervenções na esfera pública, analisa as potencialidades e os limites da relação com o “onde” e o “quem” do sujeito sociológico como produtor de conhecimento. Este conhecimento é sempre situado e contextual, condicionado, mas não determinado mecanicamente pela posicionalidade daqueles que investigam os sentidos do social.

Palavras-chave: Lugar de fala. Identidade. Ciências sociais. Construção do conhecimento.

Abstract

The essay reflects on the relation between the idea of place of speech and the social sciences. Conceiving the place of speech as an identitarian and cognitive placement, from which different subjects construct their positions and legitimize their interventions in the public sphere, it analyzes the potential and limits of relationship with the “where” and “who” of the sociological subject as a knowledge producer. This knowledge is always situated and contextual, conditioned yet not mechanically determined by the positionality of those who investigate the senses of the social.

Keywords : Place of speech. Identity. Social sciences. Construction of knowledge.

Todo discurso ancora-se em algum lugar, isto é, um espaço específico a partir do qual enuncia-se um sentido. Por exemplo: o discurso filosófico. Ele pressupõe a existência de uma tradição (conceitos, temas, estilo, autores) no interior da qual a reflexão se insere e se desenvolve. Ou o discurso literário, com suas regras e normas que definem um território no qual a exigência narrativa e estética se exprime. Existem múltiplos discursos que se cruzam entre si (médico, jurídico, etc.), eles se encaram a partir de suas especificidades; dito de forma mais abstrata, “falam” a partir de um lugar. Entretanto, a ideia de “lugar de fala” (as aspas são propositais) surge como uma espécie de marcador de outros sentidos no debate contemporâneo.

¹ Este pequeno texto tem origem numa intervenção que fiz oralmente em um debate de que participei com os colegas José Vicente Tavares (UFRGS) e André Botelho (UFRJ). Ver: Diálogos ANPOCS: Trabalho Intelectual e Ciências Sociais, 21/10/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xna314EXFis>.

* Possui graduação em Sociologia - Université de Paris VIII (1972), mestrado em Sociologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales (1972) e doutorado em Sociologia/Antropologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales (1975). É professor titular da Universidade Estadual de Campinas. Autor de “Cultura Brasileira e Identidade Nacional” (Ed. Brasiliense, 1985), “Mundialização e Cultura” Ed. Brasiliense, 1994), “Universalismo e Diversidade” (Boitempo, 2015), “Sobre o Trabalho Intelectual” (Zouk, 2021), entre outros.

² Por sugestão do autor, o resumo e o abstract foram baseados na versão espanhola do texto, a ser publicada no periódico *Estudios*, do *Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba*, Argentina.

Não se trata apenas do espaço do qual se enuncia, mas também de “quem” enuncia. “Lugar” e “quem” tornam-se, assim, relevantes. Com a emergência dos movimentos feministas, estudos de gênero, reivindicações identitárias as mais diversas, a expressão rapidamente conquistou legitimidade, faz parte do léxico da atualidade, espalhando-se da esfera da política ao conhecimento. Esse é o contexto desta breve nota que escrevo, na qual gostaria de apreender a relação entre lugar de fala e Ciências Sociais. Meu esforço crítico e reflexivo será de explicitar as virtudes e os problemas que daí advêm.

Início com as virtudes. Para isso retomo uma antiga discussão cara a Karl Mannheim. Ele dizia que o pensamento permaneceria incompleto enquanto estivessem ocultas suas marcas sociais. Cito o autor: “A tese principal da sociologia do conhecimento é a que afirma a existência de modos de pensamento incapazes de serem adequadamente compreendidos enquanto permanecerem obscuras as suas origens sociais” (Mannheim, 1982, p. 97). Objetivar o que se encontrava oculto implicaria um ganho de conhecimento. É dentro deste quadro que a questão das classes sociais se inseria; era preciso explicitar essa condição do pensamento para que, enfim, pudéssemos contorná-la (não necessariamente superá-la); desta forma a Sociologia deixaria de ser apenas “burguesa”. Mannheim certamente não suspeitava dos condicionantes que atualmente marcam a discussão sociológica – gênero, raça, etnia, colonizado – porém, a dimensão epistemológica a que ele se referia permanece: como objetivar as condições restritivas do sujeito dentro de um determinado campo de saber. Neste caso, o quadro intelectual no qual o pensamento se situa é importante, o que nos remete à questão do “quem”. Um exemplo: os estudos de gênero na Arqueologia. Eles explicitam, por um lado, um aspecto importante da história do *homo sapiens*: a dominação masculina. Os dados materiais (não se pode esquecer que o fundamento da Arqueologia são os traços materiais: ossos, flechas, pedras, restos de habitações, instrumentos, cerâmica) revelam que as sociedades passadas, pelo menos a partir do neolítico (há dúvidas se deveríamos ou não incluir parte do paleolítico) são segmentadas e desiguais³. A divisão sexual do trabalho indica a existência de uma hierarquia de gênero distante da imagem de um primitivismo igualitário imaginado por vários autores⁴. Entretanto, os estudos

³ Sobre isso, ver Anne Augereau, *Femmes Néolithiques: le genre dans les premières sociétés agricoles*. Paris : CNR Éditions, 2021.

⁴ A esse respeito consultar Christophe Darmangeat, *Le Communisme Primitif N'est Plus ce Qu'il Était*. Toulouse: Smolny, 2022. Há um livreto do autor disponível em português na internet que resume suas teses principais: “A Opressão das Mulheres no Passado e no Presente: uma perspectiva marxista”. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B4Y02JkHP0qcdHgtNXRVM3RwRUxVV2NISDBGUFhYdzJOUDFB/view?resourcekey=0-w0gWMH0zCSVYQAWofYCyaA>

de gênero não se resumem à questão da dominação masculina, eles encerram um aspecto propriamente conceitual. Trata-se de uma crítica de um certo modo de conhecimento, neste caso, da Arqueologia enquanto disciplina científica. Afirma-se, assim, que o *status quo* disciplinar, ou seja, a tradição no qual se ancorava o saber, vinha marcada por um viés masculino, deixando à sombra certezas e dúvidas. Não era simplesmente a “invisibilidade da mulher” nos estudos arqueológicos que fazia problema, mas também conceitos distorcidos pelo paradigma vigente⁵. Um exemplo interessante é o da relação entre as sepulturas e as armas. Várias descobertas de túmulos tinham favorecido uma interpretação corrente: as armas seriam indícios de uma prática guerreira exclusiva aos homens. Porém, como explicar a existência de armas em sepulturas de mulheres? Teriam existido sociedades de mulheres guerreiras (há um mito sobre a existência das Amazonas e do matriarcado)? Ou simplesmente a relação entre sepulturas e armas deveria ser repensada? Na verdade, o indício empírico considerado pela Arqueologia era a existência de “sepulturas com armas”, esse era o dado objetivo. Entretanto, dele pode-se inferir várias coisas: as armas seriam um objeto de *status* social dos mortos (homens ou mulheres); teriam um significado religioso desconhecido; ou até mesmo atestaria os vestígios de um guerreiro cultuado por seus pares. O que importa no exemplo considerado é que ele é heurístico, essa é sua relevância. Revela que o conhecimento anterior era insuficiente, enviesado, mas após a crítica feminista ele avança. Ou como dizem alguns autores, há uma história da ignorância e do conhecimento, e ela abrange o mundo da ciência, entre outros. O esclarecimento é fruto de sua superação⁶.

A ideia de lugar de fala possui ainda uma dimensão política, este é, inclusive, o traço que sobressai no debate das ideias. Ela se refere à posição que determinadas “minorias” ocupam na sociedade; a grupos subalternos que buscam se afirmar enquanto tal. Na esfera pública as falas silenciadas podem assim se manifestar em situação de paridade em relação a outras. Neste sentido, não tenho dúvida, trata-se de um enriquecimento da democracia. Essa é outra virtude. Cabe lembrar que, na esfera pública, vozes diferentes se manifestavam desde o século XIX, por exemplo, operários e burgueses. Basta ler os jornais (encontram-se em bibliotecas especializadas) socialistas, anarquistas, e posteriormente, comunistas, para constatar a

⁵ Um texto clássico a esse respeito é o de Margaret Conkey e Janet Spector, *Archeology and the Study of Gender. Advances in Archeological Method and Theory*, v. 7, 1984. Ver ainda Anne Augereau e Christophe Darmangeat, *Aux Origines du Genre*. Paris: PUF, 2022.

⁶ Como exemplos, podemos evocar Alain Corbin, *Terra Incognita: a history of ignorance in the Eighteenth and Nineteenth Centuries*. Cambridge: Polity Press, 2021; e Peter Burke, *Ignorância: uma história global*. São Paulo: Editora Vestígio, 2023.

existência de um conflito latente entre “falas” diversas. A esfera pública sempre foi um território de dissenso. Porém essa diversidade de atores não incluía necessariamente protagonistas como: mulheres, negros, indígenas, homossexuais. De uma certa forma, é a entrada recente desses atores que tensiona o debate no qual discursos distintos e deslegitimados reivindicam reconhecimento. Lugar de fala pressupõe assim a presença da injustiça social e a necessidade de se posicionar contra ela.

Mas como fica, dentro desta perspectiva, o papel do “quem”, daquele que enuncia o discurso? Retomo uma citação de uma intelectual negra em sua luta contra o racismo:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experimentar do lugar de quem se beneficia dessa opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas, e não somente pela perspectiva de quem venceu. (RIBEIRO, 2019, p.48).

A passagem é sugestiva e nos remete a dois temas: legitimidade e experiência. Contar o que aconteceu de outra maneira é confrontar a autoridade de outros discursos. Trata-se de fundar os alicerces de uma “fala” que se encontrava desvalorizada na esfera pública (no Brasil a expressão “você sabe com quem está falando?” é a afirmação do privilégio enquanto direito, isto é, do silêncio dos outros). A disputa implica em “ser escutado” a despeito das hierarquias socialmente existentes, de subalternidade ou estigma. Mas a citação sublinha ainda um aspecto crucial do debate: a noção de experiência. Não deixa de ser expressivo a apropriação que a autora faz do termo “experimentar”. Pouco utilizado em português na linguagem comum, ele toma uma configuração particular ao se associar ao discurso político. Experimentar é distinto de experimentar; a experimentação geralmente se confina ao aspecto objetivo da ação; experimentar refere-se àquilo que é subjetivo, aos sentimentos e às emoções. Daí o conceito ser utilizado na Psicologia e na Psicanálise, onde sentimentos e emoções contam como elementos decisivos no processo terapêutico. A transposição da dimensão existencial para a esfera da política é recente (quero dizer, de algumas décadas). Em boa parte do século XX, a discussão política se fazia em termos de conscientização, por exemplo, “consciência de classe”, ou na perspectiva fenomenológica, “consciência de si” (daí a proposta de Sartre de literatura engajada, ela despertaria o leitor para a ação). Tomar consciência das contradições sociais seria um ato individual necessário para superar uma situação de alienação. Esse aspecto não desaparece no

mundo contemporâneo, os partidos políticos e os movimentos identitários lutam para conscientizar aqueles a que se dirigem. Por exemplo, as feministas devem considerar uma série de estratégias para que as mulheres “tomem consciência” da dominação masculina (este é justamente o caso da violência doméstica). Entretanto, uma nova camada é acrescentada, a dos sentimentos e emoções. A vivência torna-se assim um aspecto crucial da própria autoconsciência de si. Neste sentido, a dominação adquire um aspecto objetivo e subjetivo, e esta subjetividade, imersa nos sentimentos, impregnada pelas contradições sociais, deve ser levada em consideração. Lugar de fala tem, portanto, um duplo significado, refere-se a uma posição social específica e a uma vivência no interior deste espaço de subordinação.

Entretanto, quando se considera a relação entre lugar de fala e Ciências Sociais há problemas. Um primeiro aspecto a constatar é que todos os grupos sociais têm uma concepção de si mesmo. Este é o caso das elites, elas possuem um “lugar de fala”. Seus membros ocupam a mesma posição de classe e experienciam uma vivência em comum. Retiro um exemplo de minhas próprias pesquisas: o universo do luxo (Ortiz, 2019). Uma das qualidades dos objetos de luxo é a raridade, isto é, aquilo que não se encontra “em qualquer lugar”. Por exemplo, a *Acqua di Cristallo*. A garrafa foi desenhada reproduzindo um desenho de Modigliani e contém 750 ml de água de Fiji, da França e de uma geleira da Islândia; nela é misturada 5 mg de pó de ouro de 23 quilates, essencial para o paladar e a saúde. Ou os relógios fabricados com pedaços de um meteoro que caiu há 8.000 anos na Terra, oriundo de uma constelação entre Saturno e Marte. Raridade associa-se à excentricidade dos materiais (água de geleira ou restos de um meteoro), mas também às virtudes da arte (desenho de Modigliani) e, claro, ao preço⁷. Como diz uma dessas intelectuais nativas da área: “Se nos comportarmos como Danone ou Nestlé, o consumidor nos coloca no mesmo nível. Se o luxo está em todos os cantos das ruas, não é mais luxo” (Sicard, 2005, p. 291). Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas minha intenção é marcar um aspecto da argumentação: a existência de uma “fala”. Seria ela equivalente ao conhecimento sociológico? Certamente que não, a análise sociológica situa-se em outro registro, em outro “lugar”, ela nos permite pensar de maneira distinta da concepção de mundo (alguns diriam, ideologia) daqueles que a experienciam. Posso então afirmar: o luxo é simultaneamente transnacional e hiper-restrito. Ou seja, seu alcance é global (existe um mercado global de bens de luxo: carros, iates, jatos privados, etc.), mas ele se restringe ao

⁷ Um texto interessante sobre ideia de raridade na arte é o de Raymonde Moulin, *La genèse de la rareté artistique*. *Ethnologie Française*, v. 8, n. 273, 1978.

mundo dos ricos. Neste sentido, luxo e mundo dos ricos partilham qualidades homólogas, definem um espaço no qual apenas alguns são “cidadãos de direito”. O mundo globalizado não é um espaço sem fronteiras, tem-se, na verdade, a criação de novas fronteiras, elas delimitam um território que define a si mesmo e o diferencia e o separa dos outros. É possível considerar outros casos de discursos feitos a partir de lugares diversos (classes populares, empresários, grupos religiosos, etc.), porém, importa reter aquilo que é relevante, a diferença de registro em relação às Ciências Sociais. Não resta dúvida que as religiões encerram uma concepção de mundo, são capazes de explicar o destino das pessoas e orientá-las em suas condutas, mas elas não se constituem em explicações sociológicas ou antropológicas. As Ciências Sociais têm como matéria de entendimento “falas” diversas, mas sua “fala” é de outra natureza.

Outro traço a ser considerado pode ser sintetizado da seguinte maneira: “as Ciências Sociais não têm como fundamento a vivência daqueles que as praticam”. Coloco a frase entre aspas para demarcá-la no texto e diferenciá-la de outro tipo de afirmação: “nas Ciências Sociais o sujeito é um elemento ativo na elaboração deste tipo de saber”. Sublinho, trata-se de afirmações distintas. Dizer que o sujeito interfere na construção do objeto é retomar uma clássica controvérsia entre os cientistas sociais (ver Max Weber). Entretanto, isso não significa que o conhecimento se funda na experiência, significa que a intervenção do sujeito deve ser considerada e explicitada no ato de constituição do próprio conhecimento. Deve-se, inclusive, considerá-la sob o olhar atento de uma “vigilância epistemológica” (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2015). Não é difícil entender por que as disciplinas das humanidades pouco têm em comum com a ideia de experiência ou de experiencialização. Basta lembrarmos dos historiadores, escreve-se sobre o mundo helênico sem ter nele nenhum tipo de participação; ou em Arqueologia, cujo contato existencial com um passado longínquo seria uma fantasia. Mas mesmo em relação ao presente a questão da vivência não se coloca como necessária. Retomo o exemplo do luxo. Enquanto pesquisador posso trabalhar a problemática do luxo, entretanto, não participo deste universo; não possuo jatinho particular, não viajo de iate no Mediterrâneo, não frequento as *flagships* na *Avenue Montaigne* em Paris ou no Quadrilátero Mágico em Milão, não desfruto minhas férias nos hotéis palácios. Dito de outra maneira, não “experienço” esse universo. Outro exemplo, uma pesquisa sociológica sobre a fome não implica necessariamente na experiência da fome, seu intuito é entender as contradições que engendram esse drama social. Mesmo em Antropologia, com o método de observação participante, a questão se coloca em outros termos. A noção de participação é um artifício para se aproximar de algo distante e

apreender certos aspectos da realidade; a proximidade funcionaria assim como uma vantagem metodológica para o pensamento. É o que fazem os antropólogos ao estudarem os grupos indígenas, uma comunidade na periferia das grandes cidades, uma corporação empresarial. No entanto, a distância entre pesquisador/pesquisado permanece apesar do esforço metodológico realizado, a aproximação não anula a diferença. O antropólogo pode experimentar algumas situações específicas na qual seu objeto encontra-se imerso, mas ele não se situa na mesma posição social dos membros dessa comunidade, neste sentido, eles não vivenciam as mesmas emoções e sentimentos. Na verdade, a experiência pessoal em Ciências Sociais encerra uma ambiguidade, pode ser um entrave ou uma virtude. Um entrave quando alguém se encontra tão perto do objeto que não consegue dele se separar: o militante político que faz sua tese sobre o partido de sua escolha; o sacerdote que escreve sobre sociologia da religião; o indígena antropólogo que trabalha sobre as relações de parentesco de seu grupo de origem. Neste caso, o dilema consiste em como elaborar um artifício metodológico de distanciamento, a proximidade atrapalha. A virtude ocorre quando ela traz dividendos para a reflexão. Aquilo que é familiar pode ser traduzido em linguagem conceitual como um ganho metodológico. Lembro Frantz Fanon e seu belo livro *Peau Noire Masques Blancs* (1952)⁸. Seu texto ancora-se numa dupla abordagem: objetiva, as razões sociais do racismo, em particular a situação colonial; e subjetiva, como ele é interiorizado pelo negro. A vivência do autor enquanto negro, as adversidades raciais sentidas na pele, atuam como estímulo ao pensamento e à reflexão. Porém, mesmo levando-se em consideração este aspecto, minha afirmação anterior se mantém: nas Ciências Sociais o lugar de fala não se define pela vivência daquele que a pratica. O sujeito sociológico pode, então, “falar” de temas os mais diversos, raça, classe, etnia, gênero, literatura, confucionismo, liberalismo, violência, relações de parentesco, relações internacionais, globalização, etc. O registro no qual se insere seu discurso lhe permite tal amplitude. Sem esquecer, porém, que ele não possui o monopólio da interpretação do social. As fronteiras das Ciências Sociais são porosas, estão sempre tensionadas pela política, senso comum, religião, mercado, mídia, movimentos identitários. Mas essa é uma dimensão constitutiva de sua identidade.

⁸ Ver ainda, de Ortiz, o artigo Frantz Fanon: um itinerário político e social. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, 2014.

Referências

- AUGEREAU, Anne. **Femmes néolithiques**: le genre dans les premières sociétés agricoles. Paris: CNRS Éditions, 2021.
- AUGEREAU, Anne ; DARMANGEAT, Christophe. **Aux Origines du Genre**. Paris: Presses Universitaires de France, 2022.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- DARMANGEAT, Christophe. **Le Communisme Primitif N'est Plus ce Qu'il Était**. Toulouse: Smolny, 2022.
- BURKE, Peter. **Ignorância: uma história global**. São Paulo: Vestígio, 2023.
- CONKEY, Margareth. W.; SPECTOR, Janet. D. Archeology and the Study of Gender. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 7, 1-38, 1984. <https://www.jstor.org/stable/20170176>
- CORBIN, Alain. **Terra Incognita**: a history of ignorance in the Eighteenth and Nineteenth Centuries. Medford: Polity Press, 2021.
- FANON, Frantz. **Peau Noir Masques Blancs**. Paris: Seuil, 1952.
- MANNHEIM, Karl. O conceito sociológico de pensamento. In: FORACCHI, Maria Alice (org.). **Mannheim**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982. p. 96-100.
- MOULIN, Raymond. La genèse de la rareté artistique. **Ethnologie française**, t. 8, n. 2/3, p. 241-258, 1978. Disponível em : <https://www.jstor.org/stable/40988492>
- ORTIZ, Renato. **O Universo do Luxo**. São Paulo: Alameda, 2019.
- ORTIZ, Renato. Frantz Fanon: um itinerário político e social. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar, v. 4, n. 2, p. 425-442, 2014.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen, 2019.
- SICARD, Marie-Claude. **Les Ressorts Cachés du Désir**. Paris: Village Mondial, 2005.

Recebido em: 15/08/2024

Aceito em: 03/09/2024

Resenhas

**A CRISE DO CUIDADO:
uma comparação entre Brasil, França e Japão**

***THE CARE CRISIS:
a comparison between Brazil, France and Japan***

Caroline Ledesma Al-Alam*

Sheila Stolz**

HIRATA, Helena. **O cuidado:** teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

Absolutamente desafiadora a tarefa de sintetizar na presente resenha uma obra robusta, de grandeza primordial para os estudos sobre o cuidado, como a que foi publicada no Brasil, em agosto de 2022, e na França, cerca de um ano antes. O livro “Cuidado: teorias e práticas” situa-nos em relação ao desenvolvimento das pesquisas sobre o cuidado, ampliando o foco com o intuito de abranger no conceito e na prática também os cuidados de pessoas idosas, pois os estudos feministas anteriores se dirigiam apenas aos cuidados com as(os) filhas(os) – à questão da maternidade. A obra igualmente compila dados de três grandes metrópoles, Paris, Tóquio e São Paulo, para agregar ainda mais informações a partir da comparação internacional.

Embora dispense apresentações, a autora, Helena Hirata, possui uma biografia singular que lhe permitiu transitar nos três países escolhidos para suas pesquisas: nasceu no Japão em 1946, viveu no Brasil dos 5 aos 24 anos de idade, graduou-se em Filosofia pela Universidade de São

* Mestre em Direito e Justiça Social pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social (PPGDJS) da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Especialista em Processo Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeI). Advogada, inscrita na OAB/RS sob número 84.827.

** Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social (PPGDJS) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), com bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE-CAPES) realizado na Facultad de Derecho da Universidad Complutense de Madrid (UCM/Madri/Espanha). Mestre em Direito pela Universitat Pompeu Fabra (UPF/Barcelona/Espanha). Coordenadora Geral do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos (NUPEDH/FURG). Coordenadora da Pós-graduação em Educação em Direitos Humanos (PGEDH/FURG-UAB-CAPES). Grupo de Pesquisa do CNPq: DIREITO, GÊNERO E IDENTIDADES PLURAIS (DGIPLUS/FURG).

Paulo (USP) em 1969, exilou-se na França a partir de 1971 em face ao golpe de Estado que instaurou a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Laureou-se, em 1979, doutor a em Sociologia Política pela *Université de Paris VIII* e, a partir do ano de 1980, passou a fazer parte do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) da França, onde vive até os dias atuais.

Seus estudos foram inicialmente direcionados a analisar a divisão sexual do trabalho, junto a uma equipe formada pela pesquisadora francesa Danièle Kergoat, dedicando parte de sua trajetória de pesquisa ao trabalho industrial, deslocando-se depois ao estudo do setor de serviços – mais especificamente aos serviços de cuidado e a sua desvalorização, tendo como enfoque uma comparação entre Japão, Brasil e França, em virtude de seus contatos e fácil circulação nos três países.

No ano de 2022, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o número de habitantes do Planeta atingiu a marca de 8 bilhões. Helena Hirata inicia seu livro informando que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2030 serão 2,3 bilhões de pessoas necessitando de cuidado (Hirata, 2022, p. 7). Anunciando uma “crise do cuidado”, motivada por diversos fatores, entre eles, o envelhecimento da população mundial e a entrada massiva das mulheres – a quem historicamente incumbiram essas tarefas – no mercado de trabalho, a autora demonstra a relevância do tema e organiza sua exposição em quatro partes. Em paralelo à temática central, aponta o que considera serem duas grandes transformações no mundo do trabalho: a terceirização do trabalho e a expansão do setor dos serviços, ambos vetores que contribuíram para a profissionalização do trabalho de cuidado.

E o que seria então esse trabalho de cuidado, para Hirata? No primeiro capítulo, “Cuidado: implicações teóricas e práticas”, ela apresenta o campo de estudos sobre o cuidado e suas controvérsias. Conceitua o cuidado como uma relação social que inclui tanto as atividades não remuneradas quanto as remuneradas destinadas a dar “respostas concretas às necessidades dos outros” e que “implica um senso de responsabilidade pela vida e pelo bem-estar do outro” (Hirata, 2022, p. 30).

Partindo da premissa de que os seres humanos são dependentes e vulneráveis por natureza, tal como entendem as pioneiras da “escola francesa dos estudos de *care*”, a autora afasta a ideia de que apenas crianças, idosos e doentes precisariam de cuidado – o que, inclusive, ficou bastante evidenciado com a pandemia do coronavírus, quando todas as pessoas ao redor do mundo, independentemente de idade, classe, raça, necessitaram cuidar-se e cuidar uma das outras. Com isso, postula que se mude o *status* social tão desvalorizado e precário do trabalho

de cuidado, tendo em mente que tais necessidades são globais, apesar das especificidades culturais e/ou da estrutura político-organizacional de cada país.

Em seu segundo capítulo, “A pesquisa comparativa sobre o trabalho de cuidado”, Helena Hirata traz dados de mudanças sociodemográficas que indicam o envelhecimento da população e a redução da fecundidade, tendo como consequência a crescente necessidade de cuidado das pessoas idosas nos três países por ela analisados. Não obstante, suas pesquisas demonstram que, apesar das diferenças dos contextos de cada país e da inexistência de uma solução única para as questões concernentes aos cuidados, esta é uma temática de urgência global.

A autora apresenta dados do Japão que, segundo argumenta, seria uma sociedade “superidosa”, pois mais de 20% de sua população encontra-se nessa faixa etária. A França foi qualificada como uma sociedade “velha”, pois entre 14% e 20% de sua população é idosa. O Brasil, segundo Hirata, é uma sociedade “em envelhecimento”, posto que entre 7% e 14% de sua população é idosa. Todavia, a autora alerta para o fato de que até 1995 a França era o país com a população mais idosa, mantendo-se estável nos índices de envelhecimento populacional e sendo ultrapassada pelo acelerado envelhecimento ocorrido no Japão.

A configuração populacional da França mantém, há algumas décadas, as políticas públicas de Estado em estado alerta no que diz respeito às políticas destinadas ao cuidado, tanto que, em 2002, instituiu-se o abono personalizado de autonomia (APA), que é um auxílio concedido pelo Estado a toda pessoa idosa e que tem como objetivo de cobrir as despesas referentes ao envelhecimento, isto é, para que os idosos possam ficar em casa ou ser acolhidos em uma instituição. O valor do APA varia conforme o nível de recursos de cada indivíduo e pode ser estendido aos membros da família que se ocupam dos cuidados com uma pessoa idosa (Hirata, 2022, p. 46).

No Japão, o cuidado das pessoas idosas incumbe, culturalmente, à família e, em especial, às mulheres. A partir de 2000 foi criado o Seguro de Cuidados de Longo Prazo (*Long-Term Care Insurance*, LTCI), que cobre despesas com o cuidado, mas não é estendido aos familiares que se ocupam do cuidado – apenas quando há despesa com cuidado domiciliar ou em alguma instituição.

No Brasil, a autora informa que não há políticas tão abrangentes quanto essas citadas. Há o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que dá apoio financeiro a idosos e pessoas com necessidades especiais, mas restrito a pessoas de baixa renda. Não há um financiamento público amplo de instituições para o cuidado de pessoas idosas, as quais acolhem apenas 1% deste grupo

da população, recaindo sobre a família e as redes de amigos e vizinhança as tarefas de cuidado, redes estas que são especialmente formadas por mulheres.

Portanto, a comparação entre os três países demonstra além da importância do papel do Estado e das políticas públicas implementadas, a força do patriarcado, pois continuam sendo as mulheres as cuidadoras. O único país que, na pesquisa de Hirata, destaca-se por uma quantidade maior de homens nos serviços de cuidado é o Japão, onde o salário é mais elevado e quase a metade dos trabalhadores em instituições do cuidado são do sexo masculino – cerca de 40% do contingente total. Ao contrário do Japão, na França e no Brasil são as mulheres que exercem majoritariamente os trabalhos de cuidado e, particularmente no Brasil, destaca-se a desvalorização financeira da atividade.

Em todos os países pesquisados se percebe que as tarefas de cuidado seguem desvalorizadas e precarizadas, sendo realizadas por pessoas socialmente mais vulneráveis (Hirata; Kergoat, 2007). No caso da França, é a brecha de ocupação laboral para migrantes externos (Stolz, 2017), enquanto no Japão, é um trabalho exercido pela mão de obra que migra internamente. No caso do Brasil, costumam ser as mulheres da periferia ou das regiões mais pobres do país que exercem os trabalhos de cuidado (Hirata, 2022, p. 49).

O terceiro capítulo, “Globalização, trabalhadores (as) do cuidado e migrações”, reúne uma grandeza de informações, dados e relatos colhidos por Hirata em nada menos do que 360 entrevistas realizadas em Tóquio, Paris e São Paulo, metrópoles que a autora considerou passíveis de comparação, iniciando por destacar as relações entre cadeias migratórias e o trabalho de cuidado pois, segundo dados de 2013 da OIT, dentre 67 milhões de trabalhadores domésticos no mundo, mais de 8 milhões eram migrantes internacionais, em geral vindos do Sul para o Norte (Hirata, 2022, p. 54).

Situado no Sul, a autora destacou do Brasil a particularidade de que as trabalhadoras do cuidado são de nacionalidade brasileira, mas, ainda assim, migrantes de outras regiões mais pobres do país, sobretudo do Nordeste, o que corrobora a relação entre a oferta de trabalhos precários e os fenômenos de migração, mesmo que interna.

A necessidade de trabalhadoras do cuidado suscita esses fluxos migratórios, no caso da França particularmente a partir de 1990. Na verdade, a externalização do trabalho do cuidado nesse país se tornou uma necessidade, levando em conta a maior polarização do emprego feminino a partir dos anos 1990: encontra-se, por um lado, o polo das mulheres que exercem funções executivas, que têm diplomas universitários e responsabilidades profissionais que exigem a transferência do trabalho do cuidado para outras mulheres, as quais constituem, por outro lado, o polo das mulheres com pouca qualificação formal e universitária, que assumem o cuidado domiciliar,

sobretudo das crianças, para que mães de classe média e superior possam trabalhar. Para além da França, a polarização do emprego das mulheres e, de modo mais geral, seu ingresso maciço no trabalho assalariado no mundo todo foram um poderoso motor de expansão generalizada dos empregos domésticos e de cuidado, aliando as desigualdades mulheres-homens às desigualdades entre mulheres (Hirata, 2022, p. 55).

Além disso, a autora destaca que essa redistribuição das tarefas domésticas para outras mulheres não causou significativa mudança na distribuição dos empregos entre homens e mulheres ou na divisão sexual do trabalho, já que cuidar segue sendo um papel eminentemente feminino. Se porventura esse tipo de atividade vem gerando mais oportunidades de empregos para mulheres, esses seguem sendo precários e desvalorizados. Portanto, ainda que a globalização tenha ampliado os postos de trabalho para as mulheres o fez à base de contratações atípicas de trabalho (Stolz, 2018) e da informalidade (Hirata, 2022, p. 58).

Nesse aspecto, ao traçar o perfil das(os) cuidadoras(es), Hirata destaca a preponderância de mulheres de classe social desfavorecida, sendo mais jovens no Japão, onde iniciam a trabalhar logo após a formação no ensino médio e em algum ensino técnico básico para o cuidado; e mais adultas na França, onde trabalham como cuidadoras após anos de experiência em outras funções específicas de cuidado. No Brasil, as cuidadoras são mulheres adultas e, em geral, aposentadas; mas não necessariamente possuem alguma experiência de cuidados, pois impera a informalidade da profissão. Em Paris, a maioria é migrante internacional e, em São Paulo, migrante interna. Ambas as metrópoles compartilham também o marcador social da racialização que tanto caracteriza esse tipo de serviço, o que acarreta reações racistas e xenofóbicas por parte de alguns beneficiários do cuidado. No Japão, os fatores de discriminação neste tipo de atividade dizem respeito ao tipo de contratação, isto é, formal ou informal (Hirata, 2022, p. 68-76).

No quarto e último capítulo, Helena Hirata apresenta os resultados de sua pesquisa de campo, denotando as diferenças e semelhanças nos três países estudados, com relação a qualificações, diplomas, salários, trajetórias das(os) profissionais do cuidado, além de questões de inovação, de saúde, de afeto e até de sexualidade. Mas vale destacar que, no Brasil, onde o trabalho de cuidado não é sequer regulamentado, percebe-se uma menor profissionalização, menores salários e, como não poderia deixar de ser, as histórias de vida são abarrotadas pelos trabalhos informais e precários. No Japão, seguido pela França, tem-se os melhores salários e as(os) profissionais têm maior qualificação.

Conforme Hirata, o ingresso dos homens no setor do cuidado ocorreu após a crise econômica advinda no Japão, combinada, ademais, com o frenético envelhecimento

populacional que motivou a implementação do *Long-Term Care Insurance* (LTCI) – política pública que possibilitou às famílias terceirizarem, com apoio estatal, os cuidados das pessoas idosas que, até então, eram integralmente realizados pelo trabalho doméstico não remunerado das mulheres.

Ainda com relação ao Japão, chama a atenção o fato de que culturalmente os cuidados são considerados uma habilidade natural das mulheres – inclusive tendo essas relatado diversas experiências anteriores com cuidados de familiares – o que entra em contradição com a maior empregabilidade de homens no setor, bem como sua maior remuneração. Isso demonstra, tal qual aponta Hirata, que “a divisão sexual do poder continua inalterada, pois os postos de *leaders* e chefes de equipe são majoritariamente ocupados pelos homens” (Hirata, 2022, p. 101).

Desse modo, de forma extremamente concisa, foi possível observar a relevância e a abrangência do estudo realizado por Helena Hirata em “Cuidado: teorias e práticas”. As pesquisas revelam que mesmo nos países em que o cuidado se tornou uma questão mais emergencial – face ao acelerado envelhecimento da população –, o serviço prestado costuma ser abalizado por sua desvalorização e precarização, sendo majoritariamente exercido por trabalhadoras(es) vulnerabilizadas(os) pelos chamados marcadores sociais da diferença, entre eles, raça, sexo, classe social, escolaridade, nacionalidade.

Por outro lado, o que se percebe da leitura da obra é que o avanço para uma “sociedade do cuidado”, como propõem diversas feministas, depende de uma profunda transformação social que reconheça efetivamente tais atividades como essenciais e valiosas e não apenas como políticas públicas direcionadas a financiar e/ou terceirizar os cuidados como são, por exemplo, as posturas adotadas pelo Japão e a França. Justificasse esta observação final, pois, não restam dúvidas de que são indispensáveis a implementação de políticas públicas de financiamento dos cuidados, desde que se observem os direitos das pessoas idosas e, também, a relevância da atividade, isto é, que se salvasse o direito ao trabalho digno para quem o exerce.

Referências

HIRATA, Helena. **O cuidado: teorias e práticas**. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./ dez. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **População mundial deve ultrapassar marca de 8 bilhões ainda este ano**. New York: ONU, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794942>. Acesso em: 22 jul. 22.

STOLZ, Sheila. A feminização das migrações e a internacionalização do trabalho reprodutivo e de cuidados: o revigoramento dos estereótipos de gênero e étnico-raciais, das desigualdades e da injustiça. *In*: IENSUE; Geziela; CARVALHO, Luciane Coimbra; MIRANDA, Jorge. (org.). **A Ordem Internacional do Século XXI**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 387-416.

STOLZ, Sheila. Fim do Trabalho ou Trabalho Sem Fim? A Terceirização Laboral e a necessidade de dotar a legislação trabalhista internacional e local de uma lente grande angular protetivo-regulatória, *conditio sine qua non* de Justiça Social. *In*: SERAU, Marco Aurélio. (org.). **Terceirização: conceito, crítica, reflexos trabalhistas e previdenciários**. São Paulo: LTr, 2018. p. 51-64.

Recebida em: 18/04/2023

Aceita em: 26/07/2023

**CONSTRUÇÃO, DIÁLOGO E PRÁTICA:
o canteiro de obras da interseccionalidade como teoria social crítica**

***CONSTRUCTION, DIALOGUE AND PRACTICE:
the construction site of intersectionality as a critical social theory***

Lucas Trindade*

Ingrid Daniely Vale dos Santos**

Mariane Joyce Ferreira Saraiva^{1*2*3*}

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

“Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica”, publicado em 2022 pela editora Boitempo, é a primeira edição brasileira, com tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira, da obra *Intersectionality as Critical Social Theory*, de Patricia Hill Collins (autora estadunidense nascida em 1948 e em plena atividade político-intelectual). A obra é o resultado de mais de 30 anos de reflexões de Hill Collins sobre questões relativas à interseccionalidade, tomando como ponto de partida a obra de 1990, *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, seguida de: *Race, Class and Gender: an anthology* (1992, em coautoria com Margaret Andersen) *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism* (2004); *From Black Power to Hip Hop: Racism, Nationalism, and Feminism*, (2006); e *Intersectionality* (2016, em coautoria com Sirma Bilge).

A partir desse acúmulo, o objetivo da obra, que parte de uma clara distinção entre o “ideal de interseccionalidade” e sua “sua realidade atual” (Collins, 2022, p. 20), é de prover “uma base

* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. E-mail: lucas.trindade@ufrn.br

** Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: ingrid.vale.072@ufrn.edu.br

*** Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: mariane.joyce08@hotmail.com

provisória para pensar a interseccionalidade como uma teoria social crítica em construção” (Collins, 2022, p. 18). A essa base provisória, que podemos imaginar com o um canteiro de obras, Collins (2022) denomina “arquitetura cognitiva da interseccionalidade” (Collins, 2022, p. 21). A cautela da autora em ressaltar que a interseccionalidade **ainda não é**, mas “está a caminho de se tornar uma teoria social crítica” (Collins, 2022, p. 14), habilitada a investigar os desafios sociais contemporâneos e oferecer meios para enfrentá-los, repousa em justificativas sólidas que, como veremos a seguir, permitem evidenciar aspectos cruciais da obra.

Baseada na distinção entre teoria e teorização, que atravessa todo o trabalho, ou entre ideias (os resultados ou produtos da teoria social) e “práticas de teorização” (o processo de produção das teorias sociais e como elas “funcionam nas sociedades”), o debate proposto na obra exige, àquelas pessoas que “defendem” a abordagem, que se tornem “mais autorreflexivas acerca dos objetivos, análises e práticas da interseccionalidade” (Collins, 2022, p.16)⁴. Para a autora, “a interseccionalidade ainda não percebeu seu potencial como teoria social crítica nem democratizou de maneira adequada seus próprios processos de produção de conhecimento” (Collins, 2022, p. 14). Logo, como projeto de uma teoria social crítica que pretende tanto explicar como criticar “as desigualdades sociais vigentes com o olhar voltado para a criação de possibilidades de mudança” (Collins, 2022, p. 17), sem se converter em “outra forma de ‘bobagem acadêmica’ que reúne um arsenal de projetos cujo potencial progressista e radical perdeu a força” (Collins, 2022, p. 15), é necessário um movimento conjunto de, por um lado, incremento da autorreflexividade sobre seus pressupostos comuns e potenciais analítico-críticos e, por outro lado, democratização das formas interseccionais de teorizar.

Essa democratização não significa a forma tradicional de esclarecimento, que vai da academia ao mundo extra-acadêmico. No lastro de suas elaborações sobre a Epistemologia Feminista Negra (Collins, 2019), Collins (2022) também questiona a estrita separação entre, de um lado, teoria social como linguagem especializada e abstrata e, do outro lado, saber leigo. Para ela, “tanto as pessoas que produzem teoria quanto as leigas possuem linguagem especializada que reflete experiências complexas e pontos de vista diversos” (Collins, 2022, p.19). Diferente de uma classificação hierarquizante dos saberes, Collins (2022, p. 20; 183; 223;

⁴ Ausente nas considerações de Collins (2022), acreditamos que um engajamento dialógico entre o que Collins chama de práticas de teorização e a chamada metateoria poderia ter resultados frutíferos, em especial a definição de metateoria proposta por Vandenberghe (2011), a saber, como uma prática hiper-reflexiva que aborda, sistematicamente, os pressupostos ontológicos, epistemológicos, metodológicos, normativos e antropológicos que embasam, de modo quase sempre implícito, a produção das teorias sociais.

258) defende a existência de diferentes “comunidades interpretativas” com práticas e gramáticas distintas e a interseccionalidade deve envolver, em um processo permanente de “engajamento dialógico” (Collins, 2022, p. 19-20; 28; 219; 305-206), uma multiplicidade de comunidades interpretativas muito além da academia: “A interseccionalidade é um projeto intelectual e político amplo e colaborativo com diversos agentes sociais. Sua heterogeneidade não é uma fraqueza; pelo contrário, talvez seja uma de suas maiores forças” (Collins, 2022, p. 18).

Reside nessa força, inclusive, a especificidade do projeto da interseccionalidade como teoria social crítica em relação a outras abordagens críticas: o de explicitamente colocar as questões, e os desafios, sobre o “que significaria teorizar o mundo social a partir da perspectiva de pessoas que estão subordinadas em relações de poder que se interseccionam” e sobre “o deslocamento do centro de teorias sociais estabelecidas... para projetos de conhecimento resistente” (Collins, 2022, p. 124).

Tais considerações apontam para o caráter fundamentalmente inconcluso e inacabado da interseccionalidade como teoria social crítica. Isso não como aspecto negativo, mas, pelo contrário, positivo e desejável para uma teoria social que seja coletiva e individualmente consciente das suas práticas de teorização, orientadas explicitamente para um movimento englobante de diferentes “comunidades interpretativas” e, com essa condição, para a transformação social. Importa destacar, aqui, como Collins (2022) converge com definições consagradas de **teoria social**, a exemplo de Joas & Knöbl (2017, p. 33) que se debruçam sobre “três questões bastante específicas”: “‘O que é ação?’; ‘O que é ordem social?’; e ‘O que determina a mudança social?’”. Obviamente, enquanto teoria social **crítica**, a interseccionalidade, ao analisar a **ordem** ou os “problemas sociais” (Collins, 2022, p. 13), busca abrir “uma janela para refletirmos sobre a importância das ideias e da ação social para a promoção da mudança social” (Collins, 2022, p. 389). Não se trata, assim, de apenas descrever e explicar a **ação** e a **mudança** sociais, mas de saber como agir visando a superar situações de opressão interseccional.

A operação do que chama de “engajamento crítico” atravessa toda a obra. Por um lado, Collins (2022) não reduz a abordagem interseccional ao debate estritamente acadêmico e à aparição do termo nos artigos de Kimberlé Crenshaw (1989; 1991). Embora esses sejam cruciais na forja do conceito e seus usos atuais, a abordagem interseccional remete a um conjunto de experiências históricas do século XX (descolonização, feminismo, luta por direitos civis, fim da guerra fria, derrota do *apartheid*) e à emergência de “um novo modo de olhar para as desigualdades sociais e para possibilidades de mudança social” (Collins, 2022, p.13). Modo de olhar sensível para a interconexão entre “problemas sociais causados pelo colonialismo, pelo

racismo, pelo sexismo e pelo nacionalismo” (Collins, 2022, p.13) e para as possibilidades de mudança visando a superar tais problemas interconectados. Por outro lado, ao longo da obra, Collins engaja-se dialogicamente com uma heterogeneidade de tradições: a Escola de Frankfurt; os Estudos Culturais Britânicos, a Teoria Social Francófona; “estudos raciais críticos, o feminismo e os projetos de conhecimento sobre a descolonização” (Collins, 2022, p.24); o pensamento feminista negro e a filosofia pragmatista estadunidense; Simone de Beauvoir e Pauli Murray para pensar a questão da liberdade.

O engajamento dialógico também joga um importante papel na relação entre “interseccionalidade e resistência epistêmica” (Collins, 2022, p. 175). Para a autora, a “resistência epistêmica desempenha um papel vital na oposição ao racismo, sexismo, exploração de classe e fenômenos sociais semelhantes” (Collins, 2022, p.25). Ao advogar pela importância da resistência epistêmica na interseccionalidade, Collins (2022) se concentra nas dimensões da epistemologia e da metodologia, dada a influência destas em diferentes aspectos da produção de conhecimento. Para ela, a epistemologia se relaciona ativamente com as relações de poder: “Sem uma análise estrutural de como o poder é organizado, a interseccionalidade pode replicar facilmente, em suas próprias práticas, as hierarquias sociais existentes” (Collins, 2022, p. 187). Logo, a interseccionalidade não pode simplesmente adotar de forma acrítica as metodologias já existentes, o que implica não só usá-las de modo refletido, mas, igualmente, a necessidade de desenvolver métodos próprios para abordar as formas complexas e variadas de intersecção das opressões. Nesse sentido, Collins (2022) destaca o engajamento dialógico como um guia fundamental para a metodologia da interseccionalidade, tanto por proporcionar uma estrutura orientadora para a análise crítica das relações de poder e conhecimento como para “ampliar o contexto de descoberta da interseccionalidade, de modo a assegurar que ela construa comunidades inclusivas de investigação” (Collins, 2022, p. 28-9).

Collins (2022) seleciona três projetos de resistência que constituem o alicerce para a construção da interseccionalidade como teoria crítica: os movimentos feministas, antirracistas e de descolonização. Nesse contexto, as teorias raciais críticas emergem como contribuintes relevantes. Essas, inicialmente formuladas em contornos jurídicos, concebem o direito como uma ferramenta essencial para as práticas antirracistas. “A posição periférica da teoria racial em disciplinas individuais pode ter mascarado a importância da teoria racial, especialmente a teoria antirracista em larga escala” (Collins, 2022, p. 133).

As teorias raciais críticas buscam investigar dinâmicas complexas, abordam os contornos institucionais do racismo inconsciente de cor e elucidam seus efeitos na interação social, bem

como a maneira como as ideologias inconscientes de cor e o pós-racismo contribuem para a sustentação da hierarquia racial. Evidencia-se como as práticas da inconsciência de cor emergiram como uma nova forma de domínio racial e permeiam de maneira profunda as principais instituições sociais: “essa ciência social [inconsciente de cor] aparentemente benigna e objetiva ajudou a reproduzir o racismo com seu próprio silêncio sobre o tema do antirracismo” (Collins, 2022, p. 133). Ademais, durante a década de 1990, a localização disciplinar e social desse campo influenciou diretamente nas abordagens de raça, racismo e antirracismo. Apesar da longevidade da crítica ao racismo nos espaços acadêmicos e de sua presença nos estudos ocidentais, os estudos antirracistas continuam a enfrentar uma árdua batalha para erradicar as suposições raciais do conhecimento sociocientífico (Collins, 2022). Para Collins (2022), o desafio adicional da exclusão de estudantes e intelectuais *of color* da academia impõe dificuldades significativas na sustentação das críticas ao longo do tempo. Esse contexto tem influenciado profundamente os contornos da teoria racial crítica e moldado sua trajetória na esfera acadêmica.

Em contraste com as dinâmicas abordadas anteriormente, a teoria feminista apresenta críticas consolidadas ao preconceito de gênero no conhecimento ocidental. Esse embasamento crítico se fortalece, em parte, devido ao expressivo contingente de mulheres que têm obtido formação acadêmica nas universidades. Nesse contexto, “intelectuais *mainstream* costumam categorizar a teoria feminista como uma teoria que já é crítica o suficiente, uma classificação que a coloca em uma pequena lista de teorias sociais críticas” (Collins, 2022, p. 144). Collins (2022) afirma a necessidade de autorreflexão crítica da teoria feminista e levanta três diálogos interconectados com o feminismo que poderiam contribuir para esse processo de autorreflexão: “análises críticas da sexualidade oriundas da teoria *queer*, análises críticas de raça e nação na produção intelectual de mulheres negras e análises interseccionais apresentadas na crítica *queer* desenvolvida por pessoas *queer of color*” (Collins, 2022, p. 148).

A teoria pós-colonial, reconhecida na academia como um discurso crítico sobre o conhecimento ocidental, enfrenta o desafio de “ver como sua teorização crítica se ajusta e pode conformar-se a projetos de descolonização de conhecimento resistente” (Collins, 2022, p. 158). Esse desafio evidencia a necessidade de uma integração mais eficaz entre as reflexões pós-coloniais e as práticas de descolonização, assim como indica um terreno de investigação e ação que requer uma cuidadosa consideração dos pontos de convergência e divergência entre essas perspectivas teóricas e práticas concretas de resistência ao colonialismo no âmbito do conhecimento. Dado que a teoria pós-colonial “abrigou uma série de debates sobre gênero, raça e nação que se conectam com as ideias de interseccionalidade” (Collins, 2022, p. 163).

Não obstante, de acordo com Collins (2022), a teoria pós-colonial desenvolveu uma linguagem altamente especializada, o que a leva a questionar o próprio termo “pós-colonial”, por este evocar noções específicas de espaço e tempo que reforçam as ideias categoricamente ocidentais de espaço soberano e tempo linear (Collins, 2022, p. 165). Em contrapartida, Collins propõe a utilização da expressão “*projeto de conhecimento de descolonização*” (Collins, 2022, p. 165, grifo da autora) como alternativa conceitual. Para Collins (2022), a interseccionalidade “compartilha muito com os projetos de conhecimento resistente” (Collins, 2022, p. 169). Portanto, como forma de evitar que a interseccionalidade caia em esvaziamento da resistência e da teorização crítica, é enfatizada a importância da utilização de estratégias de análise crítica internas ao diálogo entre os projetos de conhecimento resistente.

A prática da interseccionalidade é fundamentada nas ideias de experiência e de comunidade. Nesse sentido, Collins (2022) investiga a teorização da interseccionalidade ao analisar dois discursos que abordam essas ideias a partir de perspectivas distintas: o pensamento feminista negro e o pragmatismo estadunidense. O primeiro evidencia como “a compreensão das experiências com injustiças sociais na sociedade estadunidense catalisou análises interseccionais” (Collins, 2022, p. 226). Collins (2022) mobiliza a trajetória da intelectual e ativista Wells-Barnett e sua luta contra o linchamento como um exemplo elucidativo de “como o ativismo intelectual das mulheres negras estadunidenses reflete a ação social como modo de conhecimento” (Collins, 2022, p. 227). Nessa perspectiva, Collins (2022) enfatiza como a análise da ativista concebe a prática do crime de linchamento como resultado “das relações de poder estruturais de raça, classe, nação, gênero e sexualidade” (Collins, 2022, p. 230), além de enaltecer a metodologia enquanto resistência epistêmica através da experiência e ressaltar como o ativismo de Wells-Barnett “reflete muitas vezes uma resposta a um problema social que afeta as pessoas negras estadunidenses como comunidade” (Collins, 2022, p. 236).

O pragmatismo estadunidense, por sua vez, centraliza a experiência como categoria, é através dela que o eu social se constitui. Isso implica que o eu social está constantemente sujeito a mudanças, e as verdades sociais são sempre passíveis de reinterpretações. Para Collins (2022), “as premissas que orientam a interseccionalidade podem oferecer novos rumos para as questões e as preocupações pragmatistas” (Collins, 2022, p. 255). Nesse sentido, sugere a autora, o pensamento feminista negro, que centraliza a luta contra as desigualdades sociais, poderia e pode ser uma contribuição significativa para o pragmatismo estadunidense.

Em seguida, Collins (2022) analisa duas concepções distintas de liberdade com o objetivo de esclarecer “como a ideia de liberdade pode inspirar a interseccionalidade como teoria crítica

em formação” (Collins, 2022, p. 267). A autora mobiliza a perspectiva de Simone de Beauvoir, que desenvolve um conceito existencialista de liberdade: “todos os seres humanos nascem livres (com liberdade natural) e podem alcançar a liberdade ética assumindo a responsabilidade por sua vida por meio da ação social” (Collins, 2022, p. 271). Ao examinar a teorização de Beauvoir, Collins (2022) destaca a problemática associada à abordagem analógica, especialmente no que diz respeito à analogia entre raça e gênero: “Beauvoir possui os elementos para uma análise interseccional que poderia abordar as experiências interconectadas desses grupos. No entanto, ela adere à analogia básica entre raça e gênero, excluindo os judeus de sua análise” (Collins, 2022, p. 274).

Collins (2022) contrasta o trabalho da intelectual e ativista Pauli Murray, baseado em um modelo de práxis crítica, ao de Beauvoir. A autora destaca que Murray, de forma contínua, submeteu a ideia de liberdade existencial de Beauvoir a testes e reformulações, e incorporou experiência(s) e ação social em seu processo intelectual. Collins (2022) destaca que Pauli Murray, ao longo de sua vida, enfatizou determinadas categorias em resposta a contextos sociais específicos, enquanto simultaneamente “extraiu insights de categorias que eram relevantes em outros contextos sociais” (Collins, 2022, p. 300). Embora a análise interseccional nas produções de Murray ainda demande um aprofundamento, é incontestável que sua contribuição foi significativa para o desenvolvimento da interseccionalidade.

Sem desconsiderar o esforço e a qualidade dos diálogos empreendidos, é notável a predominância do “engajamento dialógico” com o Norte Global, em contraste com a ausência de diálogo com autoras/es provenientes do Sul Global, a exemplo de Lélia Gonzalez (2020, p. 56) que, já na virada para os anos 1970, discorria sobre o fenômeno da “tríplice discriminação” vivenciada pela mulher negra entre nós. Esse ponto é particularmente relevante em virtude do fato de Collins (2022, p. 139) destacar o Brasil como um exemplo emblemático da persistência do fenômeno do racismo inconsciente de cor, que afeta grupos racializados em ambientes onde, historicamente, se percebe a opacidade de categorizações raciais formais. Dessa maneira, a ausência de diálogo com as contribuições do Sul Global – incluindo os trabalhos de Aníbal Quijano (2005) e Maria Lugones (2020) – particularmente sensíveis a questões interseccionais – abre uma importante agenda, não explorada por Collins, no desenvolvimento do projeto da interseccionalidade como teoria social crítica⁵.

⁵ Embora a autora não faça uma explícita alusão a esses intelectuais, é possível perceber, de maneira indireta, que ela está familiarizada com as questões abordadas nas obras deles. Isso se evidencia quando aponta as vozes dos povos indígenas, afro-americanos, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e latinas, assim como de outros grupos

Se, segundo Collins (2022), apesar do evidente potencial, ainda não podemos chamar a interseccionalidade de uma teoria social crítica, o acúmulo de discussões permite, como dissemos, a proposição de uma “arquitetura cognitiva” da interseccionalidade, que compreende: a) “os usos metafóricos, heurísticos e paradigmáticos da interseccionalidade” (Collins, 2022, p.79); b) seus “construtos centrais” (Collins, 2022, p.69, 76); c) e suas “premissas orientadoras” (Collins, 2022, p.68-9, 76). Apontaremos aqui, sucintamente e nos fazendo valer do poder de síntese da autora, atributos decisivos dos usos, dos construtos e das premissas.

Os Usos:

A metáfora fornece um conceito, uma ideia que marca a visibilidade do campo. As heurísticas fornecem estratégias orientadoras para fazer as coisas, premissas ou hipóteses de trabalho com base na ação social ou com vistas a ela, ou as duas coisas. Os paradigmas fornecem estruturas para analisar e, muitas vezes, explicar tanto o conhecimento que está sendo produzido quanto os processos utilizados para produzi-lo (Collins, 2022, p. 79).

Os **Construtos Centrais** (Collins, 2022, p. 70-1) são os seguintes: (1) Relacionalidade – “O próprio termo interseccionalidade invoca a ideia de interconexões, engajamento mútuo e relacionamentos”; (2) Poder – “A interseccionalidade postula que os sistemas de poder coproduzem uns aos outros de modo que reproduzem tanto resultados materiais desiguais quanto as experiências sociais distintas que caracterizam as experiências das pessoas de acordo com as hierarquias sociais”; (3) Desigualdade social – construto que “aponta para o funcionamento das relações de poder na produção de desigualdades sociais e os problemas sociais que elas engendram”; (4) Contexto social – construto que enfatiza o enraizamento do conhecimento em comunidades interpretativas que demarcam as relações, hierarquias e tensões entre os conhecimentos; (5) Complexidade – construto irredutível, dada a análise iterativa e interacional de problemas diversos, que exige estratégias metodológicas para gerenciá-lo; (6) Justiça social – tratar do compromisso ético e das implicações éticas da interseccionalidade como preocupação central, contra as tendências do saber acadêmico em separar teoria e justiça, teoria e prática.

As **Premissas Orientadoras** (Collins, 2022, p. 68), por fim, são assim sintetizadas: “(1) Raça, classe, gênero e sistemas similares de poder são interdependentes e constroem mutuamente uns aos outros”; “(2) A intersecção das relações de poder produz desigualdades

subalternos. E aponta que tais grupos têm desafiado tanto o conteúdo do conhecimento acerca de suas vivências quanto as estruturas de poder que as regem (Collins, 2022, p. 42). Essa reflexão remete à obra de Spivak (2014), que aborda a marginalização e o silenciamento do subalterno, mesmo quando este busca se expressar. Spivak (2014) argumenta que as vozes dos grupos subalternos são frequentemente excluídas e não recebem a devida atenção no contexto das dinâmicas de poder presentes na sociedade.

sociais complexas e interdependentes de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, etnia, capacidade e idade”: “(3) A localização social de indivíduos e grupos na intersecção das relações de poder determina suas experiências e perspectivas no mundo social”; “(4) Resolver problemas sociais dentro de um dado contexto regional, nacional ou global requer análises interseccionais”.

No curto espaço desta resenha, daremos particular importância à relacionalidade como constructo central, tema cuja análise aprofundada é, segundo Collins (2022, p. 312), uma “tarefa essencial para o projeto de construção teórica da interseccionalidade” (Collins, 2022, p. 312). Nessa perspectiva, identificam-se três modalidades de pensamento relacional: adição, articulação e interdependência. Para a autora, a sistematização da lógica relacional, ao ser abordada pelo estudo e ativismo interseccional, representa um inicial e promissor passo na elucidação dos contornos intrínsecos à relacionalidade. A autora destaca que os modos de pensamento relacional, expressos por meio das categorias de adição, articulação e interdependência, devem ser concebidos não como destinos finais, mas sim como pontos de partida. Esses modos, ao serem empregados para analisar a racionalidade, oferecem uma estrutura organizacional que permite entender de forma mais aprofundada as ferramentas do pensamento utilizadas pelas pessoas em diversos contextos e projetos de intervenção. Ao rejeitar a ideia de uma simples soma de opressões ou uma hierarquia fixa entre eles, Collins (2022) convida a uma abordagem mais holística, que leve em consideração a interseccionalidade como uma rede interdependente de sistemas de poder que moldam as experiências individuais e coletivas. Essa compreensão mais sofisticada é fundamental para uma análise mais abrangente e eficaz das questões relacionadas à opressão e desigualdade.

Desmistificando qualquer relação necessária entre interseccionalidade e teoria social crítica, o estudo de Collins analisa a correlação do pensamento relacional com determinados elementos da eugenia. Tanto os empreendimentos eugenistas quanto a abordagem interseccional compartilham de uma lógica relacional análoga na edificação “de seus respectivos construtos centrais e premissas orientadoras” (Collins, 2022, p. 367). Collins (2022, p. 367) define a lógica relacional da eugenia da seguinte forma:

(1) ela construiu seus argumentos sobre a desigualdade social extraindo ideias sobre raça, classe, gênero, capacidade, sexualidade, etnia e idade de disciplinas distintas e situando-as em uma nova lógica científica abrangente; (2) forneceu uma explicação convincente para a desigualdade social; e (3) permitiu que os projetos eugenistas promovessem um ativismo direcionado à desigualdade social que demonstrasse o uso pragmático da eugenia para as políticas públicas (Collins, 2022, p. 367).

Portanto, se a lógica relacional também pode ser empregada para perpetuar e legitimar desigualdades sociais, a construção da interseccionalidade como teoria social crítica e como projeto de conhecimento resistente deve, de modo deliberado, tomar a justiça social como “uma característica definidora...” (Collins, 2022, p. 347) e, poderíamos dizer, articuladora dos seus constructos centrais. Ao contrário de uma mera exaltação acrítica da interseccionalidade ou de uma visão precipitada de seu declínio iminente, Collins (2022) propõe um olhar autorreflexivo sobre as práticas contemporâneas da interseccionalidade. Seu trabalho não busca transcender a interseccionalidade em prol de um futuro utópico, mas sim aprimorar sua aplicação no presente, preparando o terreno para desafios futuros, nesse sentido está a metáfora do canteiro de obras que adotamos nesta resenha.

A disponibilização de um conjunto de ferramentas analíticas não apenas enriquece o repertório de pesquisadores e entusiastas da interseccionalidade atualmente, como também capacita as gerações futuras a abordarem de maneira crítica os dilemas sociais e a aperfeiçoarem os instrumentos para a eclosão e condução de transformações necessárias. “Nesse sentido, a interseccionalidade não são apenas ideias; ela tem um papel importante a desempenhar no mundo social” (Collins, 2022, p. 394).

Referências

- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar: 2020.
- JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Teoria social: vinte lições introdutórias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p.51-77.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.107-130.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- VANDENBERGHE, Frédéric. **Uma história filosófica da sociologia alemã**. v. 1. São Paulo: Annablume, 2011.

Recebida em: 28/11/2023

Aceita em: 21/02/2024